



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Assentamentos da reforma agrária em Regiões Produtivas do  
Agronegócio: territorialidades, segurança alimentar e acesso à água, no  
município de Buritis -MG.**

**Carla Guldani**

**Tese de Doutorado**

**Brasília, DF: dezembro/2019**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**Assentamentos da reforma agrária em Regiões Produtivas do  
Agronegócio: territorialidades, segurança alimentar e acesso à água, no  
município de Buritis - MG.**

Carla Guldani

Orientador: Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho.

Tese de Doutorado

Brasília, DF: dezembro/2019

## **BANCA EXAMINADORA**

Tese de Doutorado submetida ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para obtenção do Grau de Doutora em Geografia, área de concentração Gestão Territorial, opção Acadêmica Produção do Espaço e Território Nacional.

---

**Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho**  
Orientador GEA – UnB

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Vera Salazar Pessoa**  
Universidade Federal de Goiás

---

**Prof. Dr. Valney Dias Rigonato**  
Universidade Federal do Oeste da Bahia

---

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Edilene Américo Silva**  
Instituto Federal de Brasília

---

**Prof. Dr. Roberto Eduardo Castillo Pizarro**  
Instituto Federal Goiano

Brasília, 12 de Dezembro de 2019.

Dedico aqueles e aquelas que deram e continuam dando seu suor, sangue e por vezes, a vida, na luta por um Brasil mais justo e menos desigual.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à vida pela sua dinâmica e imprevisibilidade, onde mais aprendi.

Ao Cerrado por me permitir transitar por seu meio e por suas gentes.

Aos governos progressistas que permitiram que a Universidade fosse, o que ainda tenta ser hoje, diversa e plural, e aos diversos programas de auxílio aos estudantes, que desfrutei e sem os quais, eu não finalizaria esta tese.

À Universidade de Brasília, que me acolheu em diversos aspectos e que me permite acreditar em vidas mais plurais e livres, mesmo diante de todos os desafios impostos.

À Capes pela bolsa de pesquisa, em parte do curso de Doutorado, sem ela não teria sido possível finalizar esta tese.

Ao Professor Fernando Sobrinho, pela sabedoria, orientação, clareza, acolhimentos e que esteve ao meu lado, apoiando em diversos momentos desta trajetória.

Aos professores Sérgio Magno, Juscelino Bezerra pelas considerações na banca de qualificação, e à professora Vera Salazar Pessoa pelas preciosas dicas na disciplina de Metodologias Qualitativas. Também à professora Edilene Américo, ao professor Valney Rigonato e ao professor Roberto Pizarro, presentes na banca de defesa.

Às ajudantes de campo Rayane e Andreia, que uniram elos femininos ao campo.

Ao Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, aos docentes, discentes e funcionários.

Ao Departamento de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, pelos apoios às participações em eventos que foram de grande contribuição a esta tese e aos auxílios para a realização dos trabalhos de campo.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Distrito Federal, pela divulgação da tese em evento internacional.

Aos colegas de curso nas pessoas de Celso, Sidnei, Orimar, Letícia, Bruna e demais colegas.

Ao Pedro na ajuda com os mapas. À Tatiane pelo auxílio nas correções e transcrições.

À equipe do INCRA, na pessoa de Acácio, que foram de grande ajuda para desvendar questões institucionais.

Aos amig@s e parceir@s de vida: Anne, Vivis, Alam, Dani, Ariel, Marcos, Andreia, Nani, Kelly, Cristiane, Vilma, Vera, Lili, Pedro, Andrés, Renata, Luane, que de alguma forma, contribuíram para minha formação e para eu ser uma pessoa melhor.

Ao Grupo Bolsistas Capes, pelos inúmeros apoios e distrações proporcionados em momentos de aflição.

Especialmente e carinhosamente, aos agricultores que me receberam em suas casas, que compartilharam seus saberes, suas memórias e vivências nas Figuras de Adriano, Abadia, Carlos, Maria Celina, e a vereadora Camila, pelos inúmeros esclarecimentos e confiança.

Aos governos Lula e Dilma pela garantia de direitos básicos a boa parte do povo brasileiro, reconhecimento do Brasil em nível internacional, compromisso com o Programa Fome Zero e Brasil Sem Miséria, bem como garantia de serenidade mental para diversos pesquisadores poderem desenvolver pesquisa neste país.

E por último, minha família, fortaleza e bálsamo!

Muito obrigada!

## RESUMO

As dinâmicas oriundas do processo de modernização agrícola que se refletiram em municípios como Buritis, localizado no Estado de Minas Gerais, aprofundaram as desigualdades sociais e a concentração de riquezas, que derivou em lutas pela terra e no assentamento de cerca de 1.000 famílias, a partir do ano de 1996, neste município. No entanto a reforma agrária, se deu de maneira incompleta, já que infraestrutura, créditos e assistência técnica são deficientes diante das pautas camponesas e de qualidade de vida dos assentados. Essa precariedade se mostra no acesso à água por parte das famílias assentadas que convivem com a insegurança hídrica no seu cotidiano, bem como na baixa produção de alimentos para consumo das famílias, em seus quintais. Aliado à esse cenário, as disputas por água e os conflitos vem se materializando à medida que tecnologias de irrigação e barragens vem sendo construídas, a fim de garantir os altos índices de produtividade de grãos do município. Dessa maneira a partir de uma análise multiescalar, foram constatados os processos de consolidação do agronegócio na RIDE-DF, assim como na bacia hidrográfica do Rio Urucuia e especialmente no município de Buritis, bem como verificadas as formas de acessar água nos assentamentos visitados, a presença ou ausência de insegurança alimentar e insegurança hídrica e os conflitos por água. Identificou-se assim diferentes estratégias e multiterritorialidades por parte dos assentados, de forma a garantir sua reprodução social enquanto assentamentos da reforma agrária e agricultores familiares.

Palavras-chave: assentamentos da reforma agrária, modernização agrícola, acesso à água, segurança alimentar, conflitos.

## **ABSTRACT**

The dynamics arising from the process of agricultural modernization in municipalities such as Buritis, located in the State of Minas Gerais, deepened social inequalities and the concentration of wealth, which led to land struggles and the settlement of about 1,000 families in this municipality as of 1996. However, the agrarian reform was incomplete, since infrastructure, credits and technical assistance are deficient in the face of peasant agendas and settlers' quality of life. This precariousness can be seen in the access to water of settled families, who live with water insecurity in their daily lives, as well as in the low production of food for consumption by families in their backyards. Combined with this scenario, disputes over water and conflicts have been materializing as irrigation technologies and dams are built in order to ensure the high productivity rates of grains in the municipality. Thus, based on a multiscalar analysis, agribusiness consolidation processes were identified in the RIDE-DF, in the Urucuia River watershed and especially in the municipality of Buritis, as well as ways to access water in settlements visited, presence or absence of food insecurity and water insecurity, and water conflicts. Different strategies and multi-territorialities were therefore identified on the part of settlers in order to ensure their social reproduction as agrarian reform settlements and family farmers.

**Keywords:** agrarian reform settlements, agricultural modernization, access to water, food security, conflicts.



Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo, que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar, não tolera tanto prazer, tanta fruição da vida. Então pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim do mundo (KRENAK, 2019, p. 26/27).

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Área plantada de soja por ha. ....	24
Figura 2 - Expansão da área plantada de soja (2005-2009).. ....	27
Figura 3 - Número de assentamentos no Brasil (1996).. ....	27
Figura 4 - Biomas do Brasil.. ....	51
Figura 5 - Domínios do Cerrado.. ....	51
Figura 6 - Representação das regiões hidrográficas brasileiras e contribuições do Cerrado.. .	53
Figura 7 - Campanha publicitária de promoção de atividades vinculadas ao agronegócio. ....	66
Figura 8 - Tendências emergentes na disponibilidade global de água doce. ....	77
Figura 9 - Grau e interseccionalidade de políticas públicas no combate à fome no Brasil.....	84
Figura 10 - Municípios que fazem parte da RIDE-DF.....	89
Figura 11 - Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia.. ....	97
Figura 12 - Localização dos pivôs centrais na Bacia do Rio Urucuia.. ....	99
Figura 13 - Lojas e empresas de prestação de serviços e venda de insumos agrícolas.....	106
Figura 14 - Estrada de acesso ao assentamento Hugo Herédia e vista da serra.. ....	111
Figura 15 - Arrendamento para plantio de soja e barracos de lona.. ....	113
Figura 16 - Roda d'água próxima à nascente para captação de água para residências.....	114
Figura 17 - Cisternas escavadas e construídas pelas famílias. ....	115
Figura 18 - Sede da fazenda desapropriada, um dos quartos como sala de aula.. ....	115
Figura 19 - Casa de alvenaria e barraco de lona.....	116
Figura 20 - Criação de galinhas e criação de porcos.....	117
Figura 21 - Retirada de água da cisterna e sistema para distribuição de água e irrigação ....	117
Figura 22 - Plantio diversificado. ....	119
Figura 23 - Potes para armazenamento de água.. ....	119
Figura 24 - Casa de um dos assentados.....	121
Figura 25 - Plantação de abacaxi.. ....	123
Figura 26 - Sistema de segurança de fazenda com estruturas de armazenamento de grãos, maquinários e ferramentas. ....	124
Figura 27 - Placa do Programa Rede de Fazendas Protegidas. ....	125
Figura 28 - Entrada de um dos lotes do Assentamento Cristo Rei. ....	126
Figura 29 - Placa conservacionista em meio à monocultura de soja .....	127
Figura 30 - Criação de galinhas com estrutura e investimento.....	129
Figura 31 - Cultivo de soja ao redor do assentamento.....	130
Figura 32 - Vasilhames e potes para armazenamento de água.....	131
Figura 33 - Sistema de distribuição de água.....	134
Figura 34 - Estrutura de armazenamento de água do INCRA.....	135
Figura 35 - Sistema de captação vinculado à cisterna. ....	136
Figura 36 - Estruturas de armazenamento de água retiradas de córregos, rios e grotas.. ....	136
Figura 37 - Estruturas de armazenamento de água. ....	137
Figura 38 - Rodas d'água.....	137
Figura 39 - Estruturas hidráulicas e uso da água. ....	138
Figura 40 - Imagem nas redes sociais.. ....	146

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Renda, Pobreza e Desigualdade no município de Buritis, MG.....	32
Tabela 2 - Visitas de Campo. ....	41
Tabela 3 - Concepções de Território.....	47
Tabela 4 - Descrição dos graus de (in)segurança alimentar. ....	82
Tabela 5 - Nível de acesso à água, necessidades atendidas e graus de efeitos na saúde. ....	86
Tabela 6 - População, Índice de Gini e IDHM para os municípios da RIDE DF.....	90
Tabela 7 - Produto das lavouras temporárias para Ano 1980 para Municípios da RIDE/DF. .	93
Tabela 8 - Produto das lavouras temporárias para Ano 1990 para Municípios da RIDE/DF. .	93
Tabela 9 - Produto das lavouras temporárias para Ano 2000 para Municípios da RIDE/DF. .	93
Tabela 10 - Produto das lavouras temporárias para Ano 2010 para Municípios da RIDE/DF.	93
Tabela 11 - Produto das lavouras temporárias para Ano 2016 para Municípios da RIDE/DF.	93
Tabela 12 - Número de Assentamentos Rurais criados no Noroeste de Minas Gerais (1986-2014). ....	94
Tabela 13 - Estimativa da participação da produção dos assentamentos na produção agropecuária regional, Entorno do Distrito Federal. ....	95
Tabela 14 - Estimativa da participação do efetivo dos rebanhos dos assentamentos nos municípios estudados da região do Entorno do Distrito Federal em relação ao total da região.....	95
Tabela 15 - Principais canais de comercialização dos produtos vendidos nos assentamentos pesquisados da região do Entorno do Distrito Federal. ....	96
Tabela 16 - Pivôs centrais mapeados e área total irrigada por município da bacia (2013). ....	98
Tabela 17 - Municípios da Bacia do Urucuia com número de conflitos por água identificados pela SEMA/MG.....	101
Tabela 18 - Evolução da população urbana e rural no município de Buritis, MG.....	104
Tabela 19: Taxa de urbanização do município de Buritis em comparação com média nacional. ....	104
Tabela 20 - Produto Interno Bruto (valor adicionado) de Buritis, Minas Gerais e Brasil (2010). ....	105
Tabela 21 - Desigualdade – Índice de Gini, Município de Buritis. ....	105
Tabela 22 - Assentamentos no município de Buritis, MG. ....	107
Tabela 23 - Assentamentos da reforma agrária visitados em campo.....	109
Tabela 24 - Estratégias identificadas para acesso à água. ....	133
Tabela 25 - Nível de acesso à água identificados nos assentamentos ....	139
Tabela 26 - Alimentos citados nas principais refeições por ordem de maior citação.....	141
Tabela 27 - Principais alimentos consumidos, aquisição fora da propriedade e dos quintais produtivos.....	143
Tabela 28 - Ações e denúncias relacionadas a barragens, outorgas e danos ambientais em Buritis, MG.....	151
Tabela 29 - Matriz síntese dos processos identificados nos assentamentos.....	153

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do município de Buritis, MG.....	28
Mapa 2: Novas dinâmicas produtivas da RIDE-DF .....	91
Mapa 3: Altimetria da bacia hidrográfica do Rio Urucuia.....	98
Mapa 4: Assentamentos da bacia hidrográfica do Urucuia e cobertura da terra .....	100
Mapa 5: Rede hidrográfica, pivôs de irrigação e conflitos por água na bacia hidrográfica do Urucuia .....	102
Mapa 6: Distribuição dos assentamentos rurais no município de Buritis. ....	108
Mapa 7: Conflitos de uso da água e PCHs em Buritis. ....	147
Mapa 8: Conflitos de uso da água, PCHs e assentamentos rurais em Buritis. ....	152

## **LISTA DE SIGLAS**

CF- Constituição Federal

CODEPLAN - Companhia de Planejamento do Distrito Federal

COMDHURU - Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia

EMATER – Empresa de assistência Técnica e Extensão Rural

DAC - Declaração de Área de Conflito

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FETRAF - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar

FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IGAM - Instituto de Gestão das Águas Mineiro

INCRA – Instituto de Colonização e Reforma Agrária

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MLTS - Movimento de Libertação dos Sem Terra

PA – Projeto de Assentamento

PAM – Pesquisa Agrícola Municipal

PPM – Pesquisa Pecuária Municipal

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PIB – Produto Interno Bruto

PNADS - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PRODECER - Programa Nipo-brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados

RIDE-DF - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

RPAs - Regiões Produtivas do Agronegócio

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

UDR – União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	5
RESUMO .....	7
ABSTRACT .....	8
LISTA DE FIGURAS .....	10
LISTA DE MAPAS .....	12
LISTA DE SIGLAS .....	13
SUMÁRIO.....	14
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 O DESLUMBRAR DA PESQUISA E DA TESE: O PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	<b>20</b>
2.1 AS ESCOLHAS E OS PORQUÊS .....	20
2.2 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA: AS DIFERENTES TERRITORIALIDADES NO MUNICÍPIO DE BURITIS .....	22
2.3 A INVISIBILIDADE DA REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM REGIÕES DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA .....	34
2.4 A ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES .....	37
2.4.1 A coleta de dados em fontes secundárias .....	38
2.4.2 O trabalho de campo e a interpretação das territorialidades a partir de entrevista: a pesquisa direta em assentamentos.....	40
<b>3 O CERRADO COMO ESPAÇO-PALCO DE DIFERENTES TERRITORIALIDADES.....</b>	<b>43</b>
3.1 CERRADO: DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO.....	43
3.2 DA ESPACIALIDADE ÀS TERRITORIALIDADES DO CERRADO.....	46
3.3 O CERRADO E SUA ABUNDÂNCIA DE RECURSOS .....	50
3.4 O CERRADO E SUAS GENTES.....	54
3.5 A FORMATAÇÃO POLÍTICA E TÉCNICA DO ESPAÇO .....	59
3.6 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E AS CONSTRUÇÕES IDEOLÓGICAS ..	63
3.7 A RESISTÊNCIA, AS LUTAS E OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS .....	66
<b>4 DESIGUALDADES TERRITORIAIS E A VISÃO ESCALAR DO MUNICÍPIO DE BURITIS.....</b>	<b>73</b>
4.1 DIREITOS USOS E ABUSOS.....	73
4.1.1 Água e alimento: de direitos à mercadoria .....	75
4.1.2 O alimento, a comida e a fome .....	80
4.1.3 O acesso à água.....	84
4.2 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO NA RIDE-DF .....	87
4.3 A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIA .....	96
4.4 OCUPAÇÃO E USOS DO TERRITÓRIO EM BURITIS .....	103
<b>5 A REALIDADE COTIDIANA DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM BURITIS .....</b>	<b>107</b>
5.1 O ACESO À ÁGUA E A INSEGURANÇA HÍDRICA NOS ASSENTAMENTOS .....	132
5.2 A INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	139
5.3 Os CONFLITOS POR ÁGUA.....	144
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>156</b>
REFERÊNCIAS .....	161
APÊNDICE 1 .....	172
APÊNDICE 2 .....	174
APÊNDICE 3 .....	175
ANEXO 1: CONJUNTO DE DENÚNCIAS .....	176

# 1 INTRODUÇÃO

Esta tese apresenta desdobramentos das recentes configurações do campo brasileiro, a partir da territorialização de fenômenos vinculados a processos da consolidação da moderna agricultura, ao mesmo tempo que reforça antigos problemas do país, como a concentração de terra e riquezas e as desigualdades socioespaciais no Cerrado.

A partir da análise de dinâmicas que ocorrem nos assentamentos de reforma agrária, em uma escala municipal, explica-se as novas conformações, arranjos e poderes que se utilizam de recursos naturais destes espaços com base em jogo de forças que compõe as territorialidades destes grupos.

Inicialmente concorda-se com Raffestin (1993) e também Sposito (2004), a respeito da importância e da necessidade de contextualização de posicionamento ideológico desta pesquisadora, já que sim, também se concorda que toda pesquisa tem um viés ideológico e também por se tratar de uma pesquisa em Geografia Humana, o que leva a determinadas escolhas de categorias, conceitos e recortes temáticos no desenvolvimento desta tese.

Assim, faz-se necessário esclarecer posicionamentos, já que se entende que o enfoque desenvolvido nesta tese, referente ao arcabouço teórico metodológico e do uso das categorias geográficas, é fruto de posicionamentos e construções ideológicas que garante a interpretação dos fenômenos socioespaciais dentro de uma perspectiva e visão de mundo.

Dito isso, esclarece-se que tanto a escolha do tema, como o recorte espacial, carrega a relação sujeito-objeto, ou dito de outra forma, pesquisador tema estudado. Sposito (2004) afirma que o pesquisador vai trabalhar seus conceitos e temas a partir de uma perspectiva predominante que determinará sua interpretação e logo, seu leitor deverá considerar sua posição ideológica, embora sua codificação pessoal, fará uma representação do que está escrito. A autora também afirma, nessa análise da contextualização metodológica, que a linguagem é limitada e por isso aceitando esse fato, é que ocorrerá a comunicação entre autores, leitores e o desenvolvimento da pesquisa e dos diferentes temas no meio acadêmico.

Modismos também existem na academia, conforme Souza (2008), comenta, ao afirmar que determinadas categorias de análise geográfica são exaustivamente utilizadas em determinados momentos históricos e isso não foi diferente para o conceito de território, categoria fundante eleita desta tese.

Não é incomum ler ou ouvir coisas que demonstram que, em vez de ser tratado como *um* conceito fundamental *entre vários*, o território é, volta e meia, encarado de modo abusivamente “preferencial”, como se ele fosse, *a priori*, mais importante ou rico (ou sabe-se lá mais o quê) que conceitos como, por exemplo, “*lugar*” (no

sentido específico de espaço vivido e dotado de significado e simbolismo) ou *paisagem* (SOUZA, 2008, p. 58).

Nesse sentido a contextualização do conceito de território, para posteriormente discutir-se o conceito de territorialidade, se faz fundamental já que os mesmos que nortearão a interpretação das dinâmicas socioespaciais que comporão esta tese e julga-se como categorias chaves para a interpretação dos temas aqui apresentados. Mais que modismo, considera-se tais categorias apropriadas para tratar os temas aqui elegidos.

Dessa maneira busca-se entender as diferentes territorialidades presentes nos assentamentos da reforma agrária do Cerrado brasileiro, sob a perspectiva dos acessos à água e da alimentação, como forma de compreender as novas dinâmicas presentes no campo brasileiro, fomentadas por um modelo de ocupação e produção, adaptado e artificial, para este bioma.

Os assentamentos rurais são desapropriações feitas pelo Estado brasileiro, a partir de reivindicações e manifestações dos movimentos de luta pela terra, com base em ocupações de propriedades que não cumprem sua função social, estabelecida na Constituição Federal de 1988, conforme art. 5º, inciso XXIII.

Tais reivindicações e manifestações, são organizadas por movimentos sociais, categoria esta da sociologia, e aqui tratada como movimentos socioterritoriais, categoria adaptada e construída para análise geográfica, na perspectiva das análises socioespaciais.

A concentração da terra, origem destes movimentos e de sua luta por igualdade de direitos básicos e acessos aos mesmos, como terra para produzir, viver e se reproduzir, é um fato que permeia o tempo e a história do país desde sua constituição, assim como as lutas e os conflitos no campo.

Com o avanço de uma modernização conservadora e do desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2006; OLIVEIRA, 2008; CARTER, 2010), os movimentos sociais de luta pela terra, a partir da redemocratização do país, conseguiram requerer seus direitos e inúmeras desapropriações foram realizadas e assentamentos foram criados no país, como resultado destas lutas e resistências.

No entanto, o que ocorre em verdade, são desapropriações e a criação de assentamentos, mas não uma reforma agrária completa. Há uma precarização da vida no campo pelo não cumprimento da integralidade do que está previsto como reforma agrária. Direitos básicos, não vão sendo garantidos a fim da consolidação total da reforma agrária.

A abordagem territorial, entre tantas outras, seus usos e suas repercussões, vem no sentido de garantir uma perspectiva mais adequada para a interpretação dos fenômenos



geográficos, derivada da análise dos movimentos socioterritoriais e de suas lutas em uma perspectiva dialética.

Embora o pano de fundo sejam os movimentos sociais, já que aqui concorda-se que famílias não teriam sido assentadas caso não houvesse a luta organizada dos movimentos, o foco da pesquisa são as dinâmicas dos assentados em diferentes assentamentos, expressas nas diferentes territorialidades que ali coexistem, especialmente nas atividades cotidianas de acesso e consumo de água e a alimentação.

Os territórios dos assentamentos da reforma agrária no Brasil são oriundos de diversos embates de jogos de forças e logo territorialidades. O curioso ao estudar e desenvolver a tese na perspectiva de buscar essas diferentes territorialidades, é que o espaço geográfico, permite que estas se sobreponham e se modifiquem, sendo identificados os assentamentos da área estudada como um destes espaços, embora esta tese defenda que na verdade, existam multiterritorialidades em determinados espaços sujeitos à determinados processos.

Nos atuais tempos fluídos, conforme afirma Bauman (2004), traz-se para a discussão geográfica a análise de categorias que muitas vezes são analisadas de perspectivas contraditórias, embora o que se defenda nesta tese, é que nos territórios, no dia a dia, na porteira com porteira, as relações não podem ser entendidas assim tão definidas por categorias marcadas e dualistas. A necessidade de transpor os pares dialéticos rígidos, no caso o agronegócio e agricultura familiar dos assentamentos é uma das propostas desta tese.

A pesquisa qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas, buscou a partir dos relatos, memórias e vivências apontar as territorialidades destes espaços com jogos de forças marcantes e desiguais, graças aos agentes e seus respectivos interesses, que transformam o espaço no processo histórico do Brasil.

Entende-se que o acesso à água e alimentação são características básicas e de sobrevivência que estão na base de uma territorialidade, onde relações de poder e de confiança se estabelecem para que ambas sejam atendidas, sendo em última instância também características que desterritorializam quando não atendidas em suas necessidades básicas.

A história da luta pela terra no Brasil é cruel e desigual, tendo períodos históricos, grupos de atores e forças políticas que por vezes garantiram os direitos de muitas famílias, embora a real Reforma Agrária nunca tenha sido realmente efetivada.

Esta pesquisa tem como viés de trabalhar com alguns temas relegados muitas vezes na geografia ou tidos com abordagens específicas. Um destes vieses é a escala local, trabalhar com cidades pequenas, principalmente em uma tese de Doutorado pode soar, como pouco

ambicioso, posicionamento este, que vem criando um vazio nesta escala de análise, no sentido das cidades médias ou ainda as cidades globais atraírem muito mais os estudantes geógrafos. A contribuição dos estudos de cidades pequenas em áreas de modernização agrícola é muito importante para dar conta dos novos processos que ocorrem no campo brasileiro.

Outro ponto recorrente nos estudos geográficos, é a análise de processos tidos pela modernização agrícola e outro dos movimentos sociais analisados separadamente, uma das bases que orientam esta tese está justamente na complementaridade destas atividades em escala local. A partir de uma perspectiva multiescalar, o município de Buritis, é analisado sob diferentes recortes a fim de contextualizar processos e dinâmicas que refletem no uso de seus territórios e nas territorialidades de seus habitantes.

A tese a ser defendida é a de que os assentamentos relegados pelas políticas públicas após sua efetivação, ou seja, depois de deixarem de ser ocupações e passarem a serem reconhecidos legalmente, passam por dificuldades para garantir minimamente a dignidade das famílias assentadas, em termos de garantia de direitos básicos, que nessas regiões onde estão especialmente da área de estudo, de moderna agricultura e que o jogo de poderes se pauta por um jogo de forças desigual, os assentados se submetem a uma lógica para (r)existir diferente da lógica dos assentamentos onde a coesão social dos grupos que lutaram pela terra e dos movimentos socioterritoriais tem mais força de resistência e outros acessos mínimos.

Nessas regiões de extrema pobreza de acessos, mas não de recursos e capacidades, as parcerias e os arrendamentos muitas vezes são as únicas formas de existir inseridos minimamente numa lógica de consumo para a vida, para a sobrevivência, assim como multiterritorialidades.

Nesse sentido, o objetivo geral desta tese é compreender a luta pela terra, pela água, pela segurança alimentar em áreas de modernização agrícola com destaque para o município de Buritis/MG.

Dessa forma na segunda Seção é abordada a justificativa da pesquisa da perspectiva pessoal da pesquisadora, assim como a problematização das pesquisas em assentamentos da reforma agrária em áreas de modernização agrícola e a metodologia de pesquisa, bem como o estado da arte dos conceitos principais, contextualização, justificativa de uso do conceito de território e das territorialidades, a problemática da pesquisa e a coleta de dados.

Na terceira seção, aborda-se o bioma Cerrado e suas potencialidades físicas, bem como as políticas direcionadas, relacionados às políticas agrícolas e fundiárias no período de 1970 até os dias atuais, vigentes e conformando ainda o espaço destes territórios. Também é

justificado a escolha do uso do termos Cerrado Cindido, bem como o Cerrado visto como um território e não como uma região. Os frutos do progresso, são apresentados de forma a ressaltar as desigualdades espaciais e a concentração de terras na história do Brasil por meio dos programas e políticas públicas para o desenvolvimento do bioma. Sendo demonstrado também a luta pela terra dos movimentos sociais e os desdobramentos refletidos no município, pelas ocupações e implantação dos assentamentos.

Na quarta seção as desigualdades espaciais e as territorialidades existentes, se desdobram na violação de direitos humanos básicos, como acesso à água permanente, conflitos de usos e insegurança alimentar, frutos das políticas e de territorialidades divergentes sobre esse espaço, assim como de concentração de poderes políticos e ideológicos.

Na quinta seção e último capítulo, a precarização materializada pela reforma agrária incompleta, reafirma um ciclo necessário de movimentos e multiterritorialidades pela sobrevivência e manutenção da dignidade básica dos assentados. Essas multiterritorialidades se manifestam a partir de estratégias para viabilizar a alimentação básicas e nos conflitos por água no município.

Nesse sentido a tese apresenta os reflexos das dinâmicas globais, a partir da implantação de um modelo produtivo, pensado politicamente e ideologicamente para o Cerrado, e como este influi na escala local, no caso nos assentamentos da reforma agrária de Buritis, acirrando, mesmo após a terra conquistada pelos movimentos socioterritoriais, conflitos por acesso, no caso à água, fazendo com que estratégias sejam traçadas por esses grupos nesses enfrentamentos a fim de garantir suas territorialidades.

## **2 O DESLUMBRAR DA PESQUISA E DA TESE: O PERCURSO METODOLÓGICO<sup>1</sup>**

### **2.1 AS ESCOLHAS E OS PORQUÊS**

O desenvolvimento desta pesquisa se dá em um contexto político bastante complexo para as questões de luta e manutenção de direitos humanos básicos e principalmente o acesso à terra, graças à nova onda conservadora que tem avançado no país.

Um dos expoentes materializados nessa “nova política” é a volta à tona do Projeto de Lei 2016/15, que enquadra como terrorismo os movimentos sociais e suas ações de ocupação de terras improdutivas, como garante a Constituição Federal Brasileira de 1988.

Nesse contexto de criminalização dos movimentos sociais e de tentativa de desconstrução da política de reforma agrária<sup>2</sup>, é que se desenvolve essa tese, justamente tendo como foco, os atores e os processos vinculados à ocupações e a garantia da função social da terra em contextos de desigualdades espaciais em suas territorialidades e construções ideológicas em favor de um modelo produtivo.

Entretanto, antes de adentrar ao tema gostaria de relatar a trajetória pessoal e profissional, que me fizeram escolher os assentamentos do município de Buritis, no Estado de Minas Gerais, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Inicialmente, ao entrar no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília, o projeto de pesquisa era bastante distinto do que aqui se desenvolveu. A ideia era aprofundar o tema das tecnologias sociais de convivência com o semiárido, de acesso à água e produção de alimentos, tema este desenvolvido na Dissertação de Mestrado, mas no caso para a realidade Cerrado.

No entanto, confirmando tendência de outros momentos, onde pude escolher a não dar continuidade aos temas de estudo anteriormente desenvolvidos, novamente tomei essa decisão. Sou aquele tipo de pesquisadora que não necessariamente aperfeiçoou um único tema na graduação, no mestrado e no doutorado. Na verdade, fiz exatamente o contrário, cada momento de vida, foi um tema de pesquisa. Todos vinculados a um tema maior, que seriam os

---

<sup>1</sup> Esta seção foi escrita em primeira pessoa, já que se trata de justificativas e problematizações relacionadas à trajetória pessoal da pesquisadora.

<sup>2</sup> O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia federal da administração pública responsável pela reforma agrária, era vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, extinto em 2019. Assim o INCRA segue paralisado vinculado atualmente à casa Civil da Presidência da República.

processos espaciais atrelados ao campo, embora em especificidades e regiões distintas do Brasil.

Não estou aqui atribuindo juízo de valor aos pesquisadores que seguem e se aprofundam no mesmo tema, ao longo de suas carreiras, afirmo que foi uma decisão pessoal e da minha personalidade, poder transitar por temas distintos em fases diferentes ao longo de minha carreira como pesquisadora.

Dessa forma, a proposta de modificação do tema, partiu de meu orientador, Professor Fernando Sobrinho, que ao saber de minhas características, tendências políticas e compromissos com temas ou grupos de atores e escalas “invisíveis”, lançou a ideia de investigarmos os assentamentos da reforma agrária de um município destaque na produção agrícola do Estado de Minas Gerais.

O município de Buritis foi escolhido, já que eu havia iniciado meus trabalhos como professora no curso de Geografia da Universidade Aberta do Brasil (UAB), onde um dos polos atendidos, era nesse município e alguns dos alunos deste curso, eram assentados de assentamentos da reforma agrária.

Assim, ao viajar e conhecer o município e alguns dos alunos, a proposta e o desafio de pesquisar uma realidade e uma região completamente desconhecidas para mim, estavam selados. Pesquisar áreas rurais no Brasil é sempre um imenso desafio, seja pelas enormes distâncias, seja pelas inúmeras dificuldades de acesso e infraestrutura, seja pelo medo dos investigados e do investigador, em tratarem determinados temas em um contexto político tão delicado, como este que vivemos, mas, ao mesmo tempo, extremamente gratificante e onde muito se aprende.

A experiência em lecionar no município abriu portas e permitiu contatos e caminhos que facilitaram os inúmeros desafios para acessar questões encobertas e relegadas, como o acesso à água e a produção de alimentos nos assentamentos em um município que graças aos seus altos índices produtivos, encobrem questões a respeito das desigualdades socioespaciais e dos processos que fogem desta homogeneização produtiva e do discurso conservador de progresso e desenvolvimento.

Também tem sido uma escolha consciente de minha parte, que meus temas de pesquisa estejam vinculados às desigualdades socioespaciais e à pobreza. Sempre me chamou a atenção, um país como o Brasil, extremamente rico em termos culturais, recursos naturais, criatividade e inúmeros outros atributos, permitir e aceitar que inúmeras pessoas estejam em situação de extrema pobreza e sem direito de acessar determinados direitos.

É um compromisso assumido, tratar, pesquisar e colaborar no que for possível com estes temas tão caros a mim, que graças a inúmeros desafios superados em minha trajetória, consigo hoje e posso me dar ao prazer e a dor, da reflexão e da pesquisa destes. Prazer, ao poder contribuir para levar essas discussões ao âmbito acadêmico, e outros espaços, e dor, assim como a dor, ao perceber que avançamos e retrocedemos, como uma dança, comum na história da humanidade, que se marca por esses passos para frente em governos mais progressistas e possibilidades de lutas, e para trás, nos governos mais conservadores, em termos de acesso e garantia de direitos básicos a todos os filhos desta terra.

Também quero ressaltar que no atual cenário, parece um pouco sem sentido ao senso comum, tratar da luta pela terra, na perspectiva da desconstrução de uma política pública tão frágil e nunca realmente encarada pelos poderes nacionais, mas agora, no ano de 2019, rechaçada, sendo valorizado exatamente o contrário em termos ideológicos e ultraliberais.

Há que se lembrar do golpe militar de 1964, quando se tentava implantar uma efetiva reforma agrária e o golpe de 2016, pelas forças mais conservadoras deste país. E mesmo em governos mais progressistas o que se fez, foi ainda pouco diante da demanda de pessoas que lutam por um pedaço de terra e a consolidação destes territórios em suas potencialidades, após a conquista da terra.

Portanto, justamente em meio ao caos e a desconstrução deste tipo de política é que se reafirma o compromisso com as resistências e com a luta, por garantia aos direitos básicos e mais ainda, à memória daqueles que deram seu sangue, seu suor e em inúmeros casos, suas vidas, na tentativa de garantir um país mais justo, solidário e democrático.

## 2.2 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA: AS DIFERENTES TERRITORIALIDADES NO MUNICÍPIO DE BURITIS

Na história do Brasil a concentração fundiária e a priorização de políticas públicas que privilegiassem grandes propriedades e a monocultura para produção de *commodities*<sup>3</sup> são marcas constantes até os dias atuais no campo brasileiro.

No caso do Cerrado brasileiro, não vem sendo diferente. Os altos índices de produtividade de grãos para exportação, em grandes fazendas de monocultura, como um modelo que vem trazendo resultados positivos para as regiões que se encontram, mascaram muitas vezes índices de concentração de riquezas, desigualdades e violação de direitos básicos

---

<sup>3</sup> Commodities são produtos, basicamente matérias-primas, ou produtos em estado bruto, com pouco ou nenhum processo de agregação de valor, ou industrialização, sendo valorados no mercado internacional a partir de parâmetros estabelecidos em bolsa de valores, alguns exemplos: café, soja, minérios, etc.

negligenciados ou (des)priorizados enquanto políticas públicas, assim como o acesso e garantia a uma alimentação equilibrada e água de qualidade e em quantidades suficientes para desenvolvimento de atividades cotidianas básicas e produtivas de inúmeras famílias.

A consolidação da região do Cerrado como área da agricultura moderna, faz parte de um processo de desenvolvimento de programas promovidos pelo Estado, a partir da década de 1960, por meio de incentivos fiscais, subsídios, apoio à ciência e tecnologia e investimentos em infraestrutura para esse tipo de modelo de desenvolvimento específico.

Essa região passou então a partir desse período, por grandes transformações socioespaciais, já que o objetivo destes programas era a otimização da produção a fim de atender demandas do mercado internacional, requerendo para isso uma reconfiguração do espaço em suas formas e funções (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

De acordo com Vicentine (2016), a utilização do termo Cerrado, é recente no discurso de planificação da região Centro-Oeste brasileira, que se expressa no projeto de expansão capitalista no campo, se consolidando a partir dos anos 1960, junto de um projeto de desenvolvimento para a região.

Até então, o mesmo era considerado como o sertão brasileiro, espaço vazio a ser ocupado e desenvolvido, embora já existissem fazendas provenientes de outros ciclos econômicos, além de inúmeras outras formas de trabalho e relações com a terra, seja pelos agricultores familiares, posseiros, meeiros, e diversas comunidades e povos tradicionais e suas territorialidades com o Cerrado.

Nessa época com a criação da SUDECO (Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste), assim como do POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e posteriormente o PRODECER (Programa Nipo-brasileiro de Desenvolvimento dos Cerrados) os cerrados entram na era dos “complexos agroindustriais”, ou seja, da produção integrada entre indústria e agropecuária, vinculada à acumulação capitalista em nível mundial.

Essa região, é uma das principais produtoras de grãos do país, como a soja, algodão herbáceo, milho, café, tendo os maiores índices de produtividade em comparação com outras regiões do Brasil (Figura 1). Por outro lado, há sérios problemas de concentração de bens e riquezas no campo e nas cidades, já que estes lugares estão submetidos a uma regulação externa, condicionando as técnicas de manejo, os insumos usados, a logística, os créditos, os preços e os produtos às necessidades alheias a estes lugares (FREDERICO, 2013). O território sendo usado de forma não orgânica à suas potencialidades e suas gentes.

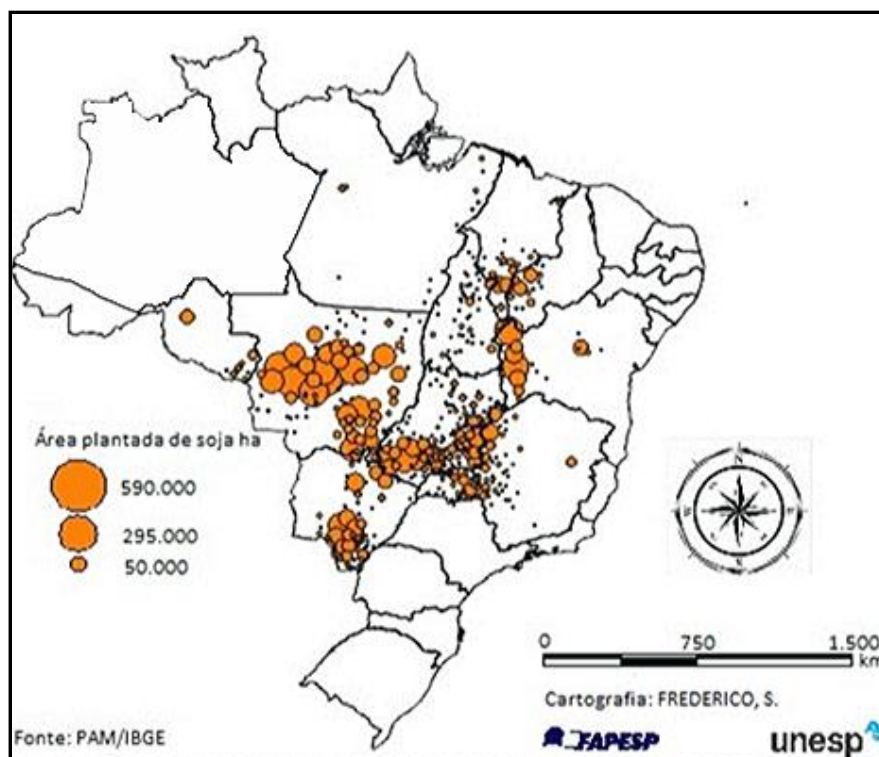


Figura 1 - Área plantada de soja por ha. Fonte: Frederico (2013).

Segundo Matos e Pessoa (2014) esse processo de modernização agrícola “artificializou” a terra, já que as características naturais desse espaço foram modificadas a partir dos grandes investimentos em extensões de terra, maquinários e logo capital circulante.

As pequenas cidades nesse quadro de reconfiguração do campo, seja pela expansão da moderna fronteira agrícola, também passam por novas reconfigurações em suas formas e funções, seja pela oferta ou pela demanda de novos produtos e serviços.

A refuncionalização, apontada por Soares e Bessa (1999), ocorre nos centros antigos através de novas atividades vindas de fora destes, a partir de demandas vinculadas às atividades agrícolas e dos novos produtores (crédito, insumos, maquinário, beneficiamento, estocagem). Além disso, os fluxos de transporte e comunicação são intensificados, assim como a diversificação do comércio e dos serviços, ocasionando conforme apontam as autoras, novas interações espaciais a partir dessa modernização do campo.

Entende-se assim que, o agronegócio, ou a agricultura científica globalizada vem reconfigurando às relações campo-cidade, dinamizando a economia, impulsionando o crescimento e a formação de novas áreas urbanas ou reestruturando antigas, com forte integração da agropecuária e da indústria, conforme explicitado por Frederico (2013), basicamente apoiado em três pilares: a difusão dos paradigmas tecnológicos da Revolução



Verde; aumento da produção de *commodities* para exportação; e a menor atuação do Estado como principal regulador da produção agrícola.

De acordo com Elias (2012), a modernização das atividades agrícolas e o avanço sobre áreas até então consideradas “vazias”, possível a partir da fluidez garantida conforme a expansão de redes técnicas e de infraestrutura:

(...) manteve intocáveis algumas estruturas sociais, territoriais e políticas incompatíveis com os fundamentos do verdadeiro significado do conceito de desenvolvimento. Isso significa que privilegiou determinados segmentos sociais, econômicos e os espaços mais rapidamente suscetíveis de uma reestruturação sustentada pelas inovações científico-técnicas e pela globalização da produção e consumo. (...) Promove-se, assim, um crescimento econômico cada vez mais desigual, gerador de desequilíbrios, exclusão e pobreza, acentuando as históricas desigualdades socioespaciais brasileiras (ELIAS, 2012, p. 31).

As reconfigurações que ocorreram também tiveram influência em fluxos migratórios, como no caso dos colonos vindos do sul do país, a partir da década de 1970, atraídos pelos projetos de colonização do governo militar, e da consolidação de infraestrutura voltada para a produção de grãos para o mercado exterior e acesso à créditos.

O recorte temporal da pesquisa é dos anos de 1960 aos dias atuais, portanto, tais contextualizações dos processos que ocorreram no Cerrado e mais especialmente que refletiram nas dinâmicas municipais, são importantes para entendimento da realidade atual do município.

Conforme dados apontados por Kohllhep e Blumenchein (2000) cerca de um milhão de famílias migraram dos estados do sul para a região Centro-Oeste entre os anos de 1975 a 1996. O Cerrado era visto como o “Novo Eldorado” e no momento histórico que isso ocorria justificava-se pelo fato que:

(...) devido à crise mundial da dívida externa (deflagrada em 1982) a agricultura de soja voltada à exportação revelou-se um importante gerador de divisas e o Centro-Oeste brasileiro foi visto como o principal espaço econômico de um desenvolvimento agrário tornado, por isso, mais necessário do que nunca (KOHLLHEP; BLUMENCHEIN, 2000, p. 53).

A partir desse período, muitas fazendas então foram consolidadas com esse perfil, pessoas vindas do sul, empregadas no cultivo de grãos, a partir da tecnificação da produção e do uso intensivo de recursos naturais, pautados em um modelo de produção já consolidado no sul do país, embora antes disso fazendas com predominância da pecuária já existissem em grande número na região.

Já na década de 1980, outra dinâmica se estabelece concomitante e resultante inclusive deste processo de concentração fundiária e expropriação de parcela significativa da população, a consolidação de ocupações de fazendas por movimentos sociais de luta pela terra.

Camponeses, agricultores familiares, posseiros, meeiros e outros atores, parte deles de migrantes de outras regiões do país, mas que já residiam na região, graças as relações de trabalho vinculadas a outros ciclos econômicos e ocupações territoriais, foram sendo excluídos do mercado de trabalho e de seus direitos básicos, diante desses processos de modernização. O direito à terra foi fortemente violado na região, bem como os acessos à moradia, alimentação, saúde, educação, fazendo com que os movimentos sociais se fortalecessem na reivindicação de seus direitos.

Chama especial atenção o crescimento da violência nos anos 80, decorrente do aumento da pressão social feita pelos camponeses em sua luta pela terra. A chamada modernização da agricultura estava gerando seu oposto. Como contradição da modernização conservadora aumentava a luta pela terra por parte dos camponeses. A sociedade civil movia-se na direção da abertura política. (OLIVEIRA, 2001, p. 192).

Tal mobilização no campo permitiu após muitos anos de ocupação de fazendas pelos movimentos de luta pela terra, no Brasil e na região em estudo especialmente, a legitimação e reconhecimento da posse da terra, com o assentamento de inúmeras famílias em um momento político favorável a essa pauta de reivindicação política.

Nesse sentido é possível observar que a área de expansão do plantio de soja para a região Noroeste de Minas Gerais e entorno do Distrito Federal, coincide com a área de grande implantação de assentamentos rurais, conforme Figuras 2 e 3 respectivamente, em proporção para o estado de Minas Gerais, abrangendo a área de estudo.

Assim, é possível perceber, que usos da terra e territorialidades distintas vão se sobrepondo, ou se enfrentando, à medida que o avanço da produção de grãos, para o caso em estudo, se aproxima dos assentamentos da reforma agrária, que possuem lógica distinta de produção e reprodução social.

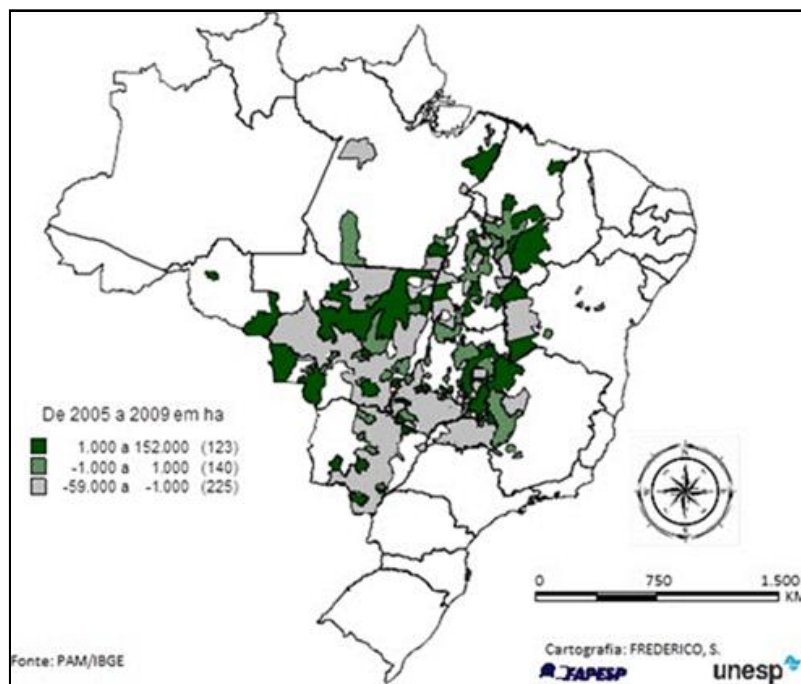


Figura 2 - Expansão da área plantada de soja (2005-2009). Fonte: Frederico (2013).

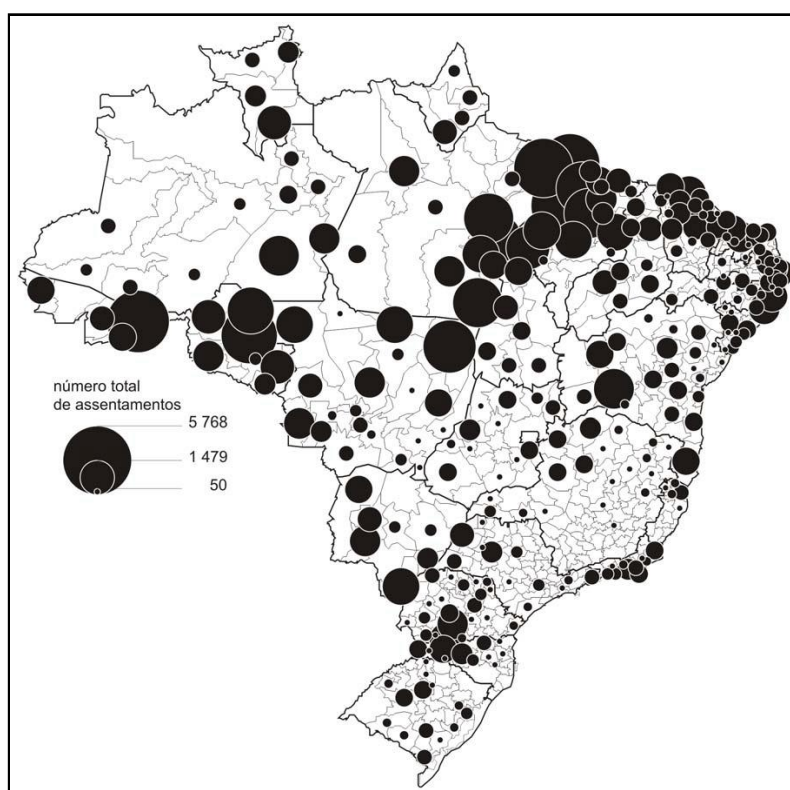


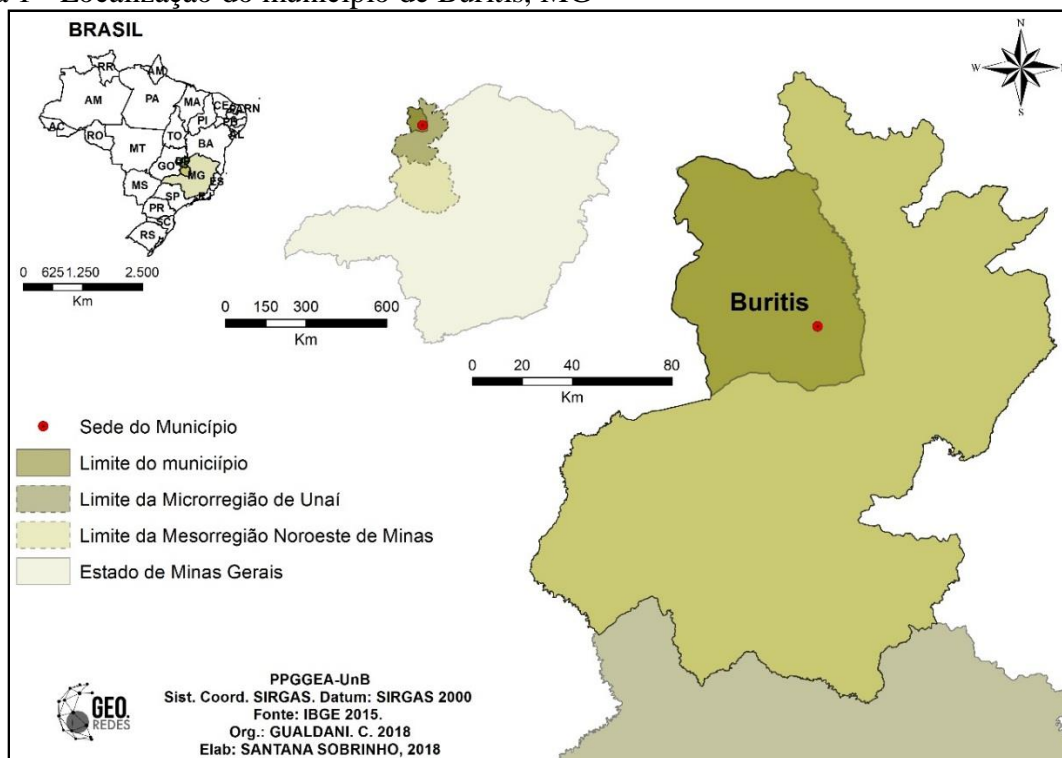
Figura 3 - Número de assentamentos no Brasil (1996). Fonte: I Censo da Reforma Agrária (apud DAVID et al., 1997)

O município de Buritis, no Estado de Minas Gerais, localizado na mesorregião do Noroeste de Minas Gerais, e na microrregião de Unaí, se enquadra nos municípios que vem passando pela expansão da moderna agricultura, embora seja um dos municípios que desta

região (RIDE-DF) teve mais desapropriações de terra para a reforma agrária, perdendo somente para o município de Unaí, sendo 24 e 26 assentamentos criados, respectivamente.

Localizado a 240 km de Brasília, foi elevado à categoria de município em 1962 e atualmente possui população estimada em 24.663 (IBGE, 2018). Pertence à Mesorregião administrativa Noroeste de Minas Gerais e Microrregião de Unaí, conforme Mapa 1.

Mapa 1 - Localização do município de Buritis, MG



Fonte: Tolentino (2016).

É um município rodeado de serras, sendo a Serra Geral a leste e a oeste, as Serras do Planalto Central. Possui clima Tropical e grande disponibilidade hídrica, fazendo parte da bacia hidrográfica do Rio Urucuia, afluente do Rio São Francisco. Buritis se enquadra como um município com médio IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), abaixo da média nacional e do estado de Minas Gerais, tendo na última década chegado a 0,672 (IBGE, 2016).

Com relação ao PIB (Produto Interno Bruto) do ano de 2016, o município se destaca na produção agropecuária e nos serviços, sendo uma característica marcante de cidades vinculadas ao agronegócio, onde ambos setores possuem significativos pesos na economia local. Buritis, se enquadra como o terceiro município em produtividade de soja do estado, assim como de feijão e o quarto maior produtor de milho, se destacando entre municípios como Paracatu, Unaí e Uberaba, do estado de Minas Gerais e Cristalina e Formosa em Goiás (IBGE, 2018).

O município possui 24 assentamentos rurais, também denominados PAs (Projetos de Assentamentos), termo de uma das categorias existentes para assentamentos da reforma agrária, conforme denominações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), instituição responsável pela Política Nacional de Reforma Agrária.

As ocupações por diferentes movimentos sociais de luta pela terra podem ser entendidas como forma de cobrança social pelo direito à terra não garantido por outras vias:

As ocupações constituem um momento da luta pela terra. Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem a conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa (GIRARDI; FERNANDES, 2008, p. 76).

Há autores que afirmam que os assentamentos de reforma agrária em regiões produtivas do agronegócio passam a ter relevância diante da diversidade produtiva que podem representar perante a produção da agricultura familiar para o município, já que a produção per capita não aumentou como a produção agroindustrial, sendo a agricultura familiar importante nessas questões de diversidade, conservação genética de sementes e segurança alimentar e nutricional.

O que se identificou em campo, é que não necessariamente isso ocorra, já que a posse da terra por si só, não garante as condições básicas para produção, sendo ainda necessário acesso à: crédito, energia, água, bens e insumos, além de boas estradas e demanda de produtos, para inserção nos circuitos da economia, além de características específicas da agricultura familiar que dependem de uma territorialização que vai além da relação mercadológica com a terra.

Essas características específicas, podem ser explicadas pela relação com a terra, da perspectiva do campesinato, que vai além de uma relação mercadológica imposta por uma lógica capitalista, que também se vê presente, mas complementar a relações mais orgânicas com o território.

A multiplicidade de formas de viver e se relacionar com a terra nos assentamentos é ampla, já que tal lógica campesina, que nos referimos, da pluriatividade, multifuncionalidade da agricultura familiar, das relações das pessoas com a terra, além da perspectiva mercantilista, se mantém.

Nesse sentido, políticas públicas de garantia de direitos básicos, como as políticas voltadas à agricultura familiar, vem a partir da década de 1990<sup>4</sup>, fortalecendo e garantindo acesso a créditos e mercados, muitos deles em nível local e regional, com a inclusão produtiva e comercialização de alimentos, embora muito pouco articuladas com as potencialidades e capacidades destes territórios nos assentamentos visitados.

Nos estudos desenvolvidos por Leite et al. (2004), em um mapeamento detalhado sobre diferentes regiões do Brasil com grande número de assentamentos, como é o caso do entorno do Distrito Federal/Noroeste de Minas Gerais, os autores afirmam a existência de grande diversidade de produtos agropecuários oriundos dos assentamentos, sejam eles de produção vegetal, produção animal e produtos beneficiados:

No seu conjunto, todos estes produtos vão estar colaborando, seja para a obtenção de renda (através da comercialização), seja para a alimentação da família. Há assim uma diferenciação, por parte dos assentados, entre os produtos que são produzidos, aqueles que são vendidos, e aqueles considerados importantes (LEITE et al., 2004, p. 12).

Dessa forma, entende-se nessa pesquisa que nos assentamentos, há uma produção que contribui para o abastecimento das famílias e para sua segurança alimentar, e que garante em parte a reprodução social desses sujeitos e desses grupos, embora lógicas e técnicas do entorno, da grande produção, também influam na relação com a terra e com os recursos naturais presentes nestes espaços.

Tais lógicas, como observado em campo, estão presentes graças à necessidade de uso de maquinário, de energia ou de melhoria nas estradas, assim como de insumos, não garantidos plenamente pelos fomentos aos quais os assentados têm direito.

Esses fomentos como verificado, tardam em serem acessados, comprometendo a qualidade de vida das famílias, os obrigando a se subterrem a outros tipos de trabalho, alguns deles junto a fazendeiros e produtores de grãos da região, ou ainda a migração de membros da família para outras regiões ou até mesmo as cidades, para manutenção destas famílias. A ausência de orientação técnica e da extensão rural também se faz presente, não havendo encaminhamentos institucionais, do que pode ser melhor desenvolvido para cada assentamento ou perfil familiar, sendo os movimentos sociais muito importantes nessas lacunas por promoverem ações de mobilização, sensibilização e educação do campo.

O acesso à água portanto, estabelecido como um dos primeiros direitos e infraestrutura, a serem garantidos aos assentados, não é homogêneo e igualitário, em princípio, por

---

<sup>4</sup> O Programa Nacional de Agricultura Familiar, é um dos principais programas de apoio à agricultura familiar e foi criado em 1996 para a poio e promoção deste segmento.

diferenciação em termos de distribuição e disponibilidade natural, como também por políticas públicas adequadas, ocasionando assim, escassez e conflitos por uso.

A aleatoriedade na seleção das terras a serem desapropriadas para a criação dos assentamentos, muitas vezes não leva em consideração fatores como qualidade do solo, acesso a fontes de água, acessibilidade, etc. contribuindo para uma diversidade destas características entre os assentamentos. Corroborando para esse cenário, programas e políticas setorializadas, não integradas que divergem em tempos e objetivos.

A ineficiente política de assistência rural corrobora para a desagregação de conhecimentos camponeses e territoriais das relações com o Cerrado, que poderiam contribuir para a diversidade dos quintais produtivos e menos dependência da compra de alimentos.

Também foi observado o arrendamento de terras para a produção de grãos para grandes fazendas próximas, prática não permitida aos assentados, conforme normativas do INCRA, mas considerada uma forma de garantir renda, com nenhum investimento e pouca mão de obra, já que em algumas falas, a falta de acesso à água e outros recursos os empurraram a desenvolver tais práticas.

Nesse sentido, a partir de tal problematização, as seguintes perguntas nortearão a pesquisa:

- a) Como se deu o processo de consolidação do agronegócio e dos assentamentos rurais no município?
- b) Como se dá o acesso à água nos assentamentos investigados? Que estratégias são encontradas pelos assentados?
- c) Que estratégias estão sendo estruturadas pelos produtores de grãos no acesso à água?
- d) Há conflitos por água no município?
- e) Quais estratégias se estabelecem por parte dos assentados na produção de alimentos nesses territórios? Há insegurança alimentar nos assentamentos visitados?
- f) Que territorialidades se manifestam e se mantêm nessas regiões com predominância do agronegócio globalizado?

Nesse contexto identificou-se que o município de Buritis tem passado por dinâmicas socioespaciais oriundas de grupos de atores e políticas públicas distintas, com relação à produção agrícola, que reconfiguraram seu espaço rural e agrário, conforme discutido anteriormente.

Essa reconfiguração vem produzindo altas safras de grãos ao mesmo tempo que não tem alterado a concentração de riquezas, como demonstrado pelo Índice de Gini do município,

conforme, Tabela 1. Esta demonstra que houve maior concentração de riquezas no ano 2000 e posteriormente volta-se ao patamar de 1991, embora a renda per capita tenha aumentado, impacto também sentidos pelos programas de transferência de renda do governo federal (CORREA et al., 2008).

Tabela 1 - Renda, Pobreza e Desigualdade no município de Buritis, MG

	1991	2000	2010
Renda per capita (R\$)	175,78	488,75	505,59
% de extremamente pobres	33,87	15,48	7,48
% de pobres	64,82	37,41	22,98
Índice de Gini	0,54	0,70	0,57

Fonte: IBGE (2013).

Parte-se do pressuposto, e que será melhor investigado, que o desenvolvimento, não significa apenas evolução de índices de desempenho produtivo, ou mesmo a criação de infraestrutura e acessibilidade, e sim a garantia permanente a esses direitos adquiridos pela população total do município. Para Sen (1998) que discute o conceito de desenvolvimento para liberdade:

(...) uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele (SEN, 2000, p. 28).

A inserção nos circuitos espaciais da economia, a partir da produção de alimentos pelos assentados, pode ser um dos aspectos do processo de seu desenvolvimento, embora haja outros direitos e perspectivas que devem ser considerados quanto à autonomia, e graças ao trabalho de campo, foi verificado que esses direitos não estão garantidos de forma igualitária nos assentamentos visitados.

Nas Regiões Produtivas do Agronegócio (RPAs), entendidas como espaços em que dinâmicas vinculadas ao agronegócio globalizado se manifestam, o desenvolvimento se dá de forma desigual, com a presença de espaços de exclusão, o que ocorre no município de Buritis (ELIAS, 2015).

Nesse contexto, tem-se como hipótese de pesquisa, que o modelo de desenvolvimento da região, refletido no município, mesmo batendo recordes de produção de grãos e com a presença de projetos de reforma agrária, mantém a concentração de riquezas. Diante de um quadro de exclusão e baixa renda de grande parte dos moradores do município, não é proporcional a utilização de recursos naturais e sua degradação com relação à geração de



riquezas para o município, em termos de distribuição e acesso para a população, principalmente nos territórios dos assentamentos rurais que não acessam os recursos e não usufruem da infraestrutura prevista para o desenvolvimento dos assentamentos.

Esse processo faz com que os assentados reproduzam em algumas situações, a mesma lógica do entorno, como o arrendamento de terras, migrações, ao mesmo tempo que desenvolvem estratégias de manutenção nestes territórios, ou seja, diferentes territorialidades. As multiterritorialidades, a partir dos deslocamentos para a busca de trabalhos, assim como a busca por água, ou a aquisição de alimentos na cidade, reafirmam as diferentes estratégias dos assentados.

Também tem-se como hipótese que a insegurança alimentar que este modelo provoca está presente nos assentamentos, diante da diversidade de outros modelos de produção mais adequados para o bioma Cerrado e para a realidade das famílias assentadas; e que a insegurança hídrica existe nos assentamentos, graças à dificuldade dos assentados de acessar água regularmente, sendo agravada pelas obras e infraestrutura recentemente territorializadas no município para irrigação das plantações, gerando conflitos pelo uso da água.

Embora, também defenda-se a ideia de que mesmo estes modelos, se inter-relacionando, já que as relações agrárias e as relações campo-cidade estão reconfiguradas nestes espaços sendo mais de complementaridade do que de oposição, como anteriormente a geografia afirmava, há territorialidades distintas que convivem, ou seja, apesar das violações de direitos, e a territorialização do agronegócio, há também territórios de resistência.

Nesse sentido entende-se que a partir dos diferentes ciclos econômicos e dinâmicas produtivas, consolidados na região Noroeste de Minas, e no Cerrado, a modernização trouxe exclusão e homogeneização dos modos de viver e produzir, já que este não era um “espaço vazio” e sim possuidor de diferentes territorialidades, formas de viver e produzir.

Assim afirma-se que, mesmo havendo políticas e programas de apoio à agricultura familiar e aos assentamentos da reforma agrária na área de estudo, estas políticas não vêm garantindo direitos básicos de moradia igualitários à todos assentamentos e assentados, acesso à água, transporte, alimentação adequada, sendo ainda mais excludentes graças ao jogo de forças desigual diante da territorialização do agronegócio, que expropria por meio do jogo de forças e atualmente do controle da água, fazendo com os que assentados se submetam à lógica do agronegócio para sobreviver, em situações extremas.

Ao mesmo tempo, graças as contradições do sistema capitalista, estratégias de manutenção e reprodução das famílias de assentados, alternativas são materializadas, como

observado em campo, sendo consideradas em alguns casos como tecnologias sociais. Estas podem ser entendidas como conhecimentos, procedimentos e soluções, encontradas pela população local para seus problemas, a partir da disponibilidade de recursos e sistematização de práticas, que deem soluções para os problemas da comunidade, geralmente desenvolvidas por um conjunto de pessoas coletivamente (RTS, 2010; ITS, 2007; BAUMGARTEN, 2006).

Em campo, tecnologias como estas características, foram identificadas, como técnicas de escavação e construção de cisternas<sup>5</sup>, também rodas de água com sistemas de bombeamento, diferentes formas de irrigação, estas identificadas como formas de garantir o acesso à água e a produção de alimentos, a partir dos recursos, conhecimentos disponíveis e redes de solidariedade, assim como organização de associações para aquisição de equipamentos como bombas de água, entre outras estratégias que serão detalhadas.

### 2.3 A INVISIBILIDADE DA REALIDADE DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM REGIÕES DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA

Antes da problematização do desenvolvimento de pesquisas em áreas de assentamentos da reforma agrária, é importante destacar por questões de método, o reconhecimento dos inúmeros estudos em Geografia Agrária e seus paradigmas vigentes para abarcar determinadas explicações dos fenômenos ditos espaciais. Autores consagrados da temática, apontam dois paradigmas marcantes nas análises agrárias: por um lado o paradigma do capitalismo agrário e por outro lado, o paradigma da questão agrária (OLIVEIRA, 2001; GIRARDI, FERNANDES, 2009).

No caso do paradigma do capitalismo agrário, a defesa é de que o camponês se transformaria inevitavelmente em um produtor, graças a graus de integração variados com o mercado e a cadeias produtivas estabelecidas, seria o que Girardi e Fernandes (2009) afirmam como sendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar. Já o paradigma da questão agrária entende o camponês como um ser em constante processo de recriação, por meio dos diferentes processos desiguais e contraditórios do sistema capitalista.

Outra diferença teórica importante entre os dois paradigmas é que para o paradigma da questão agrária, a desigualdade e a diferenciação são problemas de ordem estrutural do desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, a luta contra o capital é compreendida como condição essencial para a minimização das desigualdades na perspectiva de superação do capitalismo. A luta contra o capital gera, continuamente, conflitualidades; por exemplo, os processos de territorialização e

---

<sup>5</sup>As cisternas são estruturas escavadas de captação de água subterrânea, como poços artesianos, construídas pelos próprios assentados. Esta tecnologia é diferente das cisternas de placa, comuns no semiárido brasileiro para captação de água das chuvas, já que é subterrânea.

desterritorialização do campesinato e do agronegócio. Para o paradigma do capitalismo agrário, a metamorfose do campesinato em agricultura familiar seria um processo de integração ao desenvolvimento capitalista, dentro de seus parâmetros, em uma relação sem conflitos (GIRADI; FERNADES, 2009, p. 358).

Dessa forma entende-se que o paradigma do capitalismo agrário se torna mais adequado na perspectiva do que se entende aqui como o propósito dos assentamentos de reforma agrária, quanto às suas pautas de reivindicação como movimentos socioterritoriais.

O estudo de assentamentos rurais como dito anteriormente é um desafio. Graças às dificuldades de acesso, a depender da região estudada, embora outras questões devam ser aqui apresentadas. O vazio ou o que chamamos aqui de “invisibilidade” ou ainda para alguns autores a “opacidade” (ARRUZZO, 2016; RIBEIRO, 2012; SANTOS, 1996) do tema, reflete na verdade tendências de pesquisa que são reflexo de padrões homogêneos ou ainda de temas ditos mais relevantes que outros.

E nas ciências sociais esse quadro não é diferente, Boaventura de Souza Santos, trata dessa questão em seu livro “Sociologia das Ausências” (2006) onde discorre sobre a predominância do modo ocidental de ver e analisar o mundo, desconsiderando uma gama de possibilidades, visões e atores.

Sendo assim, segundo este referido autor, determinados temas são, na verdade, desqualificados ou não legitimados, ocasionando as ausências, o que se trata aqui de invisibilidade ou ainda opacidade. Nesse sentido dar visibilidade ao que em sua ampla maioria é considerado para os acadêmicos como residual, inferior ou improdutivo (SANTOS, 2006) diante desse quadro de privilégio e homogeneização de temas é uma escolha epistemológica e metodológica.

Aqui, entende-se que determinados temas contribuem para a retirada desta opacidade seja dos atores, seja da escala e, portanto, visibilizá-los nesta pesquisa pode ser uma contribuição neste sentido. Não está, dessa forma, afirmando-se o que é mais ou menos importante, mas sim, o que o discurso ideológico atualmente vigente impõe no imaginário como mais importante, em termos de investimento ou valorização, ou seja, os espaços ditos luminosos e altamente produtivos (SANTOS, 1996).

O desafio também foi encontrado na ausência de dados atualizados para abordar esse universo. Isso aparece não somente no número de publicações, dissertações e teses ao tratar do tema em escalas específicas (sim, escalas maiores, pois o tema é bastante importante na Geografia Agrária) como na ausência de dados secundários em instituições vinculadas ao tema.

Os espaços de discussão, e de visibilidade de publicações, como os encontros nacionais demonstram tendências de pesquisa e tem apontado em seus grupos de trabalhos (GTs) a inserção de pautas que até então não tinham tanta visibilidade, tendo entre eles temas como a Geografia dos Alimentos e Apropriação e Conflitos pelo uso da Água na América Latina<sup>6</sup>, apontando a tendência e necessidade de discussão dessas temáticas sob a perspectiva geográfica, graças às novas dinâmicas espaciais, que envolvem essas questões.

Exatamente graças à ausência de dados, é que as escalas de análise são comprometidas, ou seja, muitos dados primários devem ser gerados, e isso será apontado nos itens posteriores deste capítulo.

Mesmo no Brasil existindo atualmente 9.478 projetos de assentamentos, totalizando uma área de 89.502.605 ha<sup>7</sup>, é como se essa realidade não importasse em termos de visibilidade do que se passa nesses espaços para a mídia convencional e o senso comum, e boa parte da população brasileira. Embora, nas ciências geográficas este não seja um tema opaco, há diversos grupos de pesquisa que tratam das questões agrárias, dos assentamentos da reforma agrária e das lutas no campo, tais temas chegam pouco à população e a mídia e entende-se na verdade, como um projeto político e ideológico, tal invisibilidade.

Outra questão que chamou atenção em termos de não ser destaque, é a questão das escalas de análise. Algumas vezes fui questionada, sobre o porquê de ter escolhido a esfera municipal em se tratando de uma tese e não uma escala menor, ou seja, era como se nessas falas o fato deste trabalho ser uma tese de Doutorado, deveria portanto, privilegiar análises ditas “mais populares” ou outras escalas, como regionais, nacionais ou globais. Isso me chamou a atenção, já que é como se entre nós pesquisadores, houvesse um status que vai nos levar a ser mais ou menos admirados e conseqüentemente citados, pela escolha de determinados temas e recortes espaciais.

Expliquei nesses casos, que minha perspectiva geográfica e minha trajetória na verdade, me levavam justamente a pesquisar lacunas nas áreas que investigo, ou seja, se a escala municipal vem sendo deixada de lado de fato pela complexidade dos fenômenos espaciais da escala global quando espacializados na escala local, isso não inviabiliza ou diminuiu a importância de estudos que justamente fazem análises de outras escalas ainda mais estudos que dialogam com os processos locais e globais. Os comentários dos pares na verdade, foram

---

<sup>6</sup> Esses dois temas foram Grupos de Trabalho do último ENANPEGE, Encontro Nacional de Pesquisa em Geografia, realizado em setembro de 2019, na Universidade de São Paulo (USP).

<sup>7</sup> Informação disponível em: Área incorporada ao Programa de Reforma Agrária no site do INCRA <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/16434> dados atualizados em 25/02/2019.

mais motivantes do que imaginava e confirmaram a importância destas análises para a Geografia.

A escala do cotidiano, das atividades domésticas, da água, da comida, dos quintais produtivos, do dia-a-dia aqui interessa para o entendimento de territorialidades, especialmente por se tratar de assentamentos da reforma agrária oriundos da luta pela terra.

Diante do descompromisso dos últimos governos com a pauta da reforma agrária e mais especialmente com o órgão diretamente vinculado ao tema o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e seu desmonte, os estudos que tratam mais em detalhes da situação dos assentamentos, como o Censo dos Assentamentos foi realizado em 2006, assim como o Censo Agropecuário, que por sorte, foi publicado parcialmente antes da finalização desta tese (Resultados Preliminares do Censo Agropecuário 2017) e contribui para determinadas análises. Muitas pesquisas foram prejudicadas já que houve uma lacuna de 2006 a 2018, ou seja, 12 anos, e nesse período o país e o mundo passaram por muitas transformações que se refletiram no campo.

Dessa maneira, os trabalhos de campo são fundamentais para a geração de dados primários que vão corroborar com teorias ou mesmo refutá-las e isso será apontado nos próximos itens deste capítulo.

## 2.4 A ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

A partir da justificativa, contextualização e problematização das escolhas e dos porquês do tema e da área de pesquisa, explica-se aqui como a mesma foi desenvolvida.

Optou-se pelo uso de metodologia qualitativa, já que se entende que, para o desvendar de uma realidade tão complexa e contraditória como a dos assentamentos rurais em áreas de modernização agrícola, bem como a quase inexistente presença de dados secundários sobre esta escala de análise, essa metodologia é de maior contribuição para a descrição e interpretação dos fenômenos geográficos.

A pesquisa qualitativa tem como identidade o reconhecimento da existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, de uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto e de uma postura interpretativa, constituindo-se como um campo de atividade que possui conflitos e tensões internas. A palavra deriva de *qualitas* e significa essência. Assim, qualidade designa parte essencial, aquilo que é mais importante e determinante. Qualidade sinaliza o horizonte, da intensidade, que vai além da extensão. Significa outra dimensão fundamental de fenômenos qualitativos que é sua busca de profundidade e plenitude (RAMIRES; PESSOA, 2013, p. 25).

As bases filosóficas da pesquisa qualitativa se pautam aqui na perspectiva da dialética, tendo o materialismo histórico como referência, onde, a partir das contradições por meio da

tríade tese – antítese – síntese, pretende-se compreender e explicar os fenômenos dados no espaço geográfico em análise.

Para a Dialética marxiana, a prática social situa-se como processo objetivo de produção material. Daí o estatuto de instância primordial da vida humana e da transformação do mundo. Por isso, a prática social pode ser considerada critério de verdade na teoria do conhecimento que se vale do materialismo histórico (PESCE; ABREU, 2013, p. 203).

#### **2.4.1 A coleta de dados em fontes secundárias**

A pesquisa envolveu levantamentos bibliográficos ao longo de todo seu desenvolvimento, sendo complementar e dialógica com os trabalhos de campo e suas respectivas informações e dados primários. Tais levantamentos foram em parte realizados em sites e bases de dados *online*, como também no excelente acervo da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, espaço este de crucial importância para o desenvolvimento desta tese.

Os sites e as bases de dados utilizados foram do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), sendo que o primeiro permitiu inicialmente um panorama do município estudado e da região, dando corpo ao projeto de pesquisa e posteriormente permitindo uma análise mais aprofundada a partir dos dados das transformações sofridas nas últimas décadas, com a modernização agrícola e com a reforma agrária nestes espaços.

Já as informações do INCRA, foram mais difíceis de serem obtidas, em nenhum momento por má vontade de funcionários e técnicos, mas por divergência de dados, anos e parâmetros, requerendo para isso um maior preciosismo em campo. Também foram utilizadas informações do banco de dados da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, especialmente do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, a respeito da espacialização dos conflitos por água e dos limites dos assentamentos no município.

Informações e dados oriundos da Prefeitura Municipal de Buritis, a respeito das recentes intervenções em áreas rurais e as diversas barragens também foram de fundamental importância para o entendimento das territorialidades presentes neste espaço, bem como informações do Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia (COMDHURU) e da Prefeitura Municipal de Buritis, onde foi possível ter acesso as diversas denúncias, representações e audiências feitas pelos agricultores contra as barragens nos rios e córregos da bacia e instalação de pivôs centrais.

Para verificação da presença ou ausência de insegurança alimentar, foi utilizado método de recordatórios alimentares de 24 horas, onde os entrevistados relatam os alimentos consumidos. O método utilizado para inquéritos onde se pesquisa hábitos alimentares de indivíduos ou grupos populacionais, utilizado nas ciências da saúde, como nutrição e medicina, tanto para identificações de âmbito quantitativo como qualitativo.

Para a identificação dos conflitos por água, foi utilizado das áreas de conflitos já identificadas e mapeados pelo IGAM (Instituto de Gestão das Águas Mineiro), vinculado à Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais. O IGAM disponibiliza uma ampla plataforma de sistema de informação geográfica com diversas informações sobre o Estado e onde define o que é área de conflito de acordo com sua metodologia.

Área de Conflito: quando em uma determinada bacia hidrográfica ou parte desta, a demanda pelos usos estabelecidos ou usos pretendidos, seja superior à vazão outorgável, configurando indisponibilidade hídrica. A identificação de possível situação de conflito poderá ocorrer: na análise técnica, pelo IGAM ou SEMAD, de solicitação de outorga de direito de uso de recursos hídricos, bem como sua renovação ou retificação; caso seja confirmada situação de conflito pelo uso de recursos hídricos, deverá haver emissão de Declaração de Área de Conflito – DAC. Compete, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM emitir DAC, mediante elaboração de parecer técnico, por solicitação da SEMAD ou do Comitê de Bacia Hidrográfica (SISEMA, 2015, s/n).

Dessa forma, foram produzidos mapas com as sobreposições temáticas para o entendimento das novas dinâmicas que ocorrem na área de estudo, como a evolução da instalação de pivôs centrais, tecnologia de irrigação dos plantios de grãos, que são uma das principais demandas de água e vazão dos rios da área de estudo, e um dos principais motivos dos conflitos de uso identificados pelo órgão ambiental e pelas denúncias tanto do poder público municipal, como do COMDHURU.

Para complementação e confronto com as áreas identificadas pela SEMA, os relatos orais, foram abordados a partir de questões nas entrevistas, conforme Roteiro de Entrevista Semiestruturada (Apêndice 1) a respeito do acesso à água, bem como identificadas formas de acesso à água e estratégias para superação da escassez e insegurança hídrica.

Assim, foi elaborada por fim, uma matriz de identificação de cada assentamento visitado, os tipos de acesso à água presentes, o uso do solo do entorno de cada assentamento, a presença ou ausência de: insegurança alimentar; hídrica e conflitos por água, este último em duas perspectivas, uma pela metodologia do IGAM e outra da perspectiva dos assentados.

Os tipos de acesso à água foram identificados em campo, na visita à cada lote, bem como por meio das entrevistadas. O uso do solo do entorno de cada assentamento, foi inicialmente identificado pela base de dados da SEMAD e produzido mapa apresentado nesta tese, bem como confirmação destes usos, em campo. A presença de insegurança alimentar foi

pautada nos recordatórios alimentares, oriundos das entrevistas, visitas de campo e na metodologia dos graus de (in)segurança alimentar desenvolvida pela CODEPLAN (2016) assim como a insegurança hídrica, a partir das entrevistas e percepções dos assentados e metodologia do nível de acesso à água de Howard e Bartram (2003) adaptado para a realidade brasileira dos assentamentos de reforma agrária.

#### **2.4.2 O trabalho de campo e a interpretação das territorialidades a partir de entrevista: a pesquisa direta em assentamentos**

Entende-se o trabalho de campo para o geógrafo como uma das principais ferramentas de complementação das reflexões teóricas e do desenvolvimento do conhecimento científico geográfico. A riqueza de informações e dados que o trabalho de campo traz é de fundamental importância para pesquisas com enfoques como os desta tese, a complexidade da dialética, materializada nas relações e nos territórios aliadas às suas contradições, muitas vezes só é percebida além dos livros, quando se investiga no campo.

Desde os primórdios da Geografia os trabalhos de campo são parte fundamental do método de trabalho dos geógrafos. Aliás, a sistematização da Geografia enquanto ciência muito deve ao conjunto de pesquisas e relatórios de campo elaborados anteriormente por viajantes, naturalistas e outros, verdadeiro manancial de informações que foram essenciais para a construção das bases para o desenvolvimento da Geografia (ALENTEJANO, 2006, p. 53).

Orlando Valverde, exímio defensor dos trabalhos de campo, defendia que o geógrafo deveria evitar o ‘olhar bovino’, conforme aponta Souza (2017), querendo dizer que o “geógrafo deve ir além daquele olhar que não interroga, que não desconfia das aparências” (SOUZA, 2017, p. 19), afirmando a importância da imersão na realidade estudada, e dos porquês detrás das paisagens observadas.

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. Neste sentido, o trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas partir desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos (ALENTEJANO, 2006, p. 55).

Além disso, o trabalho de campo deveria ser uma imersão para o pesquisador a ponto de que seu objeto deixasse de sê-lo, ou seja, o desafio das ciências humanas no mundo contemporâneo, onde afirma-se tanto sobre a mercantilização das relações, ou do produtivismo das ciências, ou ainda das metas impostas por uma lógica de mercado, seria deixar de tratar as pessoas, os temas e as causas, como “coisas” e sim como pessoas com sonhos, projeções, expectativas e ainda com a esperança de um retorno científico.



Sobre a realização dos trabalhos de campo, foram realizadas três viagens de campo, sendo entre novembro de 2017 a janeiro de 2019, conforme Tabela 2, além de inúmeras visitas ao município, que contribuíram para o entendimento das dinâmicas municipais.

Tabela 2 - Visitas de Campo.

Período	Assentamentos visitados
Novembro de 2017	Hugo Herédia
Dezembro de 2018	Mãe das Conquistas, Roseli Nunes, Cristo Rei, Vanderli Ribeiro
Janeiro de 2019	Vida Nova, Cristo Redentor

A amostragem da pesquisa contou com a visita de sete (7) assentamentos, dos vinte e quatro (24) existentes no município, com o desenvolvimento de entrevistas semiestruturadas.

Nestes campos foram desenvolvidas 20 entrevistas com assentados, 3 entrevistas com lideranças dos assentamentos e 2 técnicos totalizando 25 entrevistas. Esse número inicialmente não foi definido, graças a extensão do município, além das condições de campo, já que em uma das situações, devido às condições das estradas e ao pouco conhecimento de algumas áreas, um dos assentamentos, o mais distante da cidade (PA Nova Itália) não foi possível de ser visitado, conforme previsto e planejado anteriormente.

Com relação às lideranças, os alunos do curso da UAB, que eram assentados e conheciam a história da região, indicaram as pessoas que fizeram parte da articulação inicial e do envolvimento nas lutas pela terra no município, para serem entrevistadas.

Nas entrevistas buscou-se respeitar o universo do outro, para além de tratá-lo como objeto de estudo, na tentativa da possibilidade de estabelecer uma relação de confiança. Dessa forma foi entregue o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 2), a cada um dos participantes, onde o mesmo foi lido conjuntamente e solicitado sua assinatura ou consentimento. Esta pesquisa não tramitou no Comitê de ética da Universidade, pois definiu-se a não citação dos nomes dos entrevistados, somente o uso das falas para a pesquisa.

Mesmo ressaltando a importância da imersão para que a pesquisa qualitativa tenha assim a superação das pessoas envolvidas no estudo, apenas como objetos, afirma-se aqui a dinâmica de prazos e recursos limitados não permitindo uma imersão nos assentamentos, como se imaginava inicialmente, portanto entende-se que não basta somente o compromisso do pesquisador, mas a adaptação dos tempos e das exigências cada vez mais produtivistas dentro de suas instituições de pesquisa.

É necessário também apontar alguns desafios, ao estudar determinados temas e a realização de trabalhos de campo, sendo mulher. A insegurança faz parte do cotidiano da

mulher brasileira, seja ela rica, pobre, negra, ou branca, embora saibamos que as diferenças de cor e classe aprofundam preconceitos e violências, inegável. No campo não é diferente, é inimaginável realizar um trabalho de campo sozinha, dirigir, dormir, comer e chegar aos espaços investigando e levantando informações com segurança.

A receptividade na maioria dos locais estudados, foi muito positiva, embora situações constrangedoras e de assédio tenham ocorrido. E cabe ressaltar também, como a não existência da “profissão pesquisador” no Brasil, diferente de outros países, nos fragiliza. Nos fragiliza, ao não ter a quem recorrer, com exceção dos companheiros de campo e de nossos orientadores, institucionalmente falando. As instituições, mesmo nos financiando, não sabem em detalhes os desafios de se conseguir chegar e ouvir determinadas falas, o grande desafio que é desenvolver uma pesquisa não colonialista e em certos aspectos transgressora, na perspectiva de estar mais próxima da realidade do cotidiano das pessoas e de seus territórios.

No entanto, é somente assim, arriscando, visitando, conhecendo, que se pode ousar a pensar, junto das teorias, que fazem esta tese, lançar um olhar para diferentes territórios no mesmo espaço. Onde por vezes afirma-se que são espaços homogêneos, que são espaços de apenas uma territorialidade, sendo na verdade múltiplos.

Verificou-se que o discurso progressista e das políticas públicas desenvolvimentistas, reafirmam essas homogeneidades, mantendo espaços de resistências, o que configura um espaço de multiterritorialidades, abordado no último capítulo, e não somente territorialidades.

É importante destacar ainda que até o final desta pesquisa as informações de quantos assentamentos existiam no município divergiam e isso ocorre já que os nomes dos assentamentos e o limites destes, ainda estão vinculados às antigas fazendas desapropriadas e algumas delas não foram desmembradas de forma jurisdicional como aponta o INCRA, na prática e no cotidiano a realidade difere dos mapas, tema que será abordado na tese.

Nas transcrições das falas dos entrevistados, buscou-se seguir as recomendações de Whitaker (2002), onde a autora afirma o colonialismo muitas vezes presente ao se corrigir as falas daqueles considerados com “menos estudo”, fazendo com que as mesmas fossem dessa forma respeitadas da forma como foram colocadas, ou seja, respeitando a condição do falante.

Assim, a partir da riqueza de informações e aprendizados proporcionados pelo campo e pela relação interpessoal com os assentados, por meio de vivências, relatos e memórias, esta tese se apresenta para jogar luz sobre o cotidiano de resistência dos assentamentos que vivem em áreas de modernização agrícola e lutam cotidianamente para a garantia de sua sobrevivência, dignidade, sonhos e qualidade de vida.

### **3. O CERRADO COMO ESPAÇO-PALCO DE DIFERENTES TERRITORIALIDADES**

#### **3.1 CERRADO: DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO**

O Cerrado pode ser entendido como o espaço da expansão de modernas formas de ocupação pautadas na técnica, na ciência e no controle de processos naturais, ao passo que, também é identificado como área de enorme biodiversidade e riquezas de recursos naturais que subsidiaram esses processos de ocupação e modelos de produção.

Esse bioma, é analisado por Chaveiro e Calaça (2008) em três enfoques científicos dados pela geografia aos estudos que o envolvem:

(...) a que trata a partir da ideia de território e região, usando as ações de incorporação de capital, de fronteira, de atributos socioeconômicos; a que trata como estrutura cultural, em que se analisam a tradição, as festas, a culinária, a medicina popular, a música, as etnias e sua relação com o espaço, e a que trata como domínio físico-territorial, geralmente o ressaltando como 'berço das águas' e que estuda sua fitogeografia, o processo erosivo sofrido nas margens das bacias, a organização espacial das suas bacias e microbacias, o zoneamento agroecológico, etc. (CHAVEIRO; CALAÇA, 2008, p. 288).

Nesse sentido, abordaremos o Cerrado como uma área com características similares e dinâmicas socioespaciais semelhantes, pautadas por políticas e processos de agentes com uma narrativa de homogeneização de processos, mas também como um território que possui identidades diversas relacionadas a aspectos culturais, abordando assim os três olhares dos autores citados anteriormente.

Sendo assim, o Cerrado, por muitas décadas foi espaço do ciclo da pecuária extensiva, embora já houvessem práticas e ocupações vinculadas às outras culturas e usos. Os arranjos de tempos anteriores, já que por muitas décadas este espaço passou por dinâmicas diferentes das atuais, também deixam marcas e alguns usos do território se mantém paralelo aos atuais usos.

As condições naturais deste bioma e as adaptações técnicas, garantiram que ciclos produtivos e econômicos fossem viáveis para a fixação de população e desenvolvimento de infraestrutura que configuram a atual ocupação do espaço. Nesse cenário foi e ainda é possível que modelos produtivos distintos se mantenham. Embora haja conflitos e disputas.

Ao considerarmos o Cerrado como um território, estabelecemos que esta categoria é pano de fundo desta tese e, portanto, será aqui detalhada como palco de diversos processos que configuraram ao longo do tempo e de diferentes ciclos econômicos, as atuais formas, processos, funções bem como atores que hoje compõe esse espaço.

Para entendermos tais processos, as formas espaciais, podem ser desvendadas e interpretadas, a partir dos processos de formação histórica da sociedade (SANTOS, 1985), sendo estes, frutos de uma acumulação de tempos desiguais.

Nessa perspectiva, entende-se que o espaço geográfico principal da categoria de estudo da ciência geográfica, embasa inicialmente a discussão, sobre as modificações que vem se reconfigurando no espaço agrário brasileiro, especialmente nos espaços elegidos pelas novas dinâmicas a partir da modernização das atividades agrícolas e das lutas dos movimentos socio territoriais.

Assim entende-se que o espaço, tido como conjunto de objetos e ações indissociáveis, também é contraditório e cada vez mais artificial (SANTOS, 1998), com fins cada vez mais alheios aos seus habitantes.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social (SANTOS, 1988, p. 10).

No entanto, não é possível tratar do espaço sem tratar do tempo e, como afirma Santos (1996), a compressão espaço temporal, que passou o sistema-mundo pós-década de 1990, a partir da intensificação dos fluxos no meio-técnico científico-informacional, tem demonstrado e vem demonstrando a tentativa de homogeneização em vários aspectos.

Esse processo congrega atores que detêm o poder, de tornar homogêneo, tempos e espaços, onde um sistema técnico torna-se absoluto, sobre diversos outros tipos e formas de se relacionar com o mundo, bem como um discurso de desenvolvimento pautado em determinados tipos de técnicas, tornando também as formas padronizadas, mesmo em um país tão diversificado como o Brasil, especialmente o Cerrado.

Sobre as relações entre espaço e o tempo, Santos (2004) afirma que mesmo o passado estando distante, tendo se encerrado e somente o presente ser real, suas marcas e legados não podem ser desconsiderados. Há cristalizações dos momentos passados e objetos geográficos materializados, que influenciam nas dinâmicas atuais.

Por isso, o momento passado está morto como o tempo, não porém como espaço; o momento passado já não é, não voltará a ser, mas sua objetivação não equivale totalmente ao passado, uma vez que está sempre aqui e participa da vida atual como forma indispensável à realização social (SANTOS, 2004, p. 14).

No espaço geográfico, materializações de outros períodos convivem com novas formas, embora forças hegemônicas possam alterar as funções de objetos antigos à determinados espaços.

Todo e qualquer período histórico se afirma como um elenco correspondente de técnicas que o caracterizam e com uma família correspondente de objetos. Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação. Como um lugar se define como um ponto onde se reúnem feixes de relações, o novo padrão espacial pode dar-se sem que as coisas sejam outras ou mudem de lugar. É que cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional. Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos, criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função (SANTOS, 1996, p. 77).

As renovações no espaço geográfico, se dão a partir das renovações das forças produtivas e conseqüentemente das relações de trabalho, de novos instrumentos de trabalho e novas práticas sociais, mudando assim o funcionamento do espaço (SANTOS, 1999).

Para Harvey (2012), as diferenças geográficas vão além dos legados históricos-geográficos e estão relacionadas também por estruturas político-econômicas que reconfiguram o presente. A influência do capital internacional baseado na maximização de lucros está por trás das atuais políticas que remodelam os espaços.

A internacionalização do capital é que tem impulsionado a nova reconfiguração espacial na era da globalização, entendida esta última como um processo em que o capital se reorganiza, ou conforme Harvey (2011), denomina: se ajusta espacialmente, se expande e se intensifica em nível internacional, “Cresce a artificialidade das áreas em razão de um novo conteúdo técnico, que possibilita novos usos do território” (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 376).

Dessa maneira, a produção do espaço pode ser entendida, portanto, como uma forma de sobrevivência do sistema capitalista em termos de acumulação, ou seja, indo além da visão estritamente econômica e materialista, pode ser entendida nos tempos atuais dentro deste sistema, como a produção de símbolos e das relações de poder (SOUZA, 2016).

Esta concepção é fundamental e norteadora - nesta pesquisa sobre as novas formas e relações no campo brasileiro, já que os novos usos e as novas técnicas promovem uma modernização, porém sem alterações profundas da estrutura agrária (SANTOS; SILVEIRA, 2003; OLIVEIRA, 1999) e mais ainda, sem alteração de poderes políticos.

Os interesses do capital nos processos de desenvolvimento têm gerado desequilíbrios e espaços privilegiados, aumentando ou mantendo as desigualdades históricas e aqui nesta tese, aprofundaremos nas questões agrárias e de luta pela terra.

### 3.2 DA ESPACIALIDADE ÀS TERRITORIALIDADES DO CERRADO

O conceito de território aqui será tratado como uma categoria de análise para o Cerrado, conforme Chaveiro e Castilho (2010), desenvolvem a ideia de que mais que uma região ou área de um bioma, o Cerrado pode ser tratado como um território, com múltiplas territorialidades ou multiterritorialidades, como será demonstrado nesta tese para o município em análise.

Antes de uma discussão sobre o conceito de território é importante destacar que o mesmo não é sinônimo de espaço, na verdade, espaço é pretérito ao território, segundo Raffestin (1993), já que o território se forma do espaço e, é:

(...) resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Com base nas afirmações de Santos (1999), o espaço é um sistema de objetos e ações, a espacialidade faria com que o território também estivesse como que condicionado a uma série de fatores graças a essa materialidade do espaço e dos fenômenos, o que Raffestin (1993) coloca como “prisão original”, ou seja, o espaço é preexistente às ações e portanto, palco de todas as relações e assim sendo também, das diversas expressões de poder.

Inicialmente, na Geografia, ao usar o território como categoria de análise socioespacial, este era tido mais vinculado a uma intervenção e construção material designado pelo Estado-Nação e seus poderes vinculados e construídos materialmente. Na verdade, uma forma de detectar, identificar e estudar os fenômenos socioespaciais de uma perspectiva histórica que condicionava análises a partir de uma perspectiva de mundo bastante diferenciada da vivida e pesquisada no século XXI.

Com o passar do tempo, diferentes perspectivas de análise vão sendo construídas na Geografia, embora o conceito de território não seja exclusivo da ciência geográfica, o mesmo é utilizado pelas ciências naturais e humanas com diferentes significados. Na Ciência Geográfica, o mesmo foi bastante utilizado em outros contextos e épocas, embora tenham alguns momentos da produção do conhecimento científico, que uma ou outra categoria são mais privilegiadas nas análises e com o território não deixou de ser diferente.

Nesse sentido, de acordo com Haesbaert (2004) apesar da amplitude do conceito, há basicamente três vertentes básicas que podem ser recortes para pesquisas que utilizam o território como categoria de análise geográfica, conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Concepções de Território.

Dimensão privilegiada	Concepções correlatas	Concepção de território	Territorialização		Perspectiva da geografia	Exemplos de trabalhos próximos a essa vertente
			Principais atores/agentes	Principais vetores		
Política ou Política-Jurídica	Estado-Nação Fronteiras políticas e limites políticos-administrativos	Um espaço delimitado e controlado sobre/por meio do qual se exerce um determinado poder, espacialmente o de caráter estatal	Estado-Nação Diversas organizações políticas	Relações de dominação políticas e regulação	Geografia Política (Geopolítica)	Alliés (1980) Visão clássica de Ratzel
Cultural (ista)	Lugar e cotidiano Identidade e alteridade social Cultura e imaginário*	Produto fundamentalmente da apropriação do espaço feita através o imaginário e/ou da identidade social	Indivíduos Grupos étnicos-culturais	Relações de identidade cultural	Geografia Humanista e/ou Geografia Cultural	Deleuze e Guatari (1972) Tuan (1980 e 1983)
Econômica	Divisão territorial do trabalho Classes sociais e relações de produção	(des) territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho	Empresas (capitalistas) Trabalhadores Estados enquanto unidade econômica	Relações sociais de produção	Geografia Econômica	Storper (1994) Benko (1996) Veltz (1996)

Fonte: Haesbaert; Limonad (2007).

\*imaginário: conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmos.

Para os autores na dimensão Político-Jurídica, trata-se da questão das relações de poder que se materializam no espaço, sendo Ratzel, um dos maiores expoentes nestas análises, entre Estado e solo, a partir de um foco determinista, graças ao contexto alemão em que viveu. O mesmo deu no reconhecimento ao que foi denominado de Geografia do Estado. Esta foi, na verdade, uma característica da geografia do século XX, onde se privilegiava o concebido, no lugar do vivido (RAFESTIN, 1993).

Já a dimensão cultural, introduzida nas ciências geográficas mais recentemente, preza pelo vivido na perspectiva do simbólico cultural, das subjetividades e vincula-se à questões de identidades, nestes casos, muitos estudos, também utilizam a categoria geográfica paisagem e lugar como complementares, indo de encontro às contribuições topofílicas, que entendem o território como produto da apropriação simbólica dos atores e grupos ali presentes.

A dimensão econômica desvenda o território a partir das relações de classe, o tendo como produto dos recursos que aí estão presentes e fruto também das relações de trabalho que ali se estabelece. Milton Santos, aborda essa perspectiva com o conceito de território usado.

Complementando Santos, Raffestin (1993) afirma que o território é produto dos atores sociais, a partir do espaço, considerado como a realidade inicial e que propicia a formação de um conjunto de:

(...) malhas, redes e centralidades cuja permanência é variável, mas que constituem invariáveis na qualidade de categorias obrigatórias. O território é também um produto 'consumido', ou, se preferirmos, um produto vivenciado por aqueles mesmos personagens que, sem haverem participado de sua elaboração, o utilizam como meio (RAFFESTIN, 1993, p. 8).

Saquet (2008), ao analisar as interpretações geográficas de diferentes autores, enfatiza que Milton Santos, recorta o espaço para interpretar o território, diferente de Raffestin que considera o espaço o substrato para a criação do território.

Para Sack (1986), uma aérea do espaço geográfico só passa a ser considerada como um território quando além de delimitadas as fronteiras, estas influenciam no acesso às pessoas ao que está ali contido e influenciam em seus comportamentos. O autor propõe uma perspectiva dialética, e não dicotômica de globalização versus fragmentação.

O território é sempre, e concomitantemente, apropriação (num sentido mais simbólico) e domínio (num enfoque mais concreto, político-econômico) de um espaço socialmente partilhado, conforme aponta Souza (1995).

Castilho e Chaveiro (2010) chamam a atenção para o fato de consideramos a formação territorial do Cerrado, ou seja, atentar para as transformações que ocorreram para que a paisagem, assim como os atores que influenciaram a conformação atual, deixando de tê-lo



somente como um bioma, mas também assumindo-o como produto da história social, com suas lutas, resistências, homogeneidades e contradições.

A tríade economia-política-cultura analisada temporalmente também é fundamental. Nesse sentido, a abordagem territorial do Cerrado permite identificar as lógicas hegemônicas ou modernas que cortam este ambiente, assim como as resistências e tradições. Por conseguinte, o estudo das determinações do poder, seja local ou proveniente 'das lógicas distantes', possibilita apontar o sentido do conflito que desenha o território. Isso, somado à posição, caracteriza-o enquanto histórico e geográfico (CASTILHO; CHAVEIRO, 2010, p. 43).

Com relação a territorialidade, para Raffestin (1993), o termo ainda é um conceito em construção, mesmo tendo sido discutido há séculos, o autor afirma que muito dela ainda está vinculada à influência dos naturalistas e não humanistas, o que privilegia uma perspectiva animal. Mesmo assim o autor aponta que:

(...) a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem" ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza, como as relações sociais. Os atores sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Heindrich (2000), complementando o que seria a territorialidade, identifica três elementos que complexificam a questão: a relação de apropriação (mais que de domínio) das condições naturais e físicas de determinada coletividade; uma organização das relações, de modo a particularizar a coletividade como uma comunidade; e a delimitação do acesso do domínio e da posse ao interior da comunidade constituída. Já Soja (1993), entende a territorialidade como envolvendo: um senso de identidade espacial; um senso de exclusividade e uma compartimentação da interação humana no espaço.

Quando se trata de resistências (e parte desta tese versará pelo tema), já que os assentamentos, como será posteriormente demonstrado, só foram materializados e institucionalizados a partir da luta pela terra por movimentos que possuem uma outra perspectiva de território, promovem um olhar para diferentes formas de se territorializar.

A diferença entre território e espaço para a leitura da resistência é fundamental, porque o capital em sua reprodução ampliada (que é também um processo tanto de espacialização quanto de territorialização) domina ou tenta dominar todos os espaços e todos os territórios. Ao mesmo tempo em que a resistência e o enfretamento são formas de apropriação de espaços e territórios (MARTIN; FERNANDES, 2004, p. 177).

E para entendermos as territorializações no atual momento histórico, além das contradições do sistema, da luta de classes, bem como dos conflitos e dos campos de forças

envolvidos, os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização são importantes.

É fundamental lembrar, para fugir dos “becos sem saída” da pós modernidade, que quando falamos de território, estamos falando de conflito. Porque território é poder e dominação, é autonomia e subordinação, é liberdade e prisão. É, portanto, luta e resistência. Por essas razões, o território carrega em si o contraditório e, portanto, a possibilidade de superação e de subordinação; de apropriação e de expropriação. E na sociedade capitalista, a territorialização do capital também acontece desterritorializando o campesinato ao mesmo tempo em que o campesinato se reterritorializa desterritorializando o capital (MARTIN; FERNANDES, 2004, p. 180).

Nesse sentido, tais conceitos atendem a perspectiva teórica da pesquisa permitindo uma análise enquanto processos que se territorializam na região e no município de Buritis, como a modernização agrícola, desterritorializando antigos agentes e reterritorializando os assentamentos da reforma agrária, que adquirem novas configurações graças às necessárias lutas cotidianas e desigualdades socioespaciais.

### 3.3 O CERRADO E SUA ABUNDÂNCIA DE RECURSOS

O bioma Cerrado, segundo maior bioma em extensão territorial depois da Amazônia, localiza-se predominantemente no centro do território brasileiro. Há controvérsias sobre sua extensão territorial (Figura 4), já que não se considera por vezes as áreas de transição para outros biomas, e este por ser um bioma de contato e estar conectado aos demais biomas, pode ser uma interpretação parcial de sua extensão.



Figura 4 - Biomas do Brasil. Fonte: IBGE (2004).

Nesse sentido, pela metodologia elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2004 abrange 2.036.448 km<sup>2</sup>, ocupando 23, 92% do território nacional, conforme Figura 5.

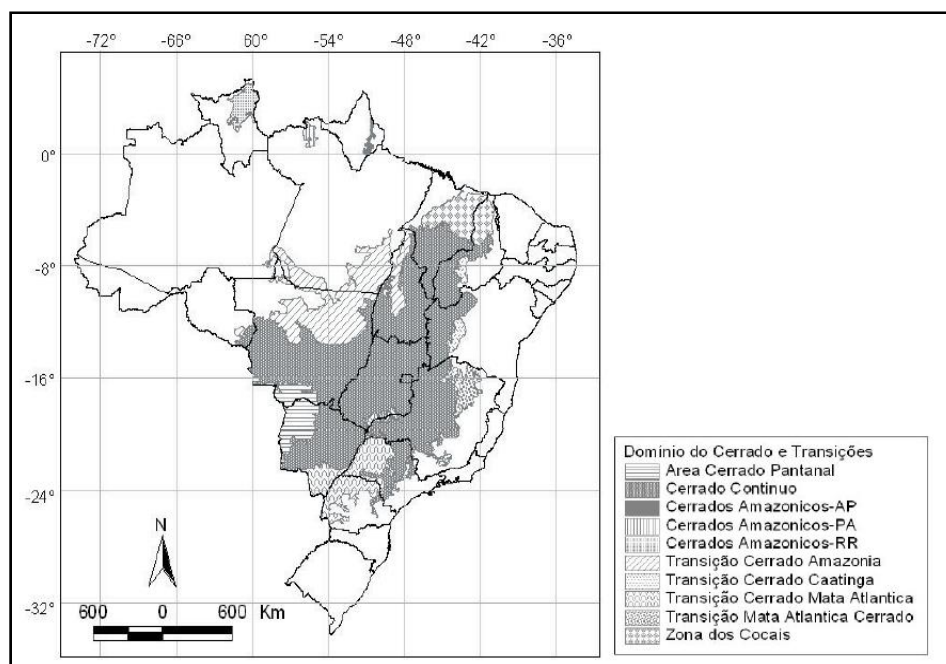


Figura 5 - Domínios do Cerrado. Fonte: Mazzetto (2009).

A área de Cerrado, no estudo desenvolvido pelo Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades do Departamento de Geografia da UFF (Universidade Federal Fluminense), onde consideram a divisão do Brasil em ecorregiões, abarca as áreas de Cerrado Contínuo (ou área central do Cerrado) e as áreas de transição para outros domínios, conforme aponta Mazzetto e Silva (2009).

Dessa forma a área total de 192,8 milhões de hectares para o Cerrado Contínuo agrega-se aos 114,4 milhões de hectares para as áreas de transição do domínio do Cerrado para outros domínios, representando, portanto, 36% do território brasileiro, sem contar com as áreas de Cerrado em ilhas na Amazônia.

O Cerrado se encontra em sua maior parte no Planalto Central brasileiro, com áreas de elevadas altitudes e de grande disponibilidade hídrica<sup>8</sup>. Também conhecido como “berço das águas”, é considerado como fundamental bioma no sistema hidrológico nacional, devido à sua contribuição para diversas bacias hidrográficas brasileiras. Conforme aponta Lima (2011), as águas do Cerrado contribuem para oito das dozes regiões hidrográficas brasileiras, de acordo com Figura 6.

---

<sup>8</sup> O Brasil é um dos países com maior disponibilidade de água doce no mundo (13,8%), porém distribuídas de formas distintas nos diferentes biomas, sendo uns com grande disponibilidade como a Amazônia e outros com pouca disponibilidade como a Caatinga (MMA, 2007).



Figura 6 - Representação das regiões hidrográficas brasileiras e contribuições do Cerrado. Fonte: Lima (2011).

A questão hídrica no Cerrado é crucial para o sistema produtivo que ali se territorializa, já que graças às estações secas bem marcadas, a disponibilidade deste recurso para a produção é estratégica.

A produção hídrica nas diferentes áreas do Cerrado apresenta grande variabilidade, o que, de certa forma, reflete a distribuição espacial das chuvas no Cerrado. Essa distribuição segue a lógica do clima dos biomas que circundam a área contínua do Cerrado, ou seja, mais próximo da Amazônia, chove mais, enquanto mais próximo da Caatinga, chove menos. Outro fato importante sobre as chuvas no Cerrado é a forte sazonalidade observada em sua distribuição temporal, com um período chuvoso concentrado de setembro/outubro até abril/março do ano seguinte, e um período seco no restante do ano, onde praticamente não chove. Além disso, na época chuvosa ainda podem ocorrer veranicos de intensidades variadas. Essas deficiências hídricas tornam a irrigação uma prática importante para garantir a estabilidade da produção agrícola na região, o que tem relação direta com a necessidade de gestão dos recursos hídricos (LIMA, 2011, p. 27).

A capacidade de produção de alimentos e sustento de populações desse bioma, se pautou na biodiversidade e na disponibilidade hídrica, embora os solos ácidos e acidantados, com exceção das chapadas planas, exigirem aperfeiçoamentos para os projetos de transplantação do modelo de produção sulista e internacionalmente consolidado e exigente, a irrigação é um tema importante para tal consolidação.

Ab'Saber (2003) descreve a complexidade e riqueza do domínio dos cerrados, destacando os planaltos tropicais interiorizados do Centro-Oeste.

Nos interflúvios dos “chapadões”, onde predominam formas topográficas planas e maciças e solos pobres (latossolos e lateritas), aparecem cerrados, cerradões e campestres, os quais, via de regra, descem até a base das vertentes, cedendo lugar no fundo aluvial dos vales às florestas-galeria, em geral largas e contínuas. Nesse mosaico ordenado de vegetação subtépica e de vegetação florestal tropicais, cada ecossistema oposto tem sua posição exata na topografia, na trama de solos e no quadro climático e hidrológico diferenciado ali existente. A drenagem superficial da área do cerrado é composta por suas nervuras hidrográficas apenas totalmente integradas durante a estação chuvosa. Há uma drenagem perene, no fundo dos vales, que responde pela alimentação das florestas-galeria nos intervalos secos. E existe uma trama fina e mal definida de caminhos d’água intermitentes nos interflúvios largos, a qual, associada com a pobreza relativa dos solos, responde pela ecologia do cerrado. Na estação seca, o lençol d’água permanece abaixo dos talwegues desses pequenos vales de enxurrada, somente tangenciando as cabeceiras em anfiteatro raso e pantanoso, ondem medram os buritizais em dales. Em compensação, no fundo dos vales, o lençol d’água subterrâneo alimenta permanentemente a correnteza, independentemente das estações; daí a perenidades dos grandes, médios e pequenos rios da região. Aí, aliás, a grande diferença hidrológica entre o Centro-Oeste e o Nordeste semiárido (AB’SABER, 2003, p. 30, grifos do autor).

Os aquíferos<sup>9</sup> são outro atrativo para o setor produtivo no Cerrado, além da disponibilidade de terras e tecnologia adaptada para a região, à abundância de águas subterrâneas faz com que esse espaço seja visado em termos de abundância deste recurso.

São três os aquíferos que se localizam na região do Cerrado, sendo eles: Bambuí, Urucuaia e parte do Guarani, sendo na área de estudo predominante, o aquífero Urucuaia, tendo extensão de 120 mil km<sup>2</sup>, sendo importante regulador da vazão dos rios, tributários do Rio São Francisco, como será abordado na seção 4.

### 3.4 O CERRADO E SUAS GENTES

A ocupação humana do Cerrado, é anterior ao discurso recorrente de ocupação do bioma, como a Marcha para Oeste. Graças aos povos indígenas que o habitavam, do tronco Macro-Jê, gerou-se cerca de 50 territórios indígenas dentro do bioma e em suas áreas de transição, assim como centenas de comunidades remanescentes de quilombos derivando numa rica diversidade cultural (MAZETTO, 2009).

O processo de ocupação das áreas de Cerrado remonta a cerca de 12.000 anos, uma vez que há registros, conforme pesquisas desenvolvidas sobre a pré-história de Goiás, de grupos sociais nessas áreas, sendo que os indígenas, na forma que conhecemos, são os representantes desse processo cultural/evolutivo. Sobreviviam nas áreas de Cerrado praticando a agricultura, a horticultura, a caça, a pesca etc., apresentando significativas contribuições socioculturais sobre a dinâmica dos

---

<sup>9</sup> Os aquíferos são importantes reservas de água, formado por grupos de formações geológicas, permeáveis que permitem o armazenamento de água, sendo importantes para o sistema hidrológico como um todo já que contribuem para a regulação de vazão dos rios, alimentam nascentes e podem ser fontes importantes de captação e abastecimento humano.

ecossistemas que compõem o Cerrado. Outra questão relevante é o aproveitamento econômico de diversas espécies, que, ainda hoje, asseguram a sobrevivência de famílias camponesas, como complemento da renda e/ou como alternativas de alimentação, inclusive, para as criações domésticas e, principalmente, para uso medicinal, intensamente utilizado pelos ‘povos cerradeiros’ (MENDONÇA, 2004, p. 53).

É inexistente, um mapeamento único que demonstre a diversidade de povos do Cerrado, embora registros não deixem de demonstrar a significância desses povos. Por outro lado, a invisibilidade dos mesmos, vem sendo estrategicamente manipulada para a ocupação já planejada da região. O discurso desenvolvimentista, fortemente veiculado a partir da década de 1940, de que a região central do Brasil, era inóspita e um vazio demográfico, contribuíram para a construção de um imaginário popular da inexistência e presença de diferentes povos e comunidades que manejavam esse bioma.

Campos (2015), ressalta a existência de povos e comunidades tradicionais por todo território brasileiro e que estas tiveram um papel importante na formação e dinâmica social, econômica e cultural brasileira, devido seus conhecimentos do espaço:

(...) que veio inclusive a favorecer a economia mercantil lusa da mineração, extrativismo, agricultura e pecuária, e ainda serviram como mão de obra barata e básica para a produção econômica geral. Sua base étnica evidencia elementos indígenas, negros, lusitanos, mestiços e mesmo de origem imigrante, conforme a formação social e temporal. Ocupavam e continuam a ocupar diferentes pontos do território, que vai desde a Amazônia ao extremo sul, desenvolvendo uma economia própria autossuficiente, mas também integradas e/ou absorvidas pela economia maior dominada pelo latifúndio pecuário, pela mineração, pelo latifúndio agrícola, ou inclusive por atividades urbanas (CAMPOS, 2015, p. 167).

Sobre o conceito de povos e comunidades tradicionais, Diegues (2000), em sua publicação *Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil* faz um amplo debate sobre a questão, contextualizando a definição de etnia, para povos indígenas, como também sobre a categoria campesinato e as novas relações estabelecidas em um *continuum* entre cidade e campo e chega ao conceito de “sociedades tradicionais”, definida como:

(...) grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas, quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos (DIEGUES, 2000, s/ p.).

Já no Decreto 6.040 de 2007, que trata da “Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”, em seu artigo 3, item 1, define-se:

(...) grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (DECRETO 6.040 de 2007).

Em suas pesquisas sobre a inter-relação das populações tradicionais com as fitofisionomias do cerrado, Rigonato e Almeida (2003) defendem a hipótese que as populações tradicionais do Cerrado são detentoras de conhecimento popular sobre a espacialização e distribuição das espécies nativas em cada fitofisionomia de cerrado, estabelecendo formas de uso que possibilitam um equilíbrio entre a exploração humana de espécies nativas com os aspectos naturais do cerrado.

Em outro interessante artigo sobre “modos de vida”, um dos autores, Rigonato (2014) defende a ideia de um modo de vida específico das comunidades cerratenses da Bahia, resgatando conceitos clássicos de gênero de vida de La Blache, Max Sorre, Lacascade, porém utilizando de autores como Armando Correia da Silva, Paul Claval, Doralice Maia, Ruy Moreira e outros, que defendem o *modo de vida* como conceito de interpretação geográfica.

No(s) Cerrado(s), há pessoas, indivíduos e grupos socioculturais que vitalizam o modo de vida das populações originárias. Quando me refiro às populações originárias, estou atribuindo à diversidade sociocultural e socioespacial em que se enquadra a população rural (população do lugar) composta de agricultores, trabalhadores rurais, coletores extrativistas (raizeiras), criadores de gado e descendentes dos povos quilombolas. O modo de vida dessas, comporta as peculiaridades históricas e as particularidades geográficas sobre as quais manifestam as inter-relações das técnicas, da cultura e dos cerrados (RIGONATO, 2014, p. 72).

O Cerrado, portanto, teve seu primeiro impulso de ocupação graças à procura por metais preciosos que interiorizaram as bandeiras Brasil adentro.

Se no século XVII, bandeiras paulistas se expandiram pelo interior do Brasil, motivadas pela necessidade de conseguir braços indígenas para as lavouras, o que os motiva a partir dos anos 1700 é a busca de ouro e de pedras preciosas. Nesse sentido, a progressão das bandeiras de penetração, suspensas por quase três décadas (1681-1711) pelos descobrimentos de ouro e pedras preciosas em Minas Gerais, são reiniciadas após o sangrento conflito dos ‘Embobas’, em que se expulsaram os paulistas de Minas, fazendo com que esses, agora de posse de técnicas de mineração, voltassem aos lugares das antigas bandeiras apesadoras de índios. Essa fase de primeiros descobrimentos é anárquica em termos de fixação da população e de instalação do sistema produtivo. Levas de garimpeiros vindos de todo Brasil e de Portugal embrenhavam-se nos cerrados sem condições de subsistência alimentar ou de sobrevivência ante as doenças e aos ataques indígenas que desde o começo quase impediram os caminhos entre São Paulo e as minas centroestinas, tanto os fluviais como os terrestres (BERTRAN, 1988, p. 18).

Percebe-se que a ocupação territorial do Centro-Oeste e do Cerrado foram de grandes dificuldades para aqueles que aqui chegavam, e pautadas em sangrentos processos de expropriação dos que aqui se encontravam, direcionados por diferentes conjunturas, às vezes contraditórias, graças aos diversos interesses políticos coloniais e da conjuntura econômica de cada época (BERTRAN, 1988).

À medida em que a econômica mineratória desestruturava-se, gerando novos fluxos e refluxos de correntes migratórias e de capital em escravos, os campos eram apropriados e as vilas despovoadas mantinham-se como sentinelas avançadas da herança do sistemas mercantil colonial, que se responsabilizará pelos nexos entre a



economia mineral em decadência e a nova economia agropecuária (BERTRAN, 1988, p. 35).

Importante recordar que a ocupação do espaço no Brasil central, reproduz modos de ocupação e uso do solo, vinculados às políticas e ciclos econômicos que determinavam os produtos demandados internacionalmente, porém também nacionalmente em termos de priorização de espaços a serem ocupados e formas de produção de riquezas. Nesse sentido o desmatamento, a mineração e a pecuária foram práticas predominantes nessa região.

É nesse contexto, porém que ocorria a transição da economia mineratória para a agropecuária, articuladas ambas pelos rigores de um comercialismo, que aqui representa o *continuum* de ligação ao sistema capitalista em desenvolvimento. Essa conversão devia ocorrer também pela mudança na natureza do trabalho escravo outrora empregado na mineração. Uma relação direta obedecia-se entre a quantidade de escravos na população e a passagem da mineração à agricultura e dessa à pecuária, enquanto atividades motoras dos espaços sub-regionais (BERTRAN, 1988, p. 41).

Sobre a estrutura fundiária que se consolidou na região, Bertran (1988) também afirma que os moradores não possuíam outros títulos de posse além de uma ocupação antiga ou de concessões feitas pelos antigos capitães, sendo adquiridos por herança ou compra, quando não por longa ocupação, nesse cenário, não havia concessões. Citando o estado de Goiás, o autor explica:

Enfim, a economia agrícola, propriamente, surge como um regime de transição entre a economia mineradora e a economia de exportação pecuária, pelo menos em Goiás. Nem tanto economia de subsistência, nem tanto comercial, a agricultura do século XIX poderia caracterizar-se talvez como de abastância, vez que seu mercado com localizadas exceções, só raras vezes ultrapassava as barreiras extra regionais, pelo proibitivo da relação preço/custo de transporte (BERTRAN, 1988, p. 43).

Theodoro et al. (2002) afirmam que, a história agrícola de ocupação desse bioma é que determinou sua estrutura fundiária, já que:

(...) o sistema de produção alimentar no cerrado era conduzido basicamente por uma força de trabalho familiar, explorando áreas de vertentes mais férteis (áreas de solos podzólicos) para a produção de grãos e uma pecuária igualmente extensiva. Por um lado, havia a grande propriedade com criação de gado e plantação de alguns tipos de cultura, e por outro, pequenas unidades de subsistência que, em geral, atendiam às necessidades básicas de manutenção da família rural (THEODORO et al., 2002, p. 148).

A agricultura familiar, para Guanzirolí et al. (2001), teve papel importante na ocupação do Centro-Oeste brasileiro e na estruturação de sua economia, agricultores estes, em sua maioria, vindos do sul e nordeste. As “frentes pioneiras ou de subsistência” ocupavam a área virgem, desmatavam e cultivavam gêneros alimentícios básicos, como arroz, feijão, milho, mandioca, e a medida que a fertilidade ia diminuindo, outras áreas iam sendo abertas, sendo estas terras adquiridas pela posse ou pela expropriação direta do posseiro-pioneiro. “Mais

recentemente, os agricultores já se instalavam como parceiros e arrendatários, em propriedades já estabelecidas” (Guanziroli et al., 2001, p. 131).

Dessa forma entendemos que a ocupação, uso da terra e formas de produção, também estão vinculadas com figuras/atores/agentes socioespaciais de produção de territórios, estes também relacionados com os ciclos de produção e econômicos de cada período histórico, deixando cristalizações no espaço, bem como memórias e práticas em suas gentes.

Rigonato (2014), afirma que nas últimas décadas, há um mosaico paisagístico influenciado pela chegada de capitais externos na região dos Cerrados.

Nas últimas décadas há no mosaico paisagístico do(s) cerrado(s) brasileiro de múltiplas ebulições comandadas, sobretudo, pela maciça inserção de capitais para atender a lógica da economia globalizada neste início do século XXI. Essa inserção de capitais cria, ativa e desarticula a dinâmica espacial desse mosaico. Assim, no seio dessas transformações há territorialidades do agronegócio: a produção de energia elétrica, do biodiesel, construção de termoelétricas e a mineração moderna. Assim, são nas interfaces das paisagens tecnificadas do(s) cerrado(s) que se encontram as populações originárias com os seus modos de vida mistos, sobrepostos e justapostos com essas territorialidades (RIGONATO, 2014, p. 74).

O autor conclui neste mesmo artigo que, essas populações se readaptaram entre novos fixos e fluxos trazidos pela modernidade e pela refuncionalização dos espaços pelo novo modelo produtivo imposto, embora ainda tendo uma relação simbiótica dos valores socioculturais e das formas de uso do Cerrado, mas agora a partir de novas territorialidades, impostas pelo capital globalizado, principalmente pelo agronegócio.

Na abordagem mais naturalista ou física, pautada nos domínios de natureza, Aziz Ab’Saber (2003) afirma-se que os povos herdaram mais que espaços territoriais, mas sim paisagens e ecologias, os quais deveriam se responsabilizar por elas.

Vale ressaltar que o Cerrado é o maior *hotspot*<sup>10</sup> da biodiversidade do hemisfério ocidental e várias espécies estão sendo ameaçadas de extinção, devido à falta ou à fragilidade na implementação dos planos de ocupação e uso do território. Muitas das vezes com apoio de políticas e programas federais, que estimulam modelos de produção inadequados às condições físicas, sem o ordenamento do uso do solo e dos recursos de forma planejada.

O conceito de Cerrado Cindido, pode ajudar a entender as novas dinâmicas presentes neste espaço, e foi desenvolvido pelos autores Chaveiro e Calaça (2008) e também citado em outros trabalhos de Chaveiro, como uma referência ao processo de modernização fragmentado, incompleto e desigual que ocorreu no território e no conteúdo social deste espaço, sendo por esse motivo, as tradições não erradicadas destes espaços totalmente.

---

<sup>10</sup> Hotspot é a denominação para áreas com grande biodiversidade, alto grau de endemismo e fortemente ameaçadas de extinção, sendo assim considerada prioritária para conservação.

Embora a tradição resista, a modernização é compulsória e hegemônica. E sua hegemonia ora converge, ora conflita com a tradição; ora a usa, ora a distende (...) nesse entroncamento às vezes conflitivo, às vezes convergente tanto a estrutura físico-territorial do Cerrado quanto as suas condições socioculturais e também a armadura dos seus espaços rurais e urbanos ganham novos contornos, novas imagens e um novo ritmo. Poder-se-ia dizer que existe um Estado de Goiás do tempo rápido no espaço dilapidado dos homens enriquecidos pela acumulação de capital, e outro, de trabalhadores empobrecidos pelo processo de desterritorialização, que constitui o enriquecimento daqueles (CHAVEIRO, CALAÇA, 2008, p. 289).

Mesmo estes estudos nos quais tais terminologias foram concebidas, terem sido desenvolvidos para o estado de Goiás, é possível utilizar tais conceitos e análises para o Cerrado de uma maneira geral, já que o processo de modernização para esse bioma, em suas características gerais, corresponde ao que pode ser verificado nesta pesquisa.

Ele é um território em disputa, motivado por um vetor economicista e por reações políticas (os movimentos sociais e as resistências) que, contra o economicismo, o defende como patrimônio da vida, capturado pelos componentes da economia globalizada, mas afeita a novos rumos que se desdobra nas fendas dessa economia e que, por isso, é um território integrado ao mundo, mas desigual e cindido em suas particularidades. Esse processo integra numa mesma lógica, diferentes campos de vida, desde os naturais, genéticos e simbólicos, passando pelo econômico e social, até o cultural e político (CHAVEIRO; CALAÇA, 2008, p. 24).

Assim, tal cisão ocorre no fato de que as potencialidades ao não serem consideradas, ou mesmo, sendo desprezadas, fragmentam e distanciam o discurso das possibilidades, ou seja, ao mesmo tempo que se admite como área de geração de riquezas, ao fazê-lo a partir de um modelo produtivo artificial à esse bioma, contradiz a riqueza proposta por ser homogênea e concentradora, não considerando a riqueza da socio diversidade.

E ao se pesquisar áreas que passam por esses processos, há que se atentar para o fato de haver o percebido, o vivido e o sentido e entender o mosaico de formas de se viver e se produzir no Cerrado, das pautas diferenciadas dos diferentes setores e segmentos, e indo além de territorialidades, como será apresentado.

### 3.5 A FORMATAÇÃO POLÍTICA E TÉCNICA DO ESPAÇO

A consolidação da região do Cerrado como área da agricultura moderna, faz parte de um processo de desenvolvimento de programas promovidos pelo Estado, a partir da década de 1960, por meio de incentivos fiscais, subsídios, apoio à ciência e tecnologia e investimentos em infraestrutura em todo o Brasil, como já apresentado anteriormente.

Nesse momento do país, o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubistchek, promovia um “desenvolvimento de 50 anos em 5” e com a saturação de um modelo agrário no sul e

sudeste do país, aliado a uma necessidade de expandir a produtividade, este modelo agrícola passa a ser reproduzido na região central do país.

Assim com a integração da indústria e da agricultura, pautada nos princípios da Revolução Verde, além das características que o Cerrado proporcionou, se instaura a moderna agricultura em novos solos.

No entanto, a concentração de riquezas nas mãos de grupos e oligarquias, foi excluindo uma parcela significativa da população do campo, derivando em fluxos migratórios, empobrecimento e aprofundando desigualdades sociais históricas.

Paralelamente sempre há poderes e contra poderes, e os grupos foram se organizando e lutando mesmo em momentos de extrema violência e privação de liberdades, como foi o período pós golpe de 1964.

Nesse sentido, a organização de parte da população excluída e marginalizada que ficou à frente da luta, foi se configurando em movimentos socio territoriais, que estrategicamente, mas em processos duros e violentos, foram garantindo parte de suas pautas reivindicativas, como uma política de reforma agrária, para consolidação de inúmeros assentamentos.

Essas novas manchas de assentamentos, que foram sendo criadas, foram territorializadas práticas, formas de viver e produzir distintas. Formas que ao mesmo tempo que necessitam de políticas públicas específicas para que se emancipem, travam no cotidiano uma série de lutas, em diferentes campos de força, para garantia de sua qualidade de vida.

A região Centro-Oeste e o Cerrado passaram por grandes transformações nas últimas décadas, posteriormente às outras regiões do país que estavam se modernizando. O processo de modernização fez com que a interiorização de um determinado modelo, fosse territorializada a partir de técnicas que fazem parte de uma nova configuração de integração indústria-agricultura e que já se esgotava em outras regiões do país.

As políticas de desenvolvimento territorial tornaram-se, principalmente após a década de 1950, foco de programas e políticas econômicas em diferentes níveis, nacionais e regionais.

Nesse contexto, o Plano de Metas de Juscelino Kubistchek, que era voltado à modernização e ao desenvolvimento do país inicialmente priorizou as regiões Sul e Sudeste do país e posteriormente a região Centro-Oeste, já que as primeiras já estavam esgotadas em termos de terras disponíveis (SILVA, 2000).

Para Santos e Silveira (2003), há uma nova racionalidade nos espaços agrícolas como forma de otimização dos lucros, fazendo com que haja uma sofisticação da organização técnica e produtiva, possibilitando novos usos do território.

A produção agrícola, seguindo o processo de urbanização e industrialização, insere-se cada vez mais na lógica industrial de produção. Para manter os níveis de rendimento desejados, essa atividade precisa elevar constantemente a sua produtividade e, para tanto, adotar novas tecnologias de produção e organização. Esses novos consumos técnicos no campo exigem maiores somas de investimentos, o que ocasionará um processo de modernização sem alteração da estrutura agrária. Somente alguns proprietários serão verdadeiramente beneficiados pelas inovações introduzidas nos métodos de cultivo (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 376).

A ideia que se tinha de ocupação do Cerrado até a década de 1970, era de que a região não possuía capacidade de produção agrícola para fins comerciais, sendo portanto, um espaço com predominância da pecuária extensiva de baixa intensidade e o extrativismo, especialmente madeira para produção de carvão, sendo que foram incorporados vinte e dois milhões de hectares de gramíneas exóticas de alto valor nutritivo, o que garantiu para a região, o título de maior concentradora de rebanho bovino do país, assim como a incorporação de outros cultivos como a soja, café, etc. (ALHO et al., 1995).

As mudanças que ocorreram no Cerrado, foram balizadas pela incorporação de novas infraestruturas viárias e energéticas, que substituíram parcialmente ou abafaram antigas organizações humanas e naturais a partir da descoberta de novas atividades agrárias rentáveis (AB´SABER, 2003).

Acima de tudo, porém, o desenvolvimento regional deveu-se a uma articulada transformação dos meios urbanos e rurais, a serviço da produção tanto de alimentos básicos, como o arroz, por exemplo, quanto de grãos para consumo interno e exportação (soja). No âmbito desse processo, certamente foram importantes as modificações impulsionadas pela criação de Brasília – na rede urbana e no conjunto demográfico do Brasil Central. A revitalização da rede urbana atingiu todos os quadrantes regionais do domínio dos cerrados: o Triângulo Mineiro (Uberaba e Uberlândia); Mato Grosso (sentidos leste-oeste e sul-norte, na direção de Rondônia e Amazônia) e o lado sul de Goiás (Anápolis, Goiânia e Brasília) (AB´SABER, 2003, p. 35).

Territorialmente, o Cerrado passou por um processo de ocupação que permitiu que o transformasse no “celeiro do Brasil”. A partir desta metáfora, Theodoro, et al. (2002) explica que o celeiro é um espaço de armazenamento da produção, seja para consumo, seja para comercialização e que este possui uma função secundária na fazenda, porém estratégica, já que a casa principal e outras edificações são considerados mais importantes. Dessa forma, os autores comparam o Cerrado a um celeiro, onde ele é importante, porém não considerado como prioridade em outros termos, além da função produtivista.

Outra questão que chama atenção no Cerrado, trata-se do modelo elegido para a produção agropecuária, onde safras cada vez maiores batem recordes de produção, porém

como afirma Theodoro et al. (2002), numa via de mão dupla, onde a geração de riquezas, também demonstra concentração de renda e terra. Além disso as características físicas da região também começam a dar sinais, de que há limites ambientais para tal modelo.

É importante destacar que o modelo escolhido para a região, a adaptação necessária em termos de recursos e insumos, não priorizou ou focou outras formas de produzir e gêneros alimentícios característicos do bioma Cerrado. A internacionalização da economia e a financierização da produção, fizeram com que as potencialidades locais fossem descartadas ou se quer consideradas, em um processo de homogeneização de suas características.

O Cerrado foi cenário, a partir da década de 1970, de uma série de esforços concentrados para sua ocupação, viabilizando sua domesticação agrícola e modernização concentradora, pautados basicamente na grande pecuária de corte e na produção de grãos para exportação em grandes sistemas de monocultura, associados à utilização da madeira, fruto do desmatamento, para sustento da atividade siderúrgica e celulósica de diversas regiões, como municípios do estado de Minas Gerais (MAZZETO, 2009).

O processo de ocupação, subsidiado por políticas públicas com foco na modernização da agricultura, se pautou nos princípios da Revolução Verde, a partir de diversos programas direcionados a esse fim. Paralelo a tais programas infraestrutura técnica, subsídios, créditos e uma série de ações concatenadas em nível nacional e internacional, sob a ótica neoliberal de produção de *commodities* e alimentos são implementadas.

O crédito agrícola subsidiado teve grande influência na expansão da agropecuária, inclusive no Cerrado, devido a dois impactos: um direto, relativo às expectativas de rentabilidade dos agricultores com acesso ao crédito, e outro indireto, relativo ao preço da terra (ALHO et al., p. 19).

Diversos foram os programas e políticas com tal finalidade como o Plano Decenal de Desenvolvimento; a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR); o I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento, a criação da Embrapa, o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (POLOCENTRO); Programa Nipo-Brasileiro de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados (PRODECER) entre outros.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que a partir da década de 1970, reconfiguram as áreas de Cerrado com o intuito de transformá-las, a partir de grandes investimentos em infraestrutura, ciência e tecnologia em grandes produtoras para exportação.

Insera-se o II PND na ambição do Estado em reverter às balanças comerciais até então deficitárias, aumentando as exportações. A importância da agricultura se dará como uma nova produtora e exportadora de produtos primários e também como consumidora de produtos industrializados nacionais (PIZARRO, 2017, p. 81).

O POLOCENTRO foi criado em 1975, com foco na incorporação das terras do Cerrado à essa dinâmica produtiva da agropecuária, sendo que segundo dados apontados por Matos (apud SILVA, 1985) no período de sua vigência, tal programa incorporou cerca de 2,4 milhões de hectares à agricultura, aprovando 3.373 projetos de desenvolvimento agrário, movimentando cerca de US\$ 577 milhões, sendo beneficiados em sua maioria os grandes e médios proprietários. Esse foi o programa que incentivou a vinda de migrantes do sul e sudeste que já possuíam conhecimentos do mesmo modelo de produção, que estava sendo proposto para a região.

Já o PRODECER, foi um programa criado em 1976, fruto da parceria dos governos brasileiro e japonês, que mais investiu na região de estudo desta tese. O programa foi direcionado a cooperativas credenciadas, voltados exclusivamente à produção de grãos, pautados e incentivados por demandas internacionais, tanto destes produtos em especial, como a transferência de determinadas tecnologias e modelos de produção.

Portanto, a região em estudo, passou então a partir desse período, por grandes transformações socioespaciais, já que o objetivo destes programas era a otimização da produção a fim de atender demandas do mercado internacional, requerendo para isso uma reconfiguração do espaço em seus usos e funções.

Nessa época, os cerrados entram na era dos “complexos agroindustriais”, ou seja, da produção integrada entre indústria e agropecuária, vinculada à acumulação capitalista em nível mundial.

Desta forma, é importante tratar da questão da modernização e o que está por trás deste conceito, em termos políticos e ideológicos para o momento em que esta tese é desenvolvida e que pautaram um modelo de desenvolvimento e sistema produtivo para o Cerrado.

### 3.6 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E AS CONSTRUÇÕES IDEOLÓGICAS

Castilho (2010), ao estudar o conceito de modernização, aponta que a Revolução Industrial forneceu o modelo econômico para a inovação dos meios de produção, enquanto a Revolução Francesa, principalmente por meio do Iluminismo, forneceu o modelo político e ideológico da modernização. O conceito de modernização vem sendo utilizado muitas vezes sem uma contextualização ou até mesmo como natural e necessário.

Aqui entendemos, a modernização como um discurso ideológico, bem como práticas que permeiam todas as esferas da vida social, econômica, política, cultural e ambiental, e que

a partir de agentes que atuam por meio de um jogo de forças modificam as dinâmicas e sistemas produtivos dos territórios e a construção imagética destes espaços.

Em complementação é importante conceitualizar o que se entende aqui por moderna agricultura, ou agronegócio. A moderna agricultura, cunhada a partir do Processo denominado Revolução Verde, passa a integrar os processos produtivos das atividades agropecuárias à indústria, no contexto de avanço do meio-técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2003).

A Revolução Verde, foi um conjunto de técnicas que pautou o desenvolvimento agrícola a partir da integração dos sistemas produtivos, industrial e agrícola, onde uma nova forma de produzir alimentos se consolidou. Em nome da maior produtividade, do controle dos ciclos naturais, da necessidade de precisão, planejamento e segurança nos investimentos, tecnologias foram sendo desenvolvidas e aplicadas em locais considerados até então “improdutivos” para essa ideologia e mercado, com o Cerrado não foi diferente, aliás, foi o discurso ideológico que o consolidou como um dos maiores produtores de grãos do planeta.

(...) the Science of the Green Revolution was put forward as a political project for creating a social order based on peace and stability. However, when violence was the outcome of social engineering, the domain of Science was artificially insulated from the domain of politics and social process. The science of the Green Revolution was offered as a “miracle” recipe for prosperity. But when discontent and new scarcities emerged, Science was delinked from economic processes (SHIVA, 1993, p. 20).

A autora argumenta que a ciência pautada na técnica, defendia modelos que pregavam a paz e a abundância, mesmo as tecnologias para produção de alimentos tendo sido advinda de pesquisas voltadas para a guerra, a expropriação de territórios e o controle dos ciclos naturais e biológicos.

Além da revolução técnica, houve uma apropriação ideológica também, já que os agentes políticos atuaram e manipularam imagens e conceitos, a fim de obter validação da sociedade, para tal modelo produtivo.

Esse processo de apropriação não se deu em um vazio social e político nem foi resultado de uma classificação estabelecida por setores ou teóricos extremos, como por exemplo, setores populares e/ou seus intelectuais orgânicos. Ele materializou-se por iniciativa de grandes empreendimentos agropecuários, frutos da modernização agropecuária brasileira. Na verdade, o termo agronegócio ganhou materialidade no Brasil com a Associação Brasileira de *Agrobusiness* (Abag), fundada em evento ocorrido na Câmara dos Deputados em maio de 1993 (SAUER, 2008, p. 15).

Nesse sentido como afirma Santos, as técnicas e a ciência unificadas num mesmo propósito, serviram para uma adaptabilidade necessária ao sistema e ao bioma.

O conceito do agronegócio é uma nova roupagem para na verdade, antigas práticas, em bases mais modernas e técnicas. As práticas antigas seriam a agricultura baseada nas grandes fazendas exportadoras de *commodities*, com grande exploração do



trabalho e da terra. Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do país. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a Figura do latifúndio produtivo (sic), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo (FERNANDES, 2005, s/n.).

Elias (2003, 2016), cunha o termo agronegócio globalizado, definindo-o como um processo de reestruturação produtiva das atividades agropecuárias, com a presença de novos atores e novas formas de acumulação de capital a partir de técnicas que estabelecem novas relações sociais e econômicas, bem como impactos significativos nestes espaços. A autora afirma que, o agronegócio vem alterando:

(...) estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção. Altera – às vezes depressa demais – espaços, terras territórios, cenários, tempos e paisagens. Movida pelo peso do capital, pela racionalidade capitalista e por uma tecnologia industrializada que em poucos meses transforma biomas de cerrado no norte de Minas em milhares de alqueires do deserto verde dos eucaliptais e que faz os círculos de plantio de soja em lavouras irrigadas chegarem até nas portas de Brasília, além de alterar a vida de paisagens e de pessoas, das beiras do Chuí às do Oiapoque (BRANDÃO, 2007, p. 39).

A questão da validação de conceitos em termos ideológicos pelo setor, ainda pode ser verificada nos dias de hoje a partir de uma grande campanha publicitária veiculada em horário nobre da televisão brasileira, onde afirma-se “*o agro é pop, o agro é tec, é agro é tudo*”<sup>11</sup>, sendo tal campanha financiada por duas grandes empresas do setor: a Ford (onde imagens de grandes carros de tração são veiculadas) e a empresa Seara, outra gigante do setor de ultraprocessados alimentícios. Em tal campanha a construção de uma imagem em que o agronegócio é que produz o que o brasileiro almoça e janta se consolida em horário nobre da televisão brasileira (Figura 7).

Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia. Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária como se fosse o único produtor do país (FERNANDES, 2005, s/n).

---

<sup>11</sup>A audaciosa campanha publicitária passa a imagem de que todos os alimentos que chegam à mesa do brasileiro, são produzidos pelo dito agronegócio, afirmando-o ainda como o maior gerador de empregos, que promovem atividades sustentáveis e distribui riquezas ao país e toda população.



Figura 7 - Campanha publicitária de promoção de atividades vinculadas ao agronegócio. Fonte: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>

Em sua tese de doutorado, Matos (2011) corrobora a ideia de que esse setor da economia divulga uma imagem de que esse modelo produtivo é a solução e o único caminho para a produção agropecuária brasileira.

Com a ideologia de que o agronegócio é o modelo de produção ideal para o país, seu alastramento se dá por todas as regiões brasileiras, dominando novos territórios, tecnologias e políticas públicas. Alastra-se, territorializa-se como uma erva daninha. Com isso milhares de trabalhadores vão sendo desterritorializados do campo. Não lhes restando alternativas, engajam-se nos movimentos de luta pela terra e luta contra o capital. Em essência, modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, pautado na injeção de capital, seja qual for a apologia, tem como propósito fazer da terra um meio de obter renda e, logo a terra, nesses moldes de produção, passa a não ter função social, e sim, função meramente econômica (MATOS, 2011, p. 116).

O agronegócio, por fim, representa uma imagem do que seria o melhor tipo de desenvolvimento para o país, comprovando através das exportações de produtos “que resultam num ‘espetacular’ superávit na balança comercial, e são símbolo de mundialização da economia brasileira” (GOMES; GOMES Jr., 2014, p. 114), sem, no entanto, considerar que o alimento básico dos brasileiros não são produzidos por este sistema.

### 3.7 A RESISTÊNCIA, AS LUTAS E OS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Na história do Brasil, a concentração fundiária e a priorização de políticas públicas que privilegiassem grandes propriedades e a monocultura são marcas constantes, até os dias atuais no campo brasileiro.

Oliveira (2001), a partir da sua visão, de que o campo é composto por lógicas não capitalistas, pela essência do trabalho familiar da agricultura camponesa, expõe que a expropriação do trabalhador do campo no Brasil de seus meios de produção ocorreu, embora

também afirme que essas relações vinculadas a essa essência, também se expandiram no campo paralelo aos processos de expropriação.

Entender o desenvolvimento desigual do modo capitalista de produção na formação social capitalista, significa entender que ele supõe sua reprodução ampliada, ou seja, que ela só será possível se articulada com relações sociais não capitalistas. E o campo tem sido um dos lugares privilegiados da reprodução dessas relações de produção não capitalistas (OLIVEIRA, 2001, p. 11).

Historicamente, podemos citar a Lei de Terras de 1850, como a primeira legislação fundiária, embora ela tenha sido uma institucionalização da propriedade privada da terra, já que o receio das elites agrárias era que pós abolição, a população tivesse acesso à terra, desorganizando poderes seculares no Brasil.

Com o Estatuto da Terra, em 1964, que orientava o uso, ocupação e as relações fundiárias no Brasil, garantindo o acesso à terra para quem nela vivia e trabalhava, previa-se áreas de desapropriação de terras, no entanto não foi isso que ocorreu. Foram necessários enfrentamentos e conflitos para que as desapropriações realmente passassem a ocorrer.

Entre a segunda metade do século XIX e a segunda metade do século XX, a luta pela terra no Brasil passou por várias etapas, desde os movimentos messiânicos (Guerra de Canudos e Contestado) às lutas radicais e espontâneas entre posseiros, grileiros e trabalhadores rurais expulsos da terra em várias regiões do Brasil (como Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Maranhão, Rio de Janeiro e São Paulo) até as lutas organizadas, de alcance nacional a partir da criação da União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), das Ligas Camponesas e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master) entre 1954 e 1964 (BATISTA, 2015, p. 39).

Assim um processo dialético de reprodução de lógicas distintas ocorre simultaneamente, embora em diferentes escalas e forças, pelo espaço geográfico brasileiro, assim como na área de estudo.

Oliveira (2001), ao abordar a questão do campesinato vinculado ao sistema capitalista, coloca que é graças ao desenvolvimento desigual e contraditório que forças distintas operam para grupos de interesses variados.

No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele (OLIVEIRA, 2001, p. 185).

As reformas de base da década de 1960, impulsionaram um fôlego político que não se concretizou em medidas nacionais graças ao golpe militar, entre elas a proposta de Reforma Agrária de João Goulart, sendo somente em 1985 o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) proposto, já em um movimento de redemocratização do país.

O que houve dali pra frente (pós PNRA) foram desapropriações não sistemáticas, não planejadas, que, embora bem mais frequentes do que no regime militar,

ocorreram na esfera dos conflitos e das mobilizações sociais que, com o arrefecimento da repressão, desenvolveram-se mais rapidamente. As medidas que resultaram na criação dos assentamentos do período democrático, sem estarem orientadas para a realização de uma reforma agrária ‘massiva’, como exigiam os movimentos de trabalhadores, mas adotadas sob pressão desses, foram potencializadas por uma certa simultaneidade (pacotes de desapropriações) e por sua concertação nas áreas em que os movimentos atuavam, mesmo não atingindo necessariamente áreas contíguas. A percepção do sucesso do caminho adotado estimulou trabalhadores das cercanias a seguirem a mesma linha, novas desapropriações sendo feitas, adensando-se os assentamentos em determinadas áreas e levando os movimentos a tentarem repetir a experiência em outras tantas (HEREDIA, 2003, p. 62).

Na década de 1980, muitos movimentos então passam e se organizam de forma mais articulada, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais, Conselho Nacional de Seringueiros (BATISTA, 2015), entre outros.

O que ocorreu no Brasil, e em outros países da periferia do sistema, é que políticas de redistribuição fundiária não foram desenvolvidas por um conjunto de outros fatores como a crescente e rápida urbanização, a introdução de novas tecnologias graças à Revolução Verde, a ascensão do neoliberalismo, o avanço do agronegócio, que despriorizou e passou a formar novas opiniões sobre a reforma agrária (CARTER, 2010).

Nesse contexto, uma curiosa contratendência começou a se desenvolver no Brasil. Na década de 1980, surgiram diversas mobilizações populares pressionando o Estado a promover a reforma agrária, criando no processo um dos movimentos sociais mais duradouros da história: o MST. Em meados da década de 1990, o MST havia se tornado o maior movimento social da América Latina, e a reforma agrária estabeleceu-se na agenda pública do Brasil (CARTER, 2010, p. 37).

É importante destacar, que se concorda com Fernandes (2004), sobre a necessidade de problematização da denominação das categorias: camponês, agricultor familiar, produtor familiar, para o autor:

(...) o produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico - política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal (FERNANDES, 2001, p. 29).

Assim, para o mesmo autor em suas pesquisas, afirma ter observado que os autores da Geografia Agrária que utilizam o conceito de agricultura familiar não utilizam o conceito de camponês, desde que tenham consciência teórica, e que aqueles que utilizam camponês, ainda assim podem usar como sinônimos agricultores familiares graças as análises relacionadas à organização do trabalho desta categoria (FERNANDES, 2004).

Nesse sentido, entendemos que as pautas dos movimentos sociais de luta pela terra, não focam somente a terra de trabalho, mas a soberania territorial, que envolve o que as comunidades tradicionais, mais recentemente denominaram de “bem viver”.

É importante elucidar também, que as forças de resistência no campo, foram fruto de ações articuladas de movimentos sociais, embora, conforme afirma Fabrini (2008) que as forças dos movimentos do campo vão muito além da ação dos movimentos sociais, são estratégias cotidianas de resistência pautada na relação com a terra e com seu território que fazem parte da forma de viver, trabalhar e produzir, que são emblemas das lutas por terra no Brasil.

O movimento dos sem-terra passou a representar uma nova fase na organização dos camponeses, fazendo com que a sociedade olhasse a sua condição de excluídos do processo produtivo e da apropriação da terra, por meio de ocupações de latifúndios e acampamentos em todo o Brasil. Passaram a criar situações para envolvimento do Estado na questão da terra através de ocupações de terra e órgãos públicos, marchas, caminhadas, atos públicos etc. Assim, simultaneamente à expulsão e expropriação com a evolução do capitalismo, os camponeses construíram a possibilidade de retorno à terra, através de ocupações e lutas de resistência (FABRINI, 2008, p. 239).

Aqui será dada ênfase ao Movimento dos Sem Terra (MST) já que este é quem inicialmente o que promoveu as ações articuladas na área de estudo, já que atualmente, nas entrevistas foram citados desdobramentos e a reorganização de grupos em diferentes movimentos de luta pela terra: Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (FETRAF), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Minas Gerais (FETAEMG), MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra) e outros que foram identificados em relatos dos assentados.

O MST foi fundado no ano de 1984, a partir de organizações e estratégias de ocupações que já vinham acontecendo no campo brasileiro, onde ocorreu seu 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Nesse encontro então foi proposto que o movimento teria três objetivos principais: lutar pela terra, lutar por mudanças sociais e lutar pela reforma agrária. A partir das orientações desse primeiro encontro, foi então realizado o 1º Congresso Nacional, no ano de 1985, na mesma cidade. Foi nesse último evento que as diretrizes e estratégias para viabilizar a ocupação de terras foram traçadas, onde os principais lemas foram estabelecidos: “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a única Solução” (MST, 2019).

Os proprietários de terra e as forças conservadoras, através da UDR, investiram (inclusive com meios violentos) no fracasso da política do MST e da reforma agrária. Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que estes eram verdadeiras favelas rurais. Neste contexto, o MST adotou uma nova palavra de ordem: *ocupar, resistir e produzir*, resultante do amadurecimento das experiências de luta. A preocupação, daí em diante, não seria somente a conquista da terra, mas também organizar a produção para viabilizar os assentamentos e a reforma agrária (FABRINI, 2008, p. 251).

Dessa maneira, é importante destacar que essa territorialidade aparece à medida que a terra não é encarada como mercadoria, a pauta de reivindicação do movimento é por um modo de vida e nessa perspectiva a utilização do que Fernandes (2005) aponta como uma categoria de análise geográfica: os movimentos socioterritoriais. Esta categoria foi desenvolvida pelo autor, em sua tese de doutorado no ano 2000, analisando as ações do MST, e o aborda posteriormente em diversos outros trabalhos e pesquisas, abarcando a perspectiva de território e territorialidade discutida nesta tese.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. (...) Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços (FERNANDES, 2005, s/n).

Base para o entendimento dos movimentos socioterritoriais é um modo de se propor a viver, diferente do modo de organização do sistema vigente e neoliberal, não o negando ou atuando fora deste, mas atuando de forma a ressignificá-lo a partir de suas pautas e lutas, entendendo que “o território é um espaço transformado pelo trabalho e, portanto, uma produção humana, logo, espaço de luta de classes ou frações de classe sendo, pois, o lugar da luta cotidiana da sociedade pelo seu devir” (FERNANDES, 1996, p. 12).

Martins e Fernandes (2004) também chamam a atenção para a fase de transição do espaço para o território, à medida que os acampamentos impõem uma outra lógica para as ocupações e para o espaço ocupado, portanto.

A ocupação é um processo socioespacial e político complexo compreendido como forma de luta popular de resistência do campesinato, para sua recriação e criação. Nesse sentido, a ocupação da terra e sua espacialização levam a transformação do espaço em território, com a conquista da terra (MARTINS; FERNANDES, 2004, p. 182).

O processo de ocupação do território nacional, se dá a partir de demandas dos poderes da época que direcionam investimentos e a criação de novas demandas e partir de jogos de forças, que se desenvolvem em distintas contradições e, portanto, em conflitos.

Os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar, a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX. São, marcas constantes do desenvolvimento e do processo de ocupação do país. Os povos indígenas foram os primeiros a conhecer este processo. Há mais de 500 anos vêm sendo submetidos a um verdadeiro etno/genocídio histórico (...) simultaneamente à luta dos povos indígenas, nasceram as lutas dos escravos negros contra os senhores fazendeiros rentistas. Dessas lutas e das fugas dos escravos nasceram os quilombos, verdadeiras terras da liberdade e do trabalho de todos no seio do território capitalista colonial. (...) Os posseiros são outra parcela dos camponeses sem terra, que vêm historicamente lutando numa ponta contra a expropriação que os gera e, na outra, contra os jagunços, “gendarmes de plantão” dos latifundiários especuladores e grileiros. Muitos foram seus

movimentos: Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte destas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro (OLIVEIRA, 2001, p. 190).

Para Fernandes, a reforma agrária, também foi cooptada pelas leis de mercado e por sua ideologia, a partir de adaptações das políticas de acesso à terra às leis de mercado.

Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Depois de denominada de Cédula da Terra virou Banco da Terra e hoje é chamada de Crédito Fundiário. É uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio. As ocupações de terra ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista (FERNANDES, 2003, s/n.).

Legalmente, os assentamentos de reforma agrária são áreas designadas para produção de pequenos agricultores, fazendo parte de medidas que visam a promoção da distribuição da terra, a partir da modificação no regime de sua posse e uso, para ao atendimento dos princípios da justiça social e o aumento da produtividade (INCRA, 2017).

No entanto, os assentamentos devem ser analisados de diferentes perspectivas, esta, anteriormente apresentada (perspectiva administrativa), como ressalta Sauer (2005 apud CARVALHO, 1999) que delimita área, número de famílias a partir das burocracias do Estado e uma outra, não menos importante, da luta pela divisão de poderes políticos e ideológicos, da organização social, como já nos referimos aos movimentos socioterritoriais. Não podemos deixar de abordar a perspectiva simbólica desses espaços e também dos espaços locais e regionais que os assentamentos se encontram.

Nas análises e pesquisas desenvolvidas para a avaliação da viabilidade, ou ainda do “sucesso” dos assentamentos, mais que uma perspectiva econômica, ou de inserção produtiva, que sim é fundamental e exige organização interna, coesão social e políticas públicas específicas em diferentes âmbitos, seja de extensão e capacitação, seja de educação, de acesso à infraestrutura, entre muitas outras, estão imbricadas questões ideológicas e de direitos mais amplos, e a perspectiva da terra como não mercadoria.

É o lugar onde diferentes biografias se encontram – ou ampliam os encontros iniciados nos acampamentos – e iniciam novos processos de interação e identidade sociais, gerando novos atores sociais e políticos. Esses atores terão como principais fatores de mediação real e simbólica (interna e externa) a terra, o trabalho e a produção (SAUER, 2005, p. 61).

No entanto, o que se observa é que o assentado, considerado por boa parte da população e da literatura como um ser rural, camponês, agricultor familiar entre outras denominações e

conceitos que o vinculam aos trabalhos no campo, desconsideram sua trajetória, seu contexto social e político e os diferentes tipos de trabalho a que se submete ou se submeteu.

Parte-se do pressuposto nessa pesquisa, com base em Oliveira (1999) e Thomaz Jr. (2001), que os assentados da reforma agrária possuem um perfil de trabalho não só rural, visto que muitos são oriundos de outras regiões do país que migraram para a realização de trabalhos na construção civil na edificação de Brasília, ou ainda outros tipos de trabalho nas cidades.

Além disso, as condições de conquista da terra, não garante totalmente a sobrevivência por meio do trabalho da terra, por ser a reforma agrária incompleta, fazendo com que os assentados desenvolvam outros tipos de ocupação e trabalho, incluindo o acesso a cadeias produtivas do agronegócio que se territorializaram no município. Tal modificação no tipo de trabalho e de produção de bens e produtos, pode inclusive comprometer a produção de bens e produtos oriundos da reforma agrária e a autossustentação das famílias.

As cadeias produtivas do agronegócio terceirizam muitas vezes parte de seus serviços para a agricultura familiar, ou arrendam parte de suas terras, desconfigurando um padrão antes vinculado ao campesinato e formas distintas de se relacionar com a terra. Entretanto não são todos os assentamentos que se submetem a essa lógica por questões de acesso a recursos, infraestrutura e mercados.

Ademais, os assentamentos assim como as empresas e fazendas do agronegócio estão inseridas hoje em uma lógica da relação cidade-campo distinta de outros períodos históricos, em que o acesso à infraestrutura, principalmente nessa região do Brasil, à informação e a tecnologia, reconfiguraram as relações socioespaciais com o território e entre essas diferentes categorias de produção e de trabalho, produzindo diferentes territorialidades.



## **4 DESIGUALDADES TERRITORIAIS E A VISÃO ESCALAR DO MUNICÍPIO DE BURITIS**

### **4.1 DIREITOS USOS E ABUSOS**

Ao tratarmos de desigualdades territoriais no atual momento histórico, graças à complexidade do mundo e das relações, há que se considerar um conjunto de variáveis muito mais amplo que em outros tempos.

Haveria que se considerar as características naturais herdadas até as modalidades de modificação da materialidade no meio geográfico, até as diferenças de densidade já mencionadas, a diversidade das heranças e das formas de impacto do presente (SANTOS; SILVEIRA, 2003, p. 259).

Tais desigualdades portanto, implicam em diferentes tipos de acessos a direitos humanos básicos para a sobrevivência humana, principalmente em países com marcas de concentração de riquezas tão expressivos como o Brasil.

As desigualdades territoriais no Brasil, como já apontado anteriormente, devem ser analisadas de diferentes perspectivas e escalas, sendo fruto de séculos de exclusão de parcela significativa da população brasileira, que vive em situação de pobreza ou pobreza extrema até os dias de hoje.

A pobreza, pode ser abordada e entendida como a definição que o Banco Mundial propõe, de rendimento de até US\$ 5,5 por dia ou cerca de R\$ 688,00<sup>12</sup> por mês, ou seja, se a pessoa vive com menor valor, pode ser enquadrada, está em situação de pobreza, considerando assim apenas a dimensão econômica.

A Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, aponta que no Brasil para os anos de 2016 e 2018, a pobreza aumentou de 25,7% para 26,5% respectivamente, ou seja, passando de 52,8 milhões para 54,8 milhões de pessoas e para crianças e adolescentes passou de 42,9% ou 43,4%.

De um lado, a centralidade da renda corrente é evidente em uma economia onde o acesso ao consumo básico se realiza por intermédio do mercado, ou melhor, do dinheiro. A ausência de renda estabelece, ao menos, o risco imediato da fome e de outras carências. De outro, como já apontado, ele é critério básico institucional para acesso aos programas sociais de renda, como o bolsa família e o benefício de prestação continuada (DEDECCA, 2013, p. 22).

No entanto, nesta pesquisa, entende-se que a pobreza vai além da medição de índices econômicos e da mensuração da renda e da pobreza, embora considera-se que os rendimentos são extremamente importantes para aferir e medir situações de pobreza e extrema pobreza e

---

<sup>12</sup> Cotação do dólar de R\$4,17 para o dia 27/09/2019.

que estão imbricadas em suas determinações e condicionantes, como mencionado anteriormente.

Para o tema do estudo, assentamentos da reforma agrária, que possuem a relação com o território e com a terra diferenciada, onde parte de sua alimentação está pautada nessas relações e que o lema dos movimentos socioterritoriais é justamente a soberania e a autonomia, outras análises nas perspectivas multiescalares e multifatoriais devem ser levadas em consideração.

Bergamasco e Ferrante (1998), ao tratarem dos dados do Censo da Reforma Agrária, para o ano de 2006, problematizam que a realidade destes espaços por ser tão complexa, não pode permitir cair nos idealismos da pesquisa de tratá-los como

(...) coisas prontas, sujeitas a receituários vindos de um único domínio do conhecimento. Se a realidade dos assentamentos exige cuidadosa vigilância e se constata a impossibilidade de concebê-la ou discuti-la a partir de uma prévia construção de grandes arcabouços conceituais, é preciso igualmente não perder de vista questões práticas, dificuldades concretas, ocorrência de fenômenos imprevisíveis, dimensões que a simples leitura de dados, com certeza não revelará (BERGAMASCO; FERRANTE, 1998, p. 172).

Também observa-se que a análise dos espaços geográficos a partir de uma perspectiva mais quantitativa e por vezes em amplas escalas, pode mascarar como a distribuição de riquezas ocorre nesses espaços, como é o caso do município estudado, onde os altos índices de produtividade de “alimentos” e disponibilidade hídrica, pode a partir desses tipos de análise, generalizar e entender que todos que vivem ali, portanto, estão bem alimentados e acessando água continuamente, não sendo o que ocorre no cotidiano.

Assim, a partir da perspectiva de Sen (2000), que trata da pobreza como privação de capacidades, entende-se que:

- 1) A pobreza pode sensatamente ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes (em contraste com a renda baixa, que é importante apenas instrumentalmente);
- 2) Existem outras influências sobre a privação de capacidades e, portanto, sobre a pobreza real, além do baixo nível de renda (a renda não é o único instrumento de geração de capacidades);
- 3) A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos (o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional) (SEN, 2000, p. 32).

Em sua perspectiva de desenvolvimento para liberdade, o autor defende que a livre iniciativa dos indivíduos, assim como suas habilidades podem contribuir para que as pessoas cuidem de si e do seu entorno com mais zelo e compromisso. O mesmo não deixa de atribuir as relações e trabalho e de mercado, identificando-os inclusive como ingênuas análises sobre o tema das liberdades que não os considerem, sendo “a liberdade de troca e transação é ela

própria uma parte essencial das liberdades básicas que as pessoas têm razão para valorizar” (SEN, 2000, p. 21).

Assim, atenta-se particularmente para a expansão das ‘capacidades’ (*capabilities*) das pessoas de levar o tipo de vida que valorizam – e com razão. Essas capacidades podem ser aumentadas pela política pública, mas também por outro lado, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo (SEN, 2000, p. 93).

Essa perspectiva dialoga com as diretrizes e pautas reivindicatórias dos movimentos de luta pela terra, que entendem a terra indo além da mercadoria e protestando contra ações setorializadas e entendendo a reforma agrária como de mercado, como já abordado.

Nesse sentido, a população em situação de pobreza está marginalizada de um conjunto de outros direitos, não só a renda, que passa pelo não acesso à água e a alimentação adequadas, sendo essa exclusão não necessariamente permanente, contínua e também pode ser tratada em termos qualitativos e quantitativos, como veremos.

Justamente por parte desses direitos transitarem por elementos, que deixam de ser direitos para serem obtidos como mercadorias, a questão é extremamente complexa, na questão da água e do alimento.

#### **4.1.1 Água e alimento: de direitos à mercadoria**

A água como elemento básico para a vida e, para o desenvolvimento de inúmeras atividades, passa nesse momento da história da humanidade por diferentes fenômenos sociais e ambientais. Um deles é a crise hídrica global, que se intensifica por conflitos de usos múltiplos e pela crescente demanda nas últimas décadas.

O aumento populacional, a urbanização acelerada e os modelos produtivos, especialmente no Brasil, secularmente consolidados a partir do desmatamento e muitas vezes da alteração e comprometimento de áreas de preservação e conservação, tem aumentado a degradação ambiental dos recursos hídricos comprometendo a qualidade de vida de boa parte da população.

O uso do solo depende do padrão de desenvolvimento e está relacionado a maneira de produção e reprodução da vida, o que implica diretamente um arranjo entre recurso e patrimônio natural. O uso intenso do solo na agricultura tem degradado bastante os recursos hídricos, causando, principalmente, assoreamento em corpos d’água. E a penetração de defensivos agrícolas químicos nos aquíferos também é preocupante. O uso constante e sem controle dessas substâncias acelera ainda mais a degradação de água subterrâneas (RIBEIRO, 2008, p. 27).

Dessa forma, tem se acentuado a necessidade de mediações a partir de um cenário de mudanças climáticas, que em poucas décadas trarão a necessidade de se rever enquanto sociedade, a forma de produção de alimentos, e do acesso à água.

A questão que perpassa essa discussão também é ética, já que se trata de um recurso básico para a sobrevivência e além de ter de ser garantido em termos de quantidade, também deve ser observada sua qualidade. Já que são muitas as doenças de veiculação hídrica e outros desdobramentos relacionados à saúde básica, qualidade de vida e bem-estar.

A Revolução Verde, como já abordado anteriormente, trouxe um modelo técnico para a produção de alimentos que tenta uniformizar o padrão de consumo alimentar no planeta, bem como depende de recursos naturais, principalmente, solo e água de boa qualidade e abundância.

Na Figura 8, é possível observar a partir de um estudo multifatorial, com base em análises de dados de satélites da NASA e outras fontes de dados, de 2002 a 2016, incluindo mapas de irrigação, dados sobre pluviometria, atividades agrícolas, mineradoras, represas, entre outros usos, uma regionalização de problemas já identificáveis quanto à disponibilidade e usos da água no mundo.

É a primeira vez que um estudo desse tipo cruza diferentes informações de satélites variados e também considera mudanças nos regimes hídricos a partir de dados do El Niño e La Niña. O mesmo estudo aponta que dois terços das áreas de água doce do mundo estão sob alguma ameaça em sua maior parte, humanas (RODELLI et al., 2018).

Portanto, sobre a distribuição dos recursos hídricos temos, o que Ribeiro (2008) chama de distribuição política da água, ao mesmo tempo em que o acesso a este recurso depende a vida humana e portanto como um direito humano, por outro lado se acelera a privatização da água, considerado inclusive o petróleo do próximo século.

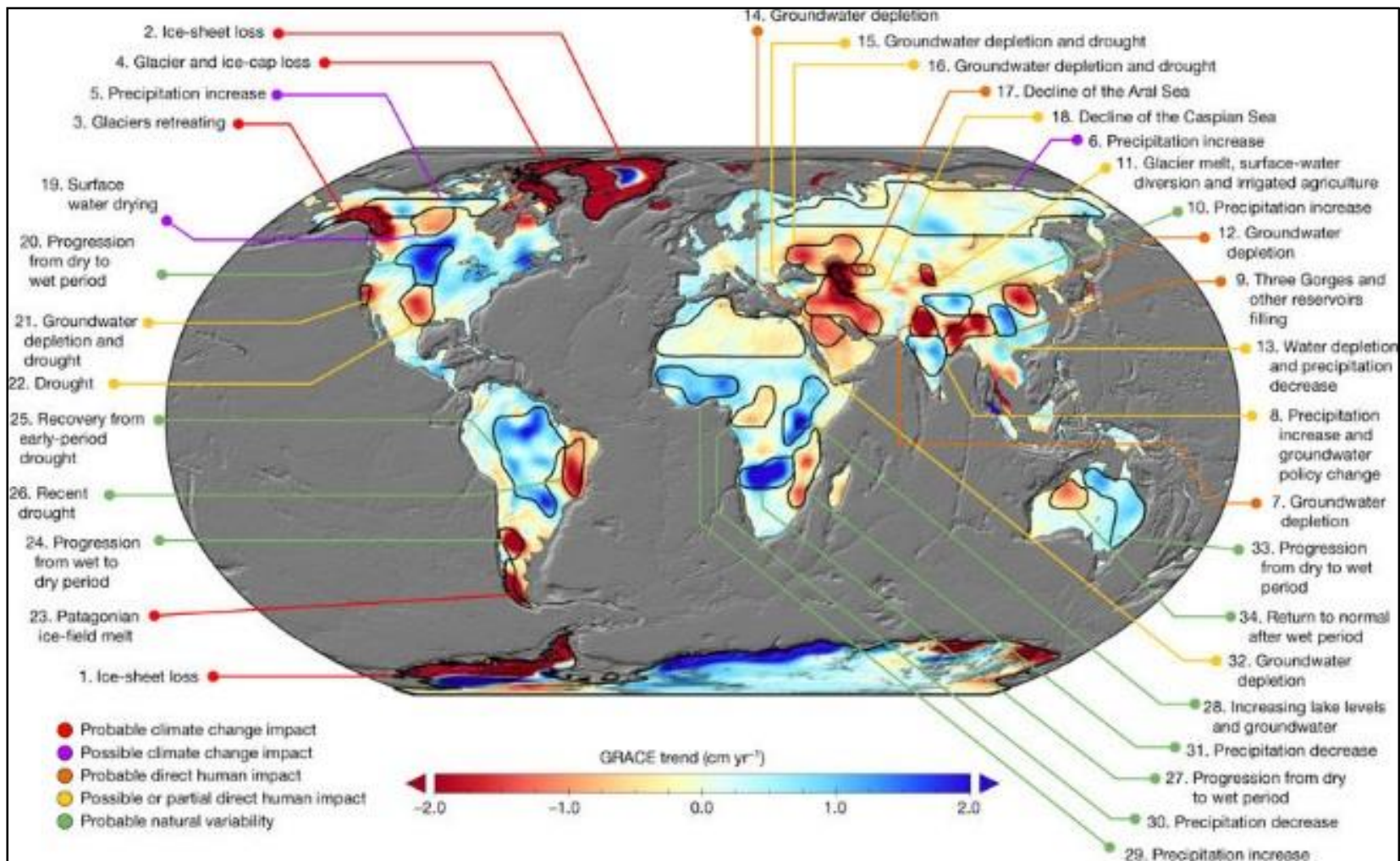


Figura 8 - Tendências emergentes na disponibilidade global de água doce. Fonte: Rondelli (20X)

Com relação aos alimentos, Carvalho (2007) faz uma interessante análise da história do alimento, em diferentes períodos históricos e destaca que com o processo de industrialização e urbanização, o alimento ganha novos símbolos e significados, tendo essa transformação se dado em uma perspectiva da desvinculação do alimento ao seu território e portanto passando a ser visto como mero objeto, como algo a ser simplesmente consumido, e não mais como algo representativo do ponto de vista de quem produz e portanto de suas relações com seu território e logo com sua cultura e relações com este espaço.

Esse distanciamento faz com que a sociedade se afaste do que é natural e fresco, aumentando o consumo de processados e ultraprocessados, produzidos a quilômetros de distância, sem se ter dimensão e conhecimento de seus processos produtivos são ditados por grandes conglomerados de empresas, que estão por trás desses produtos. O modelo de vida atual, imposto pelos ritmos de trabalhos intensos, a urbanização acelerada, nos impõe esses modelos de consumir e se alimentar.

E, assim, as modificações impostas nas formas de acesso aos recursos, sejam hídricos sejam alimentares, vão fazendo parte de diversos acordos e parcerias elaborados em altos níveis de negociação entre os países e as empresas, apontados por McMichael (2016). O autor utiliza do conceito de regimes alimentares, entendido como:

(...) o modo que a cadeia alimentar interliga e transforma as diversas culturas mundiais por meio da mercantilização, não se tratando apenas do alimento em si, mas da política das relações alimentares e suas ligações com a ordem mundial e os períodos de acumulação definidos, ou seja, à forma como os alimentos são utilizados em escala global para o processo de acumulação (MCMICHEAEL, 2016, p. 1).

Há um marco regulatório, que evolui no Brasil, nos últimos anos em governos progressistas, com relação ao acesso aos alimentos e à água como direitos básicos da população. No caso dos alimentos, trata-se da segurança alimentar e nutricional, já dos recursos hídricos da segurança hídrica, que se consolidaram como programas e políticas públicas e na universalização de seus acessos.

Esse arcabouço teórico e abordagem se fazem necessárias, porque mesmo em um país de dimensões continentais, com grande disponibilidade de solos férteis e disponibilidade hídrica, parcela significativa da população não os acessa de forma regular e em quantidade suficiente para sua boa nutrição e qualidade de vida, por questões políticas, ausência do Estado no comprometimento com os temas e na universalização dos acessos nas diferentes regiões brasileiras, que também complexificam o quadro graças a distribuição desses recurso de forma diferenciada pelo país.

Nos últimos anos, em áreas de grande produção de grãos como é o caso da área em estudo, os conflitos por água passam ser identificados ou se acentuam, já que tecnologias para irrigação desses gêneros vem sendo amplamente utilizadas por grupos que tiveram acesso a créditos, fazendo com que a captação, superficial e subterrânea, aumentasse significativamente, a fim de garantir a produção nos períodos de estiagem em culturas que necessitam de irrigação, como a produção de soja.

Além disso, barragens sem autorização legal, têm sido construídas, para irrigação comprometendo diversas comunidades, já que os cursos de água são barrados impedindo o acesso e a captação de quem está a jusante, conforme relatos verificados em campo, como veremos no último capítulo desta tese.

É importante analisar que, há antagonismos nos discursos e políticas específicas para modelos de produção distintos, o agronegócio com programas específicos (via Ministério da Agricultura, por exemplo) e produção familiar (via Ministério do Desenvolvimento Agrário, recentemente extinto)<sup>13</sup>. Isso se deve ao fato de uma discussão que envolve conceitos e ideologias, que se refletem nas políticas públicas como: campesinato, agricultura familiar, agricultura patronal, agronegócio.

O arcabouço teórico apontado pelos autores, que vêm estudando estas questões, indicam que o desenvolvimento vai no sentido da exploração dos recursos naturais e das potencialidades locais, aliado aos grandes investimentos em ciência e tecnologia porém por parte de grupos, muitas vezes de origem internacionais atreladas aos poderes locais, que não permitem o desenvolvimento local endógeno, atrelado à solidariedade orgânica destes espaços.

A exclusão e a desigualdade acabam por acompanhar esse tipo de desenvolvimento, marginalizando parte da população seja ela rural ou urbana, já que graças a consolidação destes processos, a concentração de renda inibe oportunidades e pode comprometer inclusive a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) das famílias.

Os temas da água e da comida, portanto, perpassam questões profundas das prioridades em termos de investimentos em políticas públicas, que por séculos foram relegadas e que para serem entendidas em termos territoriais e vinculados ao mesmo tempo, a processos de

---

<sup>13</sup> Essa estrutura ministerial foi duramente modificada com a eleição de Jair Bolsonaro, atual presidente da República, que junto de sua equipe reconfigurou e extinguiu diversas instâncias de governo dedicadas aos temas aqui tratados, como o MDS, o MDA e a precarização do INCRA atendendo aos anseios das bancadas da Bíblia, da Bala e do Boi (BBB).

resistência e antagonicamente, de modernização destes mesmos territórios, perpassa também por análises dialéticas.

É necessário entender a comida como alimento e produto destes processos de modernização, bem como a água como elemento vital para a sobrevivência humana, e também mercadoria. Além dessas perspectivas de análise também é necessário entender as demandas do indivíduo, mas também de políticas locais, nacionais e internacionais que repercutem no local.

#### **4.1.2 O alimento, a comida e a fome**

Para o entendimento de que, a presença da fome no país decorre de decisões políticas, de descomprometimentos e de invisibilidades históricas, há que se entender que a mudança no Brasil foi recente em termos de avanços em marcos regulatórios e foi pautada por pressões e decisões que demandaram a luta contra hegemônica, exercida por algumas ilustres figuras.

Foram muitos os que se envolveram em pautas de democratização e garantia de direitos humanos básicos, mais especificamente com relação à fome e alimentação adequada no país, mas somente citamos alguns mais vinculados ao tema aqui exposto, embora reconheçamos que o esforço partiu de inúmeras pessoas, muitas delas inviabilizadas de exercer suas funções, por forças de oposição inclusive.

No Brasil, a questão do enfrentamento da fome com caráter político tem alguns marcos importantes. O primeiro deles foi a publicação do clássico *Geografia da Fome (O dilema brasileiro; pão ou aço)*, de Josué de Castro, em 1946, que trouxe à tona a questão da fome, como fenômeno que iria além de determinações naturais. Posteriormente João Goulart, sofre o golpe militar em 1964, entre outras medidas propunha reformas de base, incluindo a reforma agrária, onde se discutia a vinculação da terra a produção de alimentos, nessa perspectiva.

Outro expoente do combate a fome foi o sociólogo Herbert José de Souza, também conhecido como Betinho, que lutou por justiça social e foi o fundador do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e também fundador do Instituto Ação e Cidadania, programa e ações que visavam o combate à fome e ao desemprego, por meio da democratização do acesso à terra.

No governo do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), é que se instituiu a Rede de Proteção Social, que visava uma redistribuição de renda e unia



programas antes individualizados em uma rede integrada de benefícios e bolsas de apoio emergencial, como o Bolsa Alimentação, o Bolsa Escola, o Vale Gás, entre outros.

Esses programas enquadrados como de ação condicional, previam uma contrapartida dos beneficiários na perspectiva de vincular, determinados requisitos a fim de receber o auxílio governamental, como por exemplo a manutenção dos filhos nas escolas.

As estruturas de proteção social no Brasil, especialmente até meados da década de noventa, caracterizavam-se pela fragmentação institucional e pela predominância dos objetivos setoriais sobre estratégias que viessem a alterar a distribuição dos recursos de poder, tanto no sentido horizontal (entre setores) quanto vertical (entre níveis de governo). Consequentemente, geraram uma alocação pouco eficiente dos recursos, superposição de ações e clientelas, além de limitar a construção de pactos nacionais mais amplos para o enfrentamento de problemas complexos, como saúde e segurança alimentar e nutricional (SAN). Visando superar este quadro, o país vem formalizando ideários interdisciplinares e iniciativas institucionais pautadas na intersetorialidade (BURLANDY, 2009, p. 851).

Foi no Instituto Cidadania a elaboração do primeiro documento com diretrizes para o combate a fome no Brasil, onde uma equipe coordenada por José Graziano da Silva, a pedido do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, desenvolveu o que em 2002, se tornaria o Programa Fome Zero, sendo lançado oficialmente em janeiro de 2003.

Assim, a partir do Fome Zero, a questão da fome passa ser encarada como uma medida de proteção social mais ampla, sendo então encarada das seguintes perspectivas (TAKAGI; SILVA; DEL GROSSI, 2007): a alimentação como um direito, e sendo o conceito de segurança alimentar e nutricional abarcando quatro dimensões (quantidade, qualidade, regularidade, e dignidade) no acesso aos alimentos.

O direito à alimentação, como direito humano básico, é reconhecido no Pacto Internacional dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais – DESC e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948 e assinada pelos chefes de Estado e de governo, por ocasião o fim do Holocausto, na Assembleia Geral das Nações Unidas (TAKAGI; DEL GROSSI, 2007, p. 161).

Nesse sentido, as políticas desse tema, passam a ser encaradas de perspectivas multifatoriais, dada a diversidade de nossa sociedade e aos problemas seculares que devem ser enfrentados para tratar da questão além de ações emergenciais. Assim o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) passar a ser tratado como a promoção da segurança alimentar e nutricional, conforme orientações da Cúpula Mundial da Alimentação, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Fome (FAO), em 1996.

A produção de alimentos nesse período histórico se distanciou das bases culturais, potencialidades físicas e garantia de acesso de parte da população, tanto que o Brasil fez parte por muitos anos, mesmo com grandes índices de produtividade, junto de outros países, do

Mapa da Fome produzido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2017).

A interseccionalidade entre temas, como segurança alimentar, pobreza e fome, sendo esta última a mais visível e crônica, embora as demais não sejam desimportantes por serem mais difíceis de serem identificadas, estão vinculadas à insegurança alimentar, que é um processo que ocorre com relação ao acesso aos alimentos e seu consumo, exigindo pesquisas específicas, como afirma Takagi; Silva e Del Grossi (2007).

Nas pesquisas sobre insegurança alimentar e fome, as autoras citam os estudos de Bickel e Andrews (apud TAKAGI; SILVA; DEL GROSSI, 2007) se referindo a um padrão de comportamento nessas situações de escassez, onde os domicílios inicialmente economizam na aquisição de alimentos a preços reduzidos, embora mantendo a quantidade mas reduzindo a qualidade, e havendo crises financeiras esse padrão se intensifica, com a redução também na quantidade de alimentos. Em um quadro mais avançado a insegurança alimentar vai se intensificando, com a diminuição cada vez maior das quantidades sem se considerar mais a qualidade dos alimentos até atingir o limiar da fome.

As autoras também se referem a situações em que a fome não se instaura, mas a aquisição de alimentos de valor reduzido, como ultraprocessados, aumentam pandemias como obesidade, diabetes e outras doenças relacionadas ao alto consumo de carboidratos e gorduras.

Na Tabela 4, são descritos os graus para categorização e identificação das situações que vão desde a segurança alimentar até a insegurança alimentar grave. A descrição considera também o acesso permanente regular a alimentos de qualidade até a ausência de alimentos para as crianças, já que foi verificado que os adultos se restringem no consumo de alimentos para a alimentar as crianças em que nos casos as crianças encontram-se sem alimentos, significa portanto que todo o domicílio está comprometido no acesso à alimentação.

Tabela 4 - Descrição dos graus de (in)segurança alimentar.

Situação de segurança alimentar	Descrição
Segurança alimentar	A família/domicílio tem acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais
Insegurança alimentar leve	Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos
Insegurança alimentar moderada	Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.
Insegurança alimentar grave	Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).

Fonte: CODEPLAN (2016).

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) vem sendo consolidado, principalmente no que se refere a políticas públicas, após a Constituição Federal (CF) de 1988, onde foi declarada a alimentação como um dos direitos sociais da população. O tema foi consolidado com a Lei 11.346 de setembro de 2006, também conhecida como Losan, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. SISAN com objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada entre outras providências.

É direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição, sendo responsabilidade do poder público adotar políticas e ações necessárias para promoção e garantia da segurança alimentar e nutricional da população. O poder público deve respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a execução do direito humano à alimentação adequada. A garantia da segurança alimentar e nutricional se dá a partir: da ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, principalmente por meio da agricultura tradicional e familiar; pela conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos; e pela promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social (CODEPLAN, 2016, p. 7).

O SISAN foi criado com o propósito de aproximar a produção, abastecimento, comercialização e consumo de alimentos, considerando também suas inter-relações, já que a partir da CF, saúde e alimentação passam a ser vistos não só como direitos garantidos, mas também como questões amplas e que dependem de diversas variáveis e por isso passaram a ter políticas públicas integradas, assim como o Sistema Único de Saúde (SUS), criado em 1988 (BURLANDI, 2009).

O problema da fome crônica, é o mais visível, o mais premente. Afeta biologicamente e psicologicamente o indivíduo e suas gerações. O conceito de insegurança alimentar engloba-o, mas é mais amplo e permite vislumbrar políticas preventivas para evitar que as famílias cheguem a tal estado. Os conceitos de insegurança alimentar e de fome estão associados ao acesso aos alimentos e seu efetivo consumo, que é de difícil mensuração pois exige pesquisas específicas (TAKAGI; DEL GROSSI, 2007, p. 162).

As formas de mensuração da segurança alimentar são diversas, e graças a amplitude do conceito, há diferentes métodos nacionalmente utilizados e consolidados como: método da FAO, de cálculo da disponibilidade calórica diária per capita; cálculo da renda mínima para consumo alimentar e não alimentar; cálculo do consumo alimentar - como os recordatórios quantitativos das últimas 24 horas, frequência de consumo alimentar ou a quantificação dos gastos familiares com aquisição de alimentos; antropometria; e escalas psicométricas do acesso familiar aos alimentos, por exemplo, a EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) (CODEPLAN, 2016).

Nesse sentido, o que foi realizado nas últimas décadas para que o país desse salto em termos de redução da pobreza e da insegurança alimentar não foi tão significativo com relação

à reforma agrária e ambos estão relacionados, conforme pode ser observado na Figura 9, onde a Reforma Agrária aparece como política estrutural no combate à fome, entre diversas outras políticas de ação conjunta em diferentes escalas. Essas ações estavam previstas nos planos de ação do Programa Fome Zero.

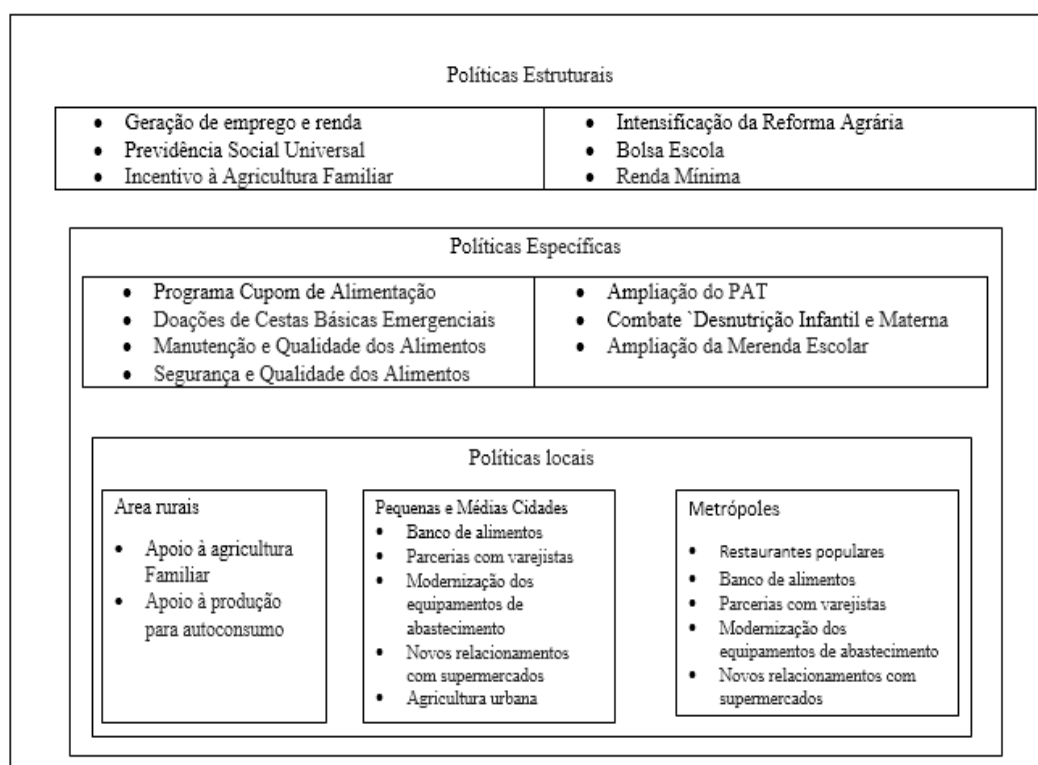


Figura 9 - Grau e interseccionalidade de políticas públicas no combate à fome no Brasil. Fonte: Takagi; Silva e Del Grossi (2007, p. 171).

### 4.1.3 O acesso à água

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reconhece a água como direito humano, embora somente em 2010, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, por meio da Resolução 62/92 declarou o direito à água potável e o saneamento, ambos como direitos.

No ano de 2015, a Organização das Nações Unidas reconheceu a água e o saneamento como direitos universais e a partir das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), os países têm até o ano de 2030 para avançar nesses objetivos, entretanto os dados são alarmantes.

Nas áreas rurais, o acesso à água muitas vezes acaba comprometido pela falta de infraestrutura de captação e distribuição, afetando a segurança hídrica e alimentar, já que

grande parte dos agricultores, também produz para o consumo de suas famílias dependendo dos recursos hídricos disponíveis.

Em regiões com estações climáticas definidas e de baixa pluviosidade em períodos significativos do ano, como é caso do Cerrado, a garantia de acesso a este recurso por meio de infraestrutura e redes de distribuição, ou formas de armazenamento de água, se tornam vitais para as populações rurais em períodos de estiagem, quando parte das fontes de acesso primário como rios, córregos tem sua vazão reduzida ou extinta temporariamente.

Com relação ao direito ao acesso à água, o mesmo não é garantido como direito na Constituição Federal, e somente no ano de 2016, é que um projeto de emenda constitucional ainda em tramitação, propõe sua inserção e garantia na CF. Nessa PEC (Proposta de Emenda à Constituição) o acesso à terra, assim como a água, seriam direitos sociais obrigatórios.

Já na Lei Federal nº 9.433 de 1997, que dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), a água é tida como “bem público, não passível de alienação, com valor econômico e a cobrança pelo uso da água é permitida” (BRASIL, 1997, art. 1º), ou seja, o direito ao acesso à água ainda é frágil do ponto de vista legislativo no país, comprometendo assim sua garantia e universalização.

Conforme informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2018), somente 27% da população rural de baixa renda no país possui ligação do domicílio a uma rede pública de abastecimento de água, situação essa que coloca tais famílias em situações tais como, percorrer longas distâncias para acessar água muitas vezes de qualidade comprometedora para a saúde da família, já que não somente acesso e quantidade são necessários, mas qualidade, em termos de potabilidade, devem ser considerados, por se tratar nesses casos, de água para beber, cozinhar e higiene básica destas famílias.

As políticas de acesso a esses direitos básicos evoluíram e chegaram até locais e pessoas que até então não estavam incluídas em programas de apoio governamental e transferência de renda, a partir da consolidação de programas importantes.

Na última década, o país vivenciou uma gama de políticas de transferência de renda e de combate à fome, tais como o Bolsa Família e o Fome Zero voltados à erradicação da fome e diminuição das desigualdades sociais. Segundo os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, no período de 1990 a 2012, o Brasil reduziu a pobreza, a extrema pobreza e a fome de 25,5% para 3,5% (CODEPLAN, 2016, p. 8).

Vale ressaltar que há diferenças significativas de acesso à água, tanto de áreas rurais e urbanas, quanto em termos regionais no Brasil, mas para termos parâmetros com relação aos graus de efeitos nocivos à saúde em termos de nível de acesso, em termos de volume captado,

distâncias percorridas e demandas atendidas, a Tabela 5, apresenta as correlações possíveis e os desdobramentos relacionados.

Tabela 5 - Nível de acesso à água, necessidades atendidas e graus de efeitos na saúde.

Nível de acesso	Distância percorrida e tempo gasto	Provável volume captado	Demanda atendida	Grau de efeitos nocivos à saúde
Sem acesso	> 1 km e < 30 min	Muito baixo (em torno de 5 L per capta por dia)	Consumo não assegurado, o que compromete a higiene básica e dos alimentos	Muito alto
Acesso básico	< 1km e < 30 m	Média não excede a 20 L per capta por dia	Consumo pode ser assegurado e deve-se possibilitar a higiene básica e dos alimentos. Há dificuldade de se garantir lavagem de roupas e banho, atividades que podem ocorrer fora dos domínios do domicílio	Alto
Acesso intermediário	Água fornecida por torneira pública (à distância de 100 m ou 5 min para a coleta)	Média aproximada de 50L per capta por dia	Consumo assegurado. Não há comprometimento da higiene básica e dos alimentos. É possível garantir a lavagem de roupas e o banho, que provavelmente ocorrem dentro do domicílio.	Baixo
Acesso ótimo	O suprimento de água ocorre mediante múltiplas torneiras	Média aproximada de 100L a 200L per capta por dia	Consumo assegurado. Práticas de higiene não comprometidas. Lavagem de roupa e banho ocorrem dentro do domicílio.	Muito baixo

Fonte: Howard; Bartram (2003 apud RAZZOLINI; GÜNTHER, 2008)

Nesse sentido, os programas de assentamentos de famílias em áreas que não garantem acessibilidade a direitos, como à água, são graves do ponto de vista de instabilidade e insegurança para as famílias. O não acesso à água, em áreas rurais compromete a produção de alimentos que pode alimentar a família ou ser produto de troca para garantir outros alimentos ou produtos necessários, sujeitando-os à práticas desiguais e desvantajosas muitas vezes, com outros atores da localidade, que serão investigadas, ou ainda a total dependência de transferência de recursos do poder público.

Em situações de difícil acesso à água, conhecimentos e tecnologias locais ou conhecidas como tecnologias sociais, podem ser verificadas. As tecnologias sociais, podem ser entendidas como:

(...) sendo técnicas, materiais e procedimentos metodológicos testados, validados e com impacto social comprovado, criados a partir de necessidades sociais, com o fim de solucionar um problema social. Uma tecnologia social sempre considera as realidades sociais locais e está, de forma geral, associada a formas de organização coletiva, representando soluções para a inclusão social e melhoria da qualidade de vida (BAUMGARTEN, 2006, p. 54).

Verificou-se em trabalho de campo, a presença do que se considera aqui tecnologias sociais, que serão identificadas nos assentamentos, como alternativas buscadas pelos assentados, para a solução do não acesso à água e produção de alimentos em seus lotes, como formas de reterritorialização e resistência diante da homogeneidade produtiva do entorno.

#### 4.2 O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO NA RIDE-DF

Há nesta tese, uma tentativa de a partir de diferentes recortes territoriais, obter o entendimento das dinâmicas socioespaciais que vem ocorrendo no município de Buritis.

Conforme Castro (2005), a explicação da territorialização dos fenômenos políticos depende da análise de diferentes escalas, que devem estar interacionadas e articuladas, já que conjuntamente darão conta de explicar fenômenos políticos que são complexos e interdependentes.

A perspectiva das escalas dos fenômenos permite então organizar o campo da geografia política, ampliando seu escopo pela incorporação das escalas local, urbana e regional, além da internacional. Assim, como recurso analítico e didático, tomamos como ponto de partida a ideia de que as escalas dos fenômenos políticos institucionais da modernidade são aquelas que recortam os territórios locais, regionais, nacionais e o global (CASTRO, 2005, p. 54).

Dessa forma, para entendimento da dinâmica da modernização conservadora a que o município foi sujeito nas últimas décadas, é necessário o entendimento do espaço no qual o município faz parte, em termos de fenômenos, políticas, agentes e resistências.

Assim, inicialmente é realizada uma contextualização dos processos na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF)<sup>14</sup>, região que o município de Buritis faz parte e que um conjunto de outros municípios passaram por processos semelhantes, como será verificado. Também foi importante o recorte da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, já que a água é um dos temas do estudo, assim como as novas

---

<sup>14</sup> A RIDE-DF foi ampliada em dez municípios em junho de 2018, pela Lei Complementar n. 163, sendo 9 (nove) municípios goianos e 1 (um) mineiro, passando de 22 para 32 municípios, no entanto graças ao desenvolvimento deste capítulo ser anterior à este período, bem como as análises por meio dos mapas, manteve-se o recorte anterior de 22 municípios.

demandas e usos políticos deste recurso e por fim o recorte municipal onde se deslumbra a partir de números e índices, as realidades econômica e social do município.

O recorte territorial da RIDE-DF, foi eleito devido à dinâmica de modernização agrícola, a que um conjunto de municípios desta região vem passando e também graças a influência do Distrito Federal, mais especificamente de Brasília, sobre o município, sendo importante o entendimento destas.

Entende-se que outros recortes são relevantes de serem analisados, ou minimamente contextualizados, como a mesorregião de Minas Gerais, a microrregião de Unai e uma possível Região Produtiva do Agronegócio, vinculada à produção da soja nesses municípios.

No entanto, a partir da interpretação da RIDE-DF, é possível identificar dinâmicas socioespaciais, que contribuem no entendimento dos processos vinculados ao agronegócio e a concentração e geração de riquezas, a partir dos modelos de produção e ciclos produtivos estabelecidos conforme anteriormente apontado.

A RIDE-DF, tem sua consolidação a partir da evolução do processo de metropolização da área no entorno de Brasília.

O processo de formação da Área Metropolitana de Brasília se intensificou, a partir do início da década de 1970, com a consolidação da transferência da Capital. (...) A expansão dessa área ocorreu de forma polinucleada e esparsa no território no Distrito Federal, perpassando seus limites político-administrativos e abrangendo um espaço de influência direta em municípios do Estado de Goiás e Minas Gerais (grifo nosso), formando um aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília. A configuração espacial do território constitui um espaço urbano com complexidade metropolitana por suas funções e processos, que extrapolam as fronteiras do quadrilátero, assumindo a forma de região metropolitana (IPEA, 2013, p. 6).

A dinâmica de metropolização também está relacionada à outras dinâmicas em nível regional, graças à dinâmicas produtivas de outros períodos vigentes ou que desdobraram outras vocações como a pecuária, o turismo e outros usos do território.

A RIDE foi instituída pela Lei Complementar 94/1998, e regulamentada pelo Decreto Nº 2.710, de 1998, sendo composta por 22 municípios do entorno, dos quais 19 estão situados no Estado de Goiás e 3 no Estado de Minas Gerais. Os municípios goianos são Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa e os municípios mineiros são Buritis, e Unai incluídos na área da RIDE<sup>15</sup>, conforme Figura 10.

---

<sup>15</sup> O município de Cabeceira Grande não faz parte da RIDE pois foi desmembrado de Unai em 1995, mesmo com a criação da RIDE em 1998, não o cita entre os municípios que compreendem a região



A referida Lei Complementar, também versa que a região foi criada com o intuito de articulação da ação administrativa Federal aos estados e municípios que a compõe, além de instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

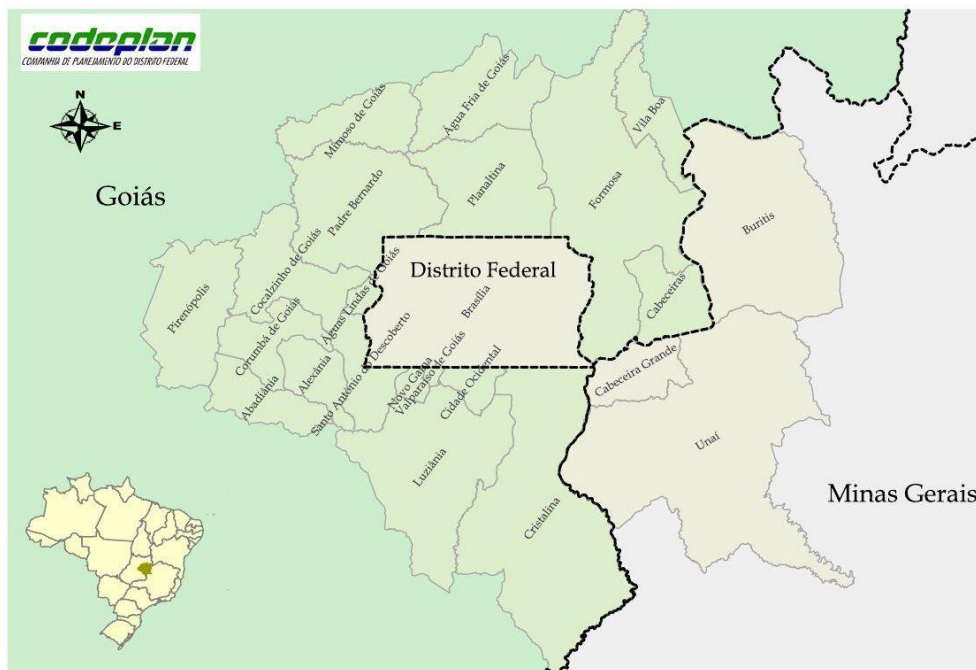


Figura 10 - Municípios que fazem parte da RIDE-DF. Fonte: IPEA (2013).

Com relação à caracterização dos municípios, que compõe a RIDE-DF, tem-se uma diversidade de usos, funções e características sociais e econômicas. O Índice de Gini, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e a população de cada um deles, são apresentados na Tabela 6.

Brasília com a maior população, possui os índices de Gini enquadrados como de médio à forte e IDH alto, em comparação com os demais municípios, que variam em população, estando todos no porte entre cidades pequenas e médias, com fracos e médios índices de Gini e baixos IDH.

Os municípios goianos são: Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa e os municípios mineiros são Buritis, e Unai.

Tabela 6 - População, Índice de Gini e IDHM para os municípios da RIDE DF.

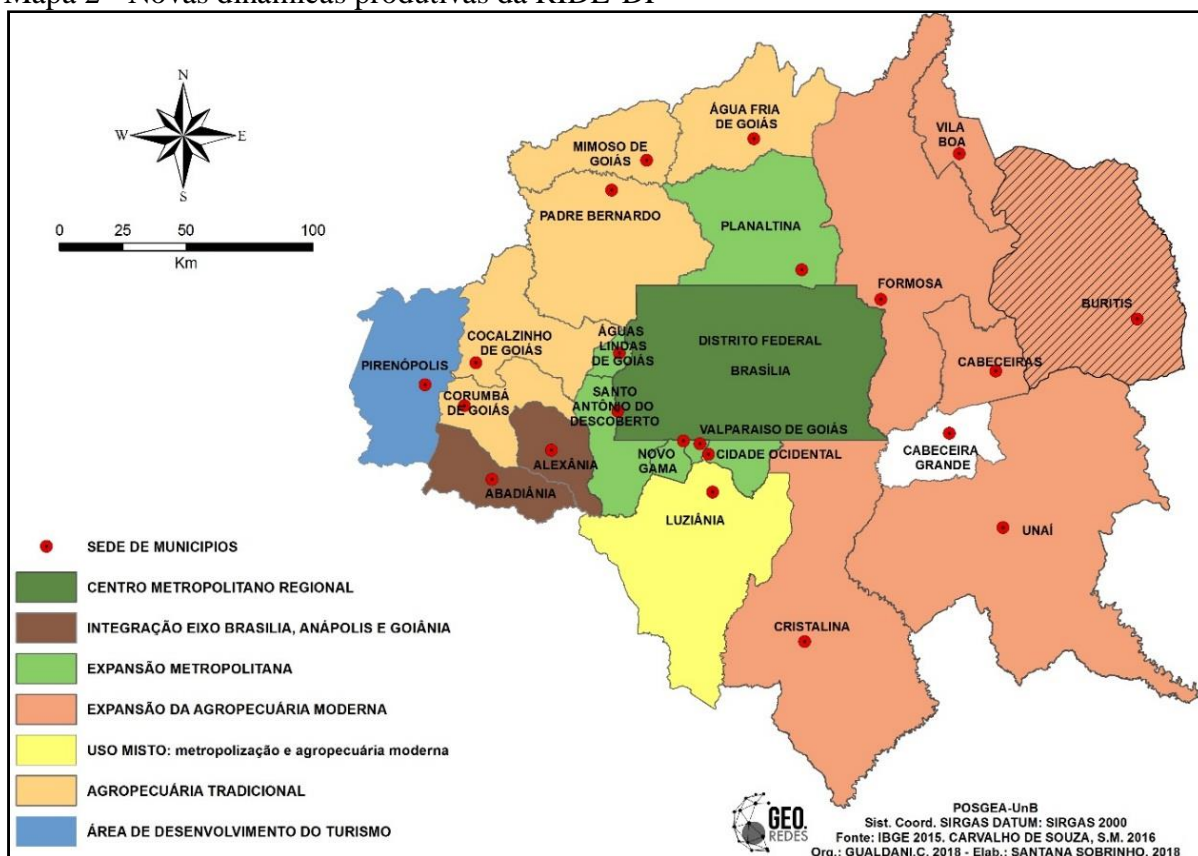
Município	População (2010)	Índice de Gini (2010)	IDHM (2010)
Abadiânia (GO)	15.757	0,43	0,708
Águas Vindas de Goiás (GO)	159.378	0,43	0,686
Água Fria de Goiás (GO)	5.090	0,60	0,671
Alexânia (GO)	23.814	0,46	0,682
Cabeceiras (GO)	7.354	0,48	0,668
Cidade Ocidental (GO)	55.915	0,50	0,717
Cocalzinho de Goiás (GO)	17.407	0,47	0,657
Corumbá de Goiás (GO)	10.361	0,51	0,680
Cristalina (GO)	46.580	0,57	0,699
Formosa (GO)	100.085	0,56	0,744
Luziânia (GO)	174.531	0,50	0,701
Mimoso de Goiás (GO)	2.685	0,59	0,665
Novo Gama (GO)	95.018	0,46	0,684
Padre Bernardo (GO)	27.671	0,56	0,651
Pirenópolis (GO)	23.006	0,49	0,693
Planaltina (GO)	81.649	0,43	0,669
Santo Ant. Descoberto (GO)	63.248	0,45	0,665
Valparaíso de Goiás (GO)	132.982	0,50	0,746
Vila Boa (GO)	4.735	0,48	0,647
Buritis (MG)	22.737	0,57	0,672
Cabeceira Grande (MG)	6.453	0,47	0,648
Unai (MG)	77.565	0,54	0,736
Brasília (DF)	2.570.160	0,63	0,824

Fonte: IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano e PNUD.

O Mapa 2 representa a espacialização dos fenômenos relacionados às dinâmicas socioespaciais, desenvolvido com base nos estudos de Souza (2016), onde em sua tese de doutorado sistematiza-os e sintetiza-os em três principais eixos i) a expansão metropolitana de Brasília; ii) a expansão da agropecuária moderna; iii) a integração do eixo Brasília-Goiânia-Anápolis.

Neste referido mapa é identificado, portanto, a localização do município de Buritis, sob maior influência dos processos relacionados, ao que o autor denominou de expansão da agropecuária moderna, e que no caso desta tese, identifica-se como expansão das atividades relacionadas ao agronegócio e especialmente a produção de grãos, em detrimento de outros gêneros alimentícios, como será discutido posteriormente.

Mapa 2 - Novas dinâmicas produtivas da RIDE-DF<sup>16</sup>



Fonte: Souza (2016), com adaptações da autora.

Os processos de expansão da moderna agricultura, segundo o autor, formam um arco de municípios a leste e sudeste do Distrito Federal, onde os solos, a topografia, os equipamentos de circulação são favoráveis a incorporação de novas áreas para a expansão desse modelo de produção agropecuária, sendo os municípios que fazem parte deste processo: Buritis e Unai no Estado de Minas Gerais; e Cristalina, Cabeceiras, Formosa e Vila Boa, no Estado de Goiás.

De acordo com dados sobre a produção de gêneros alimentícios nos municípios citados, identifica-se um avanço expressivo da produção de soja, inclusive em municípios pequenos como Vila Boa e Cabeceiras, que até as décadas de 2000 não possuíam produção de grãos em seus territórios, conforme Tabelas 7 a 11. Estas demonstram um aumento significativo de área produtiva de três produtos: feijão, milho e soja.

A afirmação de que se caminha para uma situação de insegurança alimentar no país, já que alimentos são substituídos por *commodities*, é afirmada por Alentejano (2011), onde o

<sup>16</sup> O mapa original “Regionalização sugerida para os municípios da RIDE DF”, retirado da tese de doutorado de Souza (2016) sofreu pequenas adaptações como a identificação do município de Buritis, bem como a nomeação dos demais municípios.

autor apresenta dados que a produção de arroz, feijão e mandioca diminuem em 2,5 milhões de ha entre 1990 e 2006 no país. Essa tendência é confirmada para a região em estudo, com redução significativa da produção de feijão em detrimento da soja.

A evolução das técnicas na região para o atendimento ao mercado, atendendo a planos e programas, se consolidou e as tendências apontam a uma homogeneização produtiva e alimentar. Nessa perspectiva analítica, alguns autores contestam o discurso governamental produtivista e de produção alimentar, já que os produtos em destaque que nessas regiões são em sua maior parte para exportação e não alimentação humana.

Sabe-se que população local não consome tais produtos, embora também haja uma padronização de alimentos processados ou ultraprocessados sendo consumidos em área rural, como será apontado posteriormente.

Tabela 7 - Produto das lavouras temporárias para Ano 1980 para Municípios da RIDE – DF.

Produto	Brasil	Buritis (MG)	Cabeceira Grande (MG)	Unaí (MG)	Cabeceiras (GO)	Cristalina (GO)	Formosa (GO)	Vila Boa (GO)
Feijão (em grão)	1.968.165,00	2.262,00	...	16.233,00	828	115	372	...
Milho (em grão)	20.372.072,00	20.000,00	...	129.960,00	5.400,00	756	10.370,00	...
Soja (em grão)	15.155.804,00	260	...	3.120,00	-	6.560,00	-	...

Tabela 8 - Produto das lavouras temporárias para Ano 1990 para Municípios da RIDE – DF.

Produto	Brasil	Buritis (MG)	Cabeceira Grande (MG)	Unaí (MG)	Cabeceiras (GO)	Cristalina (GO)	Formosa (GO)	Vila Boa (GO)
Feijão (em grão)	2.234.467,00	2.406,00	...	11.076,00	920	1.986,00	2.660,00	...
Milho (em grão)	21.347.774,00	7.848,00	...	20.520,00	1.500,00	9.240,00	3.820,00	...
Soja (em grão)	19.897.804,00	31.576,00	...	31.676,00	8.400,00	28.200,00	2.970,00	...

Tabela 9 - Produto das lavouras temporárias para Ano 2000 para Municípios da RIDE – DF.

Produto	Brasil	Buritis (MG)	Cabeceira Grande (MG)	Unaí (MG)	Cabeceiras (GO)	Cristalina (GO)	Formosa (GO)	Vila Boa (GO)
Feijão (em grão)	3.056.289,00	8.060,00	10.140,00	75.500,00	3.180,00	64.680,00	4.200,00	45
Milho (em grão)	32.321.000,00	101.400,00	20.700,00	184.200,00	55.080,00	223.800,00	21.240,00	1.950,00
Soja (em grão)	32.820.826,00	60.000,00	6.000,00	90.000,00	29.700,00	121.500,00	13.536,00	-

Tabela 10 - Produto das lavouras temporárias para Ano 2010 para Municípios da RIDE – DF.

Produto	Brasil	Buritis (MG)	Cabeceira Grande (MG)	Unaí (MG)	Cabeceiras (GO)	Cristalina (GO)	Formosa (GO)	Vila Boa (GO)
Feijão (em grão)	3.158.905,00	23.550,00	12.180,00	127.500,00	6.120,00	71.880,00	5.816,00	48
Milho (em grão)	55.364.271,00	119.230,00	35.000,00	236.500,00	47.800,00	380.400,00	37.352,00	4.800,00
Soja (em grão)	68.756.343,00	180.000,00	27.000,00	288.900,00	93.075,00	552.000,00	20.800,00	-

Tabela 11 - Produto das lavouras temporárias para Ano 2016 para Municípios da RIDE – DF.

Produto	Brasil	Buritis (MG)	Cabeceira Grande (MG)	Unaí (MG)	Cabeceiras (GO)	Cristalina (GO)	Formosa (GO)	Vila Boa (GO)
Feijão (em grão)	2.615.832,00	14.250,00	5.910,00	69.564,00	10.890,00	60.000,00	4.762,00	84
Milho (em grão)	64.143.414,00	72.750,00	53.600,00	213.000,00	65.250,00	372.200,00	43.600,00	11.370,00
Soja (em grão)	96.296.714,00	306.900,00	32.340,00	485.640,00	130.500,00	699.000,00	35.100,00	6.720,00

Fonte: IBGE Produção Agrícola municipal (1980-20016). Organizado pela autora.

Apesar de estarmos tratando do município de Buritis e da região Noroeste de Minas Gerais, onde o município está localizado, foca-se aqui no entorno do Distrito Federal graças à proximidade e influência da capital sobre os municípios da região, bem como a diversidade de estudos já realizados para o tema dos assentamentos rurais.

Nesse sentido, essa região se destaca pelo número de assentamentos, conforme sinaliza a Tabela 12, tendo em comum características e processos históricos, que levaram aos movimentos de luta pela terra, a quantidade de desapropriações que marcaram a região.

Tabela 12 - Número de Assentamentos Rurais criados no Noroeste de Minas Gerais (1986-2014).

Mesorregião Geográfica	Número de PAs criados	Área total dos Projetos (ha)	Capacidade de famílias
Noroeste de Minas Gerais	118	311.654,46	6.960

Fonte: INCRA (2017).

Conforme estudo realizado por Souza et al. (2011), os assentamentos rurais implantados em municípios onde a concentração fundiária e o agronegócio predominam, impactam positivamente a realidade socioeconômica:

(...) seja pelos impactos específicos do processo de democratização da estrutura fundiária, seja pelo efeito dinamizador da economia local provocado pelos recursos aplicados pelo poder público nessas áreas (SOUZA et al., 2011, p. 92).

A reflexão do mesmo autor, para o fato que, apesar do alto dinamismo da produção de grãos para as regiões em que estão inseridos, a geração de postos de trabalho é muito pequena, tendo poucas alternativas de reprodução socioeconômica para os trabalhadores do campo, nesse sentido os assentamentos rurais, podem ser atenuantes para o processo de concentrações de riquezas gerado nessas regiões de modernização agrícola.

No estudo desenvolvido por Leite et al. (2004) é demonstrado que a diversificação da produção de alimentos produzidos nos assentamentos, reflete no consumo das áreas urbanas onde estão instalados. Na região, mesmo antes da implantação dos assentamentos, verificava-se que a produção da agricultura familiar estava baseada nos seguintes produtos: mandioca, arroz, milho e feijão, além de outros produtos.

No entanto, não é possível afirmar que a diversificação foi aumentada com a implantação dos assentamentos, o que se pode verificar é a participação dos produtos em relação a porcentagem de produtos da região em análise, conforme Tabela 13.

Tabela 13 - Estimativa da participação da produção dos assentamentos na produção agropecuária regional, Entorno do Distrito Federal.

Produto	Participação dos PAs na Produção Regional (PAM/PPM 1999)	Participação dos PAs na Produção Regional (Censo Agropecuário 1996)	Produto	Participação dos PAs na Produção Regional (PAM/PPM 1999)	Participação dos PAs na Produção Regional (Censo Agropecuário 1996)
Abóbora	NC	9,60%	Mandioca	21,50%	130,00%
Arroz	7,40%	17,80%	Maracujá	1015,10%	4541,90%
Banana	1,50%	1,40%	Milho	1,90%	2,00%
Batata doce	SPR	SPR	Ovos	104,60%	52,00%
Café	0,30%	1,70%	Polvilho	NC	51,40%
Cana-de-açúcar	4,80%	8,90%	Polvilho/farinha	NC	37,50%
Farinha de mandioca	NC	311,40%	Queijo/requeijão	NC	11,50%
Feijão em grão	1,60%	3,60%	Rapadura	NC	4,50%
Leite	10,50%	10,90%	Soja	1,60%	2,30%
Lenha	NC	31,40%	Sorgo	1502,80%	206,30%
Lenha para carvão	NC	21,80%			

Fonte: Leite et al. (2004).

NC= Não consta; SPR (sem produção regional) = produção municipal é igual a zero.

O peso em geral não é muito significativo, embora para alguns produtos haja destaque como a farinha de mandioca, a mandioca, o maracujá e o sorgo. Com relação a participação dos assentamentos no efetivo dos rebanhos para a região no qual estão inseridos, temos destaque para a produção de aves, conforme Tabela 14.

Tabela 14 - Estimativa da participação do efetivo dos rebanhos dos assentamentos nos municípios estudados da região do Entorno do Distrito Federal em relação ao total da região

Região	Bovinos	Suínos	Aves	Caprinos	Participação dos PAs na área total dos estabelecimentos
Entorno do Distrito Federal	3,6%	12,2%	48,4%	18,6%	3,1%

Fonte: Leite et al. (2004).

No entanto, os autores chamam a atenção que, a produtividade dos assentamentos quando comparada à produção local, em áreas de agricultura capitalizada, não fica muito acima da média local, ainda mais em áreas de assentamentos recentes ou ainda em consolidação. No município estudado há assentamentos mais recentes e antigos, refletindo uma diversidade nesse sentido identificada nos trabalhos de campo.

A dinamização da economia intermunicipal também é destacada neste mesmo estudo, a partir da verificação dos principais canais de comercialização dos produtos dos assentados, já que os autores apontam que a implantação de assentamentos gera uma diversificação

produtiva e uma maior oferta de produtos agropecuários nos mercados locais. Nessa região do Entorno do Distrito Federal, os assentamentos não só fazem uso de situações locais preexistentes (sem inovação de canais de comercialização), como criaram novas possibilidades, conforme Tabela 15 (LEITE et al., 2004).

Considerando o número de assentados que comercializam sua produção, aves, gado, leite, queijo e milho são os produtos com maior número de vendedores, indicando uma pauta praticamente pecuária, com exceção do milho (que é por sua vez, fonte de alimentação básica para os animais). Em todos estes produtos (exceto o leite), a venda direta aparece com algum grau de importância, indicando iniciativas dos assentados neste sentido, que podem estar inovando os canais existentes (Leite et al., 2004, p. 179).

Tabela 15 - Principais canais de comercialização dos produtos vendidos nos assentamentos pesquisados da região do Entorno do Distrito Federal.

Tipo de Canais de comercialização	Quantidade de canais de comercialização
Feira	9
Atravessador	17
Agroindústria	2
Venda Direta	23
Supermercado	11
Cooperativa/ associação de assentados	9
Cooperativa externa	6
Outro assentado	8
Açougue/abatedouro	5
Outros	2
Sem informação	9

Fonte: Leite et al. (2004).

Pode se dizer que as relações comerciais estabelecidas pelos assentados dinamizam a economia local, chamando a atenção para o número de canais junto a supermercados, forma tipicamente urbana de venda de alimentos nas cidades.

#### 4.3 A BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIA

Nesta tese, faz-se necessária a contextualização do município de Buritis na bacia hidrográfica do Rio Urucuaia, já que este é um importante rio e de grande uso para suprir as necessidades da moderna agricultura da região, de povos e comunidades tradicionais, como uma colônia de pescadores no município de Buritis<sup>17</sup>, assentados e muitos outros usos de suas águas.

<sup>17</sup> Colônia de Pescadores Artesanais e Aquicultores Z-11 do município de Buritis, MG.



Esta bacia, está localizada praticamente toda sua extensão no estado de Minas Gerais, na Mesorregião Noroeste do Estado, com exceção de algumas de suas nascentes que se encontram no estado de Goiás. É uma bacia tributária do Rio São Francisco com aproximadamente 25.135 km<sup>2</sup>, sendo 12 os municípios mineiros banhados por suas águas, conforme Figura 11.

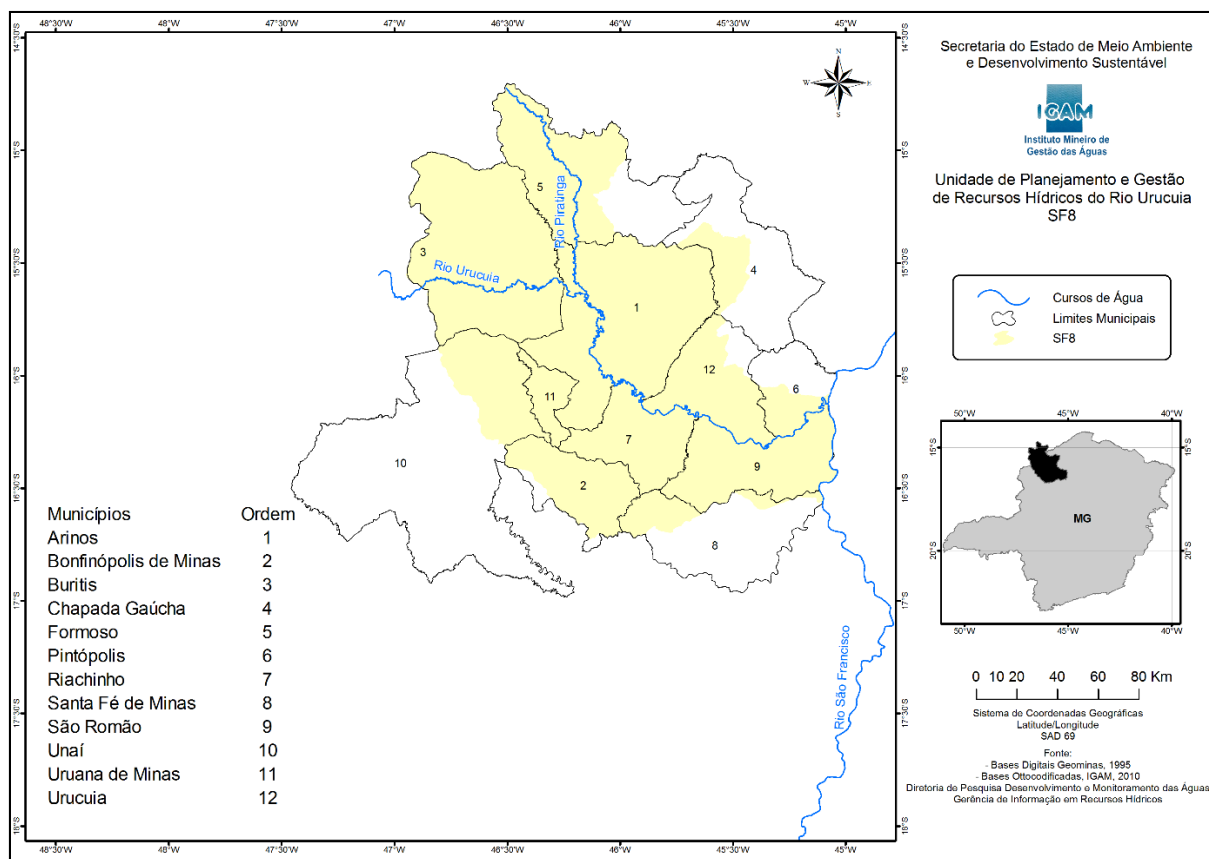
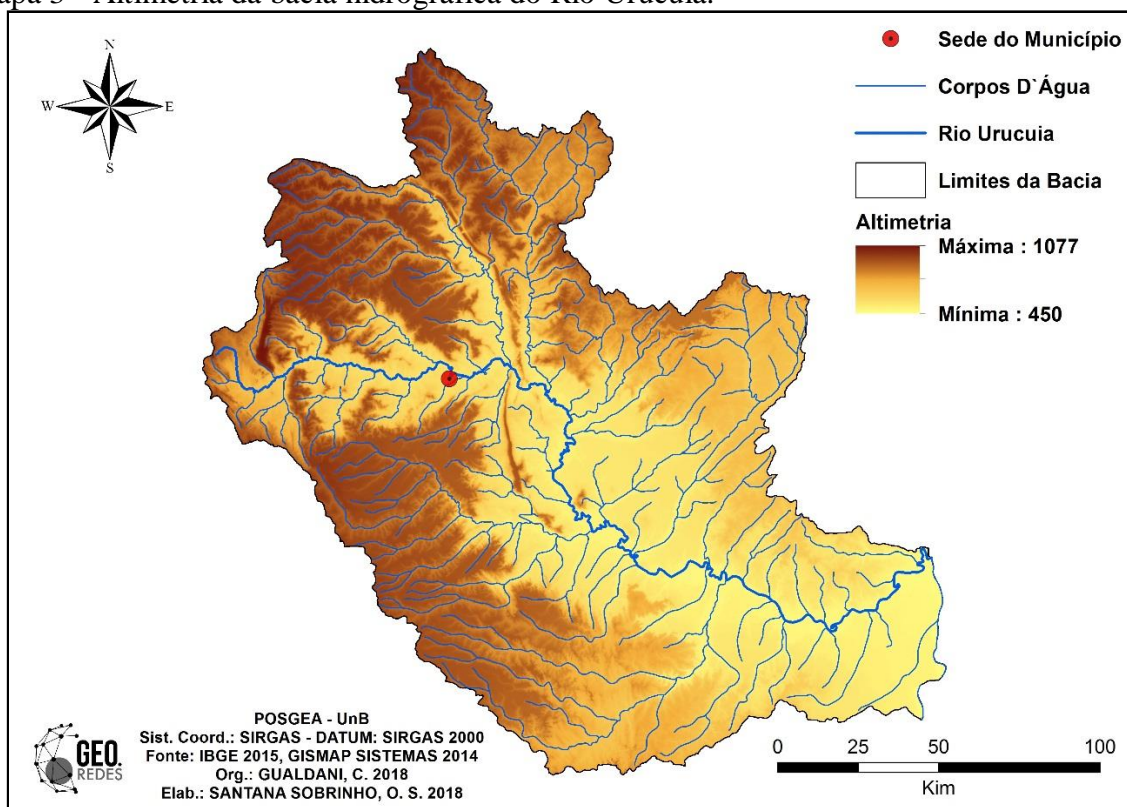


Figura 11 - Localização da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia. Fonte: IGAM (2010).

Como pode ser observado no Mapa 3, o município de Buritis, possui grande parte das nascentes do Rio Urucuia em seu território, sendo uma região de serras e chapadas e o rio corre em um vale, com altimetria variando entre 450 e 1077 metros. A bacia tem cerca de 80.000 habitantes e representa 10,67 % do território da bacia rio São Francisco.

A disponibilidade hídrica da bacia fez com que o crescimento na região da utilização de sistemas de irrigação aumentasse significativamente nos últimos anos.

Mapa 3 - Altimetria da bacia hidrográfica do Rio Urucuia.



Fonte: Gualdani (Org.) (2018).

Esta bacia hidrográfica, possui o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, também conhecido como CBH Urucuia, criado no ano de 2005, pelo Decreto n. 44, a fim de debater o uso de seus recursos hídricos (AGÊNCIA PEIXE VIVO, 2018).

De acordo com estudos de Souza (2016), os municípios que mais possuem sistemas de irrigação, do tipo pivô central, são os municípios de Unaí, Buritis, São Romão e Bonfinópolis de Minas, totalizando 78,2% do total de pivôs da bacia, conforme Tabela 16, já na Figura 12 é possível verificar a espacialização destas tecnologias na bacia.

Tabela 16 - Pivôs centrais mapeados e área total irrigada por município da bacia (2013).

Município	Pivôs centrais	Área total irrigada (ha)
Unaí	108	10.395
Buritis	66	5.447
São Romão	50	5.722
Bonfinópolis de Minas	45	3.716
Formoso	36	1.957
Urucuia	27	1.988
Riachinho	6	394
Uruana de Minas	4	285
Chapada Gaúcha	2	128
Arinos	0	0
Santa Fé de Minas	0	0
Pintópolis	0	0

Fonte: Souza (2016).

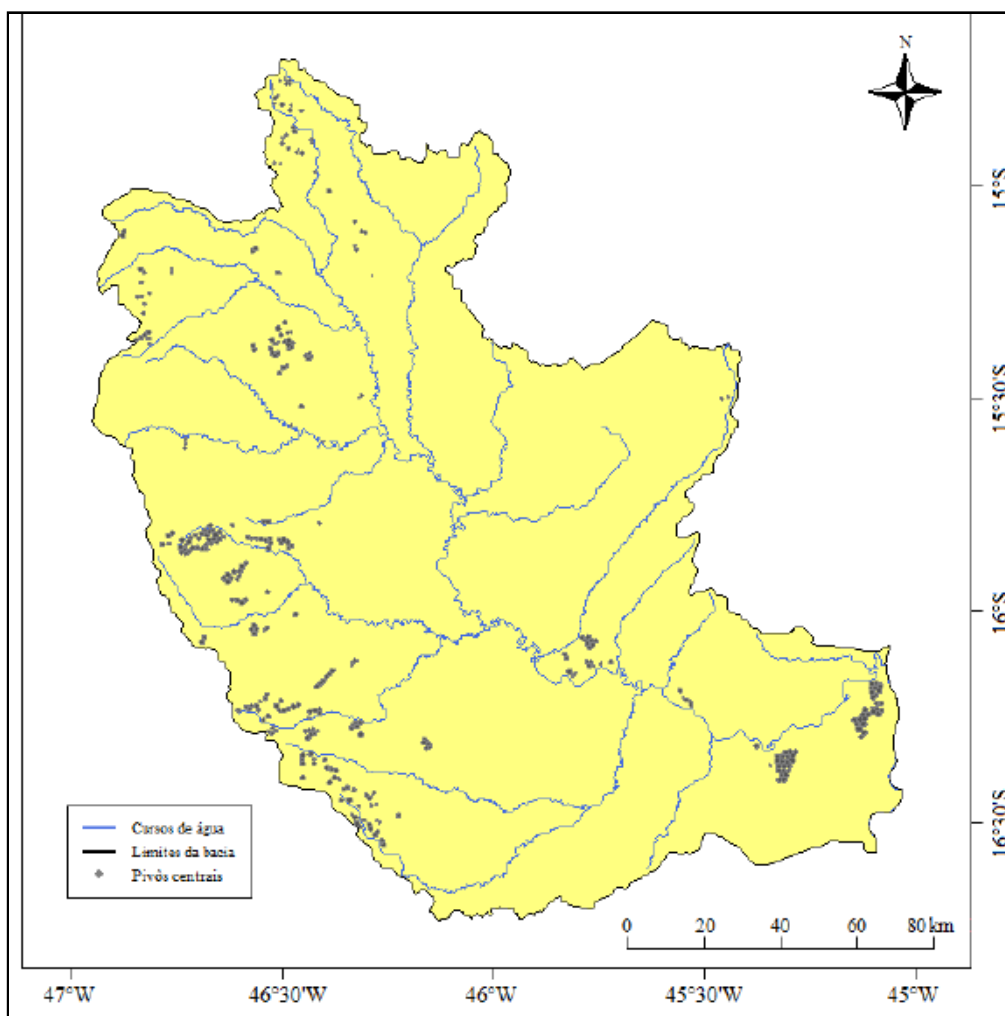
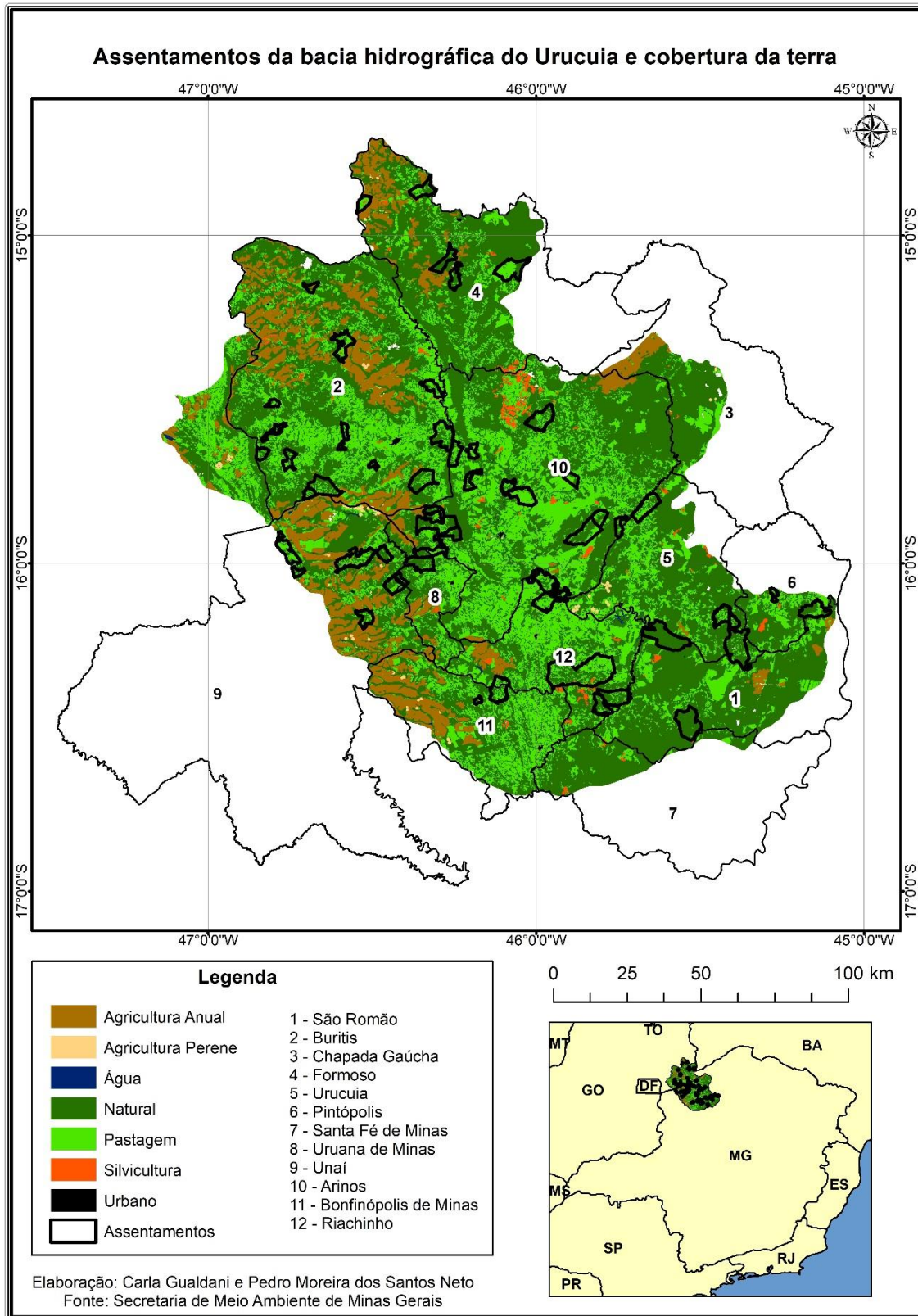


Figura 12 - Localização dos pivôs centrais na Bacia do Rio Urucui. Fonte: SOUZA (2016).

No Mapa 4, é possível observar a distribuição dos assentamentos na bacia do Urucui, e o uso da terra, com predomínio de pastagens e áreas de cerrado, também de culturas anuais, no caso grãos, e nos últimos anos o a implantação de silvicultura, conforme relatos dos assentados, a agricultura perene pouco se destaca.

Mapa 4 - Assentamentos da bacia hidrográfica do Urucuia e cobertura da terra



Fonte: Guldani e Santos Neto (2019).

No Mapa 5, é possível observar a rede hidrográfica apontando as áreas de conflito por água e, a identificação dos sistemas de irrigação, os pivôs centrais. Nos últimos anos, a evolução dos pivôs como apontado anteriormente tem causado uma série de conflitos, na bacia foram identificadas áreas de conflito, que coincidem com as maiores áreas de plantio de grãos e uso desta tecnologia, conforme Tabela 16 anteriormente apresentada.

Os conflitos serão discutidos e apontados mais especificamente para a escala municipal, mas há que se apontar que a dinâmica de avanço e intensificação de produção de grãos na região, vem modificando o uso do solo com culturas anuais, nas últimas décadas, no caso os grãos, nas chapadas planas próximas as áreas de muita abundância de água, as veredas das serras. Parte dos assentamentos se localizam nas Chapadas, mas a maioria deles nas partes mais baixas altimetricamente, onde deveria haver mais disponibilidade de água, embora comprometidas pelas barragens e obras de barramento.

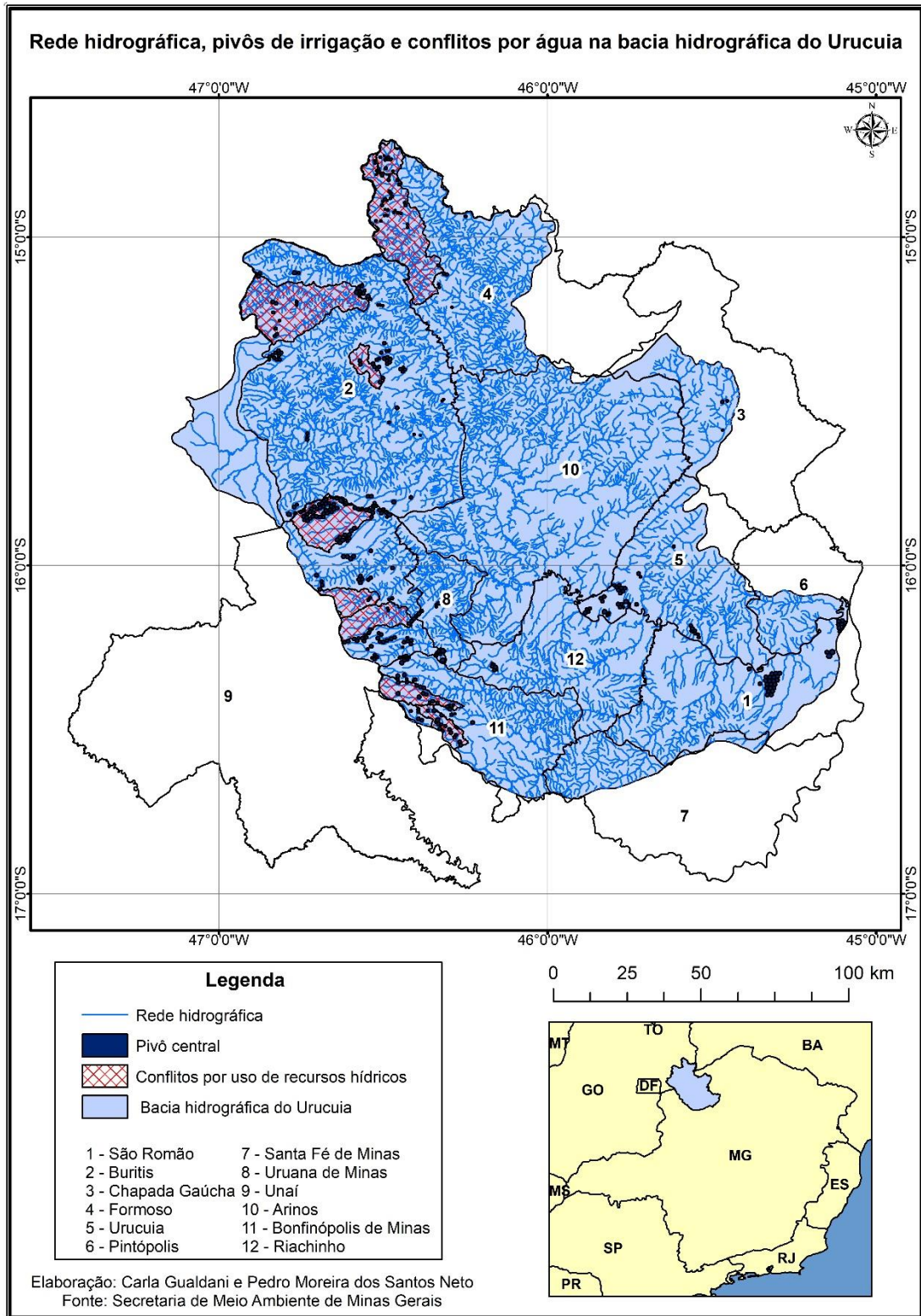
As áreas de conflito identificadas no Mapa 5, foram identificadas a partir da metodologia do IGAM/SEMAD, com relação ao número de outorgas e quantidade de uso de água de cada uma delas, em razão da disponibilidade hídrica nessas áreas.

Tabela 17 - Municípios da Bacia do Urucuia com número de conflitos por água identificados pela SEMA-MG.

Município	Número de área de conflitos por água	Pivôs centrais	Área total irrigada (ha)
Unaí	3 áreas	108	10.395
Buritis	3 áreas	66	5.447
Bonfinópolis de Minas	1 área	45	3.716
Formoso	1 área	36	1.957

Fonte: Souza (2016) e IGAM (2018), elaborado pela autora.

Mapa 5 - Rede hidrográfica, pivôs de irrigação e conflitos por água na bacia hidrográfica do Urucuia.



Fonte: Guldani e Santos Neto (2019).

Os municípios com maior número de implantação de pivôs, nas últimas duas décadas e, maior área de irrigação, com exceção de São Romão, são os que apresentam conflitos por água. Esse tema será mais aprofundado para o município de Buritis, embora seja importante enfatizar que faz parte de uma dinâmica de modernização agrícola, pautada em um modelo de produção com espacialização técnica e produtiva, como apresentado anteriormente, que traz consequências sociais e ambientais como os referidos conflitos.

Os impactos nos recursos hídricos têm sido cada vez mais recorrentes, como será sinalizado pelas diversas denúncias apresentadas pelos assentados e agricultores familiares do município e do Comitê de Bacias Hidrográficas.

#### 4.4 OCUPAÇÃO E USOS DO TERRITÓRIO EM BURITIS

O município de Buritis/MG, tem sua ocupação vinculada à procura de ouro e metais preciosos no século XVIII, já que as bandeiras paulistas avançaram pela região, abrindo vias e fundando povoados, que mais tarde se tornariam vilas. Os registros de “primeiros habitantes”, desconsiderando a ocupação e caminhos de etnias indígenas que já ocupavam a região, se referem ao ano de 1739, como o ano da chegada dos “primeiros habitantes”.

O Rio Urucuia, principal rio do município, foi quem possibilitou a entrada dessas bandeiras, já que o mesmo é um importante afluente do Rio São Francisco, por ele escoavam e recebiam produtos de outras regiões mais dinâmicas como Juazeiro e Petrolina. Graças ao não encontro de metais preciosos a região se destacou pelas então fazendas de gado, formas paralelas e complementares de ocupação do sertão brasileiro – mineração e pecuária (Durães, 1996).

Buritis foi elevado à categoria de município pela Lei estadual nº 2764, de 30 de dezembro de 1962, com sede no antigo distrito de Buritis. Em 1 de março de 1963 foi instalado o município, também é conhecido carinhosamente como Rainha do Urucuia, graças a sua disponibilidade hídrica, riqueza da fauna e beleza das paisagens.

Sua população é estimada em 24.841 habitantes (IBGE, 2019), sendo considerado um município de porte pequeno, e com significativa parcela da população em área rural, conforme dados da Tabela 18.

Tabela 18 - Evolução da população urbana e rural no município de Buritis, MG

Município	----- 1980 -----		----- 1991 -----		----- 2000 -----		----- 2010 -----	
	População Urbana	População Rural	População Urbana	População Rural	População Urbana	População Rural	População Urbana	População Rural
Buritis/MG	5.920	9.743	10.589	7.828	13.868	6.528	16.100	6.637
Total	15.663		18.417		20.396		22.737	

Fonte: IBGE Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Chama atenção o dado para o ano de 2010 quando comparado com o ano de 2000, para a população rural que ganha população e não perde, como tendência regional e nacional. A hipótese é que parte desse contingente populacional tenha sido derivado do reconhecimento e assentamento das famílias, que inicia no ano de 1996 e segue até a ano de 2014 (ano de instalação do último assentamento).

Com relação às taxas de urbanização (Tabela 19), embora estas tenham crescido no município conforme tendência nacional, a mesma permanece abaixo da média. Além disso, não significa afirmar que a população da área urbana esteja desvinculada das atividades agrícolas, já que devido a reconfiguração do espaço urbano e rural, o peso do agronegócio nas atividades municipais, bem como a diversificação de serviços se faz representativo no município.

Tabela 19: Taxa de urbanização do município de Buritis em comparação com média nacional.

Unidade territorial	Taxa de urbanização			
	1980	1991	2000	2010
Buritis – MG	38,00%	58,00%	67,99%	70,81%
Brasil	67,59%	75,59%	81,23%	84,36%

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010.

Sabe-se que o processo modernizador não se realiza da mesma forma em todos os lugares. Tem-se que, nas pequenas cidades, ele se poderia apresentar mais residualmente. Contudo, enquanto tal, de modo imanente, o processo do capital põe as diferenças temporais e espaciais: formas pré-capitalistas de produção ou não capitalistas o tempo todo são reproduzidas, simultaneamente, ao modo de produzir especificamente capitalista. A divisão social do trabalho se desdobra numa divisão territorial do trabalho, em que momentos diferentes do processo estão se realizando em diferentes lugares, pondo, assim, diferenças sociais e econômicas. Nesse caso, a análise não é a da existência de descompasso entre o que é mais ou menos moderno (DAMIANI, 2006, p. 137)

Buritis se enquadra como um município com médio IDH, abaixo da média nacional e do estado de Minas Gerais, tendo na última década chegado a 0,672, tendo avançado quando comparado à 1991.



Com relação ao Produto Interno Bruto do ano de 2016 (Tabela 20), o município se destaca na produção agropecuária e nos serviços, sendo uma característica marcante de cidades vinculadas ao agronegócio, onde ambos caminham juntos.

Tabela 20 - Produto Interno Bruto (valor adicionado) de Buritis, Minas Gerais e Brasil (2010).

Variável	Buritis	Minas Gerais	Brasil
Agropecuária	204.164	15.568.048	105.163.000
Indústria	39.355	54.306.183	539.315.998
Serviços	197.664	97.398.820	1.197.774.001

Fonte: IBGE, Cidades (2015).

Dados relacionados ao rendimento domiciliar per capita (Tabela 21), demonstram que 80% da população municipal recebe até 2 salários-mínimos (IBGE, 2015) sendo considerado um baixo rendimento diante da geração de riquezas oriundas da produção agropecuária e do setor de serviços municipal.

Com relação ao Índice de Gini (Tabela 22), o mesmo chama a atenção para o período entre 1991 e 2010, já que houve uma melhora significativa no ano 2000, e no ano de 2010 o mesmo retorna à situação semelhante a 1991. Entende-se que a geração de riquezas não significa necessariamente distribuição desta, como aponta o Índice de Gini para os anos de 1991, 2000 e 2010.

Tabela 21 - Desigualdade – Índice de Gini, Município de Buritis.

	1991	2000	2010
Renda per capita	175,78	488,75	505,59
% de extremamente pobres	33,87	15,48	7,48
% de pobres	64,82	37,41	22,98
Índice de Gini	0,54	0,70	0,57

Fonte: IBGE, Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Por outro lado, com a expansão da unicidade das técnicas, as modificações não se deram somente no campo, já que a integração com a economia urbana estabeleceu relações de complementaridade e não mais de dicotomia entre cidade e campo como anteriormente se dava.

As demandas dessa nova configuração no campo, muitas vezes são abastecidas por serviços urbanos, como suprimentos e implementos, assessorias, aportes jurídicos e até mesmo mão de obra (ELIAS; PEQUENO, 2007), como pode ser verificado na sede urbana do município (Figura 13), a partir da presença de lojas e empresas de assessoria e orientação

agrícola, bem como para comercialização de maquinários, equipamentos e insumos agrícolas para a grande produção.



Figura 13 - Lojas e empresas de prestação de serviços e venda de insumos agrícolas. Fonte: Acervo pessoal.

## 5 A REALIDADE COTIDIANA DOS ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM BURITIS

Com relação aos assentamentos, o município de Buritis possui 24 assentamentos rurais, conforme Tabela 22 e Mapa 6, onde residem aproximadamente mil famílias, cerca de quatro mil pessoas. Os assentamentos foram sendo reconhecidos ao longo de dezoito anos, graças a distintas ocupações de fazendas.

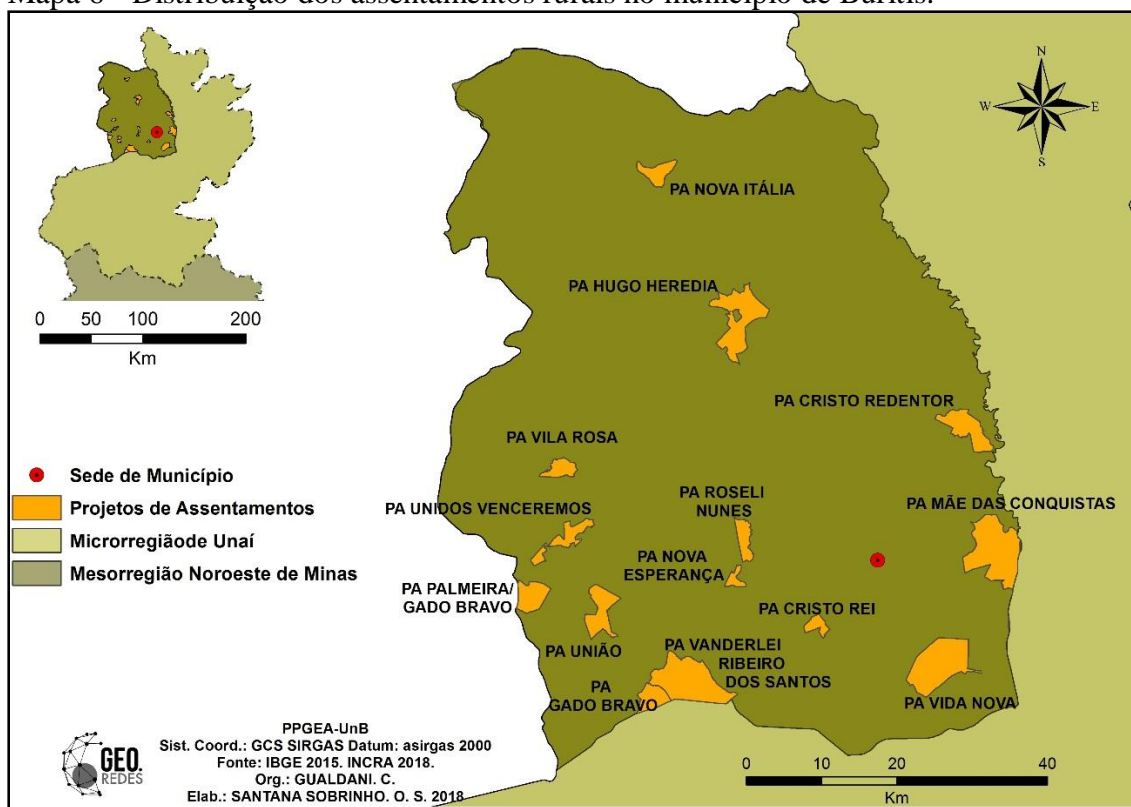
O primeiro assentamento foi homologado pelo órgão responsável, INCRA, no ano de 1996 e os dois mais recentes no ano de 2014. Cabe ressaltar que atualmente ainda há diversas famílias acampadas em diferentes trechos e locais do município, principalmente na beira de estradas, reivindicando a desapropriação por não cumprimento da função social de fazendas da região.

Tabela 22 - Assentamentos no município de Buritis, MG.

	Nome do PA	Capacidade	Famílias assentadas	Área do PA (ha)	Data de criação
1	Vida Nova	65	63	4490	26/12/1996
2	Mãe das Conquistas	81	81	4557,3202	16/04/1997
3	Nova Itália	15	15	888,4024	02/07/1997
4	Gado Bravo	32	29	1044,2488	23/12/1998
5	Formosa Taquaril	50	50	1532,28	07/10/1998
6	Nova Esperança	9	9	363,892	23/12/1998
7	Vila Rosa	26	25	853,48	16/12/1998
8	Palmeira/Gado Bravo	34	30	1523	30/08/1999
9	Vanderli Ribeiro dos Santos	88	82	3031,233	14/08/2000
10	União	78	60	1674,2184	25/03/2002
11	Unidos Venceremos	36	33	1694,9216	04/07/2002
12	Roseli Nunes	26	25	865,0086	16/09/2004
13	Cristo Redentor	70	55	1895,0764	28/04/2006
14	Luz da Esperança	23	21	1103	12/06/2006
15	Cristo Rei	23	19	508,6164	04/07/2006
16	Antônio Conselheiro	23	20	448,9751	29/12/2010
17	Independência	17	16	735,2975	09/08/2011
18	Formosinha/Gado Bravo	15	15	496,6388	07/11/2011
19	Olga Benário	45	20	983,23	07/11/2011
20	Quilombo dos Palmares	47	42	1760,9197	20/09/2012
21	Nelson Mandela	63	45	1689,4713	20/09/2012
22	Santa Monica	24	24	1374,3403	28/09/2012
23	Hugo Herédia	160	112	3770,4459	26/02/2014
24	Recanto da Esperança	22	10	606	24/09/2014

Fonte: INCRA (2017).

Mapa 6 - Distribuição dos assentamentos rurais no município de Buritis.<sup>18</sup>



Fonte: Gualdani (Org.).

A história da concentração fundiária e da ocupação das fazendas da região, fazem referência como já tratado anteriormente ao desenvolvimento da região e também ao processo de redemocratização do país e a organização dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra.

Nesse contexto, na região Noroeste de Minas Gerais, destaca-se a participação da Igreja Católica, pela atuação das CEB's – Comunidades Eclesiais de Base e a atuação da FETAEMG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, no processo de criação de sindicatos, principal instrumento de organização e mobilização dos trabalhadores rurais na região. A atuação desses mediadores em busca de soluções para as contradições sociais, políticas e econômicas provocadas por uma estrutura fundiária altamente concentrada, está na raiz do processo de organização dos trabalhadores rurais na luta pela reforma agrária na região (SOUSA et al., 2011, p. 89).

Dos 24 assentamentos presentes no município conforme destaca anteriormente, 7 deles foram visitados e investigados, conforme apontado na Tabela 23.

<sup>18</sup> O número de assentamentos existentes no município, conforme dados do INCRA são 24 conforme Tabela 18, embora na base disponibilizada pelo mesmo órgão, só estejam espacializados, 14. A justificativa dada pelos técnicos deste órgão, é que somente 80% dos assentamentos do Brasil estão mapeados, sendo que para a área mapeada 10 estão sem identificação. Além disso, os nomes dos assentamentos, em alguns casos, não são reconhecidos pelo nome declarado oficialmente e sim pelos antigos nomes das fazendas desapropriadas.

Tabela 23 - Assentamentos da reforma agrária visitados em campo.

Nome do PA	Capacidade	Famílias assentadas	Área do PA (ha)	Data de criação
Vida Nova	65	63	4490	26/12/1996
Mãe das Conquistas	81	81	4557,3202	16/04/1997
Vanderli Ribeiro dos Santos	88	82	3031,233	14/08/2000
Roseli Nunes	26	25	865,0086	16/09/2004
Cristo Redentor	70	55	1895,0764	28/04/2006
Cristo Rei	23	19	508,6164	04/07/2006
Hugo Herédia	160	112	3770,4459	26/02/2014

Fonte: Elaboração da autora conforme INCRA (2017).

Uma das pessoas entrevistadas foi Camila Almeida<sup>19</sup>, vereadora da Câmara do município de Buritis, gestão 2016-2020, filha de uma das principais lideranças articuladoras de diversas ocupações na região e no Brasil.

A história de algumas pessoas, se faz importante para o entendimento de como a ocupação e efetivação dos assentamentos ocorreram. Nesse sentido a história de seu pai, não é menos importante, já que este era uma das principais lideranças dos Movimentos do Trabalhadores Sem Terra (MST) e também liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) que atuou na região, nas articulações e ocupações em todo Vale do Urucuia.

Atualmente, seu pai se encontra preso, segundo Camila, por ter respondido por mais de 40 processos relacionados às ocupações de fazendas improdutivas, e por ter sido acusado principalmente pela ocupação da sede da Agência do Banco do Brasil, em Buritis e pelo furto de um grampeador. Camila afirma que graças à ausência de provas dos crimes que era acusado, seu pai foi preso, graças à influência que exercia sobre os assentados na região e o considera, como um preso político<sup>20</sup>.

A vereadora contou a história do movimento de luta pela terra em Buritis, que se iniciou em 1993, quando pessoas vindas da região de Cabeceiras se juntaram à algumas famílias da cidade para uma primeira ocupação, onde se iniciou os diálogos junto ao INCRA, que nesse caso negou a desapropriação.

De acordo com relatos dos entrevistados, no ano de 1994 uma grande ocupação é organizada, com cerca de mil famílias no acampamento Rio Preto, onde faziam reuniões de articulação com outras regiões próximas também. Pleiteavam a desapropriação da Fazenda Barriguda, porém o INCRA mais uma vez se negou e a polícia foi acionada, com ordem de reintegração de posse.

<sup>19</sup> A vereadora, foi a única entrevistada que autorizou a publicidade de seu nome e cargo, bem como das informações dadas nas entrevistas.

<sup>20</sup> O país passa por um período de presos políticos, principalmente aqueles vinculados ao Partido do Trabalhadores e que possuíam pautas de redistribuição de riquezas ou divergentes das elites locais.

No ano de 1995, resistindo à polícia, foi articulado um comboio deste acampamento, com três caminhões de bois para furar o bloqueio da polícia e chegar até outra fazenda para uma nova ocupação. Os assentados então ocuparam uma nova fazenda e atearam fogo em uma das pontes de acesso, para impedir a passagem da polícia. Nessa fazenda havia mais de 700 famílias, não só de Buritis, mas da região. Nesse período foi ocupada a fazenda do então presidente Fernando Henrique Cardoso<sup>21</sup>, como forma de dar visibilidade às outras ocupações na região. Segundo a vereadora, foi uma estratégia que deu certo, já que o diálogo junto ao INCRA se estabeleceu e as terras foram sendo reconhecidas.

O entrevistado 5, que estava presente nas ocupações iniciais, relata que o processo não foi fácil, ele conta que presenciou a fome entre as famílias, já que na época o comércio fechava as portas para os assentados e o INCRA não cumpria com a entrega das cestas básicas. Assim as alternativas que encontravam, era pescar e ir até a cidade para conseguir trocar por arroz e outros gêneros básicos de alimentação, tanto que no ano de 1996 houve uma grande campanha nacional de arrecadação de alimentos para as famílias que se encontravam em necessidade. A desapropriação da fazenda Barriguda, com 4.557 ha, foi pioneira na região.

Tanto o entrevistado 5, como Camila, disseram não ter havidos atos de violência nesse processo de ocupação, apesar de terem afirmado, que em situações de necessidade, terem matado algumas cabeças de gado das fazendas em que se encontravam, que foram devidamente ressarcidas junto às demais benfeitorias de cada fazenda, afirma que os fazendeiros não tiveram prejuízos. O fato de não ter havido violência segundo Camila, é que naquele mesmo ano de 1996, acabara de ocorrer o massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará<sup>22</sup> onde 19 sem-terra foram mortos pela polícia do estado do Pará. Com a reivindicação houve o fechamento da BR 155. Graças a demora no processo de reconhecimento de terras que ocupavam, e como esse fato tinha tido muita visibilidade na mídia, outras ocupações foram amenizadas no uso da violência para que outras situações parecidas não ocorressem.

Com a ocupação, os assentados já passaram a produzir, mesmo com ameaças e sem a certeza de que seriam contemplados. O entrevistado 5 relata que após um ano já tinham roça de arroz, e retirado 84 sacos, para consumo, troca ou venda. Porém apesar da Fazenda

---

<sup>21</sup> Existem diversas matérias sobre o evento e como fatos históricos importantes para as ocupações da região: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/05/22/fhc-o-fazendeiro-em-buritis-mg-fernando-henrique-criou-gado-e-despejou-mst-com-exercito/>  
<https://deolhonosruralistas.com.br/2018/05/22/fhc-o-fazendeiro-tudo-sobre-as-terras-da-familia-os-amigos-pecuaristas-e-odebrecht/>

<sup>22</sup> O Massacre de Eldorado dos Carajás ocorrido em 1996, foi um fato marcante na história da luta pela terra no Brasil. A região de grandes disputas por terra

Barriguda ser a primeira ocupação, seu reconhecimento só foi sair depois de algumas outras fazendas que foram ocupadas posteriormente, como é caso da Nova Itália e Campininha. Barriguda foi reconhecida sete anos depois da primeira ocupação e outros assentamentos foram derivados daí: PA Barriguda I e II<sup>23</sup>.

O entrevistado 6 relata que antes da ocupação se sentia escravizado, pois como meeiro, posseiro ou trabalhador volante, não tinha sossego, o mesmo queria um pedaço de terra para produzir.

Os assentamentos visitados variam muito em termos de infraestrutura, coesão social, produção e acesso à cidade. O Assentamento Hugo Herédia, o mais distante da cidade, 45 km, tendo acesso em sua maior parte por estrada de terra, conforme Figura 15, possui parte de suas terras arrendadas para soja. Esse assentamento possui área de 3770,3349 ha com a presença de 122 famílias (INCRA, 2017).

A primeira percepção que se teve da paisagem é que o assentamento não é contínuo, já que aparenta dentro de sua área, fazendas ou benfeitorias de antigas fazendas e com o plantio de soja nos lotes dos assentados, a imagem que se tem é de uma grande fazenda com algumas casas dos assentados, com grandes áreas de pastagem e soja, sendo que quase não há presença de árvores ou áreas de preservação.

Nas palavras de lideranças, esse fato dos arrendamentos, ocorre já que a distância da cidade e outros assentamentos, bem como localização e situação geográfica (Figura 14), com características aptas (terras planas na chapada) a esses tipos de cultivo, aliada à falta de alternativas para os assentados, fazem com que esse tipo de situação ocorra com facilidade.



Figura 14 - Estrada de acesso ao assentamento Hugo Herédia e vista da serra. Fonte: Acervo pessoal.

<sup>23</sup> Conforme citado anteriormente o nome designado para os assentamentos pelos assentados, nem sempre é o mesmo nome oficial designado pelo INCRA, já que fazem referência às antigas fazendas desapropriadas.

Esse assentamento é o segundo maior em área, e o primeiro em número de famílias, sendo que seu reconhecimento oficial foi somente no ano de 2014, mas as famílias já o ocupavam a quase uma década.

Embora essa seja a impressão inicial ao chegar no assentamento, ao entrar nos lotes a diversidade e a produção nos quintais ao redor das casas se faz presente. Em um dos lotes visitados verificou-se a presença de flores, plantas medicinais, criação de galinhas, em galinheiro feito com recurso de um fomento, porém a maior parte do lote é arrendada para plantio de soja, conforme Figura 15. Ao abordarmos esse tema junto aos assentados, estes falavam que é uma das únicas formas de obter renda nas condições que se encontram, sem acessibilidade aos direitos como água, energia, ir e vir, graças as distâncias e alto custo de transporte.

Nessa visita, percebeu-se a pouca diversidade de cultivos e baixa presença de árvores. Os cultivos se devem muito à estação do ano e à baixa pluviosidade nos últimos meses, que faz com que as roças tenham sido extintas e novas serão feitas assim que as chuvas iniciarem nos meses de novembro e dezembro, segundo os entrevistados 1 e 2.

Um dos fatos que chamou atenção, foi a presença dos barracos que serviram de casas durante o processo de ocupação ainda estarem presentes. Nota-se que próximo aos barracos de lona, se encontra em cada lote, uma casa recém-construída, que fazem parte do fomento para habitação recebido recentemente do Governo Federal para o assentamento.

No entanto, nas entrevistas constatou-se que as casas não foram totalmente finalizadas, algumas estão faltando o reboco, outras o telhado e algumas já ocupadas pelas famílias, mesmo sem a autorização do banco. As famílias relataram que, a construção das casas ficou na responsabilidade de um grupo de pedreiros que não conseguiu finalizar e parte do recurso foi desviado, sendo repassado a outro grupo, que também não deu conta de finalizar e as casas encontram-se inacabadas e algumas famílias ainda morando de baixo de lonas (Figura 15).





Figura 15 - Arrendamento para plantio de soja e barracos de lona. Fonte: Acervo pessoal.

A entrevistada 2, destaca a relação com os fazendeiros e a questão do plantio da soja nos lotes:

*Eu acho boa a relação com os fazendeiros, eles ajudam. No começo eles rejeitavam a gente, diziam que assentado não pode mexer com soja, o próprio INCRA, diz que não pode, mas eles procuram a gente, quer ajudar e plantar e a gente precisa, mas o INCRA não aceita. Eles não dão crédito, não dão condições, mas também não permite mexer com soja. Por exemplo, numa parcela dessa aqui, se a gente tivesse acesso a água, teria muito o que botar e plantar, um milho irrigado, mas sem condições, a gente acaba procurando outras formas de sobreviver. Porque se faz uma horta e tem que parar porque não tem água, o que você bota tem que parar (ENTREVISTADA 2).*

Outra questão destacada é sobre o uso dos agrotóxicos nas fazendas ao redor dos lotes:

*O nosso assentamento não é cortado, ele tem fazendas no meio, não é contínuo, então os fazendeiros usam veneno, as pragas vêm tudo para o nosso lote e como a gente não tem condições de usar os mesmos produtos, aí a gente fica em desvantagem... a gente tá no meio das fazendas (ENTREVISTADA 2).*

Em um dos lotes visitados, da entrevistada 4, a localização do mesmo era privilegiada, já que acessa as águas de uma nascente, com bombeamento e roda de águas instaladas, conforme Figura 16, bem como acessa energia de postes próximos. Situação essa bastante diferente dos outros lotes visitados.



Figura 16 - Roda d'água próxima à nascente para captação de água para residências. Fonte: Acervo pessoal.

Já a entrevistada 2, ao ser questionada sobre os principais desafios de se viver no assentamento, diz que o principal é a falta de água. A família tem, o que na região, chamam de cisterna<sup>24</sup>, um buraco escavado pelos próprios assentados, sob condições perigosas e colocando em risco a vida de quem os faz, devido aos desabamentos (Figura 17). Esta cisterna da família foi cavada pelo próprio marido, pessoa requisitada por outros assentados na escavação das cisternas, graças ao seu conhecimento e prática.

*A água 'nós tem', só porque furou a cisterna, meu esposo que furou. É sofrido, na mão no enxadão, no braço, aí amarra um balde e vai sarilhando, subindo a terra que vai tirando de lá de dentro que ele vai escavando, quando vai ficando fundo, coloca uns paus para escorar e vai cavando, essa cisterna tem cerca de 12 metros de profundidade. 'Esses tempo' atrás ele foi furar uma, quase morreu, o sarilho escapuliu quase matou ele, ainda bem que ele deu conta de segurar na corda, pois se bate na cabeça tinha matado (ENTREVISTADA 2).*

---

<sup>24</sup> Na região semiárida do Brasil, cisterna é um reservatório construído com placas de cimento, para captação da água das chuvas dos telhados das casas em áreas rurais sem acesso à água potável, no qual compõe um programa do governo federal chamado Programa Cisternas, de garantia do direito do acesso à água, diferente da estrutura encontrada na região, que se trata de um poço cavado artesanalmente pelos próprios moradores ou vizinhos.



Figura 17 - Cisternas escavadas e construídas pelas famílias. Fonte: Acervo pessoal.

Com relação à energia, apesar de haver postes recém-instalados, os assentados ainda não dispõem de energia, os que possuem conseguiram puxar irregularmente de algum poste nas proximidades da área do assentamento.

A escola da comunidade, dos assentados e dos outros moradores, é a sede da Fazenda desapropriada, de acordo com Figura 18. A Escola atende cerca de 40 alunos em dois turnos do Ensino Médio, segundo relatos. O que ficou emblemático como símbolo da territorialização dos assentados é a ressignificação da casa principal da antiga fazenda ser agora a escola de crianças e adolescentes.



Figura 18 - Sede da fazenda desapropriada, um dos quartos como sala de aula. Fonte: Acervo pessoal.

Já ao visitar outro lote no mesmo assentamento, a situação desta família com relação à moradia difere pouco dos demais visitados, pois esta conseguiu construir uma casa pequena, mas permanece presente o barraco de lona, como pode ser observado na Figura 19.



Figura 19 - Casa de alvenaria e barraco de lona. Fonte: Acervo pessoal.

A entrevistada 3, relatou ao ser perguntada sobre o que produzem, que recentemente plantou abóbora (muito comum na região) e que ela e principalmente o marido, que se dedicou mais ao plantio, ficaram revoltados, pois colheram 3 bags<sup>25</sup> e tiveram que ver estragar pois não tinha comprador:

*(...) aí o vizinho da frente que ajuda demais, e tem uma caminhonete, colocou no carro e levou pra cidade para vender. O desafio também é o transporte e também não tem pra quem vender, é difícil, mesmo chegando à cidade não tem pra quem vender, o vizinho tem mais conhecidos na cidade e arrumou pra nós, mas é difícil (ENTREVISTADA 3).*

Atualmente, a família está produzindo frango caipira (Figura 20), conhecido na região como ‘caipirão’, graças a um projeto de fomento, que acessou, via PRONAF, recebendo cerca de R\$3 mil reais. Quando questionada sobre o que produzem, compram e consomem, a entrevistada afirmou que já tentaram mexer com várias coisas, de produção, mas que não tiveram sucesso e desistiram. A renda da família consiste no benefício do Programa Bolsa Família, na venda de excedentes quando há, da venda do ‘caipirão’, que outros assentados vêm buscar no lote e os trabalhos que o marido faz, de todo tipo, para completar a renda da família. Na visão da entrevistada está mais fácil ir até a cidade pois tem ônibus e as estradas estão melhores graças aos fazendeiros, que as mantém graças a necessidade de trânsito com maquinários e escoamento de seus produtos.

Essa família possui criação de porcos (Figura 20), hortas, sendo o principal cultivo, a melancia, porém pode ser observado: cana de açúcar, milho, jiló, pimenta, banana, couve, cheiro verde, porém a entrevistada comentou que caso houvesse mais disponibilidade de água, cultivaria mais gêneros, pois assim como a família anteriormente visitada, sua água também provém de uma cisterna escavada, onde por vezes devido ao rebaixamento do lençol há

---

<sup>25</sup> Os bags são medidas utilizadas pois são materiais reutilizados pelos assentados, já que os fazendeiros usam muito esterco e as embalagens são usadas tanto para fazer os barracos como para transportar e medir.

impossibilidade da retirada: “Fiquei 15 dias sem água, estava é tirando gelo do congelador pra beber, baixou a cisterna, secou e aí teve que cavar mais, dar um fundo nela” (ENTREVISTADA 3).



Figura 20 - Criação de galinhas e criação de porcos. Fonte: Acervo pessoal.

Da cisterna (Figura 21) a família dispõe de uma bomba a diesel que joga a água para uma estrutura construída pela família, onde se encontra um sistema de irrigação por gravidade para os cultivos. A energia é solar com placas que a família adquiriu. Foi identificada a presença de um forno para produção de carvão.

Os produtos cultivados, são tanto para alimentação como para a comercialização que é feita a partir do ônibus que vai até a cidade de Buritis, conforme relato:

*Algumas coisas vindo na cidade, levo no ônibus, como o limão, mandioca, abóbora japonesa. Segunda, quarta e sexta. Aí saio vendendo no mercado, na rua, não tem cliente fixo, se não tivesse ônibus não teria como levar na cidade (ENTREVISTADA 3).*



Figura 21 - Retirada de água da cisterna e sistema para distribuição de água e irrigação. Fonte: Acervo pessoal.

Sobre a dificuldade de deslocamento, a entrevistada também afirma:

*(...) o ponto é longe, o ônibus quebra na estrada, aí chega em Buritis meio dia. R\$ 13,00 pra ir e 13 pra voltar, dependendo dos pontos onde você pega, é mais caro ainda. Passa no ponto 8h, a e chega 9:30 em Buritis, se você tiver que ir no banco e fazer mais coisa, é na correria e se ele quebra e você tem que ir no banco, aí danou-se mesmo, as vezes não dá tempo. Praticamente não dá pra resolver mais nada. E o ponto é lá da Copagro. Tem que andar até lá. Se pagar alguém daqui até o ponto é mais R\$ 20,00. Nós somos guerreiros (ENTREVISTADA 3).*

Na última visita realizada no assentamento, foi possível conhecer um casal de aposentados, que tem fama no assentamento devido à sua diversidade de cultivos, mas mesmo havendo mais cultivos que os demais entrevistados, as dificuldades e desafios relatados são muito parecidos aos demais entrevistados.

O entrevistado 4 afirmou que está desapontado com o trabalho e recursos investidos para produzir algumas coisas e o baixo retorno.

*Abobora imaginei que seria mais fácil né, que teria um bom comércio, oh sofrimento, não é assim, porque você tem que mandar pra fora (do assentamento), mas pra fora pra quem? Ainda bem que eu consegui um comprador lá de Brasília e aí ele veio, mas sabe quanto ele pagou: R\$ 0,50/kg da abóbora, então quando você termina e você apura, você vai ver os gastos, porque o seu serviço já tá fora, não considera, já ficou fora, anda bem que eu plantei só um pouco como experiência mesmo, deu uma abóbora muito boa e o cara ficou muito satisfeito e que viu, falou que era de primeira mas e o preço, ah é esse mesmo, então encheu o caminhão, aí deu 8 mil quilos, deu R\$ 4.000,00 sendo que eu tinha gastado de investimento R\$ 3.900,00, quer dizer eu fiquei com R\$100,00. A minha sorte é que nessa despesa eu plantei 300 covas de melancia e nessas covas eu fiz R\$ 4.000,00, foi o que sobrou pra mim, num prazo de três meses de trabalho. Então não compensa, se fosse pra eu trabalhar com máquina poderia ser, mas manual igual eu trabalhei, não vale a pena, jamais vou plantar de novo abóbora e o mato fica dessa altura, pra você andar ali dentro, tem que foliar, é veneno, toda hora tem que estar com a bomba nas costas no meio, é um sofrimento, além de tá batendo veneno na própria cara, não dá (ENTREVISTADO 4).*

O entrevistado relata que vivia na ‘beira’ da cidade, mas que pretendia ter sua terra, pois sempre mexeu com essa atividade, mas fazia outros trabalhos como bico na terra de outras pessoas. Já vendeu seus produtos na feira, mas atualmente vende nas ruas com carrinho próprio de porta em porta, na cidade. Antes fazia com cavalo, agora conseguiu comprar um carro velho, segundo ele.

A diversidade de cultivos em seu lote, é bastante diferente dos outros visitados, com a presença de: melancia, abóbora, alface, cheiro verde, couve, repolho, rúcula, diversas aromáticas e temperos (Figura 22), mas poucas frutas, já que estas exigem mais água. Afirma que agora conseguiu aposentadoria, mas antes não tinham, viviam, ele e a esposa, somente com a venda das verduras nos últimos anos. Como já possuem clientela fixa na cidade, afirma que conseguem comprar o que não produzem com esse dinheiro.



Figura 22 - Plantio diversificado. Fonte: Acervo pessoal.

O lote não possui acesso à água, nem energia, a água vem de uma cisterna furada pelo entrevistado e a energia é lampião. O casal vive há sete anos (três de ocupação e quatro anos desde o reconhecimento pelo INCRA como assentamento) no barraco de lona, ainda fruto da ocupação. A água é retirada da cisterna e armazenada em baldes e vasilhames, onde em uma das divisórias se encontra a cozinha, Figura 23.



Figura 23 - Potes para armazenamento de água. Fonte: Acervo pessoal.

Nos demais assentamentos visitados, a realidade já é mais estabilizada em termos de moradia, cultivos, conservação dos recursos naturais e acesso à água. As casas são de alvenaria e o fato de serem assentamentos reconhecidos anteriormente, possibilitou organização produtiva e qualidade de vida diferenciadas, do primeiro assentamento visitado, Hugo Herédia.

O assentamento Mãe das Conquistas, com área de 4557.3202 ha, é o maior assentamento em área do município, abrigando 81 famílias (INCRA, 2017), sendo que possui esse nome justamente por ter sido onde dizem os entrevistados, tudo começou, e a partir dele

os outros foram sendo reconhecidos. Os entrevistados afirmam terem ficado acampados aguardando as desapropriações e trâmites legais por 12 anos. “*Mãe das Conquistas, tem um sentido, o nome não é plural de propósito, daqui é que saiu todas as outras pessoas e os assentamentos*” comenta o Entrevistado 7.

O reconhecimento deste assentamento foi 1997, um dos primeiros assentamentos, embora tenha um reconhecimento anterior em 1996, que é o Assentamento Vida Nova, que foram as primeiras fazendas Barriguda I e II desapropriadas. As informações do INCRA, como já indicado anteriormente não coincidem com os relatos dos entrevistados.

Nesse assentamento, pode ser identificada a maior organização entre os assentados e uma maior organização produtiva, bem como acesso à água e conservação ambiental. A produção de leite foi citada como muito significativa, inclusive tinham organizado a partir de créditos e fomentos uma cooperativa, que fornecia leite para um dos laticínios locais, mas que infelizmente não teve sucesso.

Parte dos assentados informaram que fornecem seus produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e atualmente entre os associados de uma das associações existentes no assentamento, a discussão é sobre o investimento ou não na produção orgânica. Portanto nesse assentamento, a questão do acesso à água e da insegurança alimentar, não são temas preocupantes. A disponibilidade hídrica e o acesso às tecnologias de irrigação inclusive, como gotejamento, aspersão e pivô, estão presentes e a produção é significativa. A preocupação passa mais pela organização produtiva e comercialização dos produtos.

*O que nós priorizamos aqui, a luta pela terra, a água e a parte social, estrada, energia, essa coisa, mas não aconteceu assim, era pare gente estar beirando a água, mas minha lavoura está 2,4 km de distância da minha casa. As coisas foram saindo diferente do que a gente planejou (ENTREVISTADO, 8).*

O entrevistado se refere que mesmo os assentados podendo ser considerados como privilegiados em relação a outros assentamentos, que na verdade não passam de direitos, que as ações do governo não foram como haviam pensado e planejado enquanto movimento social de luta pela terra, e que a reforma agrária foi de mercado.

O entrevistado comenta que projetos e obras foram feitos desconsiderando o conhecimento das áreas, dos acessos e do modo de vida das famílias, dizendo que se fosse como planejado “teriam mais domínio do território” (ENTREVISTADO 8).

*Os nossos filhos estão tudo fora, porque não aconteceu como planejamos, pois, a gente pensou a agrovila, a educação, as nossas escolas. Não aconteceu por problemas jurídicos, vistoria, o tempo para coisas acontecerem. Muitos de nós não sabe o que aconteceu, até a farmácia na luta a agente conseguiu, e correu atrás.*



*Era pra gente tá no céu por causa da luta e as condições, mas a política não ajuda. O movimento proporcionou tudo, mas eu não sei onde nós erramos (ENTREVISTADO 8).*

O assentando comenta nessa fala que, caso houvesse educação do campo para seus filhos que eles não teriam migrado em busca de trabalhos na cidade, que a produção, a comercialização e a qualidade de vida das famílias seriam diferentes e melhores.

Já no assentamento Roseli Nunes, homologado e reconhecido no ano de 2004, a área do assentamento é de 865, 0086 ha e abriga 25 famílias (INCRA, 2017), a situação percebida nos lotes visitados, são de casas sem reboco, são de alvenaria, Figura 24, e assim como o assentamento Mãe das Conquistas não possuem mais as marcas físicas mais expressivas da ocupação, ou seja, a presença dos barracos de lona.



Figura 24 - Casa de um dos assentados. Fonte: Acervo pessoal.

O nome Roseli Nunes, é uma homenagem a uma assentada que foi morta por atropelamento em 1987, aos 33 anos de idade no norte do Rio Grande do Sul, reconhecida por sua resistência na luta pela terra e pelos direitos das mulheres<sup>26</sup>.

---

<sup>26</sup> Roseli Celeste Nunes da Silva era reconhecida como uma lutadora pela Reforma Agrária e defensora dos direitos das mulheres, que teve a sua vida interrompida aos 33 anos de idade por lutar pelo direito de viver com dignidade no campo. “Rose, como era popularmente conhecida, estava entre os mais de 7 mil trabalhadores que ocuparam, na madrugada de 29 de outubro de 1985, a então Fazenda Annoni, um latifúndio improdutivo de mais de 9 mil hectares localizado no município de Pontão, na região Norte do Rio Grande do Sul. A ocupação da Fazenda Annoni foi a primeira e a maior já realizada por famílias organizadas no MST no território gaúcho. Durante a luta pela Reforma Agrária, Roseli se somou às fileiras de uma marcha de 300 quilômetros até Porto Alegre, capital gaúcha, onde os camponeses ocuparam a Assembleia Legislativa. Eles permaneceram por dois meses no local, até ser dada uma solução para os trabalhadores que ainda estavam acampados na Annoni. Em 31 de março de 1987, durante um protesto contra as altas taxas de juros e a indefinição do governo em relação à política agrária que se estendeu por vários municípios, um caminhão investiu contra uma barreira humana formada na BR-386, em Sarandi, também no Norte do RS. A ação resultou em 14 agricultores feridos e em três mortos: Lari Grosseli, de 23 anos; Vitalino Antonio Mori, de 32 anos; e Roseli Nunes, com 33 anos e mãe de três filhos”. (Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/03/31/o-legado-de-roseli-nunes-um-simbolo-da-luta-pela-terra-no-brasil.html>). Também há um filme que retrata sua história chamado: Terra para Rose.

Em uma das visitas a um dos lotes, foi verificada a única situação de insegurança alimentar e maior vulnerabilidade de todos os assentamentos visitados. Isso foi demonstrado graças a um número muito grande de pessoas no mesmo lote e de crianças. No total 9 crianças e 8 adultos, já que a matriarca e parte da família que viviam em outro lote, se separou de seu companheiro por problemas de alcoolismo e foi para o lote de uma das filhas, que já vivia com outras irmãs, primas e seus filhos. Todos os membros dessa família vivem com a aposentadoria da matriarca e a renda do Programa Bolsa Família.

De acordo com o relato da Entrevistada 10, neste assentamento o problema não é a falta de água em si, mas o acesso que gera certa insegurança, principalmente no período de estiagem.

*Aqui a gente produz macaxeira, galinha banana abóbora, tem dois cavalos, cana, pimenta, isso a gente planta para dispensa, para comer né. Na chuva que a gente consegue plantar, na seca mesmo tinha uma coisinha mais pouca. Agora se tivesse o dinheiro era diferente, dinheiro é mais pouco. Se tivesse dinheiro, a gente juntava fazer uma horta grande, plantava melancia. Sem adubo a terra não cresce muito não, com adubo aí tudo bem. Falta gesso, aqui tem muito cupim né. Eu plantei uma cana ali ó, para ver a gente vai lá ver. Joguei um gesso ali para você ver, ela ficou até bonita, mas sem, fica difícil. Não vai para frente não. Abóbora, melancia que 'nós planta' fica tudo aqui, a gente não vende não, para consumo. Come aqui mesmo (ENTREVISTADA 10).*

A entrevistada relata que, mesmo com a insegurança da falta de água, produzem diversos gêneros para consumo e a incerteza de acesso à água existe graças a um poço que é de uso de todas as famílias deste assentamento e que há uma contribuição mensal para esse acesso, pago à associação dos assentados.

*O poço fica mais sem água do que com o que tem a gente paga do mesmo jeito que quando não tem, para usar água por mês, paga R\$ 30 e tanto né por mês, para manutenção da bomba porque direto ela queima (ENTREVISTADA, 10).*

Os entrevistados afirmam que, esse valor pode variar diante do consumo total, pois há um relógio que controla o consumo, e o valor é muito mais alto, quando a bomba que funciona para trazer a água à superfície e distribuir até a entrada de cada lote, por meio de tubulações instaladas pelo INCRA, queima e tem de haver um rateio do custo do conserto. Segundo os relatos, o último conserto custou cerca de R\$ 3.000,00, e a bomba queima com bastante frequência, devido a demanda de uso, 26 lotes de todo assentamento, a utiliza.

Sobre a água para beber, foi informado que é a mesma que vem do poço e esta família, afirma não fazer tratamento nenhum para ingeri-la. A entrevistada 10 afirma que em situações de escassez, buscam diferentes alternativas para acessar água e relata um conflito por uso, em uma fazenda próxima do assentamento:

*E quando fica sem água no poço, a gente tem que caçar água né. Sai por aí caçando. 'Nós busca' nas grotas, no rio, nos vizinhos. O dono da fazenda aqui né, é que o povo é folgado abusa, foi lavar roupa lá, mas o dono da fazenda não gostou,*

*ele deixava pegar água lá, mas agora não deixa mais porque o povo começou a lavar roupa. Esse que abusou não é assentado não, é gaúcho, é fazendeiro (ENTREVISTADA 10).*

A entrevistada relata conflitos por uso em momentos de escassez, já que na ausência de água para lavar roupas, as famílias deste assentamento se dirigiam a uma barragem em uma das fazendas vizinhas e devido à grande quantidade de pessoas e ‘bagunça’, segundo relatos, o gerente da fazenda não permitiu mais que o fato ocorresse. Essa dinâmica de priorização de usos e acessos, como a lavagem de roupas, será abordada posteriormente.

Assim, o termo caçar água, em momentos de escassez é comum entre os assentados, e isso faz com que haja um movimento em busca de diferentes fontes, como o rio principal, seus afluentes, grotas e na casa de vizinhos.

No segundo lote visitado, no mesmo assentamento, o entrevistado possui uma plantação de abacaxi, entre outros cultivos e afirmou a situação do poço coletivo e da bomba de água que passa por problemas diante da demanda e queima, bem como a confirmação da mensalidade paga à associação para manutenção desse sistema. Além da plantação de abacaxi (Figura 25), a família produz milho, e possui uma horta, sendo citados os cultivos de abóbora, mandioca e feijão, como complemento aos alimentos adquiridos nos supermercados da cidade de Buritis.

Nos casos em que a bomba queima, inviabilizando o acesso a essa principal fonte, o entrevistado 11, recorre ao Rio Urucuaia, 5 km de distância para coletar água, se deslocando por meio de seus cavalos e levando consigo tambores para o transporte da água. A água tanto do poço como do rio é utilizada sem nenhum tipo de tratamento para o consumo doméstico e animal.



Figura 25 - Plantação de abacaxi. Fonte: Acervo pessoal.

Outra questão que chama a atenção no deslocamento entre os assentamentos e as fazendas nos campos realizados na paisagem, são placas de segurança, indicando que determinadas propriedades estão protegidas pela Política Militar do Estado de Minas Gerais. As placas contêm as seguintes informações: *Área monitorada - Rede de Fazendas Protegidas - Sindicato Rural de Buritis - Polícia Militar de Minas Gerais. 190 - 181 Disque Denúncia*, conforme a Figura 26.



Figura 26 - Sistema de segurança de fazenda com estruturas de armazenamento de grãos, maquinários e ferramentas. Fonte: Acervo pessoal.

Ao pesquisar a respeito, encontra-se informação que o Estado através da Polícia Militar de Minas Gerais, fez uma parceria com o Sindicato Rural de Buritis, que contratou uma empresa que mapeia e fornece às fazendas um número de identificação que possui em seu banco de dados todas suas informações e geolocalização.

De acordo com informações do site da empresa Earth Brasil, o sistema é uma parceria, idealizado pela empresa em parceria com a Polícia Militar, Prefeituras e Sindicatos Rurais, onde por meio de geoprocessamento, cada produtor tem acesso a um código, que se refere a sua propriedade. Em uma situação de emergência, o acesso da Polícia, do Samu ou dos Bombeiros é mais rápido e ágil, graças a utilização de navegação em sistema de GPS para a localização. Segundo informações da empresa:

Mais de 250 mil propriedades rurais do Estado já estão cadastradas no Programa e outras cerca de 92 mil estão em fase de cadastramento. A previsão é de que, até o final de 2018, 50% de toda a área rural de Minas Gerais esteja mapeada e integrada ao Programa Rede de Fazendas Protegidas. Dados oficiais da Polícia Militar comprovam a redução de até 60% da criminalidade em algumas das localidades onde o Programa Rede de Fazendas Protegidas está implantado, chegando a 100% em alguns municípios (EARTH BRASIL, 2018).

Ainda de acordo com o site da empresa, a partir de um aplicativo para celulares disponível na Play Store, o produtor tem acesso ao que denominam de “Botão do Pânico”,

mecanismo que pode ser acionado em situações de emergência. O que chama a atenção é a fala de um dos representantes da empresa<sup>27</sup>:

O produtor rural precisa de segurança para ficar no campo. Sem segurança, há uma tendência à migração, especialmente, do pequeno produtor para as cidades, e sabemos que hoje cerca de 70% do que se consome no Brasil vem das pequenas propriedades. Desse modo, vemos o Programa como um aliado não só da segurança física e patrimonial do produtor rural, mas também da segurança alimentar no Brasil (EARTH BRASIL, 2018).

Não se sabe ao certo ser ingenuidade do representante da empresa, ou se há planos futuros para a expansão para outro perfil de público que não fazendeiros, mas atualmente a empresa não trabalha com esse público citado na propaganda. Também é bastante comum, a utilização da questão da segurança alimentar para questões não apropriadas, como esta fala, já que estas fazendas em sua maior parte não produzem gêneros alimentícios, como apresentado anteriormente.



Figura 27 - Placa do Programa Rede de Fazendas Protegidas. Fonte: Acervo pessoal.

No entanto, o que se pode verificar, é que o programa de segurança privada subsidiado pelo poder público, atende somente um tipo de produtor rural, ou seja, a seletividade espacial, ocorre por meio da promoção de ações setorializadas do Estado em proteger quem seja conveniente, ou quem tem mais poder. Os assentamentos, seguem desassistidos, já que não se verificou nenhum assentamento fazendo parte do programa. O programa atende

<sup>27</sup> <https://www.earthbrasil.com.br/servicos/rede-de-fazendas-protegidas/>

exclusivamente fazendas, já que os acessos aos assentamentos seguem livres e desprotegidos por esse mesmo Estado, conforme a Figura 28.



Figura 28 - Entrada de um dos lotes do Assentamento Cristo Rei. Fonte: Acervo pessoal, dezembro de 2018

No assentamento Cristo Rei, onde atualmente residem cerca de 20 famílias, em uma área de 508,6164 ha (INCRA, 2017), as famílias entrevistadas enfrentam outros desafios no acesso à água. De acordo com um dos entrevistados, um dos motivos de quase ter desistido de estar no assentamento, mesmo depois de toda a luta (nove anos acampada, e depois com a regularização, mais sete anos no assentamento, totalizando dezesseis anos) é a dificuldade de acessar água.

*'Nóis' planta uma rocinha, um milhinho, uma abobrinha, alguma coisa assim. Pé de manga, pé de pinha, uns 'pézinho' de banana, goiaba, quando chega lá pro mês de maio nóis planta verdura. É tudo pro consumo né, aí o que 'nóis' não consome joga 'pros bicho'. Galinha, um porquinho ou dois, tem uma égua aí, com vaca por enquanto eu não 'tô' mexendo não (ENTREVISTADO, 13).*

O entrevistado, diz que os animais maiores, no caso as vacas, dão muito trabalho e demanda muito alimento e água, não compensando o trabalho e o investimento. Os demais alimentos compram na cidade, onde tem confiança, e faz na caderneta. Outros assentados também afirmaram estabelecerem relações de confiança na cidade, e pagarem dessa forma. Esse entrevistado diz que se depender só do Bolsa Família não dá, portanto “pendura” na caderneta e depois o marido que trabalha como mecânico em Brasília, a ajuda apagar os pendurados.

*Já, esse ano agora e o ano passado foi muito ruim de água. Eu cheguei a ter vontade de abandonar esse trem e ir embora. 'Nóis' tinha umas criação', mais ou menos umas sete, oito cabeça, os gado chegaram a espumar, sair espuma assim pela boca porque não tinha água. Aí o caminhão pipa ficou de trazer, estragou, aí 'nóis' pra não perde a criação teve que dá água no balde, pegar ali em cima e trazer na carroceria de um carro de um amigo nosso, até pra 'nóis' beber faltou. 'Nóis' teve que pegar lá em cima pra beber (ENTREVISTADA, 13).*

O entrevistado se refere aos períodos de estiagem mais severa, e ao caminhão-pipa da Defesa Civil acionado pela Prefeitura, para distribuição de água em situações de emergência na área rural. Já com relação a referência “pegar lá de cima”, são nascentes em uma serra próxima ao assentamento que é a forma de abastecimento de algumas famílias do assentamento.

*Agora ‘eles cavou’ um poço ali pra nós’, só falta fazer a encanação, aí quando tive faltando água sempre vai ter água, que agora ‘nóis usa’ da serra né... Ela vem encanada lá de cima, lá da serra ela vem encanada até chegar aqui, ela vem pra muitas famílias. Até ‘pros fazendeiro’ ela vem, só que os fazendeiro as vezes eles regula pra ir mais pra eles, mas ela chega pra nós aqui, aí nós usa ela até o mês de maio, daí em maio ela seca, aí já tem que partir pra outra agua. Aí de tanto ‘nós reclama’ aqui. Pro pessoal do governo, pro pessoal do INCRA, ‘nóis apelo pra eles que tava’ desse jeito e tal, aí cavou o poço, aí ‘eles cavou’ num lugar que muita gente não queria, mas ele falou que só cavava lá, agora falta só encanar agora. Lá em cima lá, agora vai acabar o sofrimento de água (ENTREVISTADA 13).*

A entrevistada, se refere à pressão dos assentamentos feita junto às instituições para providenciar mais uma fonte de acesso à água, já que a usual fica comprometida em períodos de estiagem e devido à usos múltiplos de outros sistemas produtivos como as fazendas, a que ela se refere, gerando assim conflitos e insegurança hídrica.

Outra informação em forma de placa que chama a atenção ao transitar pelas lavouras e assentamentos no município, é uma placa que contém as seguintes informações: “Os animais da fauna brasileira, seus ninhos, abrigos e criadouros, são propriedades do Estado. Portanto, é proibida a caça, a captura, ou transporte desses animais” (Figura 29) e na lateral esquerda da placa o nome de quatro fazendas.

Nesse local, onde foi retirada a foto, não foi possível permanecer muito tempo fora do veículo, devido ao odor do agrotóxico presente na soja, olhos ardendo e garganta irritada foram as reações ao realizar esse dia de trabalho de campo.



Figura 29 - Placa conservacionista em meio à monocultura de soja. Fonte: Acervo pessoal.

Já no assentamento Vanderlei Ribeiro dos Santos, o assentamento mais privilegiado em termos de acesso, já que se situa nas margens da estrada que leva à sede municipal, a MG 040, 82 famílias residem em uma área de 3031,233 ha (INCRA, 2017). Nessa área de chapada, somente as áreas de assentamentos e as reservas legais são evidentes, a paisagem no mais, é monótona pelos cultivares de grãos.

Nesse dia de campo, o carro onde estava sendo realizado o percurso foi pulverizado algumas vezes por um avião que sobrevoava os cultivos. Alergias e dor de cabeça foram sentidos pelos presentes.

Foi realizada entrevista com um assentado que havia recebido o título de posse do lote, dois dias antes, uma questão polêmica e controversa. Enquanto lideranças afirmam que isso descaracteriza a reforma agrária por um lado, já que os lotes não poderiam ser vendidos; outros afirmam ser excelente ter liberdade e poder vender suas terras quando acharem melhor, ou ainda exaltam o orgulho de depois de tanta luta poderem ter a titularidade da terra em seus nomes.

Em uma outra escala de análise e para outros agentes, essas áreas são como reservas de mercado de um capital especulativo, aguardando que essas terras sejam valorizadas, vendidas e incorporadas ao modelo dominante do entorno, mesmo porque boa parte das veredas, as nascentes dos rios e córregos da região, estão dispostas exatamente nas áreas de preservação e reservas legais dos assentamentos rurais.

O lote visitado nesse assentamento foi um dos mais estruturados visitados, não há problemas com o recurso hídricos, mas outras questões bastante significativas para entendimento das dinâmicas locais foram citadas.

A questão do agrotóxico e das pragas, estas últimas que migram para os plantios onde os agricultores não utilizam defensivos, os obriga a utilizar defensivos também ou correrem o risco de não obter produtividade. As famílias também relataram problemas de saúde que acreditam estar relacionados à inalação de fumaça de madeira dos fogões domésticos, possivelmente contaminada com os defensivos de pulverização aérea, que ao serem utilizadas nos fogões a lenha, provocam problemas respiratórios e outros desdobramentos.

As veredas, de onde toda a água para consumo das famílias e dos animais é acessada e retirada para consumo doméstico e produtivo, também sofre com as pulverizações aéreas dos agrotóxicos.

Nesse lote, foi onde mais foram identificadas soluções originais para problemas locais, o que será apresentado posteriormente, a partir do conceito de tecnologias sociais, bem como



um grande investimento na criação de animais e nas estruturas para manejo dos mesmos, como pode ser observado na Figura 30.



Figura 30 - Criação de galinhas com estrutura e investimento. Fonte: Acervo pessoal, dezembro de 2018.

Nesses lotes, a diversidade também é muito presente, e o acesso à água na verdade, não foi apresentado como um problema iminente, mas passou a ser motivo de preocupação há cerca de dois anos. Os assentados se referem a diminuição da vazão dos córregos da região ao número de barramentos para irrigação dos pivôs centrais, implantadas nos últimos anos, como um dos principais motivos de prejuízo aos agricultores a montante com a redução da vazão dos rios da região.

Uma das entrevistadas diz que as plantas não estão mais dando frutos, ela relaciona esse fato às pulverizações aéreas. Afirma que houve perda de mais de mil pés de pimenta, que ela vendia na cidade, no trevo da estrada e que atualmente não dá mais, além do milho que também deixou de produzir. Ela diz que as pulverizações vêm acontecendo há cerca de dois anos, períodos que percebeu que suas plantas passaram a ter outros comportamentos, improdutivos, conforme Figura 31, demonstrando que o assentamento é rodeado de cultivos de soja, pulverizados semanalmente.



Figura 31 - Cultivo de soja ao redor do assentamento. Fonte: Acervo pessoal.

*Melancia e abóbora, dão flor, mas não produzem. Galinha, pato, porco, acabamos com tudo, porque não conseguimos plantar para alimentar os animais então ficamos com a galinha que é mais fácil. Meus filhos moram todos em Buritis e ajudam. Também perdemos plantio de café, pimenta, milho, ‘os venenos matou’ mais da metade. Aí a gente vende uma galinha, um pato e aí vai pra cidade comprar o que precisa e o que falta aqui né (ENTREVISTADA 17).*

Nesse assentamento, ainda foi relatado que muitas pessoas já foram em busca de outros trabalhos, geralmente os homens partem deixando mulheres e filhos, para garantir a renda em outra atividade além do lote, graças às incertezas de que terão garantida as condições básicas de vida.

*Os sem-terra aqui desse lado da estrada que você for, você vai ver não tem nada, tudo que planta não dá. Seca murcha e não dá, pode chover dia e noite. Muita gente vai embora, deixa a mulher e os filhos e vai embora trabalhar no mundo e volta uma vez no mês com dinheiro, mas não t ficando mais aqui não. A gente só não saiu pra trabalhar por problema de saúde (ENTREVISTADA 17).*

Com relação ao acesso à água, os assentados acessam a partir de rodas que tem nas veredas, são cinco rodas d’água para seis famílias, ao ser perguntada como funcionam as rodas, a assentada explica:

*A corrente vai rodando e a roda joga a água dentro do cano e com a pressão enche as caixas, e a água boa, mas ferve para beber e cozinhar, mas já ficamos sem água quando o pistão da roda, quebrou. Aí peguei dinheiro emprestado com milha filha para comprar essa peça que é cara (ENTREVISTADA 17).*

O assentamento Vida Nova, conhecido como Barriguda, nome da antiga fazenda e do córrego que passa por ali, é na verdade Barriguda I e Barriguda II, possui área de 4490 ha e cerca de 63 famílias assentadas (INCRA, 2017).

Visitando um dos últimos lotes do assentamento, foi identificado a insegurança hídrica na fala da entrevistada, graças a localização do lote e as modificações nos sistemas produtivos do entorno.

*Como somos o último lote, as vezes chega a ficar 15 dias sem água, por causa dessas grandes barragens que fizeram aí pra cima nas chapadas, nesses ‘canos*

*azul' que chega ali até a beira, e a gente mora muito longe do córrego. Vamos a pé com carrinho de mão e as vasilhas pra pegar água, água de beber também. Se tivesse água, ia fazer muita coisa, criamos só duas vaquinhas e quando 'elas pari' até os bezeros passam sede, então com água a gente ia aumentar o rebanho, mas nesses caso, a gente vende as criação pra poder pagar outras coisa (ENTREVISTADA 20).*

Sobre as modificações do uso do solo e das dinâmicas locais a entrevistada se refere à região como produtora de arroz, décadas atrás graças a disponibilidade hídrica, situação já bastante modificada.

*Antigamente pra cá chovia ficava uma planície, plantava até arroz, agora chove e não fica mais essa água. E pra você ver, meu pai trabalhava como posseiro pro dono dessa fazenda antes de desapropriar ele plantava e ficava na meia, plantava as roça e tudo era assim, mas agora mudou, a terra é pouca, as águas secaram, as chuvas diminuíram ai o povo tira um cano daqui tira uma cano de lá, até as águas acabou, é difícil (ENTREVISTADA 20).*

A entrevistada se refere que no passado de seu pai que era posseiro e que depois de desapropriado se tornaram donos do lote, mas também se refere as mudanças nas águas no decorrer do tempo.

*Antigamente meu pai trabalhava pro dono dessa fazenda que foi desapropriada, o que ele produzia na terra ficava na meia com o dono da terra, o povo era posseiro, mas com esse negócio de divisão parece eu as chuvas diminuíram, as água são mais pouca, com esse de puxa um cano pra cá puxa um cano pra lá, até as água acabou, é difícil. E já teve vários boatos de briga por causa de água, a gente fica sabendo nas reuniões da associação, um fala mais alto porque uns tem tirado mais água que os outros e também reclamam porque para dar manutenção nos canos sempre fica nos mesmos aí eles reclamam (ENTREVISTADA 20).*



Figura 32 - Vasilhames e potes para armazenamento de água. Fonte: Acervo pessoal.

No último assentamento visitado, Cristo Redentor, com área de 1895,0764 e 55 famílias, foi reconhecido em 1996 (INCRA, 2017) e também foi identificada situação de insegurança hídrica, embora também tenha sido identificado diversidade produtiva.

*A água aqui falta, mas para os outros fica pior, e aqui como é o primeiro lote então ainda vem. É canalizado de uma nascente lá da serra, longe e dizem que entope e que os 'canos tão velho', então falta sim. Nós que limpamos. Tem uma caixa de*

*água que eu deixo sempre cheia, porque quando falta eu já tenho, mas quando falta é ruim né, pra tomar banho essas coisas. Ando plantando flores, quando cheguei aqui só tinha mandioca. O povo fica caçando água por aí, e tentar lá arrumar, tem um vizinho que vem pedir sim aqui comigo. Disseram que ia abrir um poço 'acolá' mas tão enrolando (ENTREVISTADA, 24).*

A localização do lote com relação ao sistema de distribuição de água também é presente nesse assentamento e para usos além das necessidades vitais como beber e cozinhar, no caso da lavagem de roupas a entrevistada comenta:

*'O minha filha água aqui', a gente tem que bater na casa dos outros, pra lavar roupa é de 15 em 15 dias nas casas porque aqui não tem água. Meu genro passa aqui de caminhonete e eu vou lavar na fazenda que minha filha mora lá embaixo. Pra beber pra banhar a gente tem que sair de carroça pra buscar. Difícil demais. Não era assim, antigamente era da serra, não chegava aqui, mas a gente ia enchia as caixas dava pra passar, mas o poço secou. A água da serra ainda tem, mas é pouca e ainda tem pra lá, mas fica pros assentados de lá, porque o assentamento aqui é muito grande e não dá água da serra pra todo mundo aqui. O povo tá dizendo que a água da serra tá mais pouca e menina é uma água boa, nossa, muito melhor que a de poço, água muito boa. E o padre veio aqui outro dia e disse que lá 'pras bandas' dele no assentamento eles tão com uma dificuldade enorme, tem vez de passar três dias sem água. eles vão buscar água andando 12 km. Ficar sem água é a coisa mais triste do mundo, buscar na casa dos outros, 'aff é difícil'. Os meninos já até pensaram eu ir pra cidade, mas até agora não conseguiu ainda (ENTREVISTADA 24).*

De acordo com as entrevistas neste assentamento, à declividade e falta de pressão também é um fator de dificuldade no sistema de abastecimento de água para os lotes dos assentados além de ter interferência na modificação dos canos pelos próprios assentados.

Assim, foi feito um apanhado das falas mais significativas com relação ao acesso à água, produção de alimentos e questões relevantes do dia a dia dos assentados na perspectiva do cotidiano das famílias.

## 5.1 O ACESO À ÁGUA E A INSEGURANÇA HÍDRICA NOS ASSENTAMENTOS

Nas visitas aos lotes e nas falas dos assentados, pode ser verificado que o município vem passando especialmente na última década, por modificações no uso do solo, na densidade técnica para a produção agrícola, na quantidade de chuvas, que está refletindo na quantidade de água disponível para diversas atividades, seja rural ou urbana.

O desenvolvimento desigual e concentrado, aliado à diversidade de paisagens e sistemas produtivos, gera um caleidoscópio de situações de acessos para a garantia desse bem vital, não podendo ser generalizada nenhuma afirmação sem uma contextualização e espacialização mais precisa de cada assentamento.

Enquanto em alguns assentamentos a água não é um problema cotidiano, em outros há desafios cotidianos para a garantia de atividades domésticas básicas. No entanto, em nenhuma

das vistas foi assegurada uma tranquilidade no acesso à água, mesmo naqueles que não tem problemas diretos, as afirmações de todos, é que acessar água hoje no município é mais difícil ou em menor quantidade que antigamente.

O que é importante mencionar, quando se trata de acesso à água em áreas rurais do Brasil, é que a desigualdade espacial está presente tanto na oferta natural do recurso quanto na oferta de soluções políticas para o tema.

A má distribuição espacial e temporal dos recursos hídricos, conjugada com a oferta de soluções inadequadas, faz com que diversas áreas sofram permanentemente por falta de água, com um grande contingente de pessoas tendo que acessar água por meio de poços e nascentes desprotegidas, diretamente de águas superficiais contaminadas (rios, lagos, represas, igarapés) ou carros-pipa. A crescente demanda e má gestão desses recursos têm ocasionado problemas de diversas ordens que interferem na qualidade, na disponibilidade e no acesso à água (ARSKY; SANTANA, 2013, p. 59).

Os sistemas de abastecimento de água em áreas rurais, é bastante problemático, pois graças as distâncias, condições de solo, declividade, entre outros quesitos, o custo é alto para implantação de redes de captação e distribuição, e a manutenção frequente, portanto muitos assentamentos não dispõem de sistemas eficientes.

A partir das reflexões, estudos, relatos e visitas, foi elaborada uma Tabela (24) onde pode ser identificada as diferentes formas presentes para acessar água relatadas e verificadas. Isso não significa que todas as formas foram identificadas e estão aqui elencadas, mas na amostra pertinente a esse estudo, foram essas situações identificadas.

Tabela 24 - Estratégias identificadas para acesso à água.

Tipos de tecnologias, ou formas de acesso à água identificadas	Tipo de Intervenção	Recurso/responsabilidade
Sistema de distribuição (tubulações que chegam até os lotes)	Obras públicas	INCRA
Poços artesianos	Obras públicas, e individuais; intervenções coletivas; parcerias	INCRA; fazendeiros; associações dos assentados; assentados individualmente
Cisternas	Intervenções individuais	Família
Rios, Grotas	Atitudes individuais e coletivas	União, estado, município ou propriedade particular
Caixas e vasilhames	Atitudes individuais	Assentados
Nascentes nas serras	Atitudes individuais e coletivas	União, estado, município ou propriedade particular
Rodas d'água em rios	Atitudes individuais e coletivas	União, estado, município ou propriedade particular
Caminhão pipa	Intervenções do poder público municipal	União e município

Fonte: Elaborado pela autora.

Os sistemas de distribuição identificados, estão geralmente retirando água de nascentes e veredas, sendo algumas nascentes localizadas nas chamadas “serras” e são canalizados a partir de tubulações azuladas identificadas nas estradas e que chegam até a entrada de cada lote, conforme Figura 33. Também foi identificado o mesmo sistema de distribuição, mas com a água sendo retirada de poços artesianos e distribuída da mesma forma.

No entanto, mesmo nos assentamentos que possuem esse sistema, há casos de insegurança hídrica, graças ao não atendimento das demandas de todos assentamentos. Foram citadas situações em que a água vem diminuindo graças às barragens que foram realizadas no município, não atendendo a necessidade de todos, assim como conflito entre as demandas dos próprios assentados, enquanto alguns possuem cabeças de gado que necessitam da água para dessedentação, outras famílias ficam sem água para necessidades domésticas básicas. A diversidade de usos e a inexistência de um gerenciamento coletivo a partir das demandas e ofertas é inexistente e muito complexo de ser realizado, embora haja soluções para esses tipos de problemas.



Figura 33 - Sistema de distribuição de água. Fonte: Acervo pessoal, janeiro de 2019.

Os poços artesianos foram identificados tanto em situações do poder público, no caso o INCRA, sendo responsável pela perfuração e posteriormente serem administrados pelas associações dos assentamentos, como também em iniciativas individuais, tanto da parte de fazendeiros como de assentados, sendo a maior parte deles sem a outorga para retirada de água.

Na Figura 34, é possível verificar uma estrutura de armazenamento de água captada de poço, para distribuição aos lotes por meio das tubulações, com identificação INCRA SR-28, que é a regional responsável por atuação na área. Outras estruturas como esta foram identificadas, porém algumas delas sem uso graças à diminuição das águas de alguns poços,

inviabilizando a armazenagem da água e posterior distribuição. Também foram identificados poços artesanais perfurados, mas sem uso, por ausência de água.



Figura 34 - Estrutura de armazenamento de água do INCRA. Fonte: Acervo pessoal, janeiro de 2019

No caso das cisternas, estas aparecem como situação individual, em um processo artesanal e coloca em risco aquele que a constrói, sendo feita geralmente em locais onde o lençol freático é mais superficial. Portanto foi identificado em poucas situações e mesmo assim muitas delas secas. Há nessas situações os “fazedores” de cisternas, que são aqueles que detém o conhecimento da possibilidade ou não de perfuração, bem como, da possibilidade de acessar água e que é “contratado” para realizar a escavação.

Na Figura 35, é possível observar uma cisterna junto de uma bomba a diesel, para bombeamento da água subterrânea até a superfície e posterior utilização nas atividades domésticas e produtivas. Também foi detectado neste caso, ausência de estruturas de armazenagem, com exceção do tambor e de vasilhames. Ao fundo é possível observar, um tanque com lona, onde foi comentado pela família que o desejo era a produção de peixe, mas que ainda não conseguiram realizar esse projeto.



Figura 35 - Sistema de captação vinculado à cisterna. Fonte: Acervo pessoal.

Já os rios e grotas, aparecem geralmente como um acesso secundário, no caso de uma fonte primária ficar comprometida. Nesses caso foram identificados sistemas de abastecimento primários como poços secos, sistemas de distribuição ineficientes ou intermitentes, que fazem com que as famílias por não terem sistemas de armazenamento de água de chuva por exemplo, ou estruturas para armazenamento de água do carro pipa, percorreram distâncias identificadas de 1 km até 12 km, a depender da localização dos lotes e da distância das fontes mais próximas, como relatados para acessar água. Nesse caso, as famílias se deslocam geralmente em animal (cavalos, burros e carroças) com uma quantidade de vasilhames, conforme Figura 36, e estruturas para captação e armazenamento.



Figura 36 - Estruturas de armazenamento de água retiradas de córregos, rios e grotas. Fonte: Acervo pessoal.

Uma das questões verificadas em áreas rurais, e muito comum é que mesmo havendo água disponível não há estruturas de distribuição ou estruturas de armazenamento. A água para manutenção de atividades domésticas básicas, higienização e dessedentação animal e pequenos cultivos, também conhecidos como quintais produtivos, aqueles em volta da casa,



depende do acesso e do armazenamento de uma quantidade que deve estar acessível à família no dia a dia, assim muitos vasilhames e estruturas são adquiridas ou construídas para esses usos, conforme Figura 37.



Figura 37 - Estruturas de armazenamento de água. Fonte: Acervo pessoal.

A ausência de orientação (técnica e sanitária), seja por meio de agentes de saúde, seja por meio de extensionistas rurais, de técnicos agrícolas, fica evidente ao serem questionados sobre o tratamento que fazem das águas coletadas. Parte significativa dos assentados, disse não realizar nenhum tipo de tratamento para consumo da água, seja ferver, filtrar ou utilizar hipoclorito de sódio como forma de reduzir possíveis contaminantes, vírus e bactérias.

Com relação às rodas d'água, Figura 38, estas foram identificadas nos assentamentos onde as veredas estão relativamente próximas às casas dos assentados e onde há pessoas que entendem de seu funcionamento, operação e que fazem a manutenção, seja individualmente ou coletivamente.



Figura 38 - Rodas d'água. Fonte: Acervo pessoal.

As estruturas hidráulicas para uso doméstico diário, são muitas vezes improvisadas e frágeis, exigindo adaptações e manutenções constantes, conforme relatos, algumas delas se localizando fora da casa, como pias, cubas e ‘giraus’, sendo que parte da água de escoamento já é utilizada para dessedentação animal, como Figura 39.



Figura 39 - Estruturas hidráulicas e uso da água. Fonte: Acervo pessoal.

Dessa forma, entende-se que a questão da água não pode ser generalizada, pois mesmo em escala municipal a diversidade de condições de solo, geomorfologia, organização social e produtiva, os usos do solo do entorno, disponibilidade de água superficial e subterrânea, tecnologias de acesso, redes de parceria e confiança vão interferir nas condições e na garantia de acessibilidade em maior ou menor grau.

Dito isso, foi identificado que mesmo em um município com altíssima disponibilidade hídrica, subterrânea e superficial, há pessoas assentadas com dificuldade de acesso e disponibilidade permanente de água para atividades domésticas básicas e em diferentes graus de acesso permanente para garantir e dinamizar a produção de alimentos e criação de animais.

Assim, de acordo com o quadro 6, anteriormente apresentado foram identificados três, dos quatro níveis de acesso à água, conforme Howard: Bartram (2003 apud RAZZOLINI; GÜNTHER, 2008), embora mesmo não havendo pessoas que estejam enquadradas no nível “sem acesso”, tenham que percorrer mais que 5 km para ter acesso e mais de trinta minutos gastos. Assim as categorias propostas pelos autores se mesclam, então propomos a seguinte Tabela 25 para a situação identificada com base nos autores citados.

Tabela 25 - Nível de acesso à água identificados nos assentamentos

Nível de acesso	Distância percorrida e tempo gasto	Provável volume captado	Demanda atendida
Básico 1	> 1 km e > 30 min	Média não excede a 20 L <i>per capita</i> por dia	Consumo pode ser assegurado e deve-se possibilitar a higiene básica e dos alimentos. Há dificuldade de se garantir lavagem de roupas e banho, atividades que podem ocorrer fora dos domínios do domicílio.
Básico 2	< 1km e < 30 m	Média não excede a 50 L <i>per capita</i> por dia	Consumo pode ser assegurado e deve-se possibilitar a higiene básica e dos alimentos. Há dificuldade de se garantir lavagem de roupas e banho, atividades que podem ocorrer fora dos domínios do domicílio.
Intermediário	Água fornecida por poços subterrâneos e sistema de distribuição, assim como por canalizações das nascentes e veredas e rodas d'água.	Média aproximada de 50L <i>per capita</i> por dia	Consumo assegurado. Não há comprometimento da higiene básica e dos alimentos. É possível garantir a lavagem de roupas e o banho, que provavelmente ocorrem dentro do domicílio.
Ótimo	O suprimento de água ocorre por múltiplos meios, mediante sistema de abastecimento permanente ou acesso à água como rios e córregos próximos das residências.	Média aproximada de 100L a 200L <i>per capita</i> por dia	Consumo assegurado. Práticas de higiene não comprometidas. Lavagem de roupa e banho ocorrem dentro do domicílio.

Fonte: Bartram (2003 apud RAZZOLINI; GÜNTHER, 2008), com adaptações de Gualdani.

O quadro proposto pelo autor, considerava os acessos de maneira a não se enquadrar na realidade estudada, assim a categoria *Sem acesso*, foi substituída pela categoria *Acesso Básico 1*, onde a locomoção é alta (mais que 1 km), mas ainda assim garante ao menos 20 L/água/dia. Já a categoria *Acesso Básico 2*, são menores deslocamentos e menor tempo gasto na busca por água. A garantia e a insegurança vai sendo reduzida à medida que as famílias possuem canais diversos de acesso à água, sendo enquadrado como Categoria de Acesso Intermediário, e por fim o Acesso ótimo, que envolve uma proximidade com grandes rios e córregos, que mesmo sofrendo diminuição da vazão, conforme relatos nos últimos anos, não comprometeu as atividades dos lotes dos assentados.

## 5.2 A INSEGURANÇA ALIMENTAR

Com base nos capítulos anteriores, foi possível verificar que o modelo de produção pautado na Revolução Verde, não priorizou a produção de alimentos básicos da cultura e do

prato brasileiros e não respeitou os ciclos, biomas e diversidade do país, sendo assim comprometedor da segurança alimentar e nutricional da população.

As políticas ao priorizarem as *commodities* reafirmam a homogeneidade destes espaços, pois os poli cultivos, aqueles de domínio da agricultura familiar e de suas particularidades no domínio de técnicas passadas de pai para filhos, também reproduzem a diversidade de germoplasma e as sementes tradicionais, também conhecidas como sementes crioulas. Todo esse conjunto de conhecimentos, técnicas e manejo da terra são caminhos para garantir a diversidade e a segurança alimentar, como afirma Maluf et al. (1996): “O cultivo de alimentos em pequenas extensões de terra, em roças familiares ou ao redor dos domicílios, nos quintais, pode ter uma importância fundamental para complementar a dieta de famílias de baixa renda e ser uma garantia de alimentação em épocas de crise”.

Nos assentamentos visitados e nas entrevistas realizadas, a principal fonte de renda não vem de produtos da agricultura familiar, sendo que 95% dos entrevistados, declararam que a renda é oriunda do Programa Bolsa Família ou de aposentadoria de um dos membros da família. Esse quadro, associado à ausência de assistência técnica e a insegurança hídrica, resulta em baixa diversidade de alimentos oriundos de suas produções. É importante ressaltar que esse quadro verificado não pode ser generalizado para a realidade de todos assentamentos do município, e mesmo para a realidade dos assentamentos visitados dada o tamanho da amostragem e aos meses das visitas.

Os relatos apontaram que, o acesso à água tem um impacto direto na manutenção da produção e em sua diversidade e na gestão dos animais, a produção tanto para consumo doméstico, aqui tratada como produção dos quintais produtivos, como a venda para fora da propriedade são diretamente impactadas.

Algumas falas trouxeram a esperança e a vontade de aumentarem ou investirem em hortas, pomares e aumento da criação de animais, sendo inclusive um indicador de desânimo em permanecer no lote sem a presença de água para já manter investimentos passados.

Esses fenômenos puderam ser observados a partir das visitas e relatos de campo com os assentados sobre o consumo de alimentos, a partir dos recordatórios alimentares. Os alimentos consumidos nas três principais refeições (café da manhã, almoço e jantar) foram investigados a partir de recordatórios alimentares das últimas 24 horas e podem ser visualizados na Tabela 22.

O consumo de somente café com açúcar, na primeira refeição do dia, no café da manhã, fica em destaque nessa refeição, conforma afirma Valadão et al. (2006 apud MURRIETA,

2001) não sendo diferente, como afirmam as autoras para a populações rurais brasileiras de um modo geral, onde a cafeína junto do açúcar e mais nenhum outro alimento, permite que diversas atividades sejam desenvolvidas com essa energia proporcionada por esses alimentos, até a hora do almoço e posteriormente jantar (refeições mais importantes) em áreas rurais.

Tabela 26 - Alimentos citados nas principais refeições por ordem de maior citação.

Café da manhã	Número de citações	Almoço	Número de citações	Jantar	Número de citações
Café com açúcar	15	Arroz	20	Arroz	17
Café sem açúcar	4	Feijão	16	Feijão	14
Pão	4	Carne de porco	6	Frango	6
Pão de queijo	3	Abóbora	5	Abóbora	4
Leite	3	Carne de vaca	4	Carne de porco	3
Biscoito industrializado	2	Frango	4	Abobrinha	3
Biscoito queijo	2	Suco em pó	2	Ovo	2
Bolo caseiro	2	Abobrinha	3	Carne de vaca	2
Chá	1	Ovo	1	Quiabo	1
Cuscuz de milho	1	Peixe	1	Cebola	1
Farinha de mandioca	1	Suco de abacaxi	1	Macarrão	1
Beiju	1	Jiló	1	Couve-flor	1
Presunto	1	Quiabo	1	Vagem	1
Queijo	1	Batata	1	Peixe	1
		Macarrão	1	Refrigerante	1
		Alface	1		
		Linguiça	1		
		Mandioca	1		

Fonte: Pesquisa de campo, elaboração da autora, 2019

Um fato que chamou a atenção, foi o baixo consumo de leite pelas famílias, sendo o município reconhecido pela sua produção leiteira e de queijos, onde algumas associações de assentados e agricultores familiares do município estão envolvidos. Embora nesse sentido, algumas falas apontaram para a venda de animais de grande porte como uma forma de reserva e poupança para momentos de maior flutuação da renda das famílias e alguns relatos relacionando a ausência de água para criação e manejo desses animais.

Sendo verificado, assim, a criação de animais que exigem água e ração, como porcos e galinhas, e esses animais como proteínas significativas nos alimentos presentes nas refeições como os ovos. O consumo de peixe também aparece em baixa representatividade, mas houve relatos de que na região era mais comum o peixe pescado nos diversos rios e córregos do município, fazer parte da mesa dos assentados.

O município de Buritis, já foi um produtor significativo de arroz, e nas falas dos assentados essa situação mudou graças a indisponibilidade de água cada vez maior, o que inviabiliza sua produção, que se dá em planícies alagadas. Muitos relatos de memórias das primeiras ocupações, foram citados, que se referem a respeito de um dos primeiros alimentos produzidos em grandes quantidades, após o estabelecimento das ocupações nas fazendas na década de 1990 eram de arroz, que inclusive as grandes safras serviram de moeda de troca nas aquisições de outros alimentos para as famílias na cidade.

Fato parecido ocorre com o feijão, que é produzido no município, mas não pelos assentados, e sim pelas grandes fazendas, fazendo com que os mesmos os adquiram nos supermercados da sede urbana, produzidos em outras regiões do Brasil. Somente um dos assentados relatou que compra diretamente de um fazendeiro próximo de seu assentamento.

A monotonia das demais refeições, onde o que é consumido no almoço na maioria das vezes se repete no jantar, também é confirmado pelas autoras Valadão et al. (2006), que para o consumo de arroz e feijão (alimentos referências da mesa do povo brasileiro de modo geral), como também alimentos oriundos dos quintais, como a carne de porco e carne de frango; as abóboras e abobrinhas, assim como os ovos. Esses em sua maioria produzidos nos próprios lotes como poderá ser melhor observado na Tabela 27.

O consumo de biscoitos industrializados, refrigerantes e sucos em pó, aparecem, mas em baixa proporção, os bolos geralmente são feitos com farinha de trigo e o consumo de pão de queijo, tradição da região, são algumas vezes feitos, outras adquiridos na cidade. A mandioca e farinha de mandioca, tem baixa representatividade, nas refeições dos entrevistados.

Para tal, pode ser observado os alimentos mais citados de modo geral por todas as famílias entrevistadas consumidos independente da refeição e a porcentagem desses produtos adquiridas fora da propriedade. As relações com a cidade não se dão em grande frequência em alguns assentamentos, graças as longas distâncias e transporte alternativo bastante variado, desde ônibus de linha, com horários e valores definidos, como transporte de táxis, vizinhos, e redes de contato, principalmente de filhos e familiares que vivem ou trabalham na sede do município, assim essa relação também ajuda na aquisição de bens e alimentos na cidade.

Tabela 27 - Principais alimentos consumidos, aquisição fora da propriedade e dos quintais produtivos.

Alimentos	Total	% aquisição fora da propriedade	% dos quintais produtivos
Arroz	37	100%	0%
Feijão	30	100%	0%
Café com açúcar	19	100%	0%
Abóbora	10	0%	100%
Carne de frango	10	20%	80%
Carne de vaca	6	100%	0%
Carne de porco	8	21,5%	78,5%
Abobrinha	6	0%	100%
Peixe	3	100%	0%
Ovos	3	0%	100%
Suco em pó	2	100%	0%
Suco de abacaxi	1	0%	100%
Jiló	1	100%	0%
Quiabo	1	100%	0%
Batata	1	100%	0%
Macarrão	1	100%	0%
Alface	1	100%	0%
Linguiça	1	100%	0%
Maxixe	1	100%	0%
Mandioca	1	0%	100%

Fonte: Pesquisa de campo, elaborado pela autora, 2019.

Foi identificada uma dieta com base em alimentos adquiridos na cidade e relativamente monótona, diante da diversidade possível que a agricultura familiar, produtora de alimentos sugere.

Recomenda-se, uma análise mais aprofundada sobre o tema para identificar possíveis tendências, conforme identificado nos relatos que o consumo passou a ser de produtos processados e ultraprocessados em maior grau em detrimento do consumo de produtos plantados e produzidos nos lotes.

Sobre o consumo dos assentados na cidade, conforme dados levantados por Sousa et al. (2010) em depoimentos coletados em sua pesquisa, o benefício trazido com a instalação dos assentamentos rurais no município é apontado com um dos aspectos positivos graças à transferência de recursos do governo federal que dinamizou a economia e deu visibilidade do município junto à essa esfera de governo, ao mesmo tempo que é ressaltado também as novas demandas trazidas por essa população, principalmente para os serviços públicos básicos.

O autor ao entrevistar comerciantes do município, deu destaque às falas que afirmam que os assentamentos beneficiaram o comércio em geral:

Estima-se que a movimentação dos assentados no seu estabelecimento represente mais de 30% de seu lucro total e que a linha de crédito fomento faz com que eles frequentem mais o seu estabelecimento. Explica também que os grandes produtores da cidade e região fazem suas compras em cidades maiores e que somente os pequenos produtores, em especial, os assentados, é que se utilizam do comércio local para tal. Outro comerciante, proprietário de uma loja de calçados e de uma distribuidora de gás de Buritis, afirma possuir assentados como seus clientes e garante que a condição financeira dessas pessoas melhorou muito depois que entraram nos assentamentos. O comerciante se refere às pessoas que viviam no município e —tentaram a sorte grande nos assentamentos, devido às dificuldades que a vida na cidade lhes impunha. —Eu tenho cliente que era inadimplente que depois que foi para o assentamento virou cliente bom, diz o comerciante. (SOUSA et al., 2010, p. 93).

Para a vereadora, os assentamentos dinamizaram o município já que os assentados, quando a titularidade já está resolvida junto ao INCRA, passam a acessar os fomentos, inicialmente para habitação, depois para produção até poderem acessar o PRONAF. Inicialmente recebem fomento de R\$ 5.200,00 para itens de primeira necessidade, depois podem acessar mais R\$ 6.400,00 e as mulheres podem acessar um fomento específico de R\$ 3.000,00.

Assim, a importância dos benefícios de transferência de renda e a aquisição de alimentos na cidade se sobressai em detrimento do que é consumido e produzido no lote, embora seja significativa a importância dos quintais produtivos como estratégias de diversificação e complementação de alimentos, embora isso dependa de fatores como hábitos, práticas, assistência técnica, que pode ser incentivada e promovida.

### 5.3 OS CONFLITOS POR ÁGUA

A água nos tempos atuais, pode ser tratada da perspectiva das crises, ou seja, mesmo sendo um recurso renovável, não está distribuída de maneira uniforme sobre o planeta, bem como seus usos são variados, assim como as demandas em diferentes locais também o são.

Além desses fatores, mesmo os lugares dispondo do recurso, o acesso ao mesmo pode ser um dilema. As crises vinculadas a este recurso são políticas, já que tecnologias que garantissem uma distribuição igualitária, de estocagem e de armazenamento resolveriam problemas em muitos locais que passam por tais desafios (RIBEIRO, 2008).

Este mesmo autor, em seu livro “Geopolítica da Água”, apresenta a perspectiva de que a água é fonte de riquezas e de conflitos, onde em uma análise econômica, a mesma foi tornada mercadoria, como apresentado anteriormente, gerando crises de governança e inúmeras



disputas ao mesmo tempo que, como insumo produtivo dinamiza economias, fluxos e mantém a qualidade de vida de seres humanos e não humanos.

As múltiplas propriedades da água permitem os diversos usos pela espécie humana, resultando em uma das mais graves tensões ambientais atuais: a diferença entre o ritmo natural de reposição da água e o desenvolvimento da sociedade consumista de bens materiais. De um lado, conhecidas médias pluviométricas, que são mensuradas e redimensionadas a cada chuva. De outro, a crescente produção econômica. Uma oscilação importante na oferta de chuvas obriga a uma revisão de metas de produção no campo e, cada vez mais, dificulta o abastecimento de alimentos e também de mercadorias nas cidades (RIBEIRO, 2008, p. 24).

Nessa perspectiva de produção alimentar e acesso aos recursos hídricos, identificou-se por um lado, a violação do direito ao acesso à água por parte dos assentados no município, e por outra perspectiva, o aumento da produção de grãos e da instalação de sistemas modernos de irrigação neste mesmo espaço, embora a situação não seja tão dualista assim.

Dessa maneira, pode-se afirmar que uma das estratégias para a manutenção e superação dos índices produtivos de grãos, é a privatização da água, não a tornando mercadoria diretamente, mas impedindo acessos ou diminuindo vazões. O Comprometimento dos recursos hídricos em nível municipal e da bacia hidrográfica do rio Urucuaia, é uma das formas de territorialização desse capital vinculado à produção de grãos.

Atualmente dois principais embates ocorrem nos assentamentos, segundo os entrevistados: um é a questão da água, pois os fazendeiros, ocuparam as chapadas, onde se tem as nascentes e as melhores terras, prejudicando quem está a jusante dos rios e córregos do município; o outro é o desmonte da assistência técnica que atualmente é inexistente, já que há um técnico da EMATER para o município todo, e isso reflete nas práticas agrícolas e em possíveis usos racionais ou soluções para diversos problemas, entre eles o acesso à água ou atividades produtivas mais adequadas a situações de escassez.

Graças aos impactos sentidos, a população vem se mobilizando e fazendo ações à medida que os pivôs tem se instalado na região em maior número e fazendo com que barramentos tenham sido feitos nos cursos de água para justamente permitir o funcionamento destas tecnologias, conforme Figura 40.



Figura 40 - Imagem nas redes sociais. Fonte: via redes sociais, 2018.

A vereadora entrevistada, relata que com relação à água, o número de pivôs cresceu assustadoramente nos últimos anos, assim como as barragens sem outorga. As ações via Prefeitura Municipal, a partir de seu gabinete, bem como por meio do Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia junto à Polícia Ambiental, Procuradoria Geral da República, Promotoria de Justiça da Comarca de Buritis e Secretaria de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, conforme Tabela 28 e fotos dos documentos no Anexo 1.

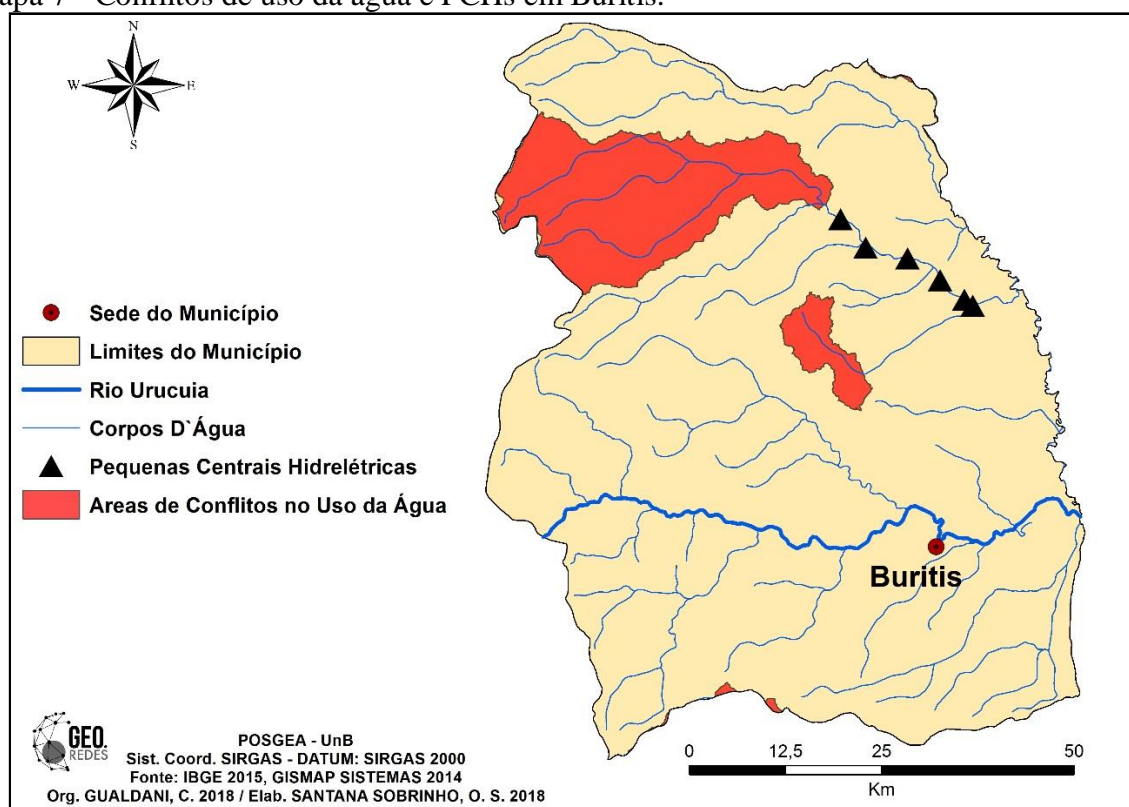
A vereadora e assentados relatam, que os impactos se intensificaram nos cursos hídricos a partir do ano de 2013, quando se iniciou a articulação e mobilização junto aos órgãos responsáveis pela homologação e liberação das licenças e outorgas.

Vale ressaltar, que as ações tem apoio e mobilização do Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, identificado como um movimento social paralelo ao Comitê da Bacia do Urucuia oficial, já que neste último os agricultores familiares, afirmam terem perdido voz e voto graças ao peso dos representantes do agronegócio, assim se organizaram em um movimento paralelo, mas com mesmo recorte geográfico dada a gravidade do tema referente aos recursos hídricos.

O Mapa 7, demonstra a rede hidrográfica do município de Buritis com destaque às áreas de conflito pelo uso da água, bem como as Pequenas Centrais Hidrelétricas construídas. As

áreas de delimitação dos conflitos, foram identificadas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), com base em informações nas outorgas e na disponibilidade hídrica de cada bacia hidrográfica, portanto nas áreas identificadas, há indisponibilidade hídrica para atendimento das demandas e usos coletivos.

Mapa 7 - Conflitos de uso da água e PCHs em Buritis.



Fonte: Gualdani (Org.) (2018).

Nos casos, conforme informação de técnicos do IGAM, de solicitação de novas outorgas para a bacia onde há presença de conflitos no uso da água, outorgas coletivas deverão ser aplicadas, onde os solicitantes bem como os demais usuários da bacia, são chamados para que um denominador comum de acesso à água seja estabelecido, para daí sim novas outorgas sejam liberadas.

Essas informações quando comparadas ao aumento da produção de grãos e instalação de tecnologias para irrigação dos cultivos, no caso os pivôs centrais, como anteriormente demonstrado, reflete nos depoimentos e informações coletadas em entrevistas junto aos agricultores do município, na dificuldade que os mesmos vem enfrentando para garantir seu acesso contínuo à água para consumo e produção destas famílias.

A maior área de conflito identificada nos mapas com base nas informações do IGAM, se refere ao Ribeirão Pinduca e seus tributários, Córrego São João e Córrego da Ponte, todos tributários do Rio Urucuia. Já a segunda área de conflito identificada, se refere ao Córrego dos Poldros. Além dos conflitos, identificou-se também a presença de seis Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) localizadas no Ribeirão Fetal (PCH Pinduca, PCH Cupim, PCH Pedras, PCH Poldros, PCH Nova 1 e PCH Nova 2). Uma terceira área de conflito, ao sul, aparece, porém, em território do município de Unaí.

Quando essas áreas de conflitos de uso da água são sobrepostas às áreas dos assentamentos rurais, conforme Mapa 8, identifica-se o assentamento Nova Itália dentro da área de conflito e o assentamento Hugo Herédia, na borda da segunda área identificada. Ao Sul os assentamentos Gado Bravo e assentamento Vanderlei Ribeiro dos Santos estão próximos à terceira área de conflito de uso da água identificados no município.

No entanto ao confrontar as áreas de conflito identificadas pelo IGAM, aos relatos descritos em campo e as citações nas denúncias em anexo, os mesmos não coincidem. Conforme descrição nas denúncias e vistas de campo, a crise e os conflitos estão presentes em mais áreas que as identificadas pelo órgão ambiental.

As denúncias e ações são de diversos tipos, com envolvimento de diversos órgãos, iniciando suas representações junto às intuições responsáveis, conforme documentos no ano de 2013 até o ano de 2018, embora nas entrevistas, tenha-se afirmado que as denúncias continuam e há previsão de articulações dos assentados nos próximos meses.

Em um dos casos, documento 2, de fevereiro de 2016, Tabela 28, o Ministério Público por meio da Procuradoria da República em Paracatu, foi acionado, assim como a Polícia Federal, já que os agricultores e assentados ao se verem prejudicados pelos barramentos tentaram a comunicação com o proprietário da fazenda,, que não ocorreu, sendo recebidos pelos fazendeiros armados, fazendo com que os movimentos sociais então organizados, cerca de 200 pessoas, tentassem novamente a comunicação, porém a Polícia Militar foi acionada pelo proprietário de uma das fazendas, inviabilizando a entrada das pessoas na fazenda.

No referido documento os assentados explicam que quando perguntados, nas poucas possibilidades de comunicação que tiveram sobre as barragens, os proprietários afirmam ter liminares para a execução da obra. Nesse mesmo documento, são apontados os locais de construção de barramentos, os proprietários e os locais impactados: assentamentos União, Formosinha, Mãe das Conquistas e Vida Nova, afirmando que, todos que vivem nesses assentamentos dependem dessas águas que estão barradas.

Se não tiver água, os assentamentos acabarão. As pessoas têm comprado água para consumir, para beber e produzir. Os prefeitos são coniventes porque têm suas campanhas financiadas por eles. A situação é de iminente conflito. Trabalhadores acampam próximo às fazendas como forma de protesto e os infratores armaram-se e alegam que aqueles querem invadir para ocupar terra, o que não é verdade (COMDHURU, 2016, s/n)

Junto às denúncias, um relatório fotográfico de 24 fotos, detalham as obras e seus impactos, em diferentes períodos do ano, pois com as variações pluviométricas da estação seca, a situação se agrava drasticamente, inclusive comprometendo o abastecimento urbano de Buritis e outros municípios, já que a captação da cidade se dá no Rio Urucuia.

Em outra denúncia, essa encaminhada à Promotoria de Justiça na Comarca de Buritis, membros do COMHURU relatam que as barragens clandestinas tem aumentado no município, assim como o uso de agrotóxicos, fazendo com que a invasão de pragas, como a mosca branca, comprometa os demais cultivos do entorno às fazendas, como também é citado o aumento nos números de casos de pessoas com câncer e a contaminação da água por essas substâncias.

As barragens construídas são realizadas com intervenções drásticas nas Áreas de Preservação Permanente, incluindo nascentes, nos leitos dos rios, com a retirada da mata, aprofundamento do leito para implantação da piscina da barragem e ladrão de água, por onde ocorre o escoamento, que, portanto, é controlado.

Em outros casos, estruturas de grande porte de captação, com bombas de sucção são instaladas no leito dos rios, diretamente. Os documentos afirmam que os pivôs são para irrigação de soja, milho e café.

No mês de julho, na 1.005<sup>a</sup>. Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência, realizada em Brasília em julho de 2016, outros assentamentos são citados no documento Santa Mônica, Independência e Vila Rosa, além dos citados no documento anterior, totalizando sete assentamentos sendo impactados por esse processo de apropriação da água no município de Buritis. Nessa reunião foram encaminhadas decisões a fim de mediar a situação de conflitos, já que representante da Agência Nacional de Águas, presente, afirmou que há 32 outorgas e que não havia denuncia com a referida fazendeira acusada da captação.

Os representantes dos órgãos ambientais e agrários se comprometera em vistorias, e monitorar as outorgas já concedidas e as retiradas de água sem outorga.

No ano de 2017, segundo os relatos e as denúncias, a situação se grava diante da baixa pluviosidade na região e as intervenções nos copos d'água, portanto avançam para as cabeceiras e nascentes do Rio Urucuia.

No documento do COMDRHU, de 09 de outubro de 2017, destinado à Procuradora da República, são listados vinte e dois (22) córregos e ribeirões que sofreram intervenções e barramentos nos últimos quinze anos, sendo deste dezenove (19) localizados no município de Buritis, os demais em Uruana de Minas e Formoso. É reforçado, inclusive. Que essa listagem parte de Buritis e, portanto, dá foco ao município, mas que a baía do Urucuia é composta de outros municípios que também estão passando por situações semelhantes.

As ações de barramentos não são recentes, conforme apontado no documento, mas se intensificaram graças à modificação do uso do solo, avanço dos grãos, e avanço do acesso às tecnologias de irrigação na região. O documento aponta o número de oitocentas (800) famílias no município de Buritis afetadas diretamente com a crise hídrica e sinaliza que estas denúncias já estão sendo feitas há mais de dois anos, sem resposta e providência do poder público, graças a conivência de políticos e empresários em detrimento da população local.

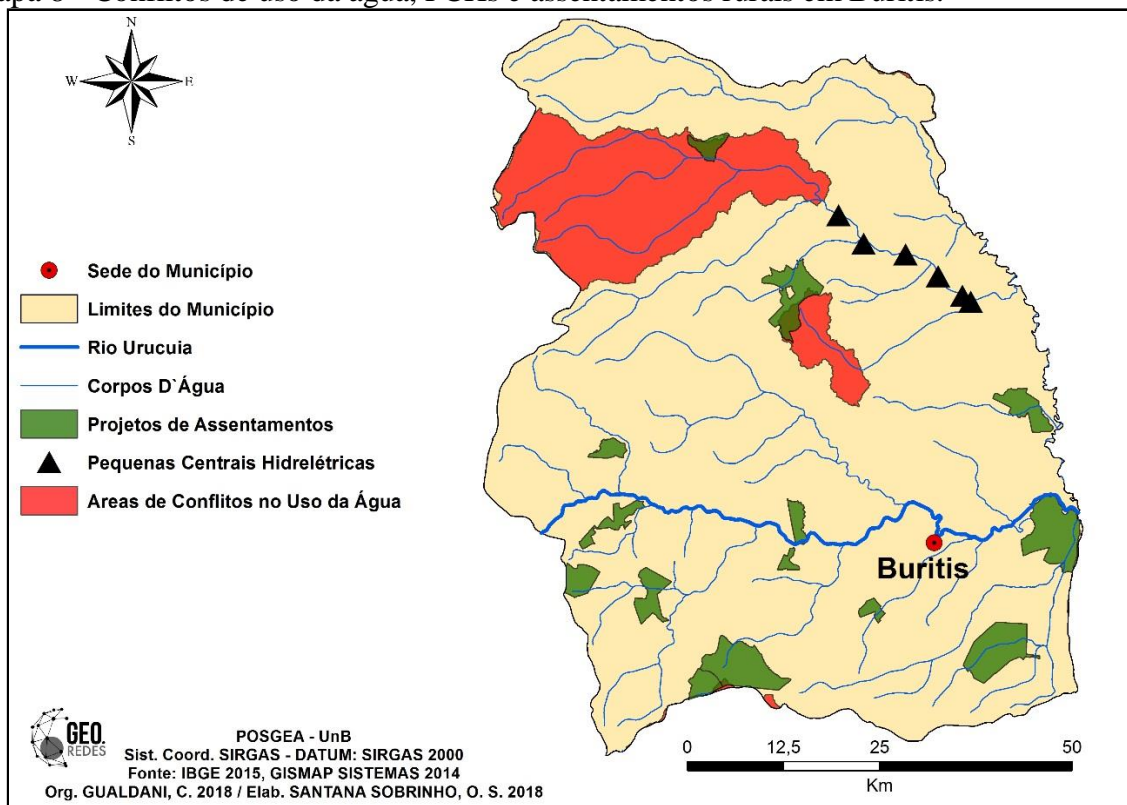
A mesma denúncia, mais sucinta, mas com o mesmo teor e conteúdo, é novamente apresentada na Câmara Municipal, fevereiro de 2018, e em junho de 2018, uma denúncia é realizada junto à Polícia Militar de Meio Ambiente.

Tabela 28 - Ações e denúncias relacionadas a barragens, outorgas e danos ambientais em Buritis, MG

Documento	Tipo de documento/ação	Remetente	Destinatário	Conteúdo	Data
1	Ofício	FETRAF	Secretário de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais	Denúncia de crimes ambientais nos limites de Buritis e Arinos, na cabeceira do córrego Confins	10/07/2013
2	Termo de depoimento coletivo	Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia	Procuradoria da República em Paracatu	Uso abusivo da água proprietários rurais no Rio Urucuia	18/02/2016
3	Ofício - Denúncia	Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia	Promotoria de Justiça da Comarca de Buritis - MG	Denúncia de retirada da vegetação e construção de reservatório e uso de agrotóxico comprometendo manancial de abastecimento rural e urbano	22/06/2016
4	Ata de Reunião	Reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no campo-Ouvidoria Agrária Nacional	Informação não disponível	Discutir sobre as outorgas concedidas pela Agência Nacional de Águas para uso da água do rio Urucuia devido aos prejuízos causados aos trabalhadores rurais e assentados	04/07/2016
5	Comunicação externa	Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA)	COMDRU	Resposta de ofício anteriormente encaminhado a respeito de piscinão de captação em Buritis	15/08/2016
6	Ofício - Denúncia	Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia	Procuradoria Geral da República	Comunicação de barramentos nos Córregos Ribeirões, Rios e Veredas	09/10/2017
7	Ofício - Denúncia	Câmara Municipal de Buritis – Vereadora Camila Almeida	Procuradoria Geral da República	Comunicação de barramentos nos Córregos Ribeirões, Rios e Veredas	20/02/2018
8	Ofício	Câmara Municipal de Buritis – Vereadora Camila Almeida	Polícia Ambiental	Comunicação de denúncias de barragens no Córrego Rabicho e no córrego Confins	18/06/2018

Fonte: Documentos cedidos pela Prefeitura Municipal de Buritis/MG. Elaborado por Gualdani (2019).

Mapa 8 - Conflitos de uso da água, PCHs e assentamentos rurais em Buritis.



Fonte: Produção da autora

Os documentos e os relatos de conflitos, são muito mais diversos e amplos, as áreas atingidas pelos barramentos, atingem muitos mais córregos, conforme identificado nas denúncias e relatos daqueles identificados pela SEMA/IGAM nos mapas a partir das outorgas, já que a redução da quantidade de água e as áreas não coincidem somente com as áreas identificadas nos mapas.

Na Tabela 29, portanto como síntese dos fenômenos e processos socioespaciais que ocorrem nos assentamentos da reforma agrária de Buritis, identificou-se as formas de acesso à água, assim a presença ou ausência de insegurança alimentar com base nos relatos e nos recordatórios alimentares, a frequência e garantia no acesso à água pela presença ou ausência da insegurança hídrica e os conflitos por água, tanto identificados pela SEMA, como pelos entrevistados.



Tabela 29 - Matriz síntese dos processos identificados nos assentamentos.

Assentamento	I) Acesso à água identificados/	II) Presença ou ausência de insegurança alimentar <sup>28</sup>	III) Presença ou ausência de insegurança hídrica <sup>29</sup>	IV) Presença ou ausência de conflito por água identificado pela SEMA	V) Presença ou ausência de conflito por água identificado pelos assentados
1) Hugo Herédia	Cisterna/ poços/ individual Caminhão pipa/ município	Ausência	Presença	Presença	Ausência
2) Mãe das Conquistas	Rio/ poços/ sistema de distribuição	Ausência	Ausência	Ausência	Ausência
3) Roseli Nunes	Poços e bomba	Presença	Presença	Ausência	Presença
4) Cristo Rei	Sistema de distribuição (serra)	Ausência	Presença	Ausência	Presença
5) Vanderlei Ribeiro dos Santos	Rodas d'água	Ausência	Presença	Presença	Presença
6) Vida Nova	Sistema de distribuição (serra)	Ausência	Presença	Ausência	Presença
7)Cristo Redentor	Sistema de distribuição (serra)	Ausência	Presença	Ausência	Presença

<sup>28</sup> A presença ou ausência de insegurança alimentar se refere às famílias visitadas de cada assentamento e não deve ser generalizada como presente em todo assentamento

<sup>29</sup> A presença ou ausência de insegurança hídrica se refere às famílias visitadas de cada assentamento e não deve ser generalizada como presente em todo assentamento

Com base nos dados levantados e nos cruzamentos de informações realizados, foram identificadas estratégias variadas como forma de garantir o acesso à água, mesclando métodos de acesso, como as estruturas públicas e privadas, com predomínio da primeira. Conforme discutido anteriormente, o acesso à água em áreas rurais brasileiras, especialmente nos assentamentos da reforma agrária, da área de estudo, não possui formas de acessar a água de maneira permanente.

Esse cenário, faz com que instâncias de poder responsáveis pela garantia desse direito tenham envolvimento com a questão de maneira parcial, estabelecendo assim tais variações: o caminhão-pipa, em nível federal mas de responsabilidade do poder municipal, para casos de emergência; sistema de distribuição garantidos pelo INCRA; complementarmente às estratégias individuais como as cisternas; aliadas às estratégias coletivas, como as rodas d'água e outros sistemas de distribuição internos a cada assentamento.

Ao afirmar que cada poder tem sua responsabilização de maneira parcial, significa que não garantia permanente de água para todos os assentamentos no município de Buritis de maneira perene e que atenda as demandas familiares e produtivas, principalmente no período de estiagem por uma única via, estratégia ou instituição, fazendo com que esse direito não seja garantido e recaia sobre os indivíduos sua busca e garantia.

Sobre a questão de (in)segurança alimentar, somente em um dos assentamentos foi identificada situação mais frágil social e, portanto, de insegurança alimentar, embora por uma desestruturação familiar momentânea. Não foi um fenômeno identificado de modo geral nos assentamentos. Entende-se que a atual situação dos assentados vem garantindo a essas famílias, condições básicas de se alimentar, embora como afirmado anteriormente não necessariamente como um resultado da reforma agrária, ou ainda de produtos oriundos dos quintais produtivos, de seus lotes dos assentamentos ou de uma renda da terra, podendo ser fruto de transferências de rendas ou de auxílios de filhos e redes de solidariedade que garantem a não presença de fome entre essas famílias, conforme identificado nas entrevistas.

Com relação a (in)segurança hídrica, esta foi identificada em seis assentamentos de acordo com os relatos, e verificado nos lotes. Esta insegurança se refere à menção de ter que se preocupar, se programar, e se deslocar para acessar água, ou ainda ter a preocupação de que sua fonte de acesso possa não ser segura para as atividades cotidianas e de produção. Esse cenário identificado em campo, está de acordo com o conteúdo apresentado nas denúncias agrupadas, retratando que as novas intervenções para irrigação e barragens, vem afetando o acesso à água e os colocando em uma situação de vulnerabilidade.

A presença de conflitos por água na perspectiva da SEMAD/IGAM, vincula-se diretamente a outorgas que são solicitadas no órgão ambiental, embora as denúncias tenham teor de que nem todas as intervenções no município passam pela solicitação de outorga.

Entende-se como de fundamental importância, a mediação dos órgãos ambientais e agrários nessa escala, embora a série de denúncias venha demonstrando a inabilidade e descompromisso com a realidade do município e da bacia do Rio Urucuia, embora o sistema da SEMA em disponibilizar informações e visibilidades dos conflitos em suas bases de dados já seja um passo em possíveis mediações. Este órgão vem trabalhando justamente com as outorgas na tentativa de mediar os usos da água e evitar a escassez e os conflitos.

Já os conflitos relatados e identificados na Tabela 30, na perspectiva dos assentados, são vinculados aos frágeis acessos, que demandam das famílias, recorrer a fontes secundárias e alternativas e de cunho indiretos, já que os conflitos identificados pela SEMA reproduzem outros conflitos nos assentamentos e entre assentados, pela redução de quantidade disponível de água e na vazão de rios e córregos.

Assim, temos duas escalas de conflitos por água que se complementam: uma escala vinculada ao modelo produtivo de produção em grande escala, vinculado ao agronegócio, que vem tecnificando o território e, portanto, demandando mais água para irrigação, diminuindo a vazão e comprometendo os acessos, graças às obras de represamento de rios. Em outra escala, dentro dos assentamentos quando a oferta de água é baixa, graças à diversidade de situações de cada assentamento, conflitos ocorrem entre os assentados pela água disponível.

Podemos resumir em duas situações de conflitos identificadas: 1) frutos das barragens ou usos para irrigação de grãos de uma modo geral e para dessedentação de rebanhos das fazendas que são predominantemente pastagens, e; 2) conflitos de assentados com assentados por desvio de canos ou uso exacerbado impedindo ou comprometendo o uso dos que estão localizados posteriormente no sistema de distribuição.

A água acaba sendo, portanto, disputada mesmo em um município com grande disponibilidade, embora os acessos sejam mais fáceis para quem dispõe de tecnologia e/ou esteja próximo de fontes com fácil acesso.

A fragilidade dos sistemas de abastecimento das áreas rurais, especialmente dos assentamentos da reforma agrária, onde os assentamentos mais recentes, ou não os possuem ou são bastante precários, sofrem ainda mais pelos conflitos por água oriundos do modelo produtivo predominante no município.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema apresentado nesta tese, as dinâmicas da agricultura moderna, sendo refletidas na escala local, especialmente nos assentamentos da reforma agrária, vêm sendo abordado nas análises geográficas, embora com menos ênfase sobre questões como a água e a segurança alimentar e nutricional.

Nesse sentido, foi possível identificar a tecnificação promovida pela Revolução Verde, a evolução na produção de alguns gêneros alimentícios, embora uma homogeneização de padrões e hábitos alimentares graças à um modelo produtivo que artificializa a diversidade do Cerrado. Diversidade essa que o campesinato, por meio de suas territorialidades transita, na perspectiva de adaptações técnicas e cotidianas, para sua reprodução.

Assim, foram identificadas territorialidades em choque de interesses pelos recursos naturais do município, em princípio a luta pela terra, derivada da concentração secular de riquezas de nosso país e especialmente da região, promovendo um fortalecimento dos movimentos socioterritoriais e conseqüentemente dos embates e desapropriações, configurando o cenário atual de 24 assentamentos presentes no município de Buritis.

No entanto, a luta pela terra, é o início de diversas outras lutas, como a garantia de infraestrutura para as atividades cotidianas e para a produção, no caso, tratado aqui, como o acesso água e o direito à produção e alimentação.

Infraestrutura de captação, armazenamento e distribuição são fundamentais após a consolidação dos assentamentos, embora em poucos casos, estejam garantidos e em funcionamento, requerendo, portanto, dos assentados estratégias que fragilizam a territorialidade campesina. A “saída para caçar água”, como identificado nas falas, faz parte do cotidiano de inúmeras famílias, comprometendo as atividades domésticas e de produção, comprometendo assim o próprio propósito da reforma agrária. Afinal, como ter qualidade de vida e produzir sem acesso à água?

Embora nos relatos dos entrevistados, se afirme que a vida que levam agora, pós conquista da terra seja muito melhor que antes, onde se trabalhava na terra para outras pessoas, sem segurança financeira, mudando de uma terra para outra, ou ainda aqueles que migraram para as periferias das cidades na tentativa de uma vida melhor, ainda sim identificam que direitos básicos não foram garantidos para todos os assentamentos.

Assim, estratégias vão sendo criadas e articuladas, como tecnologias sociais criadas e mantidas com poucos recursos, embora muito conhecimento; redes de solidariedade e partilhamento, entre outras estratégias que mantêm uma territorialidade camponesa presente e

viva nos assentamentos, mesmo o entorno possuindo uma territorialidade completamente distinta e homogeneizadora, a territorialidade do agronegócio.

Essas territorialidades, entram em conflito na questão da água e da produção de alimentos, já que muitos insumos e agrotóxicos contaminam e comprometem a produção multifuncional e com pouco ou nada de insumo dos assentados.

A análise dos assentamentos para a escala municipal comprova a importância dos assentamentos para áreas de consolidação do agronegócio, graças aos impactos na vida destas famílias, para os assentados que não estão mais nas periferias das cidades ou terras alheias, e tem garantias mínimas em seu cotidiano, bem como para a produção local, já que foi confirmado que alguns assentamentos comercializam seus produtos na cidade, embora as distâncias e o preço do transporte impeça em parte essa dinâmica, mas que contribuem para a inserção de seus produtos na economia local do município.

A relação com a terra, por meio de seus lotes, faz com que os assentados possam desenvolver, à medida que os assentamentos vão se consolidando e permitindo o acesso aos fomentos para construção de moradias, acesso à energia e água, aliados aos créditos agrícolas, suas criações e quintais produtivos. Essa produção aliada aos programas de transferência de renda, garantem a dignidade e uma vida de qualidade segundo os assentados, embora questões identificadas, ainda permitam a sensação de insegurança.

Foram identificadas grandes variações entre os assentamentos com relação à qualidade de vida dos assentados, no que se refere ao acesso à água e à produção de alimentos. A diversidade de acessos, seja à água, seja a infraestrutura para habitação, seja a distância da sede do município, são fatores que influenciam o cotidiano das famílias de forma variada, fazendo com que a partir dessa reterritorialização (a conquista da terra pelo campesinato), ou seja, de forma precarizada.

Assim, uma reforma agrária incompleta deriva em um caleidoscópio de formas de viver nos assentamentos, o que chamamos aqui de diferentes territorialidades. Há as territorialidades predominantes e identificadas anteriormente (como a territorialidade do agronegócio e a territorialidade dos movimentos socioterritoriais ou campesina), mas a partir das ocupações e daí dos assentamentos reconhecidos, multiterritorialidades podem ser identificadas, incorporadas para garantir a dignidade e reprodução social destas famílias.

A relação com os recursos naturais do local compõe a territorialidade camponesa e sua não totalidade ou insegurança, comprometem o bem viver, podendo desterritorializar (os relatos de pensar em sair da terra) permitindo essas territorializações precárias, ou seja, a não

garantia de renda da terra, faz com que relações com a cidade, por meio de filhos que já vivem na cidade, ou algum membro da cidade que busca empregos e diárias fora do assentamento, flexibilize a territorialidade camponesa para outras experiências e necessidades que vão além da relação com a terra.

Dessa forma, com relação à Hipótese 1 desta tese, o qual afirmava que o modelo de desenvolvimento do Cerrado mesmo batendo recordes de produção e com a presença de assentamentos da reforma agrária, mantém a concentração de terras e riquezas, não pode ser confirmada totalmente, já que na verdade ela precisa ser considerada de duas perspectivas. Por um lado, os assentamentos reorganizaram a questão fundiária, com a divisão de antigas fazendas em lotes para inúmeras famílias, mas por outro lado a riqueza oriunda do agronegócio não circula pelo município, especialmente sem nenhum tipo de investimento nas áreas de assentamento. Assim, esses dois sistemas produtivos se inter-relacionam menos do que se supunha, com exceção da expropriação da água e da influência na produção de alimentos.

A questão dos arrendamentos foi verificada em casos extremos de acessibilidade e poucas fontes de renda e não pode ser diretamente relacionada à violação de direitos e ausência de infraestrutura, pois assentamentos sem essas condições, passam por esse fenômeno, portanto, se requer estudos específicos com análises multifatoriais para a análise desses processos de arrendamento na região.

Com relação à Hipótese 2, que a insegurança alimentar que esse modelo provoca diante da alta diversidade de outros modelos de produção, mais apropriados para o Cerrado e para a realidade das famílias assentadas, pode ser verificada na questão da homogeneidade dos cultivos, e não da presença da fome, já que mesmo com quintais produtivos pouco diversificados, os programas de transferência de renda, garantem a comida no prato dos assentados. No entanto, podemos corroborar a tese de que a insegurança hídrica contribui para essa pouca diversidade de cultivos e precarização da territorialidade camponesa, agravada pelas obras e barragens, promovendo conflitos diretos e indiretos pela água.

A monotonia alimentar e o consumo de produtos processados, ou ainda não produzidos e sim adquiridos na cidade, não pode ser considerado insegurança alimentar, as pessoas estão alimentadas e com perspectiva de manutenção desse consumo graças os programas de assistência social e transferência de renda, assim a hipótese de que o modelo produtivo do agronegócio ou a reforma agrária precarizada, afetam diretamente as famílias nesse quesito, não possa ser comprovada.

No entanto, é fato identificado pela diminuição da produção de mandioca e arroz no município, apontando tendência a perda de áreas produtivas de gêneros alimentícios para *commodities*. Já as obras e barragens feitas para irrigação dessas *commodities* afetam a produção dos quintais que inclui gêneros que ocupam a cesta básica de alimentos dos assentados, como abóbora, ovos e produção de frangos.

Também se confirma a Hipótese 3, que modelos produtivos do agronegócio e do campesinato, convivem em um jogo de forças desigual e que estes últimos compõem territórios de resistência, na perspectiva de manter ideologias e práticas coniventes aos princípios dos movimentos socioterritoriais de luta pela terra.

Por último, a Hipótese 4, o qual afirma que os assentados se submetem à lógica do agronegócio para sobreviver, graças às expropriações de direitos e recursos, não pode ser comprovada, já que os assentados mantêm suas territorialidades e suas práticas, incluindo ações de confronto, como no caso das denúncias e organização de ações nas fazendas e também porque o próprio modelo do agronegócio de grãos, não absorve mão de obra, técnicas e conhecimentos dos assentados, distanciando essas relações.

Nesse sentido a análise multiescalar do município a partir da contextualização da dinâmica nacional de ocupação do Cerrado, como projeto político e ideológico, refletindo a unicidade das técnicas e das demandas globais, permitiu correlacionar as dinâmicas do global no local.

Essa unicidade das técnicas aliada à necessidade de grandes índices de produtividade e a homogeneidade imposta por esse sistema, repercutem no local não respeitando outros modelos de viver e produzir, exigindo daqueles que possuem outras perspectivas de mundo e de vida, que se oponham, confrontem e (re)criem seus territórios, como os movimentos socioterritoriais fizeram e fazem na luta pela terra.

No entanto esses confrontamentos não se findam após a conquista da terra, para que as territorialidades sejam exercidas e vividas, novas batalhas cotidianas se estabelecem e dentre as retratadas nesta tese, os conflitos por água, foram os mais evidentes e estão tomando vultos maiores com o passar dos anos.

A questão pano de fundo do que foi apresentado nesta tese, é um não comprometimento político histórico, com a resolução dos conflitos por terra, oriundos do desenvolvimento desigual e combinado de nosso país, culminando em uma reforma agrária incompleta, já que a terra sendo garantida não significa que a autonomia e as territorialidade ali implicadas serão desenvolvidas de maneira autônoma.

Reafirma-se a importância de garantir acesso além das políticas de anseios à terra, como acesso à água citada por todos os entrevistados, energia, moradia. A reforma agrária incompleta, deriva daí as relações desiguais, assistencialistas e pouco emancipatórias.

Nesse caso em específico, outros assentamentos do município, com outras formas de organização sócio produtiva devem ser investigados para verificação da existência ou não, de outras formas de “reforma agrária” estabelecidas em outros termos que o próprio território permitiu se configurar.

Nas análises geográficas, temáticas de pesquisa vinculadas a questões de segurança alimentar e a relação com a terra, ou mesmo com os quintais, podem trazer reflexões importantes e ainda pouco analisadas da perspectiva geográfica.

Os estudos relacionados as questões hídricas, contemplam mais pesquisadores geógrafos envolvidos trazendo discussões e subsidiando decisões aos atores e agentes envolvidos importantes.

Por conseguinte, espera-se e será feito o possível para que esta tese possa contribuir com o cenário delicado, especialmente no acesso à água no município de Buritis, além de outras questões aqui apresentadas que poderão orientar decisões e discussões nesses territórios.



## REFERÊNCIAS

- AB' SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Ateliê Editorial. São Paulo. 2003.
- ALENTEJANO, P. Questão agrária no Brasil do século XXI: uma abordagem a partir da Geografia. **Terra livre**, v. 1 n. 36, p. 69-95, 2011.
- ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. **Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado?** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, p. 51-67, 2006.
- PEIXE VIVO, AGÊNCIA. **Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia**. Disponível em: <https://agenciapeixevivo.org.br/comites/comite-de-bacia-hidrografica-do-rio-urucuia/> Acesso em 20 Jul. 2018.
- ALHO, C. J. R.; MARTINS, E. S. [Orgs.]. **De grão em grão, o cerrado perde espaço: cerrado-impactos do processo de ocupação**. Brasília, DF. WWF-Fundo Mundial Para a Natureza, 1995. 66p.
- ARRUZZO, R. C. **Geografia e pluralidade: sobre ausências, presenças e opções metodológicas**. In: Peixinho, Dimas Moares; Sousa Marluce Silva (Org.) Reconfiguração do Cerrado: usos, conflitos e impactos ambientais. Goiânia. Gráfica UFG. 2016. 268p.
- BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Cambridge: Polityraduzido. In: DENTZIEN, P.; ZAHAR, J. (Ed.). 2004.
- BEDUSCHI FILHO, L. C. **Aprendizagem pela interação: um desafio para o desenvolvimento das regiões rurais**. In: VII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Quito, 2006.
- BAUMGARTEN, M. **Tecnologias sociais e inovação social**. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. Dicionário de trabalho e tecnologia. UFRGS. Porto Alegre, 2006.
- BATISTA, E. C. C. **Trajetórias Escolares de Jovens Assentados: Estudo em Arinos/MG**; Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. 157p.
- BERTRAN, P. **Uma introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília. CODEPLAN. Goiás. 1988.
- BONNEMAISON, J.; CAMBRÉZY, L. **Le lien territorial: entre frontières et identités. Geographies et cultures**, Paris: L.'Harmattan, n. 20, 1996.
- BRANDÃO. C. R. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris**. v. 1, n. 1, 2007.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. **Lei Federal. nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 2006.

BRASIL. **Lei Federal. nº 9.433**. Política Nacional de Recursos Hídricos. Diário Oficial da União. 1997.

BRASIL. **Decreto 6.040 de 2007**. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União. 2007.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**. 14, 2009. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63013535020>. Acesso em 31 Jan. 2018.

CAMPOS, N. J. **Populações tradicionais e formas de uso comum: transformações atuais em áreas de fronteiras agrícolas**. In: ALVES, V. E. L. (org.) Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil: Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste do Tocantins. Rio de Janeiro. Consequência Editora. 20015.

CARTER, M. (Org.) **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. Tradução de Cristina Yamagami – São Paulo: Editora UNESP, 2010. 564p.

CARVALHO, M. **O alimento: do espaço privado à mercadoria**. In: MIRANDA, D. S.; CORNELLI, G. Cultura e alimentação: saberes alimentares e sabores culturais. Ed. SESC SP. 2007.

CASTILHO, D. Os sentidos da modernização. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia. v. 30, n. 2, p. 125-140, 2010.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M. **A dinâmica demográfica do cerrado: o território goiano apropriado e cindido**. In: GOMES, Horieste. Universo do Cerrado (v. 2). Goiânia, Editora da UCG, 2008.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M. **A dinâmica demográfica do Cerrado: o território goiano apropriado e cindido**. In: GOMES, H. (Org.). Universo do Cerrado. 1 Ed. Goiânia: Editora da UCG, 2008, v. 2, p. 291-312.

CHAVEIRO, E. F.; CASTILHO, D. Cerrado: patrimônio genético, cultural e simbólico. **Revista Mirante (UFG)**, v. 1, p. 12-26, 2007.

CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. Reterritorialização e identidade territorial: os camponeses construindo novas territorialidades na fronteira Brasil/Uruguai. 2011. Disponível em: [www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/107.pdf](http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/107.pdf). Acesso em 20 Nov. 2019.

CODEPLAN. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. **Aspectos da Segurança Alimentar e Nutricional no Distrito Federal**. Texto para Discussão, n. 14. Brasília. 2016.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Transferência de renda e segurança alimentar no Brasil: análise dos dados nacionais. **Revista de Nutrição**, v. 21, p. 39-51, 2008.

DAMIANI, A. L. **Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos.** En: publicação: América Latina: cidade, campo e turismo. LEMOS, A. I. G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. 2006.

DA ROCHA NETO, J. M.; BORGES, D. F. As assimetrias entre as políticas setoriais e a política de planejamento regional no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 45, n. 6, p. 1639-1654, 2011.

DAVID, M. B. A. et al. Atlas dos beneficiários da reforma agrária. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 31, p. 51-68, 1997.

DEDECCA, C. S. **Contribuições para a agenda da política de combate à pobreza rural.** In: DEDECCA, C. S.; BUAINAIN, A. M. (Org.) A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e a questão regional. Brasília. IICA, 2013. (Série desenvolvimento rural sustentável)

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil.** Ministério do Meio Ambiente. 2000.

DURÃES, O. R. **Raízes e culturas de Buritis no sertão Urucuiano.** Brasília DF: Linha gráfica editora, 1996.

ELIAS, D. **A cidade e o campo.** In: SPOSITO, E. S. et al. (Orgs.) A diversidade da Geografia Brasileira. Escalas e dimensões da análise e da ação. Consequência Editora. Rio de Janeiro. 2016.

ELIAS, D. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista Nera**, n. 8, p. 29-51, 2012.

ELIAS, D. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, 2011.

ELIAS, D. Globalização e fragmentação do espaço agrícola no Brasil. **Scripta Nova.** Barcelona/Espanha, v. 1, p. 59-81, 2006.

ELIAS, D. **Reestruturação produtiva da agropecuária e novas regionalizações no Brasil.** In: ALVES, V. E. L. (Org.) Modernização e regionalização nos cerrados do centro-oeste do Brasil. Rio de Janeiro. Consequência Editora. 2015.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, 2007.

FABRINI, J. E. **Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas.** In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.) Campesinato e territórios em disputa. (1a Ed.). Editora Expressão Popular. São Paulo. 2008. 496 p.

FAO. Food and Agriculture Organization. of the United Nations. The state of food security and nutrition in the world. 2017. Disponível em: [https://docs.wixstatic.com/ugd/e62f26\\_d89fc237802844519cad721333aeec3d.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/e62f26_d89fc237802844519cad721333aeec3d.pdf) Acesso em 12 Fev. 2018.

FAO. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/3/a-I7695s.pdf>. Acessado em 09 Dez. 2017.

FERNANDES, B. M. Agronegócio e reforma agrária. **Anais**. Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2005, s/ pag. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>. Acesso em 05 Fev. 2019.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p. 14-34, 2005.

FERNANDES, B. M. **MST, formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec. 1996.

FERREIRA NETO, J. A. Região Noroeste planejamento público e mudança social. **Revista UFV Debate**. Viçosa, n. 15. 1993.

FERREIRA NETO, J. A.; SOUSA, D. N.; CARDOSO, P. O. **Assentamentos rurais e desenvolvimento socioeconômico: uma análise do Noroeste de Minas Gerais**, Belo Horizonte – Viçosa, FAPEMIG – UFV, Relatório de Pesquisa, 2009. 113p.

FERREIRA NETO, J. A. et al. Assentamentos rurais e desenvolvimento econômico: um estudo sobre o Noroeste de Minas Gerais. **Anais**. 47°. SOBER. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009. 11p.

FERREIRA NETO, J. A.; DOULA, S. M. **Assentamentos rurais e meio ambiente no Brasil: atores sociais, processos produtivos e legislação**. Viçosa: UFV, DER, 2006.

FREDERICO, S. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Confins**, 17. 2013. Disponível em: URL: <http://journals.openedition.org/confins/8153>. Acesso em 06 Jan. 2018.

FREDERICO, S. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 33, v. 1, p. 5-23, 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GARCIA, J. L. **Antropologia del territorio**. Madri: Taller de Ediciones, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994. 207 p. 60-69.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. **Geografia e conflitualidade no campo brasileiro**. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L S de; PAULILO, M. I. (Org.) *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas (v.2): A diversidade das formas das lutas no campo*: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, p. 339-366, 2009.

GONÇALVES, C. W. P. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. *Revista internacional interdisciplinar INTERthesis*, v. 1, n. 1, p. 1-55, 2004.

GONÇALVES, C. W. P. Conferência: Culturas, naturezas e territórios. **Anais**. Seminário de ecologia política na América Latina: desafios teóricos e práticos. 2014. Disponível em: <<http://youtube.be/Uhv0WcOGcw>> Acesso em: 13 Jan. 2018.

GOHN, M. G. **Teoria dos Movimentos Sociais**. 2ª Ed. Edições Loyola. 2000. 383p.

GOMES, R. M.; GOMES JR. N. Questão agrária atual: o agronegócio e o ataque à soberania e à segurança alimentar. **Revista Reforma Agrária**. v. 1, n. 2, 2014.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Garamond. Rio de Janeiro. 2001.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília. v. 14, n. 3, p.411-446, 1997.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidades**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: [http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE\\_Rogério\\_HAESBAERT.pdf](http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf). Acesso em: 28 Mar. 2017.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. **O território em tempos de globalização\* etc..., espaço, tempo e crítica**. v. 1, n. 2, p. 39-52, 2007.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. EDUFF. Niterói. 1997.

HAESBAERT, R. **Território, cultura e des-territorialização**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Religião, identidade e território*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. **Des-caminhos e perspectivas do território**. In: RIBAS, D. et al. *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão. Unioeste. 2004. 175p.

HALL, E. **A dimensão oculta**. Lisboa: Relógio D'água, 1986.

HARVEY, D. **Spaces of global capitalismo: towards a theory of uneven geographical development**. London, New York: Verso, 2006.

HARVEY, D. **The limits of capital**, Oxford: Brasil Blackwell. 1982.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola. (4a Ed.). 2011.

HEREDIA, B. et al. Os impactos regionais da reforma agrária. Um estudo sobre áreas selecionadas. **Lusotopie**, v. 10, n. 1, p. 59-90, 2003.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2000.

HEIDRICH, A. L. **Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social**. In: RIBAS, D. et al. Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão. Unioeste. 2004. 175p.

INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS. SECRETARIA DO ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. IGAM. **Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos do Rio Urucuia**. SF8. Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/images/stories/mapoteca/Mapas/PNG/sf8-rio-urucuia.png>. Acesso em: 12 Ago. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE COONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Assentamentos**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em 24 Jan. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do Desenvolvimento Humano**. Disponível: <http://atlasbrasil.org.br/2013/> Acesso em 21 Mai. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico de 1980, 1991, 2000 e 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 05 Dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mapa Biomas do Brasil**. 2004. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>. Acesso em: 24 Ago. 2016.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/buritis/panorama>. Acesso em: 24/ Mar. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016**. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=298965> Acesso em: 22 Mar. 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018**, Coordenação de População e

Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 22 Mar. 2019.

IPEA. Instituto De Pesquisa Aplicada. **Caracterização e Quadros de Análise Comparativa da Governança Metropolitana no Brasil: Arranjos Institucionais de Gestão Metropolitana**. Região Integrada de Desenvolvimento Econômico de Brasília (RIDE Brasília). Relatório de Pesquisa. Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) 2013. Disponível em: [http://ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca\\_metropolitana/rell\\_1\\_ridedf.pdf](http://ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/rell_1_ridedf.pdf) Acesso em: 16 Fev. 2018.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Companhia das Letras. (1a Ed.). São Paulo. 2019.

KOHLLEP, G. BLUMENCHEIN, M. Transformação rural no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 8, p. 47-66, 2000.

LEITE, S. et al. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. (1a Ed.). São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LEFEVBRE, H. La production de l'espace. 3 ed. Paris: Anthropos, 1986. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. *Reseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988.

LIMA, J. E. F. W. Situações e perspectivas sobre as águas do Cerrado. **Ciência e Cultura**. v. 63, n. 3. São Paulo, 2011.

MALUF, R.S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema de Segurança Alimentar no Brasil. **Cadernos de Debate**, v. 4, p. 66-88, 1996.

MALUF, R. S. Segurança alimentar e nutricional. Ed. Vozes. (2a Ed.) 2007.

MARQUES, M. I. M. **Lugar do modo de vida tradicional na modernidade**. In: OLIVEIRA, A. U. A; MARQUES, M. I. M (orgs.) *O campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Ed. Paz e Terra. 2004. p. 145-162.

MARQUES, A. C. O.; CHAVEIRO, E. F.; SILVA, R. L. B. R. Os movimentos sociais contemporâneos e as escalas da ação: da geopolítica ao mundo vivido. **Estudos Geográficos (UNESP)**, v. 16, p. 126-140, 2018.

MARQUES, A. C. O. et al. Os movimentos sociais contemporâneos e as escalas de ação: a geopolítica ao mundo vivido. **Estudos Geográficos**, Rio Claro. v. 16, n. 2, p. 126-122, 2018.

MARTIN, J.; FERNANDES, B. M. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, n. 11/12, p. 173-185, 2004.

MATOS, P. F. **As tramas do agronegócio nas “terras do Sudoeste Goiano**. Tese de Doutorado. UFU. 2011. 355 p.

MATOS, P. F.; PESSOA, V. S. Apropriação do cerrado pelo agronegócio e os novos usos do território. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 9, n. 17, p. 6-26, 2014.

MAZZETTO SILVA, C. E. Ordenamento Territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 19, p. 89-109. Editora UFPR. 2009.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. Ed Unesp. Ed. UFRGS. 2016.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. A. **Formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos Sociais e Políticas Públicas**. 1º Edição. Porto Alegre, Rio de Janeiro: Ed Universidade / UFRGS/ CPDA, 1999.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil: História e atualidades da luta pela terra**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do sudoeste goiano**. Tese de Doutorado. Geografia. Unesp Presidente Prudente. 2004.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Acesso à Água**. Disponível em: [mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1](http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/acesso-a-agua-1). Acesso em: 23 Jan. 2018.

MMA. Ministério Do Meio Ambiente. **Águas subterrâneas: um recurso a ser conhecido e protegido**. Associação Brasileira de Águas Subterrâneas. Petrobras. Brasília. 2007. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/167/\\_publicacao/167\\_publicacao28012009044356.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/167/_publicacao/167_publicacao28012009044356.pdf) Acesso em: 05 Abr. 2018.

MONDARDO, M. L. Territórios precários: desequilíbrios entre o crescimento econômico e o desenvolvimento social no oeste da Bahia. **ACTA Geográfica**, v. 7, n. 15, p. 85-101, 2013.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa História**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 20 Ago. 2018.

NAVARRO, Z.; GRAZIANO, X. **Novo mundo rural: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil**. São Paulo, Editora UNESP, 2015.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. Ed. Contexto. São Paulo. 2001.

OLIVEIRA, A. U. **A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (org.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo. Contexto. 1999. p. 63-110.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PESCE, L.; ABREU, C. B. M. Pesquisa qualitativa: considerações sobre as bases Filosóficas e os princípios norteadores. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 19-29, 2013.



PESSOA, V. S. Geografia e pesquisa qualitativa: um olhar sobre o processo investigativo. **Geo UERJ**, n. 23, v. 1, p. 4-18, 2012.

PIZARRO, R. E. C. **O agronegócio e a produção do espaço na Região de Planejamento do Sudoeste Goiano**. Tese de Doutorado, Geografia. UnB. 2017, 322 p.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. **A produção das estruturas territoriais e sua representação**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos (1a Ed.) São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

RIBEIRO, A. C. T. **Homens lentos, opacidades e rugosidades**. Salvador: Redobra, p. 58-71, 2012.

RIGONATO, V. D. O modo de vida das populações originárias do(s) cerrado(s) baianos. *Élisée*, **Rev. Geo. UEG** – Anápolis, v. 3, n. 2, p. 62-80, 2014.

RIGONATO, V. D; ALMEIDA, M. G. A singularidade do Cerrado: a interrelação das populações tradicionais com as fitofisionomias. **Anais VIII EREGEO**. 2003.

RODELLI, M. et al. Emerging trends in global freshwater availability. *Nature*. v. 557, p. 651–659, 2018.

ROSENDAHL, Z.; CORREA, R L. **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. SACK, R. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

ROCHA, G. F. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. **Revista do CAAP**. v. 2, Belo Horizonte. 2009.

SACK, R. **Human territoriality, its theory and history**. Cambridge; University Press. 1986.

SACK, R. **Significado de territorialidade**. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. Territorialidades humanas e redes sociais. Florianópolis: Insular. 2011.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo, 1988.

SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. Ed, Hucitec. 199.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**. Ano IV, n. 6, p. 5-20, 1999.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. v. 5. Ed USP, 2004.

SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n. 21, p. 7- 192, 1996.

SANTOS, R. S. et al. (Org.); Território e diversidade territorial no Cerrado: projetos regionais, cidades e conflitos socioespaciais. (1a Ed.) Goiânia: Kelps, 2015. 398p.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro. Record. 2003.

SAQUET, M. A.; ELISEU S. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAUER, S. **A agricultura versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília. Embrapa Informação Tecnológica. 2008.

SAUER, S. **O significado dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. Assentamentos em Debate. Brasília. NEAD. 2005. P. 57-74.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. Companhia das Letras. São Paulo. 2000.

SERRADOURADA, R. N. **As fronteiras do assentamento Igarapé-Grande, Amapá, Brasil**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de Brasília.

SHIVA, V. **The violence of the Green Revolution**. Zed Books. 1993. 263 p.

SILVA, L. G.; CHAVEIRO, E. F. Desenhando o Cerrado: da invisibilidade à lucratividade. **Geoambiente On-line**, v. 14, p. 40-61, 2010.

SILVA, L. L. O papel do estado no processo de ocupação das áreas de cerrado entre as décadas de 60 e 80. **Caminhos de Geografia**, v. 1, n. 2, p. 24-36, 2000.

SISEMA. Sistema de Meio Ambiente do Governo de Estado de Minas Gerais. **Introdução aos conceitos de área de conflito e processo único de outorga (outorga coletiva)**. Disponível em: [arquivos.ana.gov.br/imprensa/eventosprojetos/20150707](http://arquivos.ana.gov.br/imprensa/eventosprojetos/20150707). Acesso em: 16 Ago. 2018.

SOJA, E. W. **Geografias Pós-Modernas**. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Jorge Zahar Ed. 1993.

SOJA, E. **O desenvolvimento geograficamente desigual**. In: BECKER, BERTHA K. (et al) Abordagens políticas da espacialidade. UFRJ, 1983.

SOARES, B. R.; BESSA, K. C. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Boletim goiano de geografia**, v. 19, n. 2, p. 11-34, 1999.

SOUSA, D. N. et al. A dinamização dos assentamentos rurais para o desenvolvimento econômico do Noroeste de Minas Gerais. **Revista de C. Humanas**, v. 11, n. 1, p. 87-97, 2011.

SOUZA, B. O. **Estimativa da demanda hídrica potencial na irrigação por pivô central na bacia do Rio Urucua utilizando índice vegetação NDVI**. Dissertação de Mestrado. UFLA. 2016. 88p.

SOUZA, M. L. **“Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.) Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos (1a Ed.), São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008

SOUZA, S. M. C. **Reestruturação produtiva na Ride-DF: expansão metropolitana, expansão da agropecuária moderna e integração do Eixo Brasília-Anápolis-Goiânia**. Universidade de Brasília (UnB)/ SUDECO. 2017.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. (3a Ed.) Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 2016.

SOUZA SANTOS, B. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo. Ed. Cortez. 2011

SOUZA SANTOS, B. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. In: Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Ed. Cortez. 2006.

SPOSITO, E. S. **Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do Sudoeste do Paraná**. In: Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens. RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A.; BELTRÃO, F. (Org.) Unioeste. 2004. 175p.

SUDECO. Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste. **Municípios da RIDE-DF**. Disponível em: <http://sudeco.gov.br/municipios-ride-df>. Acesso em: 16 Fev. 2017.

TAKAGI, M.; SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E. **A política de segurança alimentar e nutricional do Brasil a partir do programa Fome Zero**. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Orgs.) Desenvolvimento Territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas, SP. Ed Alínea. 2007. 307p.

THEODORO H. et al. **Cerrado: o celeiro saqueado**. In: DUARTE, L. M. G.; THEODORO, S. H. (orgs.) Dilemas do cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo. Rio de Janeiro. Garamond. 2002

THOMAZ JR, A. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura geográfica’. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru: AGB, v. 9, 2003.

VICENTINE, A. **Tal sertão, qual cerrado?** Ateliê Tipográfico. UFG. 2016.

RTS. REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia Social e Desenvolvimento Sustentável**: contribuições da RTS para a formulação de uma política de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação. Brasília/DF: Secretaria Executiva da Rede de Tecnologia Social, não paginado, 2010.

## APÊNDICE 1

### ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA (ASSENTADOS)

Assentamento \_\_\_\_\_

- 1- Desde que ano a família está no lote?
- 2- Quanto tempo ficou na ocupação?
- 3- Fez parte de algum, movimento (s) social, sindicato ou grupo? Qual?
- 4- Ainda faz parte?
- 5- Se sim, participa de atividades junto do grupo/movimento?
- 6- Há espaços coletivos dentro do assentamento
  
- 7- A família produz alimentos?
- 8- Somente para consumo ou também comercializa, onde?
- 9- Os outros alimentos consumidos pela família vêm de onde?
- 10- Recebe Bolsa Família?
- 11- Que outros benefícios recebem?
- 12- RECORDATÓRIO alimentar: nas últimas 24 horas quais foram os alimentos consumidos:  
Café da manhã: \_\_\_\_\_  
Alimentos comprados ( ) Alimentos produzidos ( )  
Almoço: \_\_\_\_\_  
Alimentos comprados ( ) Alimentos produzidos ( )  
Jantar: \_\_\_\_\_  
Alimentos comprados ( ) Alimentos produzidos ( )  
Outras refeições ou alimentos: \_\_\_\_\_  
Alimentos comprados ( ) Alimentos produzidos ( )
- 13- Teve momentos que alguém na casa da família, ficou sem se alimentar ou comeu menos, para que todos pudessem comer?
- 14- A água para uso da casa vem de onde?
- 15- E a água para produção?
- 16- Há dificuldades para ter água?
- 17- Em algum momento dos últimos anos, a família ficou sem água, ou teve suas atividades comprometidas? Em que situação?
- 18- Que tecnologias possui, ou existem no assentamento para acessar água e produzir alimentos? São coletivas ou individuais?
- 19- Quais relações, favores, parcerias existem junto às fazendas próximas do assentamento?
- 20- De que forma esses proprietários ajudam/auxiliam os assentados?
- 21- Há alguma forma na sua visão de que eles atrapalham ou prejudicam a vida dos assentados?

- 22- Presenciou ou ouviu falar de algum conflito por água no assentamento? E no município?
- 23- Algum outro tipo de conflito?
- 24- Como é a questão dos limites das fronteiras do assentamento? São respeitados?
- 25- Você se sente dono/pertencente/feliz aqui no seu lote?
- 26- Você e outros assentados tem trabalhos em grupo? Associação, cooperativa?
- 27- Que parcerias existem entre os assentados, no assentamento?
- 28- Tem áreas de uso coletivo? Quais? O que se desenvolve?

## APÊNDICE 2

### ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA TÉCNICOS AGRÍCOLAS E LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS.

- 1- Qual seu papel/função junto aos assentados?
- 2- Conte o que conhece dos assentamentos de Buritis.
- 3- Como foi a história dos movimentos sociais aqui no município?
- 4- Atualmente qual a situação em que se encontram os assentamentos e quais os maiores desafios para a produção e qualidade de vida das famílias?
- 5- Há muita variedade de situação/realidade dos assentados nos 24 existentes? Em termos de organização, de atividades produtivas, de parcerias e arrendamentos?
- 6- Há arrendamento de terras? Para que? E quem? Em que situações ocorrem?
- 7- Que parcerias existe entre os fazendeiros e os assentados?
- 8- Como é a situação do acesso à água nos assentamentos atualmente?
- 9- Já verificou a presença de insegurança hídrica?
- 10- Já verificou a presença de insegurança alimentar?
- 11- Sabe dizer da existência de conflitos nos assentamentos?

### APÊNDICE 3

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Carla Gualdani e sou estudante da Universidade de Brasília, no programa de Pós-Graduação em Geografia, onde desenvolvo meu curso de Doutorado.

Eu estou fazendo minha pesquisa aqui em Buritis, estudando os assentamentos rurais e como é o acesso à água e a produção de alimentos em parte dos assentamentos do município.

Para isso, vou perguntar aos entrevistados algumas questões que tratam desse tema.

Estou interessada em entender como as pessoas usam a água no seu dia-a-dia, onde buscam, onde a utilizam, como fazem em situações de escassez e outras questões. Também me interessa sobre a produção de alimentos e como é alimentação dos assentados e os desafios enfrentados no dia a dia.

Os resultados da pesquisa serão divulgados em meio científico, como congressos e revistas especializadas, que são lidas nas universidades e centros de pesquisa. O produto final desta pesquisa será uma tese de doutorado e, depois de concluí-la, no mês de dezembro de 2019, me comprometo a enviar e deixar uma cópia na associação que for definida pelos assentados.


O seu nome não será divulgado na tese e o/a senhor(a) pode ficar à vontade para deixar de responder a qualquer pergunta que não queira sem qualquer prejuízo. Se o senhor/senhora concordar, eu também gostaria de tirar fotografias. O(a) senhor(a) tem alguma dúvida? Sabendo das intenções e destino dessa entrevista e do seu direito de desistir e de retirar qualquer informação prestada antes da entrega da tese na Universidade, o/a senhor(a) concorda em ser entrevistado/a? Posso gravar ou o/a senhor(a) prefere que eu não grave? Se no futuro, o/a senhor(a) quiser tirar qualquer dúvida sobre o estudo que estou realizando, por favor, me avise. Meu telefone em Brasília é (61) 9xxxxxxx e meu endereço eletrônico é cgualdani@hotmail.com. Caso o/a senhor(a) achar que eu agi de forma incorreta em algum momento, poderão procurar o Comitê de Ética em Pesquisa UnB, e-mail: eticaunb@unb.br

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 201\_\_.

Assinatura \_\_\_\_\_.

# ANEXO 1: CONJUNTO DE DENÚNCIAS

## Documento 1

 Federação d Dis "Agricultura	Número do SIPRO: 0172302-1170/2013-2
	Número do SIGED: 00147016-1561-2013
	Descrição: OF 049/2013 - SEMAD
	Solicitante: FETRAF-DFE/CUT-FEDERAÇÃO DOS
	Data e hora do protocolo: 11/07/2013 - 05:01
	Nome do atendente: [REDACTED]
Destinatário: [REDACTED]	
Para mais informações sobre este documento favor acessar o site: <a href="http://www.planejamento.mg.gov.br">www.planejamento.mg.gov.br</a> e consultar no SIPRO-WEB.	

Ofício Nº. 049/2013/FETRAF-DFE/CUT

Brasília-DF, 10 de julho, de 2013.

Ao: Ilustríssimo Senhor Secretário (a) Estadual de Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais - MG

Senhor Secretário (a)

A FETRAF-DFE/CUT pelo seu Coordenador Geral, em conjunto com a Regional do Noroeste de Minas Gerais vem respeitosamente encaminha denúncia de Crimes Ambientais que estão sendo efetivados nos limites do município de Buritis e Arinos – MG, na cabeceira do Córrego Confins, divisa das Propriedades Rurais, Fazenda São José tendo como proprietário o Sr. [REDACTED] e Fazenda Espora de Prata de propriedade [REDACTED]. Trata-se de construção de Barragem sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

O mencionado Crime Ambiental está sendo amparado por absurdamente por força de Liminar concedida no Processo Nº 120.28.89-60.2013.8.13.0024, pelo Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado de Minas Gerais, Sr. [REDACTED].

É estranho e surpreendente para todas as comunidades afetadas, em sua grande maioria Agricultores Familiares que o Juiz possa conceder Liminar para que se cometa um crime de tal magnitude, em favor de interesse individual em detrimento do interesse social e coletiva. Além do que é um crime contra o Patrimônio Público e o Meio Ambiente

Por tudo isso, excelência, a requerente solicita providências urgentes para sanar o conflito estabelecido entre o agressor e as comunidades afetadas, além do Meio Ambiente.

Sendo o que se apresenta para o momento, a FETRAF-DFE/CUT manifesta votos de estima e apreço, ao tempo que conta com vossa presteza no atendimento.

Atenciosamente, [REDACTED]

CNPJ: 07.182.195/0001-87. SDS – Setor de Diversões Sul, CONIC, Edifício Venâncio V, Bloco "R", 3º andar, Sala 310, CEP: 70.393-904. E-mail: [fetrafilfe@fetraf.org.br](mailto:fetrafilfe@fetraf.org.br) - Fones: (61) 3226 1860 (61) 8406 0809.

CS Scanned with CamScanner





**MPF**  
Ministério Público Federal

Procuradoria  
da República  
em Paracatu

**TERMO DE DEPOIMENTO COLETIVO**

No dia 18/02/2016, na sede da Procuradoria da República em Paracatu/MG, comigo, [REDACTED] Procurador da República, compareceram [REDACTED] (coordenadora do Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia [REDACTED]), [REDACTED] (assessor parlamentar do deputado estadual [REDACTED] de Minas Gerais), [REDACTED] (assentada no PA Vida Nova, zona rural de Buritis/MG), [REDACTED] (perito federal agrário INCRA/SR 28), [REDACTED] (proprietário rural da Fazenda Barriguda), [REDACTED] (funcionário público da Câmara de Vereadores de Buritis/MG, 38 99955 2225, [REDACTED]), [REDACTED] (assessora parlamentar do deputado federal [REDACTED]), [REDACTED] (coordenadora do acampamento Zé Braúna), [REDACTED] (assentada do PA Vanderli Ribeiro, 38 99821 1277, camilaa097@gmail.com), [REDACTED] (presidente da associação do PA Vida Nova) e [REDACTED] (presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Buritis/MG, 38 99946 7552), sob o compromisso de dizer a verdade, afirmaram coletivamente que:

Vieram tratar da utilização de água indevida e abusiva por proprietários rurais na região do rio Urucuia, próximo a Buritis. Este procurador mostrou-lhes a requisição de inquérito policial que foi expedida à PF, mas não foi cumprida ainda. Pela requisição, deverá a PF diligenciar no local, a partir de colaboração dos noticiantes, para identificar e delimitar os fatos e seus responsáveis. O MPF se comprometeu a exigir que a PF faça essa diligência comunicando-se previamente com alguns dos noticiantes, os quais se comprometem a indicar à PF os locais onde ocorrem as infrações.

[REDACTED] disse que alguns responsáveis por barragens ilegais conseguem na 5ª Vara da Fazenda Pública em Belo Horizonte/MG, Justiça Estadual, liminares para construir as barragens, mesmo sem autorização dos órgãos ambientais.

FBC

Procuradoria da República no Município de Paracatu  
Rua Dr. José Osório de Almeida e Silva, 165 - Jockey Club - CEP: 38.600-000  
Telefone: (38) 3672-3049 - Paracatu/MG



Scanned with  
CamScanner



**MPF**  
Ministério Público Federal

Procuradoria  
da República  
em Paracatu

Nunca uma liminar dessa foi apresentada ao comitê. Então, não sabem se há liminares realmente.

Senhor Sander disse que fazem as barragens nas nascentes, depois tanques e transferem para os pivôs.

As águas são usadas para feijão, milho, soja e outras monoculturas.

São muitos os infratores.

Os maiores são: [REDACTED] que mora na Fazenda São Jorge. Houve protesto dos presentes e outros caminhando em vigília (200 pessoas) que foram até a barragem, mas ele acionou a PM e não conseguiram entrar. Ele tem um histórico de barramentos na propriedade. Ele cria tilápias de forma proibida (só podem ser criadas em tanques). As interferências de [REDACTED] atingem o córrego Barriguda, que deságua no córrego Confins que, por sua vez, deságua no Urucuia. Tudo isso está interferindo o Urucia, que está secando. Estas barragens afetam diretamente os PA's Vida Nova e Mãe das Conquistas, cujo interesse é do INCRA.

Nascente do córrego Confins: [REDACTED]: Fazenda Panambi. Agem como [REDACTED] construindo barragens na nascente do Confins, que deságua no Urucuia.

Os declarantes tentam acesso para verem as barragens, mas os infratores os recebem armados.

[REDACTED]: fazenda Colpo. Fez cinco barragens no mesmo curso do córrego Bebedouro, afluente do Urucuia.

Fazenda Campininha, Fazenda São Miguel, Fazenda Canduá, Cruz Alta, Vereda dos Buritis, Caçapava: esqueceram o nome do proprietário. Essas todas mais as anteriores estão secando o Barriguda, Confins, Taquaril, Palmeiras, Formosinha, Extrema, Capim Pulbo, São Vicente, Fetal, Bebedouro e Coqueiro, todos córregos afluentes do Urucuia.

FBC

Procuradoria da República no Município de Paracatu  
Rua Dr. José Osório de Almeida e Silva, 165 - Jôquei Clube - CEP: 38.600-000  
Telefone: (38) 3672-3049 - Paracatu/MG



Scanned with  
CamScanner



**MPF**  
Ministério Público Federal

Procuradoria  
da República  
em Paracatu

Os córregos Barriguda, Formosinha e Confins atingem os PA's União, Formosinha, Mãe das Conquistas e Vida Nova, todos não emancipados que são apoiados pelo INCRA e dependentes desses córregos. Se não tiver essa água, os assentamentos acabarão. As pessoas têm comprado água para consumir para beber e produzir.

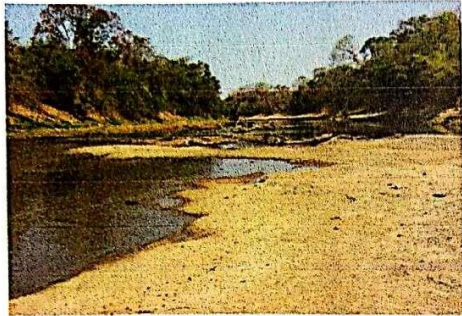
Os prefeitos são coniventes porque têm suas campanhas são financiadas por eles.

A situação é de iminente conflito. Trabalhadores acampam próximos às fazendas como forma de protesto e os infratores armaram-se e alegam que aqueles querem invadir para ocupar terra, o que não é verdade. Algumas dessas fazendão são: Fazenda Espora de Prata (proprietário Mauro Roberto Contri).

E, por estarem de acordo, firmam todos o presente termo.



Scanned with  
CamScanner



**Rio Urucuia próximo ao São Miguel**



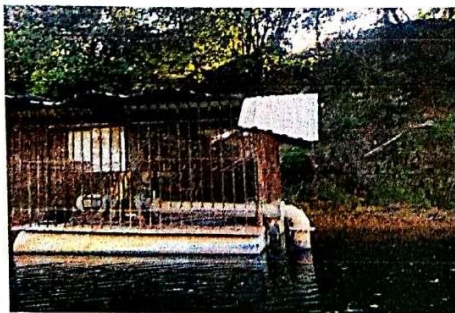
**Rio Urucuia próximo a barra do São Miguel**



**Rio Urucuia João Velho em 19/08/16 - Arinos/MG**



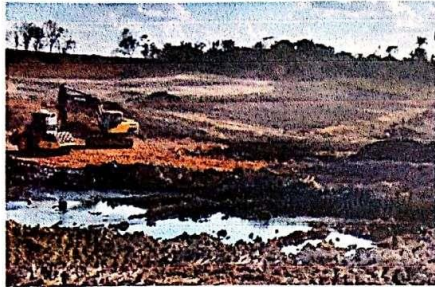
**Rio Urucuia no João Velho - Arinos/MG**



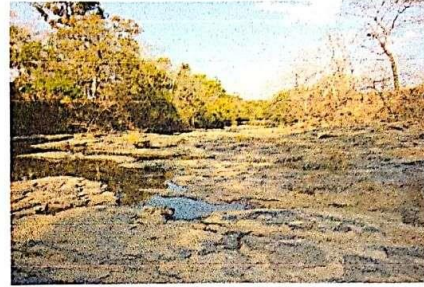
**Captação de grande porta para irrigação de café no Rio Urucuia**



**Assoreamento do Rio Urucuia no Ribeirão Tabocas**



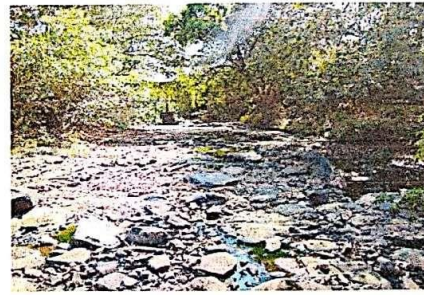
**Barragem Confins**



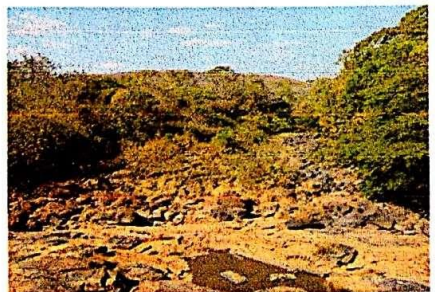
**Córrego Confins**



**Barragem Nascente Taquaril**



**Ribeirão Taquaril**



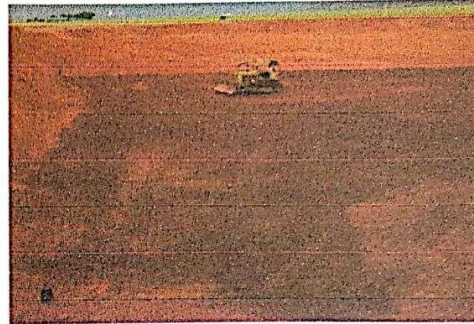
**Córrego Formosinha**



**Barragem Bebedouro**



**Captação de Pequeno Porte - Agricultura Familiar**



**Barragem p/ captação no Rio Urucuia - Buritis/MG**



**Piscinão para irrigação**



**Córrego Palmeiras**



**Rio Urucuia 07/17 - Faz. Ellisy e Maria - Buritis/MG**




**Rio Urucuia 07/17 - Faz. Ellisy e Maria - Buritis/MG**



Scanned with  
CamScanner

Documento 3

**COMITÊ DE DEFESA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIÁ**  
"Nunca vi uma documentação legal para enriquecer um e matar mil de fome e sede"  
(Gonzalo de Souza - Agricultor Assentado da Reforma Agrária)

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA  
COMARCA DE BURITIS**  
RECEBI EM 20/06/16  
SERVIDOR(A) [REDACTED]

Ao Ilustríssimo promotor de justiça da comarca de Buritis-MG

Senhor Promotor

Com os meus efusivos cumprimentos, dirijo-me à insigne presença de Vossa Excelência, para apresentar notícia crimes e requerer providencias imediata em virtude dos fatos a seguir aduzidos.


Excelentíssimo promotor de Justiça da Comarca de Buritis-MG torna se imperioso diante das circunstâncias, recorrer ao amparo estatal disposto pelo órgão do parque de Buritis-MG.

Somos todos sabedores que a água é um recurso natural essencial a vida, restando, portanto o dever de todos zelar pela sua conservação. E perante nossos olhos há muito tempo em nosso município tem crescido o número de Barragens clandestinas que muito tem diminuído o volume de água em nossos córregos e no Rio Urucuiá.

Os grandes proprietários de nossa região a cada ano constroem novos reservatórios de água em total desrespeito a Legislação Ambiental.

Isso novamente se repete na **FAZENDA FORMOSA** apenas a 04 km da cidade de Buritis-MG de propriedade de [REDACTED], conforme fotografia em anexo a proprietária retirou todo o cerrado não deixou nenhum pé de pequi, construiu um reservatório que será retirado água direto do rio Urucuiá para abastecer em média cinco pivôs centrais para irrigar soja, cultura esta que necessita em média de 1.600 litros de água por kg produzido.

O uso de agrotóxico nesse tipo de lavoura é muito grande, o que preocupa ainda mais a população de Buritis-MG, na cidade já é comum à invasão de moscas brancas, que pelo uso do agrotóxico vem parar na cidade, o índice de câncer na cidade aumenta a cada ano e estudos apontam o uso desenfreado de agrotóxico nas lavouras que contaminam o solo e nossos mananciais de água.

 Scanned with CamScanner  
Buritis - Centro - Buritis/MG, CEP: 36.660-000, Fone: (38) 3662-1422 - E-mail: comdru.mg@gmail.com



## COMITÊ DE DEFESA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIA

*"Nunca vi uma documentação legal para enriquecer um e matar mil de fome e sede"*  
(Gonçalo de Souza - Agricultor Assentado da Reforma Agrária)

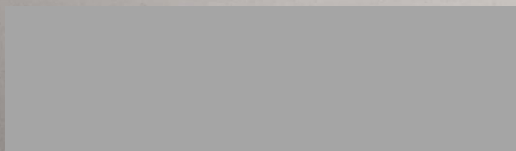
Com o baixo volume de água do Rio Urucuia, devido à construção de barragens em seus afluentes, é preocupante e com mais esse reservatório que retirará água diretamente do rio Urucuia, não sabemos se tem outorga se o órgão responsável autorizou a construção do "piscinão", e se o órgão ambiental competente autorizou a retirada da água do rio, em que período ele fará uso dessa água, e quem fiscalizará para que a água não seja utilizada de forma a prejudicar a população tendo em vista que o rio que o rio Urucuia abastece toda a população de Buritis-MG.

Diante do exposto requeremos que vossa excelência determine as providencias cabíveis.

Informamos ainda que o COMDHRU (Comitê de defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia) se encontra a disposição de Vossa excelência para prestar quaisquer outras informações.

Buritis-MG, 22 de Junho de 2016.

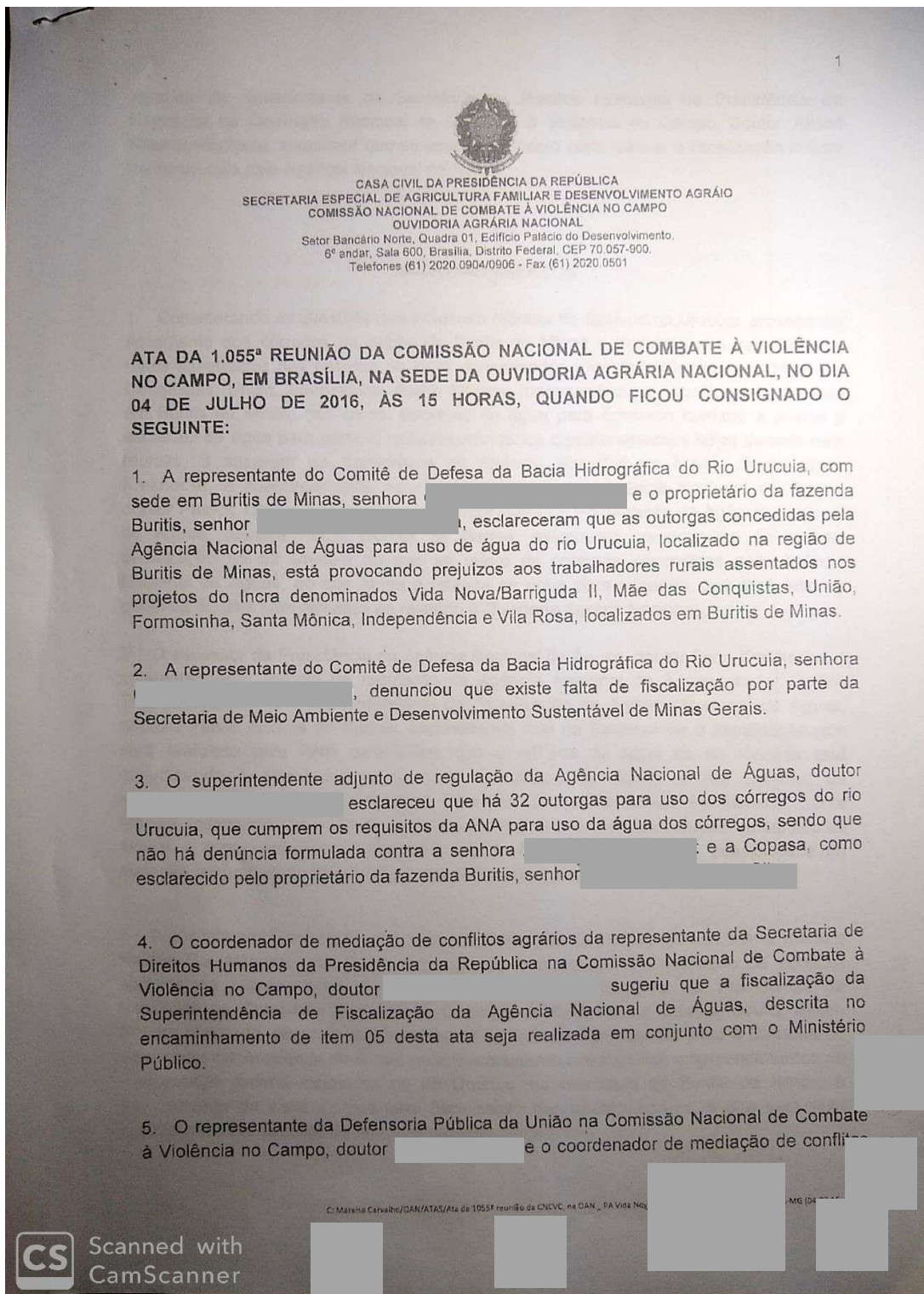
Respeitosamente,



Scanned with  
CamScanner

Rua T. Rodrigues, nº. 57 – Centro – Buritis/MG, CEP: 36.660-000, Fone: (38) 3662-1422 - E-mail: comdru.mg@gmail.com





agrários da representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, [REDACTED], sugeriram que se estabeleça prazo para realizar a fiscalização in loco no rio Urucuia pela Agência Nacional de Águas.

#### ENCAMINHAMENTOS

1. Considerando as questões que envolvem retirada de água no rio Urucuia, provocando secamento dos córregos na região de Buritis de Minas e prejuízos aos trabalhadores rurais assentados nos projetos do Incra denominados Vida Nova/Barriguda II, Mãe das Conquistas, União, Formosinha, Santa Mônica, Independência e Vila Rosa, localizados em Buritis de Minas, tais como: escassez de água para consumo humano e animal e escassez de água para horta, e respondendo vários questionamentos feitos durante esta reunião, o assessor da Presidência da Agência Nacional de Águas, doutor [REDACTED] superintendente adjunto de regulação da Agência Nacional de Águas, doutor [REDACTED], e a superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas, doutora [REDACTED] assumiram compromisso de realizar fiscalização no rio Urucuia no que se refere às outorgas concedidas pela Agência Nacional de Águas, no que tange à retirada de água para irrigação, que será feito no prazo de 60 dias com remessa de relatório à Ouvidoria Agrária Nacional.

2. O assessor da Presidência da Agência Nacional de Águas, doutor [REDACTED] superintendente adjunto de regulação da Agência Nacional de Águas, doutor [REDACTED], e a superintendente de Fiscalização da Agência Nacional de Águas, doutora [REDACTED], esclareceram que na hipótese de a fiscalização que será realizada pela ANA caracterizar que a retirada de água do rio Urucuia está prejudicando o abastecimento humano na cidade de Buritis e nos projetos de assentamento Vida Nova/Barriguda II, Mãe das Conquistas, União, Formosinha, Santa Mônica, Independência e Vila Rosa a ANA tomará as providências cabíveis no sentido de avaliar a implementação de eventuais regras de uso da água com possibilidade de restrição ou suspensão dos valores outorgados no rio Urucuia.

3. A analista ambiental da Coordenação de Operação de Fiscalização do Ibama, doutora [REDACTED] atendendo sugestão do coordenador de mediação de conflitos agrários da representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, doutor [REDACTED] assumiu compromisso no sentido de fazer gestão junto à Diretoria Licenciamento Ambiental do Ibama para levantamento imediato dos empreendimentos de competência federal instalados no rio Urucuia, no município de Buritis de Minas, e planejamento de visita in loco para fiscalização das condicionantes, o que será feito quando o Ibama dispuser de recursos orçamentários e financeiros.



Scanned with  
CamScanner

iteisa Carvalho/GAN/RTAS/Ar

na QAN - FA Vida No

e Minas-MG. R

4. A Comissão Nacional de Combate à Violência, acolhendo sugestão do representante do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, doutor [REDACTED], oficialará ao Ministério do Meio Ambiental solicitando que faça atividade para verificar a atual situação ambiental do rio Urucuia, no contexto do município de Buritis de Minas.

5. A gestora ambiental do Núcleo de Denúncias Ambientais e Fiscalização da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, com sede em Unai, doutora [REDACTED] acolhendo solicitação da representante do Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, senhora [REDACTED] assumiu compromisso no sentido de fazer fiscalização, no prazo de 20 dias, no que se refere ao uso de recursos hídricos pela fazenda São Jorge, de propriedade do senhor [REDACTED] (barrou o córrego Barriguda), e pela fazenda Coopo, de propriedade do senhor Neri Coopo (barrou o córrego Bebedouro em cinco lugares), e, quando possível, fiscalizar os córregos Taquaril, Formosinha, Palmeiras, Extrema, Capim Pubo, Confins e Coqueiros, haja vista que os mesmos são objetos de barragens por fazendeiros do município de Buritis de Minas, o que provoca secamento dos referidos córregos e prejuízo aos trabalhadores rurais assentados nos projetos do Incra denominados Vida Nova/Barriguda II, Mãe das Conquistas, União, Formosinha, Santa Mônica, Independência e Vila Rosa, localizados em Buritis de Minas.

6. A Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, acolhendo sugestão da representante do Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, com sede em Buritis de Minas, senhora [REDACTED] e do representante do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, doutor [REDACTED] assumiu compromisso no sentido de oficialar ao secretário da Semad solicitando que promova diligência com o objetivo de realizar levantamento de todas as ações judiciais com liminares já concedidas autorizando construção de barragens nos afluentes do rio Urucuia, inclusive as concedidas pelo juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública Estadual.

7. A Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, acolhendo sugestão do representante do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais na Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, doutor [REDACTED] encaminhará a presente ata, acompanhada de anexo fotográfico, ao coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com sede em Belo Horizonte, para providências cabíveis naquela esfera.

8. A Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, acolhendo solicitação da representante do Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, senhora [REDACTED] oficializará o Ministério Público Federal de Paracatu solicitando informação sobre o andamento de possíveis providências adotadas com base no depoimento prestado perante o referido órgão pela coordenadora do Comitê de Defesa da



Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, senhora [REDACTED], no dia 18 de fevereiro de 2016, onde relata, entre outras coisas, utilização de água indevida e abusiva por proprietários rurais na região do rio Urucuia, próximo a Buritis de Minas.

9. A representante do Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia, senhora [REDACTED], sugeriu que o Incra vistorie os imóveis rurais, cujos proprietários fazem barragens no rio Urucuia e extraem água do referido rio para fins de irrigação, haja vista que tais providências podem caracteriza a improdutividade de tais imóveis por crimes ambientais, como no caso das fazendas São Jorge e Coopó.

Nada mais havendo, às 18h, o ouvidor agrário nacional e presidente da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, desembargador [REDACTED], determinou o encerramento da presente ata, que vai assinada por mim [REDACTED] (assistente da Ouvidoria Agrária Nacional), pelas autoridades presentes e pelos interessados no presente caso.

Brasília, 04 de julho de 2016.





Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Comunicação Externa 051/2016

Paracatu, 15 de agosto de 2016.

A Senhora,  
Camila Silva de Almeida  
Representante do COMDRU

**Assunto: Resposta ofício COMDRU 08/2016 onde requisita informações acerca: do piscinão para captação de água do rio Urucuia na Fazenda Formosa no município de Buritis.**

AO COMITE DE DEFESA DA BACIA DO RIO URUCUIA

Em atenção à solicitação em referência, informamos sobre os questionamentos enviados à Copasa:

1 – Quantas vezes a Copasa já trocou as bombas que abastece a cidade de lugar e por quê?

Resp: A Copasa de Buritis faz a captação no rio Urucuia por meio de balsa. Essa balsa já foi deslocada dentro do rio 3 vezes somente nesse ano. O mesmo está acontecendo na Copasa de Urucuia onde a balsa já foi relocada 2 vezes somente esse ano. Esse deslocamento acontece quando o rio baixa o nível de água e a válvula de pé da captação/balsa encosta no fundo do rio prejudicando o bombeamento.

A água abaixa devido ao período de estiagem e projetos de irrigação que estão sendo implantados ao longo do rio.

2 – A outorga da Copasa é de quantos litros/segundo?

Resp: A outorga da Copasa hoje é de 44 litros por segundo. Estamos solicitando "ampliação de vazão" junto ao órgão ambiental para 60 litros por segundo.

3 – Qual a potencia das bombas da Copasa.

Resp: A potencia de cada bomba é de 30 CV

Rua Tório, nº 240, Amoreiras II  
Paracatu - MG - CEP: 38600-000 - Fone: (38) 3672-4400



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

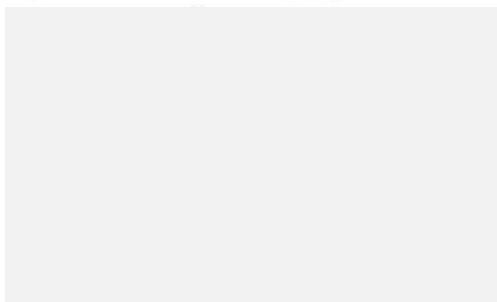
4 – As bombas funcionam juntas?

Resp: Não. Funciona somente um conjunto. O outro é conjunto reserva.

5 – A retirada de água para irrigação de [redacted] prejudicará ou não o abastecimento da cidade.

Resp: Estamos passando por crise hídrica ano a ano. Cada licenciamento liberado, por mais insignificante que seja, irá contribuir para a escassez do recurso hídrico.

Atenciosamente,



---

Rua Lúcio, nº 240, Amoreiras II  
Paracatu - MG - CEP: 38600-000 - Fone: (38) 3672-4400

## Documento 6



### COMITÊ DE DEFESA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIA

*"Nunca vi uma documentação legal para enriquecer um e matar mil de fome e sede"*  
(Gonçalo de Souza - Agricultor Assentado da Reforma Agrária)

EXMA SR<sup>a</sup> PROCURADORA GERAL DA REPUBLICA – DR<sup>a</sup>: RAQUEL DODGE

... O Urucuia está enfermo,  
É um rio sem alegria;  
Pois sente a degradação  
Que viola sua bacia.  
As águas diminuindo...  
E a morte é questão de dias...  
Trecho do poema "Carta a um amigo".

#### DENÚNCIA

Senhora Procuradora,

O Comitê de Defesa da Bacia Hidrográfica do Rio Urucuia – CONDRHU é um movimento social que tem como principal objetivo, a defesa de uma das principais bacias hidrográficas em Minas Gerais. O rio Urucuia é o segundo maior afluente do São Francisco nesse estado, e na tentativa de cumprirmos nossa missão de defender, preservar e proteger essa importante bacia hidrográfica, vimos por meio deste DENÚNCIAR e reconhecer o que se segue;

#### SÍNTESE DOS FATOS

Os barramentos dos Córregos, Ribeirões, Rios e Veredas feito de forma irregular e criminosa na Região Nordeste do Estado de Minas Gerais e principalmente aquelas que foram realizadas e que afetam o Vale do Rio Urucuia é o foco desta denúncia.

A construção de barragens nas cabeceiras dos afluentes do Rio Urucuia é de momento nossa maior preocupação no que tange a preservação ambiental na região. Visam essas ações, beneficiar os grandes proprietários de terras ligados ao setor do AGRONEGÓCIO e constitui por si só, no maior conflito social pela posse e uso dos Recursos Hídricos.

Essas ações criminosas, tem levado comunidades rurais e urbanas a viverem uma crise por falta d'água como jamais ocorrerá nessa região. A grande contradição, é que estamos nos referindo ao Noroeste Mineiro, que possuiu o maior manancial de águas na Região Sudeste do País, onde está localizado entre outros, os rios Paracatu e Urucuia. O mínimo que se pode esperar, é que as pessoas que vivem aqui, possam fazer uso desse recurso natural.



Scanned with  
CamScanner  
R. Centro – Buritis/MG, CEP: 36.660-000, Celular: (38) 9821-1277 – e-mail: comdhu@gmail.com



## COMITÊ DE DEFESA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIA

*"Nunca vi uma documentação legal para enriquecer um e matar mil de fome e sede"*  
(Gonçalo de Souza - Agricultor Assentado da Reforma Agrária)

O uso descontrolado e a falta de políticas públicas e ações por parte do Estado, que visem disciplinar o uso, e uma melhor distribuição das águas nesse território, tem levado a esse conflito.

Podemos afirmar, de maneira categórica que não é a falta de chuvas regulares o principal motivo do baixo nível do Rio São Francisco, que de momento chama a atenção e preocupa todo um país. A retenção das águas dos afluentes que compõe a bacia do Velho Chico é o principal motivo desse desastre ambiental.

Grande parte das águas que abasteciam o Velho Chico há 15 anos foram represadas nesse período para uso particular dos grandes proprietários de terras, praticantes da monocultura da soja. Usam essas águas para irrigarem seus plantios, como exemplos dessas ações criminosas podemos citar alguns cursos d'água que foram barrados nos últimos 10 anos. Falaremos apenas dos afluentes do Rio Urucua que é de responsabilidade Federal.

1. Córrego Barriguda – Buritis/MG
2. Córrego Confins - Buritis/MG
3. Córrego Taquaril - Buritis/MG
4. Córrego Palmeiras - Buritis/MG
5. Córrego Pasmado - Buritis/MG
6. Córrego Bebedouro - Buritis/MG
7. Córrego Formosinha - Buritis/MG
8. Córrego Pernambuco - Buritis/MG
9. Córrego Extrema - Buritis/MG
10. Córrego Capim-Pubo - Buritis/MG
11. Rio São Domingos - Buritis/MG
12. Rio Piratinga – Formoso/MG
13. Córrego Jibóia – Uruana de Minas/MG
14. Rio São Miguel – Uruana de Minas/MG
15. Córrego Feral - Buritis/MG
16. Córrego da Ponte - Buritis/MG
17. Ribeirão São Vicente - Buritis/MG
18. Córrego Mangues - Buritis/MG
19. Córrego Ponte Grande - Buritis/MG
20. Córrego Ponte Pequena - Buritis/MG
21. Córrego Pontezinha - Buritis/MG
22. Córrego Riacho Morto - Buritis/MG

Todos esses cursos d'água sofreram intervenções direto ou indiretamente, que levou muitos desses a secar totalmente.

Esse é um levantamento prévio feito por esse Comitê e está longe de representar a realidade, pois, esse levantamento priorizou o município de Buritis. Porém, são 8 os principais municípios dessa região, que juntos, retém grande quantidade de água que deveria seguir seu curso normal, e o caso mais grave não é em Buritis, tem



Scanned with  
CamScanner

Rua Tiradentes, nº: 53 - Centro - Buritis/MG - CEP: 36.660-000 - Celular: (31) 9821-1277 - e-mail: comdhuru@gmail.com





## COMITÊ DE DEFESA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIA

*"Nunca vi uma documentação legal para enriquecer um e matar mil de fome e sede"*  
(Gonçalo de Souza - Agricultor Assentado da Reforma Agrária)

municípios como Unaí e Paracatu onde a crise hídrica se manifesta de maneira muito mais avançada, que inclusive já levou este ano a seca parcial do Rio Paracatu.

Os municípios de Buritis, Chapada Gaúcha, Formoso, Arinos e Uruana de Minas ajudam a compor a Bacia do Rio Urucuia. Unaí, Cabeceira Grande e o município de Paracatu contribuem para formação da Bacia do mesmo.

Outra grande contradição que se apresenta nesse cenário regional, é que apesar dessa região ser hoje a principal produtora de grãos em Minas Gerais e está entre as maiores do país, sua população em geral vive em situação de extrema pobreza e miséria, onde o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) aos 11 municípios que compõem o Vale do Urucuia está há anos abaixo da média Nacional, provando assim, que esse modelo de desenvolvimento não é para todos! E que o progresso regional tão difundido pelo setor do agronegócio e pela mídia, é ilusório!

Há no momento, só no município de Buritis, mais de 800 famílias que estão afetadas diretamente com essa crise fabricada pelo agro. Entre elas estão pequenos agricultores e assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária ligado ao INCRA.

Informamos que algumas dessas barragens tiveram sua construção autorizadas por medida liminar concebida pela Justiça de Minas Gerais, embora que nesse Estado existe Lei Proibitiva que impede em teoria essas construções, desde 2002. Um caso que pode ilustrar essa afirmação é a concessão de liminar expedida pelo Juiz Adriano de Mesquita Carneiro, da 5ª Vara da Fazenda em Belo Horizonte que autorizou o barramento do Córrego Barriguda. E que em consequência desse ato, várias famílias de agricultores familiares não têm água hoje, nem para o uso doméstico. Esse barramento ocorreu em 2013, ou seja, 11 anos após a aprovação da Lei que impediria essa prática.

Afirmamos que essas ações de barramentos de curso d'água feito de forma criminosa, afeta a toda sociedade, tanto quanto ou até mais do que os reconhecidos danos causados pela prática da corrupção que envolve políticos e empresário em nosso país. Mas que nesse caso, para o bem de todas as investigações e as punições avançam através da operação Lava Jato conduzida por essa procuradoria. Esperamos um similar empenho nas investigações dessa denúncia que ora apresentamos, e que o Ministério Público Federal possa mais uma vez cumprir sua missão de representar, defender e proteger a sociedade.

Outrossim, informamos a Vossa Senhoria, que essas informações foram repassadas há 2 anos ao escritório regional dessa Procuradoria em Paracatu/MG. Até o presente momento não temos informações das providências que porventura possa ter sido adotadas no sentido de solucionar essa questão.

Reivindicamos ainda que, se as providências a serem adotadas forem seletivas, escalonada e gradual, sugerimos que a verificação e as investigações comecem pelos casos dos barramentos dos córregos Barriguda e



Scanned with  
CamScanner

Rua Tiradentes, n.º: 53 - Centro - Buritis/MG, CEP: 36.660-000. Celular: (38) 9821-1277 - e-mail: comdhru@gmail.com



## COMITÊ DE DEFESA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIA

*"Nunca vi uma documentação legal para enriquecer um e matar mil de fome e sede"*  
(Gonçalo de Souza - Agricultor Assentado da Reforma Agrária)

Taquaril, que são os mais impactantes para a população. E no sentido de podermos contribuir nessa tarefa, estamos lhes enviando um ponto de coordenadas geográficas "GPS" para localização da barragem do Barriguda.

Essa região mineira e em especial, o Vale do Rio Urucuia serviu de Palco Real e inspiração para que o saudoso JOÃO GUIMARÃES ROSA montasse sua consagrada obra de ficção, O GRANDE SERTÃO VEREDAS. Aonde o mesmo afirma várias vezes nesse romance que o Rio Urucuia era especial para ele. Entre tantas declarações de admiração e amor por esse rio, registrado em seu livro, destacamos duas: "O rio Carinhonha é preto, o Paracatu moreno; meu, em belo, é o Urucuia — paz das águas... É vida!"

Ao assumir sua admiração e o seu amor pelo o Urucuia, Guimarães Rosa leva através das páginas do Grande Sertão para todo o Brasil e para o mundo não apenas esse magnífico rio, mas todo seu Belo Vale Sertanejo, como também os Chapadões Urucuianos de clima ameno de onde vertem todos os afluentes. A partir dessa divulgação, brasileiros e estrangeiros passam a conhecer uma nova versão do Paraíso. Entretanto, decorrido poucas décadas, o Éden Sertanejo encontra-se hoje totalmente desprotegido e degradado.

Até que ponto a sociedade brasileira está disposta a pagar tão alto preço por um progresso ilusório com custos sociais e ambientais que tornou-se incalculáveis? E que, os reais beneficiários desse modelo podem tudo, por possuir um poderoso escudo político, entrincheirado no Congresso Nacional que defende seus interesses mesquinhos e não republicanos. A Bancada Ruralista exerce esse papel!

Há atualmente todo um esforço midiático, intitulado **AGRO É TUDO!** E que é exibido diariamente como uma forma alienante, durante o horário nobre na **TV Globo**, esse constitui em um trabalho de Marketing que induz a sociedade a pensar que esse setor tem totais responsabilidades sociais e ambientais.

Esse esforço que o AGRO faz através da mídia para propagar **números e produtos**, que em sua grande maioria são produzidos pelos agricultores familiares, pequenos e médios produtores, passando assim uma ideia geral a toda população que trata-se de produtos proveniente da **Agricultura Empresarial**, que é de fato o berço do agronegócio. Essa atitude salvo melhor juízo, se constitui em **Falsidade Ideológica Publicitária**, como também não deixa de ser, um grande **Estelionato Midiático**, que lesa e tira do povo o direito a real informação. Na contramão de tudo isso, podemos verificar que já acumulamos, em desfavor do Brasil, enormes prejuízos e um passivo ambiental de proporções gigantescas, como também testemunhamos diariamente o crescimento processo de degradação em todo país.

Do ponto de vista econômico da produção do setor AGRO, os benefícios são distribuídos de forma muito desigual entre os envolvidos nas diversas cadeias produtivas que são trabalhadas. Porém, a sociedade em geral, tem sido os mais prejudicados. Basta observarmos os altos valores que o AGRO deve em impostos, que se pagos ajudaria o país a melhorar os serviços públicos. São os grandes proprietários de terras os reais beneficiários desse



Scanned with  
CamScanner

ua 133 - Centro - Buritis/MG, CEP: 36.660-000, Celular: (38) 9821-1277 - e-mail: comdhru@gmail.com



## COMITÊ DE DEFESA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIÁ

*"Nunca vi uma documentação legal para enriquecer um e matar mil de fome e sede"*  
(Gonçalo de Souza - Agricultor Assentado da Reforma Agrária)

modelo de exploração. Não vendem apenas os grãos que produzem! Antes de produzirem um só grão, já venderam o cerrado, dizimaram a fauna silvestre, contaminaram o solo com o excessivo uso de agrotóxicos. E junto com os grãos que exportam para USA, Europa e Ásia, vendem de maneira indireta nossos recursos hídricos, sem que isso seja contabilizados e revertidos em favor de todos nós.

Do ponto de vista dos empregos gerados pelo setor, não se justifica também, tamanhos danos ao povo brasileiro. Esse modelo coloca em risco regiões inteiras que caminham rumo a desertificação comprometendo o futuro das gerações vindouras. Infelizmente, toda essa destruição que afeta Biomas inteiros, é financiada com recurso do próprio povo, com crédito subsidiados colocado a disposição pelos bancos públicos como o BNDS, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal que tem muitos casos, não recebem esse capital de volta em seus cofres. Também, colocam toda estrutura bancária e a capacidade de trabalho a serviços de intermináveis negociações de dívidas milionárias com esse setor.

Se, **AGRO É TUDO!** Como afirma a **Rede Globo**, temos que levar em consideração que os desmatamentos do cerrado, de matas ciliares, topo de morros, áreas de preservação permanentes, destruição de reservas legais, uso excessivos de agrotóxicos, a extinção da fauna silvestre, secamentos de nascentes, barramentos dos cursos d'água, invasão de terras indígenas, prática do trabalho escravo, sonegação de impostos, calotes em bancos públicos e a destruição continuada da Amazônia são também produtos do **AGRO!** Ao que se vê, parodiando a propaganda global...

AGRO é a indústria tristeza do Brasil.  
AGRO é a seca!  
AGRO é morte!  
AGRO é tudo isso!  
E tá na Globo!

### DOS PEDIDOS

- 1º: Que essa Procuradoria possa criar uma força-tarefa em conjunto com a ANA "Agência Nacional das Águas" para verificação *in loco* dos fatos narrados nessa denúncia.
- 2º: Que essa Procuradoria adote de forma urgente, todas as medidas cabíveis que o caso requer, para imediata apuração e correção dos desmandos ora denunciados.
- 3º: Que essa Procuradoria, realize Audiência Pública em Buritiz/MG para aprofundamento e discussão do tema.



Scanned with

Rua Tiradentes, nº: 53 - Centro - Buritiz/MG, CEP: 36.660-000, Celular: (38) 9821-1277 - e-mail: comdhuru@gmail.com



## COMITÊ DE DEFESA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIA

*"Nunca vi uma documentação legal para enriquecer um e matar mil de fome e sede"*  
(Gonçalo de Souza - Agricultor Assentado da Reforma Agrária)

O uso descontrolado e a falta de políticas públicas e ações por parte do Estado, que visem disciplinar o uso, e uma melhor distribuição das águas nesse território, tem levado a esse conflito.

Podemos afirmar, de maneira categórica que não é a falta de chuvas regulares o principal motivo do baixo nível do Rio São Francisco, que de momento chama a atenção e preocupa todo um país. A retenção das águas dos afluentes que compõe a bacia do Velho Chico é o principal motivo desse desastre ambiental.

Grande parte das águas que abasteciam o Velho Chico há 15 anos foram represadas nesse período para uso particular dos grandes proprietários de terras, praticantes da monocultura da soja. Usam essas águas para irrigarem seus plantios, como exemplos dessas ações criminosas podemos citar alguns cursos d'água que foram barrados nos últimos 10 anos. Falaremos apenas dos afluentes do Rio Urucua que é de responsabilidade Federal.

1. Córrego Barriguda – Buritis/MG
2. Córrego Confins - Buritis/MG
3. Córrego Taquaril - Buritis/MG
4. Córrego Palmeiras - Buritis/MG
5. Córrego Pasmado - Buritis/MG
6. Córrego Bebedouro - Buritis/MG
7. Córrego Formosinha - Buritis/MG
8. Córrego Pernambuco - Buritis/MG
9. Córrego Extrema - Buritis/MG
10. Córrego Capim-Pubo - Buritis/MG
11. Rio São Domingos - Buritis/MG
12. Rio Piratinga – Formoso/MG
13. Córrego Jibóia – Uruana de Minas/MG
14. Rio São Miguel – Uruana de Minas/MG
15. Córrego Feral - Buritis/MG
16. Córrego da Ponte - Buritis/MG
17. Ribeirão São Vicente - Buritis/MG
18. Córrego Mangues - Buritis/MG
19. Córrego Ponte Grande - Buritis/MG
20. Córrego Ponte Pequena - Buritis/MG
21. Córrego Pontezinha - Buritis/MG
22. Córrego Riacho Morto - Buritis/MG

Todos esses cursos d'água sofreram intervenções direto ou indiretamente, que levou muitos desses a secar totalmente.

Esse é um levantamento prévio feito por esse Comitê e está longe de representar a realidade, pois, esse levantamento priorizou o município de Buritis. Porém, são 8 os principais municípios dessa região, que juntos, retém grande quantidade de água que deveria seguir seu curso normal, e o caso mais grave não é em Buritis, tem



Scanned with  
CamScanner

Rua Tiradentes, nº 53 - Centro - Buritis/MG - CEP: 36.660-000 - Celular: (38) 9821-1277 - e-mail: comdhuru@gmail.com



## COMITÊ DE DEFESA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIA

*"Nunca vi uma documentação legal para enriquecer um e matar mil de fome e sede"*  
(Gonçalo de Souza - Agricultor Assentado da Reforma Agrária)

4º: Que essa Procuradoria, solicite da Agência Nacional das Águas – ANA, levantamento atualizado, da quantidade de barragens que foram construídas após o ano de 2002 na Bacia do Rio Urucuia como também informe a quantidade de outorga expedida nesse período.

5º: Que essa Procuradoria, requeira junto ao Judiciário de Minas Gerais, para que informe a quantidade de ações judiciais que visam obter liminares para construção de barragens na Bacia do Rio Urucuia, como também, informe o nome e a localização das propriedades que pleiteiam. Informa ainda, as liminares já concedidas e quais as propriedades que tiveram esse benefício concedido.

6º: Que ao final, a ordem seja restabelecida como o devido desmanche de todas as barragens construídas de forma irregulares, que os danos ambientais e a necessária recuperação de áreas afetadas, que o ônus seja imposto aos proprietários das áreas em questão, como também ao Estado, caso se verifiquem convivência ou omissão por parte do mesmo.

7º: Que essa Procuradoria, mova processo de danos morais coletivo contra proprietários e/ou Estado, em favor da sociedade e das pessoas que foram atingidas diretamente com essas ações criminosas.

8º: Que essa Procuradoria exija dos órgãos estaduais de meio ambiente informações acerca do número de pivôs instalados nos municípios citados nessa denúncia.

9º: Que o COMDHURU seja informado periodicamente sobre as possíveis ações a serem diligenciadas. O objetivo é acompanhar e auxiliar nas investigações.

### DOCUMENTOS PROBATÓRIOS QUE ACOMPANHAM ESSA DENÚNCIA

1º: ATA de audiência pública realizada por esse Comitê em Buritis-MG com a participação da ANA para discussão do tema.

2º: Cópia da denúncia enviada ao Escritório Regional dessa Procuradoria em Paracatu.

3º: Fotos das construções de barragens do Córrego Barriguda.

4º: Fotos das construções de barragens em seqüência no Córrego Bebedouro.

5º: Fotos aéreas dos barramentos em seqüência no Córrego Bebedouro.

6º: Vídeo matéria jornalísticas que dão notícia da crise hídrica nessa região.

7º: Ofício em que a COPASA responde ao COMDHURU sobre a não disponibilidade de águas para o uso de irrigações na Bacia do Rio Urucuia.

8º: Coordenada Geográfica GPS da localização exata do barramento do Córrego Barriguda.

9º: Fotos de manifestação popular em protesto ao barramento do Córrego Barriguda.



Scanned with

CamScanner

Buritis - Buritis/MG, CEP: 36.660-000, Celular: (38) 9821-1277 – e-mail: comdhru@gmail.com



## COMITÊ DE DEFESA DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO URUCUIA

*"Nunca vi uma documentação legal para enriquecer um e matar mil de fome e sede"*  
(Gonçalo de Souza - Agricultor Assentado da Reforma Agrária)

... "E quando morre um rio,  
Também morre as esperanças;  
Só no campo da memória,  
Conservamos a lembrança,  
De um ambiente perfeito,  
Destruído por ganância" ...  
(Trechos do Poema Carta a um amigo)...

Nestes termos, pedimos abertura de investigação e providencias urgente!

Buritis/MG, 09 de Outubro de 2017.



Scanned with  
CamScanner

Rua Tiradentes, n°: 53 - Centro - Buritis/MG, CEP: 36.660-000, Celular: (38) 9821-1277 - e-mail: comdhru@gmail.com



## CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS-MG

GABINETE DA VEREADORA CAMILA ALMEIDA - LÍDER DO PT

### DENÚNCIA

A vereadora do Município de Buritis - MG [REDACTED] apresenta denúncia fundamentada na lei de crime ambientais, Nº 9.605/1998, a Política Nacional de Recursos Hídricos, LEI Nº 9.433/1997 e o Código de Águas Decreto Nº 24.643/1934. A denúncia está relacionada com a seca de rios e nascentes nas adjacências do município de Buritis, tributários do rio Urucuia. O rio Urucuia é o segundo maior afluente do São Francisco nesse estado, e na tentativa de cumprirmos nossa missão de defender, preservar e proteger essa importante bacia hidrográfica, vimos por meio deste DENÚNCIAR e reconhecer o que se segue;

### SÍNTESE DOS FATOS

Os barramentos dos Córregos, Ribeirões, Rios e Veredas feito de forma irregular e criminosa na Região Nordeste do Estado de Minas Gerais e principalmente aquelas que foram realizadas e que afetam o Vale do Rio Urucuia são o foco desta denúncia.

A construção de barragens nas cabeceiras dos afluentes do Rio Urucuia é de momento nossa maior preocupação no que tange a preservação ambiental na região. Essas ações criminosas, tem levado comunidades rurais e urbanas a viverem uma crise por falta d'água como jamais ocorrerá nessa região. O uso descontrolado e a falta de políticas públicas e ações por parte do Estado, que visem disciplinar o uso, e uma melhor distribuição das águas nesse território, tem levado a esse conflito. Alguns corpos d'água encontram-se em situação de seca tais como:

1. Córrego Barriguda – Buritis/MG
2. Córrego Confins - Buritis/MG
3. Córrego Taquaril - Buritis/MG
4. Córrego Palmeiras - Buritis/MG
5. Córrego Pasmado - Buritis/MG
6. Córrego Bebedouro - Buritis/MG
7. Córrego Formosinha - Buritis/MG
8. Córrego Pernambuco - Buritis/MG
9. Córrego Extrema - Buritis/MG
10. Córrego Capim-Pubo - Buritis/MG
11. Rio São Domingos - Buritis/MG
12. Rio Piratinga – Formoso/MG
13. Córrego Jibóia – Uruana de Minas/MG
14. Rio São Miguel – Uruana de Minas/MG
15. Córrego Feral - Buritis/MG
16. Córrego da Ponte - Buritis/MG
17. Ribeirão São Vicente - Buritis/MG

Rua Jardim, 30 - Centro - Buritis-MG - CEP: 38.660-000

Telefone: (38) 99821-1277 // E-mail: [camila.vereadorabts@gmail.com](mailto:camila.vereadorabts@gmail.com)



Scanned with  
CamScanner



# CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS-MG

## GABINETE DA VEREADORA CAMILA ALMEIDA - LÍDER DO PT

18. Córrego Mangues - Buritis/MG
19. Córrego Ponte Grande - Buritis/MG
20. Córrego Ponte Pequena - Buritis/MG
21. Córrego Pontezinha - Buritis/MG
22. Córrego Riacho Morto - Buritis/MG

Todos esses cursos d'água sofreram intervenções direto ou indiretamente, que levou muitos desses a secar totalmente. Desta forma com base nos artigos 50, 60 e 61 da lei federal 9605/98, solicitamos fiscalização na propriedades rurais e empreendimentos adjacentes a esses córregos.

É importante ressaltar que além dos empreendimentos irregulares, a grande quantidade de outorgas de grande porte está afetando a disponibilidade hídrica no município. Desde modo é necessário que os órgãos ambientais revejam as outorgas emitidas em função da diminuição na vazão disponível.

Cabe ressaltar que, embora muitos empreendimentos estejam regulares com suas outorgas, solicita-se fiscalização para verificar o cumprimento das condicionantes das outorgas. Salienta-se que segundo o art. 3º da Resolução ANA Nº 833/2011, as outorgas preventivas e de direito de uso de recursos hídricos poderão ser suspensas parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações no caso de descumprimento da outorga entre outros. São condições de suspensão a necessidade premente de água para atender a situações de calamidade, inclusive as decorrentes de condições climáticas adversas; necessidade de se prevenir ou reverter grave degradação ambiental; necessidade de se atender a usos prioritários, de interesse coletivo, para os quais não se disponha de fontes alternativas; necessidade de serem mantidas as características de navegabilidade do corpo de água; indeferimento ou cassação da licença ambiental, se for o caso dessa exigência, entre outros.

Considerando que muitos desses empreendimentos tiveram sua construção autorizadas por medida liminar concebida pela Justiça de Minas Gerais, recomenda-se a revisão de todas as outorgas considerando os fatos e embasamento supracitado.

### DOS PEDIDOS



Rua Jardim, 30 - Centro - Buritis-MG - CEP: 38.660-000  
Gabinete: 05 // Fone: (38) 99821-1277 // E-mail: [camila.vereadorabts@gmail.com](mailto:camila.vereadorabts@gmail.com)





# CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS-MG

GABINETE DA VEREADORA CAMILA ALMEIDA - LÍDER DO PT

1º: Que essa Procuradoria possa criar uma força-tarefa de fiscalização em conjunto com a **ANA "Agência Nacional das Águas"** para verificação *in loco* dos fatos narrados nessa denúncia.

2º: Que essa Procuradoria adote de forma urgente, todas as medidas cabíveis que o caso requer, para imediata apuração e correção dos desmandos ora denunciados.

3º: Que solicite a revisão das outorgas concedidas em função da diminuição da vazão;

4º: Que essa Procuradoria, solicite da Agência Nacional das Águas - ANA, levantamento atualizado, da quantidade de barragens que foram construídas após o ano de 2002 na Bacia do Rio Urucuia como também informe a quantidade de outorga expedida nesse período.

Buritis-MG, 20 de Fevereiro de 2018.



Rua Jardim, 30 - Centro - Buritis-MG - CEP: 38.660-000

Gabinete: 05 // Fone: (38) 99821-1277 // E-mail: [camila.vereadorabts@gmail.com](mailto:camila.vereadorabts@gmail.com)



Scanned with  
CamScanner



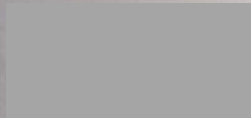
**CÂMARA MUNICIPAL DE BURITIS**  
ESTADO DE MINAS GERAIS

OF/GSC/03/2018

Solicitação Faz

Buritis – MG, 18 de Junho de 2018

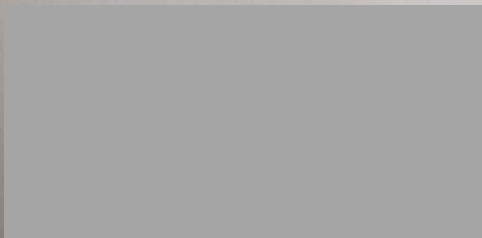
À/ POLÍCIA MILITAR DE MEIO AMBIENTE



Vem por meio deste, informar a V.Ex.<sup>a</sup> que tenho recebido denúncias em meu gabinete, com relação a construção de barragens no córrego Rabicho e no córrego Confins. Gostaria de solicitar que, a Polícia de Meio Ambiente realize uma ação para averiguação dos fatos e dizer ainda que, esta vereadora tem interesse em acompanhar a ação.

Atenciosamente,

*Recebido em  
13/06/18  
19/06/18*



Rua Jardim, 30 - Centro - Buritis-MG - CEP 38.660-000

CNPJ: 20.637.732/0001-02 - Telefone: PABX (38) 3662-1527

Scanned with [www.buritis.mg.leg.br](http://www.buritis.mg.leg.br) - E-mail: [camaraburitismg@gmail.com](mailto:camaraburitismg@gmail.com)



CamScanner